



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA (PPGB)
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA (MPB)**

ANA ROSA DOS SANTOS

**SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE
GESTÃO DE COLEÇÕES DE LIVROS ELETRÔNICOS:
UMA PROPOSTA PARA AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS**

Rio de Janeiro, RJ

2018

ANA ROSA DOS SANTOS

**SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE
GESTÃO DE COLEÇÕES DE LIVROS ELETRÔNICOS:
UMA PROPOSTA PARA AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Orientadora: Simone da Rocha Weitzel

Rio de Janeiro, RJ

2018

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

ANA ROSA DOS SANTOS

**SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE
GESTÃO DE COLEÇÕES DE LIVROS ELETRÔNICOS:
UMA PROPOSTA PARA AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em 16 de maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Simone da Rocha Weitzel – Orientadora - Presidente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Geni Chaves Fernandes – Titular Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Marianna Zattar – Titular Externo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Ficha catalográfica

S237

Santos, Ana Rosa dos

Subsídios para a elaboração de políticas de gestão de coleções de livros eletrônicos: Uma proposta para as bibliotecas universitárias federais brasileiras / Ana Rosa dos Santos. – Rio de Janeiro, 2018.

216 f. ; 30 cm.

Orientadora: Simone da Rocha Weitzel.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2018.

1 Desenvolvimento de Coleções. 2 Documentos Eletrônicos. 3 Livros eletrônicos. 3 Bibliotecas Universitárias. 4 Sociedade da Informação. I. Título.

CDD 025.21877

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o único que é comigo em todos os momentos.

Agradeço a minha mãe e ao meu marido que me apoiaram, cada um de sua maneira.

Agradeço a todos os amigos que me incentivaram no início e durante a caminhada.

Agradeço a minha orientadora que apesar de discordar de alguns pontos, me apoiou e desafiou a provar posições, contribuindo de forma decisiva para o resultado final.

Agradeço à Professora Geni Fernandes que ajudou a formar a base deste trabalho.

Agradeço à Professora Marianna Zattar pelas contribuições a esta pesquisa.

Agradeço à Professora Nanci Oddone pelas contribuições a esta pesquisa.

Agradeço ao Professor Murilo Bastos da Cunha, que apesar de não poder participar da banca, ofereceu tanto na qualificação quanto na defesa seu parecer valioso.

Os livros são para usar;
A cada leitor o seu livro;
A cada livro o seu leitor;
Poupe o tempo do leitor;
A biblioteca é um organismo em crescimento.
(RANGANATHAN, 1963, tradução nossa).

Seja qual for a terminologia, é claro que a moderna gestão das coleções de bibliotecas de pesquisa não pode ser vista como uma série de tarefas estreitamente definidas ou isoladas, reservadas a alguns especialistas. Em vez disso, deve ser reconhecida como um programa que permeia todas as áreas da biblioteca, e que deve ser justamente a preocupação de todos os profissionais da biblioteca acadêmica [...] (COGSWELL, 1987, p. 269, tradução nossa).

RESUMO

Propõe subsídios para elaboração de política de gestão de coleções de livros eletrônicos em bibliotecas universitárias federais por meio de pesquisa documental, descritiva e qualitativa. Revisa a literatura nacional e internacional sobre desenvolvimento de coleções. Identifica na literatura relativa aos anos de 1980 o termo gestão de coleções e apresenta esse termo como mais abrangente, por abarcar funções tradicionais do desenvolvimento de coleções tais como: Seleção, aquisição, avaliação e desbastamento; além de outras como: Manutenção e preservação de coleções, gestão fiscal, relacionamento com o usuário, compartilhamento de recursos, conforme proposto por Cogswell (1987), bem como os seus aspectos relativos às coleções eletrônicas identificados nessa revisão. Relaciona as razões pelas quais o termo era mais adequado para o cenário que se desenhava com: as novas tecnologias da informação e da comunicação nas bibliotecas, as mudanças na natureza e uso das coleções e os cortes orçamentários que começavam a ser uma prática. Realiza pesquisa documental nas 63 Bibliotecas Centrais ou Sistemas de Bibliotecas, das Universidades Federais Brasileiras para buscar as políticas de desenvolvimento de coleções, disponíveis em linha. Identifica 18 políticas, 15 com algum aspecto relacionado a livros eletrônicos. Correlaciona as 15 políticas dessas universidades, com seus os portais de livros eletrônicos. Coteja os resultados obtidos no campo empírico com o modelo teórico criado a partir da revisão de literatura. Encontra poucos critérios da literatura na análise dos dois *corporas*. Oferece subsídios para modelo de políticas de gestão de coleções para livros eletrônicos em bibliotecas universitárias federais, com os seguintes elementos: Introdução; princípios gerais e específicos; relacionamento (que inclui programa de relacionamento interno e externo, com personalização); gestão fiscal (destaque: captação de recursos e negociações); seleção; aquisição; manutenção (implementação, preservação, digitalização, análise e desbastamento); compartilhamento e revisão.

Palavras chaves: Desenvolvimento de Coleções; Gestão de coleções; Livros eletrônicos; Bibliotecas Universitárias.

ABSTRACTS

This qualitative research seeks subsidies for the elaboration of a collection management policy for electronic books, for Brazilian federal university libraries. In literature review found in the years of 1980 the term collection management. This term includes the traditional functions of collection development; besides others such as, collection maintenance, fiscal management, user liaison, resource sharing, according to the Cogswell model (1987), and their aspects related to electronic collections. It lists the reasons why the term is more appropriate for the current scenario: the lack of budget, the beginning of the implantation of new technologies of the information and the communication in the libraries, and the changes relative to the nature and use of the collections. It carries out survey of collections development policies of the 63 Central Libraries, or of Libraries Systems, of the Brazilian Federal Universities, available in line. It identifies 18 policies, 15 with some aspect related to ebooks. It correlates these 15 policies with the e-book portals of these 15 universities. It compares the results obtained in the empirical field with the theoretical model created from the literature review. It proposes subsidies for model of collections management policies for electronic books in federal university libraries, with the following elements: Introduction; general and specific principles; relationship (which includes internal and external relationship program, with personalization); fiscal management (highlights: fundraising and negotiations); selection; acquisition; maintenance (implementation, preservation, digitization, analysis and weeding); sharing and review.

Keywords: Collection development; Collection management; Electronic books; University Libraries.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fatores que influenciam a biblioteca universitária na sociedade contemporânea	38
Figura 2 – Métodos de análise de coleções	58
Gráfico 1 – Percentual de políticas por disponibilidade on line	129
Gráfico 2 – Percentual de políticas por região do Brasil	130
Quadro 1 – Avaliação e seleção de Recursos digitais comprados ou licenciados	65
Quadro 2 – Avaliação e seleção de recursos de acesso livre na Internet. Baseado em Collection Development Training for Arizona Public Libraries	67
Quadro 3 – Concepções sobre aquisição	74
Quadro 4 – Os três níveis de planejamento	75
Quadro 5 – Fornecedores de livros eletrônicos no Brasil	78
Quadro 6 – Comparação da aquisição por título e por pacote	79
Quadro 7 – Formatos de aquisição	80
Quadro 8 – Pontos para o sucesso de uma negociação	98
Quadro 9 – Pontos na preparação dos bibliotecários para as negociações	99
Quadro 10 – Comparativo dos modelos teóricos	119
Quadro 11 – Definições de termos da gestão de coleções	122
Quadro 12 – Definições escolhidas de coleções, documentos e livros eletrônicos	123
Quadro 13 – PDC do SIBI codificado com a letra A	131
Quadro 14 – PDC do SIBI codificado com a letra B	132
Quadro 15 – PDC do SIBI codificado com a letra C	132
Quadro 16 – PDC do SIBI codificado com a letra D	133
Quadro 17 – PDC do SIBI codificado com a letra E	133
Quadro 18 – PDC do SIBI codificado com a letra F	134

Quadro 19 – PDC do SIBI codificado com a letra G	134
Quadro 20 – PDC do SIBI codificado com a letra H	135
Quadro 21 – PDC do SIBI codificado com a letra I	135
Quadro 22 – PDC do SIBI codificado com a letra J	136
Quadro 23 – PDC do SIBI codificado com a letra L	136
Quadro 24 – PDC do SIBI codificado com a letra M	137
Quadro 25 – PDC do SIBI codificado com a letra N	137
Quadro 26 – PDC do SIBI codificado com a letra O	138
Quadro 27 – PDC do SIBI codificado com a letra P	138
Quadro 28 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra A	139
Quadro 29 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra B	140
Quadro 30 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra C	140
Quadro 31 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra D	141
Quadro 32 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra E	141
Quadro 33 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra F	142
Quadro 34 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra G	142
Quadro 35 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra H	142
Quadro 36 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra I	143
Quadro 37 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra J	143
Quadro 38 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra L	143
Quadro 39 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra M	144
Quadro 40 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra N	144
Quadro 41 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra O	145
Quadro 42 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra P	145

LISTA DE ABREVIATURAS

ALA	American Library Association
ARL	Association of Research Libraries
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DDA	Demand-Driven Acquisition
DDP	Distributed Digital Preservation
DNFB	Fundação Dorina Nowill para Cegos
DRM	Digital rights management
eMAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
ERMS	Electronic Records Management System
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISO	International Organization for Standardization
LOCKSS	Lots of Copies Keeps Stuff Save
MEC	Ministério da Educação
NISO	National Information Standards Organization
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OPAC	On-line Public Access Catalog
PDA	Patron-Driven Acquisitions
PNBU	Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIBI	Sistema de Bibliotecas
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	16
1.2	JUSTIFICATIVA	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	TEORIA DE BASE	30
2.2	AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E AS SUAS COLEÇÕES	34
2.2.1	<i>As Bibliotecas Universitárias, o Desenvolvimento de Coleções e a Gestão de Coleções no mundo</i>	35
2.2.2	<i>As Bibliotecas Universitárias, o Desenvolvimento de Coleções e a Gestão de Coleções no Brasil</i>	41
2.3	POLÍTICA DE GESTÃO DE COLEÇÕES PARA LIVROS ELETRÔNICOS	49
2.3.1	<i>Planejamento e elaboração de políticas</i>	49
2.3.2	<i>Análise das coleções</i>	56
2.3.3	<i>Seleção de materiais</i>	62
2.3.3.1	<i>Aquisição</i>	73
2.3.4	<i>Manutenção de coleções</i>	84
2.3.5	<i>Gestão fiscal</i>	93
2.3.6	<i>Relacionamento com o usuário</i>	103
2.3.7	<i>Compartilhamento de recursos</i>	111
2.3.8	<i>Avaliação do programa</i>	116
2.4	CORRELAÇÃO DE MODELOS TEÓRICOS DA GESTÃO DE COLEÇÕES E DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	119
2.5	DEFINIÇÃO DE TERMOS	122
3	METODOLOGIA	125
4	RESULTADOS	129
4.1	ORDENAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	131
4.2	ORDENAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS PORTAIS DE LIVROS ELETRÔNICOS	139
5	DISCUSSÕES	146
5.1	ANÁLISE FINAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	146
5.2	ANÁLISE FINAL DOS PORTAIS DE LIVROS ELETRONICOS	153

6	PROPOSTA PARA UM MODELO DE POLÍTICA DE GESTÃO DE COLEÇÕES DE LIVROS ELETRÔNICOS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS	157
6.1	INTRODUÇÃO	158
6.2	PRINCÍPIOS GERAIS E ESPECÍFICOS	158
6.3	RELACIONAMENTO	158
6.4	GESTÃO FISCAL	159
6.5	SELEÇÃO	160
6.6	AQUISIÇÃO	161
6.7	MANUTENÇÃO	161
6.8	COMPARTILHAMENTO	163
6.9	REVISÃO	164
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
	REFERÊNCIAS	171
	APÊNDICE A – QUADRO COM DADOS DOS SIBIS DAS 63 UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS	204
	APÊNDICE B – CHECKLIST PARA SELEÇÃO DE LIVROS ELETRÔNICOS	212
	ANEXO A – CHECKLIST PARA SELEÇÃO PARA AQUISIÇÃO SIBI UFRJ	210
	ANEXO B – QUESTÕES PARA REVISÃO DE PLATAFORMA DE FORNECEDOR	214
	ANEXO C – AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIOS	215
	ANEXO D – MODELO DE TERMOS DE CONTRATO PARA UMA NEGOCIAÇÃO	216

1 INTRODUÇÃO

O livro eletrônico, como uma nova tecnologia, impôs a necessidade da elaboração de novas diretrizes, políticas, etc. para sua introdução nas bibliotecas universitárias. Para discorrer essa ideia foi proposto o tema: O livro eletrônico nas políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias federais brasileiras. Este tema foi desenvolvido a partir de pesquisa documental, descritiva e qualitativa. Foram analisados os documentos das políticas de desenvolvimento de coleções e os portais de livros eletrônicos das Bibliotecas Centrais, Sistemas de Bibliotecas de Bibliotecas das 63 universidades federais brasileiras, disponíveis *on line*. Na análise das políticas foram buscados os aspectos relativos aos livros eletrônicos e nos portais de livros eletrônicos a concretização da aquisição de livros eletrônicos por essas Instituições. Intentou-se com a análise documental captar a práxis exercida. Cotejou-se o resultado dessa pesquisa documental com o modelo teórico criado com base no referencial teórico. Objetivou-se formar um suporte teórico que pudesse subsidiar a elaboração de um modelo de política de gestão de coleções para livros eletrônicos, manuais e outros documentos de apoio para uma gestão de coleções eletrônicas em bibliotecas universitárias federais.

Na revisão de literatura dedicada ao desenvolvimento de coleções foram identificados importantes marcos do século XX que afetaram as práticas nessa área, que vão desde a explosão bibliográfica, já sentida no século XIX, até à convergência das tecnologias da informação e da comunicação. A esses fatos somaram-se fatores econômicos, tal como a crise econômica iniciada nos anos de 1970, quando começa a ser delineada a chamada Sociedade da Informação, marcadamente capitalista e fundamentada na informação. A partir desse momento as previsões de desaparecimento da biblioteca e do desenvolvimento de coleções foram aventadas, em um ambiente de crescente uso das tecnologias da informação e comunicação. Mas, pelo contrário, com os documentos eletrônicos era preciso que as bibliotecas se transformassem (MARTIN, 1990; FIGUEIREDO, 1995; VERGUEIRO, 1997; CASTELLS, 1999; CUNHA, 1999; WEITZEL, 2002), ampliando o trabalho de desenvolvimento de coleções, para um trabalho de gestão de coleções, visando continuar a garantir o atendimento das necessidades informacionais dos usuários que só aumentava, nesta “nova sociedade” (MOSHER, 1982; COGSWELL, 1987; CASTELLS, 2003, p. 119, 127, 225-226).

Assim sendo, por volta da década de 1980, o termo gestão de coleções (*management collection*) começou a ser defendido, fora do Brasil, por ser considerado um termo mais abrangente. Abarcando as funções tradicionais do desenvolvimento de coleções tais como: seleção, aquisição, avaliação e desbastamento; além das outras funções demandadas pela sociedade, como: a manutenção e preservação de coleções; gestão fiscal; relacionamento com o usuário; compartilhamento de recursos; e seus aspectos relativos às coleções eletrônicas. Essas funções eram demandadas pela impossibilidade de continuar a trabalhar as coleções da forma tradicional, devido às questões orçamentárias, ao início da implantação das novas tecnologias da informação e comunicação nas bibliotecas e as mudanças no uso das coleções, acentuadas com os documentos eletrônicos (COGSWELL, 1987; GORMAN, 1997; CASTELLS, 1999; BRANIN; GROEN; THORIN, 2000; BRANIN, 2003, p. 3-4).

Todavia, pelo mundo, até o momento os termos “desenvolvimento de coleções” e “gestão de coleções” e seus conceitos continuam em discussão, não havendo um consenso. Esses termos são usados como termos relacionados, sinônimos ou distintos (AMEEN, 2006; CORRALL, 2012; JOHNSON, 2004). Desse modo, hoje há autores que consideram a gestão de coleções como mais o abrangente (EVANS; SAPONARO, 2012); outros que veem os termos como relacionados (CORRALL, 2012), ou de forma indistinta (JOHNSON, 2014). E autores como Pastine (1996) que conceberam o desenvolvimento de coleções como um termo mais abrangente, englobando a gestão de coleções.

A despeito dessa falta de consenso, para desempenhar o trabalho com coleções nesse novo contexto, de mudanças econômicas, sociais e tecnológicas, a necessidade de redigir novas políticas e/ou diretrizes é presente. E com as coleções eletrônicas essa necessidade só aumentou. Mas, no andamento desta pesquisa, percebeu-se que essas políticas não foram elaboradas, ou não estão cumprindo a seu propósito, em algumas das bibliotecas universitárias, no Brasil e no mundo (MANGRUM; POZZEBON 2012; CORREA; SANTOS, 2015; SCANLON, 2012; FERREIRA, 2016).

No Brasil, a gestão de coleções foi discutida por poucos autores, como Vergueiro (1993) e Caribé (2008; 2014). Apesar dos poucos relatos encontrados, as questões econômicas, sociais, e tecnológicas postas pela sociedade no mundo, que justificaram a gestão de coleções (BRANIN, 2003, p. 3-4) se assemelhavam às da sociedade brasileira (FIGUEIREDO, 1995; VERGUEIRO, 1997). Assim, o mesmo tipo de trabalho poderia ter sido realizado pelo chamado desenvolvimento de coleções, se este fosse mais baseado na análise das coleções centradas no uso e no **usuário**, como, por exemplo, sugerido Figueiredo (1993, p. 102; 1994; 1999, p. 70-71, grifo nosso), cuja a visão ampla se aproximava da concepção de gestão de coleções de Cogswell (1987).

Optou-se por estudar a gestão de coleções com base em Cogswell (1987) principalmente por sua visão sobre gestão de coleções ser vista como ampla, e ideal para bibliotecas universitárias (VERGUEIRO, 1993; CORRALL, 2012). A questão norteadora da pesquisa está centrada nas práticas das bibliotecas universitárias federais em relação aos livros eletrônicos. Assim, como um estudo inicial sobre o tema, para propor subsídios para elaboração de uma política para gestão de coleções, buscou-se identificar as funções sugeridas por Cogswell (1987), que são: Planejamento e elaboração de políticas; seleção de materiais; análise das coleções; manutenção de coleções; gestão fiscal; relacionamento com o usuário; compartilhamento de recursos; avaliação do programa; e os aspectos eletrônicos propostos pela literatura de revisão, na análise das políticas e dos portais.

O resultado da pesquisa mostrou que a prática do desenvolvimento de coleções está distante da teoria sobre gestão de coleções, discutida na literatura especializada desde a década de 1980. Identificou-se na pesquisa documental, corroborada pela pesquisa bibliográfica, que a prática das bibliotecas das universidades federais brasileiras está principalmente baseada na aquisição, e nas demandas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (FERREIRA, 2016). Assim, apesar dos livros eletrônicos estarem presentes nos portais de livros eletrônicos dessas bibliotecas, estes são pouco notados em suas políticas de desenvolvimento de coleções. Propõe-se, destarte, um modelo de política de gestão de coleções de livros eletrônicos. Intenta-se, contribuir com o trabalho desenvolvido por essas bibliotecas, para que a introdução dos livros eletrônicos seja pautada em políticas, diretrizes, ou melhor, em um planejamento.

Busca-se aproximar a prática do desenvolvimento de coleções à gestão de coleções. Para além dos termos, visa-se estabelecer funções como: manutenção de coleções; gestão fiscal; **relacionamento com o usuário**; compartilhamento de recursos, e outras funções que forem demandadas para um trabalho com coleções eletrônicas, nesta sociedade. A intenção é promover um trabalho colaborativo que possa apoiar o ciclo do conhecimento nas universidades federais brasileiras.

1.1 OBJETIVOS

A pesquisa teve como objetivo geral propor subsídios para um modelo de política de gestão de coleções de livros eletrônicos em bibliotecas universitárias federais. Os objetivos específicos eram:

- a) identificar como os livros eletrônicos estão sendo abordados nas políticas de desenvolvimento de coleções, disponíveis em linha, nas Bibliotecas Centrais, ou Sistemas de Bibliotecas, das universidades federais brasileiras;
- b) traçar correspondência dessas políticas com seus os portais de livros eletrônicos;
- c) elaborar um modelo teórico com as funções de uma política de gestão de coleções para livros eletrônicos, com base no referencial teórico;
- e) cotejar modelo teórico com o empírico para propor um modelo, com as funções demandadas, neste contexto.

1.2 JUSTIFICATIVA

A discussão sobre a gestão de coleções ainda é incipiente no Brasil, apesar de sua complexidade e importância. Os documentos eletrônicos trouxeram novas perspectivas e desafios para a área de desenvolvimento de coleções e/ou gestão de coleções. Os *digital rights management (DRMs)*¹, como um dos desafios postos, poderiam ter uma melhor administração com a elaboração de políticas para coleções eletrônicas. Assim, este projeto vem da vontade de estimular a discussão sobre a gestão de coleções eletrônicas, tendo como foco os livros eletrônicos.

¹ *Digital rights management (DRM)*, "são as tecnologias, ferramentas e processos que protegem propriedade intelectual durante o comércio de conteúdo digital". Os DRMs põem empecilhos ao acesso, e a preservação da informação (JOHNSON, 2004, p. 314; RADNOR, SHRAUGER, 2012; WALTERS, 2013; SIQUEIRA, 2015).

Autores brasileiros, desde a década de 1970, mostram uma necessidade de mais ou maiores avanços no desenvolvimento de coleções no Brasil, especialmente no estabelecimento de uma prática embasada na teoria².

Na pesquisa bibliográfica da área foram encontrados poucos trabalhos que abordam a "gestão de coleções", no Brasil. Assim, esta situação configura uma "lacuna bibliográfica", já que a gestão de coleções vem sendo discutida e defendida desde a década de 1980 pelo mundo, conforme a literatura consultada. Embora a gestão de coleções seja pouco debatida no Brasil³, destaca-se em uma pesquisa⁴, sobre a terminologia da área, um termo adotado por cinco Escolas de Biblioteconomia Brasileiras: "gestão de estoques de informação". Mas, esta pesquisa concluiu, com a análise dos currículos dessas Escolas, que apesar da troca de termos os conceitos clássicos do desenvolvimento de coleções mantiveram-se.

Essa conclusão e todo o contexto acima reforçam a necessidade de um exame mais aprofundado, de uma maior discussão sobre o tema: Políticas para coleções de livros eletrônicos nas bibliotecas de universidades federais brasileiras. Assim, um estudo mais minucioso das funções propostas pela gestão de coleções como: manutenção de coleções; gestão fiscal; relacionamento com o usuário; compartilhamento de coleções e aspectos relativos às coleções eletrônicas, pode se tornar relevante, já que poderá coadjuvar na supressão da lacuna encontrada.

Aspira-se promover a discussão desse tema na Superintendência de Documentação, da Universidade Federal Fluminense, órgão onde a autora trabalha. E quiçá contribuir com a discussão que vem sendo promovida pelo "Comitê Brasileiro de Desenvolvimento de Coleções" sobre livro eletrônico. O produto dessa pesquisa poderá ser utilizado como alicerce para a construção de políticas gestão de coleções para livros eletrônicos, como base para programas, cursos e outras ações de conscientização sobre o tema, que possibilitem um engajamento efetivo e auxiliem na busca do equilíbrio entre os direitos do autor e os direitos do público, através das negociações em relação aos *DRMs* em cada instituição e, quiçá, no âmbito Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em relação as limitações e exceções para as Bibliotecas e Arquivos.

² Destacam-se Miranda (1978); Vergueiro (1987, 1993); Cunha (1999); Weitzel (2006), e Ferreira (2016).

³ Como dito por Caribé (2014, p. 41) e confirmado na revisão de literatura.

⁴ O termo "gestão de estoques de informação" é discutido e defendido nos trabalhos de Correa e Santos (2015), sobre os currículos, e no livro de Correa (2016).

Hoje, os *DRMs* são um dos fatores que dificultam uma participação maior das bibliotecas no sonho do "acesso universal à informação"⁵, que poderá contribuir para transformar essa sociedade mais igualitária. A gestão de coleções eletrônicas nas universidades brasileiras pode ajudar a administrar a aplicação desses *DRMs*. Desse modo, esse trabalho visa oferecer subsídios que poderão ser utilizados como base para construção de políticas para bibliotecas das universidades federais brasileiras e para continuidade da discussão. Podendo também ser adotado por outras bibliotecas universitárias. Assim, almeja-se contribuir para o trabalho desenvolvido por essas bibliotecas. Pretende-se colaborar com evolução desse tema em bibliotecas universitárias, através da Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade, desse Mestrado.

⁵ A UNESCO promove esse sonho (UNESCO, 2017). E a IFLA (2015) apontou ações concretas para as bibliotecas, na busca do "Acesso e oportunidade para todos", em uma Agenda para 2030.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre o escopo e o uso dos termos: “Desenvolvimento de coleções” (*Collection development*) e “Gestão de coleções” (*Collection management*) aumentou por volta dos anos 1980. O primeiro termo foi questionado por não comportar as funções demandadas pelo o aumento das necessidades informacionais em oposição à diminuição do orçamento. Assim, o segundo termo foi proposto por englobar as funções tradicionais do desenvolvimento de coleções, e incluir outras funções que estavam começando a ser mais necessárias, como: compartilhamento de recursos; manutenção e preservação, gestão fiscal, relacionamento com usuário (LYNDEN, 1980 *apud* COGSWELL, 1987; MOSHER, 1982; COGSWELL, 1987; BRYANT, 1987). Essas funções poderiam fazer partes de algumas das políticas de desenvolvimento de coleções, mas precisavam ser executadas de forma mais “sistemática, eficiente e econômica”; e é essa a proposta da gestão de coleções (MOSHER, 1982, p. 45; COGSWELL, 1987; BRYANT, 1987, tradução nossa).

Sobre o termo gestão de coleções Frederick Charles Lynden afirmou que "o desenvolvimento de coleções não é mais um termo adequado para a série de atividades relacionadas a coleção, que agora se realizam em bibliotecas" (LYNDEN, 1980 *apud* COGSWELL, 1987, p. 269). Este autor (LYNDEN 1980 *apud* COGSWELL, 1987, p. 269; LYNDEN, 1989, p.177, tradução nossa, grifo nosso) disse também que o gestor de coleções deveria se preocupar:

- a) não apenas com a seleção, mas também com o **acesso (compartilhamento de recursos)**;
- b) não só com aquisição, mas também com **manutenção e preservação da coleção**;
- c) não apenas com orçamentos, mas também com **arrecadação de fundos**;
- d) não apenas com a avaliação da coleção, mas também com as **políticas de uso**;
- e) não apenas com desbastamento, mas também com **alternativas de armazenamento**
- f) [e que] as decisões de seleção não são mais determinadas exclusivamente por questões locais, mas são afetadas por considerações estatais, nacionais e internacionais.

Lynden (1989) elencou as seguintes funções para a gestão de coleções: seleção, acesso, aquisição, manutenção de coleção/preservação, orçamentação, angariação de fundos, análise das coleções, descarte e armazenamento.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Dando continuidade aos argumentos para a adoção do termo “gestão de coleções”, Paul Mosher (1982, p. 46, tradução nossa) destacou a combinação do aumento das expectativas dos usuários, com a redução do orçamento. Esta contraposição levaria a necessidade de “otimizar em vez de maximizar” a coleção. Desse modo, para Mosher (1982, p. 46, tradução nossa, grifo nosso):

- a) o desenvolvimento de coleções busca “**maximizar**” as coleções;
- b) e a gestão de coleções visa “**otimizar**” as coleções.

Assim, este autor afirma que: “Embora nem todas as bibliotecas possam precisar de desenvolvimento de coleções como definidos acima, todas as bibliotecas precisam de gestão de coleções” (MOSHER, 1982, tradução nossa, p. 44). Assim, ele define a gestão de coleções como: “a administração sistêmica, eficiente e econômica de recursos de biblioteca” (MOSHER, 1982, tradução nossa, p. 45).

Concluindo, Mosher resume as funções da gestão de coleções em oito, descritas a seguir (MOSHER, 1982, p. 47):

- a) a preparação de um plano de gestão de coleções e uma declaração de política de desenvolvimento de coleções;
- b) o desenvolvimento de um orçamento e alocação de forma a otimizar o seu efeito sobre as necessidades e demandas dos usuários;
- c) a análise das coleções de acordo com uso;
- d) a realização de estudos de uso e usuário;
- e) a revisão das coleções para o planejamento e as decisões de gestão (preservação, armazenamento, descarte, remanejamento);
- f) o estudo da eficácia, economia e eficiência do desenvolvimento de coleções e programa de seleção;
- g) a determinação da eficácia e da eficiência da aquisição;
- h) o estabelecimento de atividades de compartilhamento de coleções.

Ressalta-se que o desenvolvimento de coleções é uma parte da gestão de coleções na visão de Mosher (1982).

Bonita Bryant (1987, tradução nossa), em artigo sobre a estrutura organizacional das bibliotecas em relação às coleções, apresenta três “posturas” que podem ser assumidas pelas bibliotecas:

- a) a “postura de aquisição que admite o mínimo de investimento de pessoal”, se limitando a adquirir aquilo que foi solicitado;
- b) a “postura de seleção” na qual a biblioteca assume responsabilidade pela seleção das coleções, analisa e antecipa as demandas da comunidade;

c) e a “postura de gestão e desenvolvimento de coleções” que envolve as funções de desenvolvimento de coleções, somadas a “preservação”, “compartilhamento de recursos”, “análise do orçamento, alocação”, numa gestão sistemática dessas funções; onde a relação com o usuário é mantida, visando uma gestão otimizada das coleções (BRYANT, 1987, p.115-119, tradução nossa).

Assim, para Bryant (1987) a gestão de coleções também incluiria um conhecimento para além da coleção de referência, e uma “instrução bibliográfica especializada para pesquisadores em potencial” (BRYANT, 1987, p. 116, tradução nossa). Esta visão demandaria da gestão de coleções um trabalho de maior relacionamento, ligação com usuário. Este trabalho, no Brasil, é geralmente realizado pelos bibliotecários da Referência. O relacionamento com usuário, na gestão de coleções, será apresentado na visão Cogswell (1987) e outros autores ao longo da argumentação sobre gestão de coleções⁶.

Pensando sobre coleções no contexto das bibliotecas universitárias e considerando as funções demandadas a esse tipo de biblioteca, Cogswell (1987) sistematizou os trabalhos de Lynden, Mosher e Bryant (1980; 1982; 1987), e sugeriu que para o trabalho com coleções, para a “gestão de coleções” seriam necessárias, “pelo menos”, oito funções, apresentadas abaixo:

- a) planejamento e elaboração de políticas (*Planning and policy making*);
- b) seleção de materiais (*Materials selection*);
- c) análise das coleções (*Collection analysis*);
- d) manutenção de coleções (*Collection maintenance*);
- e) gestão fiscal (*Fiscal management*);
- f) relacionamento com o usuário (*User liaison*);
- g) compartilhamento de recursos (*Resource sharing*);
- h) avaliação do programa (*Program evaluation*) (COGSWELL, 1987, tradução nossa).

⁶ A prática de relacionamento com usuário dentro da gestão de coleções, foi colocada por Bryant (1987), e que foi ressaltada por Cogswell (1987), está sendo desenvolvida pelos bibliotecários de ligação (*liaison librarian*) como será visto na revisão de literatura (SHEN, 2012, JAGUSZEWSKI; WILLIAMS, 2013; CORRALL; LESTER, 2013). Os bibliotecários de ligação são bibliotecários acadêmicos designados para um ou mais departamentos acadêmicos servindo de intermediário entre a faculdade e a biblioteca. “As responsabilidades de ligação podem incluir instruções bibliográficas, desenvolvimento de coleção (incluindo recursos de referência e eletrônicos), conscientização atual e treinamento de professores no uso de recursos da biblioteca” (LIAISON, 1996). O assunto bibliotecário de ligação será desenvolvido na seção 2.3.6, “Relacionamento com o usuário”.

A gestão de coleções em bibliotecas de pesquisa e/ou universitárias para Cogswell (1987, p. 269) deveria incluir todos os setores da biblioteca, visando atingir os objetivos da instituição mantenedora, sendo assim uma gestão sistemática⁷.

Mas contrariando os autores apresentados até aqui, Pastine (1996, p. 2, tradução nossa) apresenta o termo “desenvolvimento de coleções” como mais abrangente que o termo “gestão de coleções” (AMEEN, 2005, p. 59, tradução nossa), e assim o primeiro termo incluiria:

Gestão de coleções e planejamento; acesso x propriedade e desenvolvimento de biblioteca eletrônica; aquisições e encomendas; alocações, orçamento e custo, e fórmulas; planos de aprovação e fornecedores; cooperação e compartilhamento de recursos; *Conspectus*⁸ e políticas; seleção, cancelamento e desbastamento; organização e pessoal; estudos de usuários e avaliação e de coleções; comunicação acadêmica e sua relação com o desenvolvimento da coleção; preservação e conservação; instalações espaço e armazenamento (PASTINE, 1996, p. 2, tradução nossa).

Pastine (1996, p. 2, tradução nossa) afirmava que esses tópicos deveriam fazer parte de um programa de desenvolvimento de coleções “no novo ambiente” eletrônico.

Porém, apesar dessa visão mais abrangente de “desenvolvimento de coleções”, a defesa da “gestão de coleções” continuou a ser realizada por outros autores. Seetharama (1997, p.12, tradução nossa) colocou a questão: “O que o futuro reserva para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas e outras instituições de informação”? E respondeu que “talvez, uma das melhores respostas poderia ser vista na lista de oito funções, da gestão de coleções de Cogswell” (1987). Este autor afirmou também que o desenvolvimento de coleções é percebido como uma concepção mais apropriada a épocas anteriores. E defendendo a gestão de coleções argumentou que:

[...] gestão de coleções agora é um conceito mais adequado, que vai além de uma política de aquisição de materiais, políticas de armazenamento, preservação, desbastamento e descarte de estoque. Em vez da seleção e da aquisição, a gestão de coleções enfatiza a *manutenção e a gestão* sistemáticas da coleção existente da biblioteca (SEETHARAMA, 1997, p.12, tradução nossa, grifo nosso).

⁷ A palavra “sistemática” é vista aqui com a “ideia de sistema que lembra conectividade, integração e totalidade”; ou sistema como partes combinadas “para uma finalidade” (CHIAVENATO, 1987, p. 38; 2003, p; 473-496, tradução nossa).

⁸ O *Conspectus* é um “modelo”, uma “ferramenta” que pode ser usada na gestão de coleções (IFLA, 2001; CARIBÉ, 2014).

A sistematização da função⁹ de manutenção é um diferencial nas coleções eletrônicas, assim esta função deve exercida de forma contínua, iniciada desde a aquisição. Envolve o monitoramento da disponibilidade dos itens para promoção do acesso, como será visto na seção: *2.3.4 Manutenção de coleções*.

Gorman (1997, 2003) também afirma que a gestão de coleções teria um escopo maior que o desenvolvimento de coleções, incluindo a: “alocação de recursos; processamento técnico; preservação e armazenamento; desbastamento e descarte; e monitoramento e encorajamento do uso da coleção”. Mas ressaltou que os dois termos também são vistos como sinônimos. Entretanto, este autor indicou que a crescente preferência do uso termo “gestão de coleções” se devia não só ao seu escopo mais amplo, “que inclui também o *desenvolvimento de sistemas e a novas tecnologias, mas também a uma mudança de paradigma ‘de coleções institucionais locais para bibliotecas em um ambiente de rede’*” (GORMAN, 1997; 2003 *apud* CORRALL, 2012, p. 5, tradução nossa, grifo nosso).

Por esses e outros argumentos, Branin e outros (2000) dizem que o termo “gestão de coleções” começou a ser reconhecido pela Biblioteconomia em meados dos anos de 1980, abrangendo:

[...] teoria e prática de desenvolvimento de políticas de coleção, alocação de orçamento de materiais, seleção, análise de coleção, uso da coleção e estudos de usuários, organização de coleção, desenvolvimento de pessoal, preservação e desenvolvimento cooperativo de coleção (BRANIN; GROEN; THORIN, 2000, p. 3-4, tradução nossa).

Johnson (2004) afirmou que o termo “gestão de coleções” foi proposto como um termo mais abrangente que incluiria o: desenvolvimento de coleções; desbastamento; cancelamento de seriados; armazenamento e preservação; e também “a organização e atribuição de responsabilidades para sua prática”. Mas diz usar os termos: “desenvolvimento de coleções” e “gestão de coleções” como sinônimo, ou em conjunto (2004, p. 1-2, tradução nossa). Entretanto, esta autora afirma que o termo “gestão de coleções” abrange “todas as decisões tomadas após um item fazer parte da coleção” (JOHNSON, 2004, p. 138, tradução nossa).

Branin (2003) considera três fatores como responsáveis pela "evolução do desenvolvimento de coleções para gestão de coleções" conforme segue:

⁹A palavra função será vista como: “(2) Responsabilidade inerente a uma pessoa no que tange às suas atribuições na organização (DUARTE, 2011)”.

- a) primeiro, a situação orçamentária restritiva tornou impossível a criação de coleções indiscriminadamente. E os bibliotecários foram obrigados a revigorar e gerenciar recursos escassos, enfatizando na “gestão”;
- b) em segundo lugar, ficou claro, ou pelo menos mais claro, que a pesquisa e o uso das coleções da biblioteca estavam mudando; [...]
- c) um terceiro fator que influenciou a evolução do desenvolvimento e gestão de coleções foi a revolução da tecnologia da informação. [...] A criação de catálogos de bibliotecas *on-line* e a automação da circulação e serviços técnicos que começaram em algumas bibliotecas no início da década de 1970, e alcançaram uma velocidade considerável nos próximos vinte anos (BRANIN, 2003, p. 3-4, tradução nossa).

Branin (2003, tradução nossa) aponta a continuidade dessa “evolução” com o termo “gestão do conhecimento”. O autor propõe que os bibliotecários da administração, da gestão de coleções, da referência ou dos serviços técnicos assumam o seu papel de gestores do conhecimento transpondo as delimitações desses serviços para atender as necessidades informacionais do século XXI. Para Branin (2003) os bibliotecários deveriam participar mais das pesquisas, exercendo uma atividade educativa, preservando e compartilhando os dados. Essa concepção se aproxima da visão de Cogswell (1987) onde o relacionamento com usuário, a preservação e o compartilhamento de recursos são expoentes¹⁰.

Genoni (2004, p. 303-304, tradução nossa) ampliou o uso do termo gestão de coleções dizendo que:

As bibliotecas devem agora avançar para estender a 'normalização' do conteúdo digital dentro das práticas de gestão de coleções, para incluir o conteúdo de repositórios institucionais [...] existem várias práticas padrões de gestão de coleção que podem ser facilmente adaptadas para incorporar o conteúdo de repositórios institucionais.

Essas incluem:

- a) a negociação de prioridades de conteúdo com os usuários;
- b) a descrição e definição das prioridades das coleções;
- c) a avaliação do desempenho da coleção;
- d) as decisões relacionadas ao acesso;
- e) a gestão da conservação e preservação (GENONI, 2004, p. 303-304).

Continuando a discussão sobre a amplitude, semelhanças e diferenças entre os termos “desenvolvimento de coleções” e “gestão de coleções”, Ameen (2006) sintetizou que esses termos vêm sendo utilizados de três maneiras:

¹⁰ As ideias de Cogswell (1987) e Branin (2003) estão sendo realizadas por alguns bibliotecários pelo mundo, como será visto mais afrente. Assim, bibliotecas estão se tornando espaços colaborativos de ensino, e pesquisa, onde os bibliotecários oferecem produtos e serviços centrados no usuário (CORRALL; LESTER, 2013, p. 7).

Em primeiro lugar, a utilização crescente da gestão de coleções como um termo abrangente, incluindo o desenvolvimento de coleções como parte dela; em segundo, o uso de ambos os termos como sinônimos; e em terceiro, usá-los juntos como "desenvolvimento e gestão de coleções" ou "gestão e desenvolvimento de coleções" (2006, p. 58, tradução nossa).

Ameen (2006, p. 59) concluiu que desde a década de 1990 os autores preferem usar o termo “gestão de coleções” no contexto das bibliotecas híbridas, ou seja, compostas por coleções impressas e eletrônicas. Esta informação condiz com a argumentação colocada por Gorman (1997, p. x *apud* CORRALL, 2012, p. 5).

Mas Corral (2012, p. 3-5, tradução nossa, grifo nosso) na análise do conceito de desenvolvimento de coleções, na chamada “*digital age*”, apresenta diferenças nos níveis estratégico, tático e operacional desse termo, e conclui que:

[...] pesquisadores e profissionais continuam a usar o termo desenvolvimento de coleções, e o argumento para substituí-lo pela gestão de coleções é inconclusivo. *Os profissionais geralmente diferenciam o desenvolvimento de pessoal, da gestão de pessoal, então não há razão para que não devam continuar a diferenciar aspectos de desenvolvimento e gestão de nosso trabalho com coleções.*

E continua a pontuar que “apesar das confusões e ambiguidades evidentes na literatura” sobre termo “desenvolvimento de coleções” e o termo “gestão de coleções”, alguns pontos são recorrentes, como:

Alguns autores veem os dois conceitos como relacionados, mas distintos; outros enxergam a gestão de coleções como um termo mais amplo que inclui desenvolvimento de coleções; e muitos considerando esse argumento, simplesmente substituem-no por gestão da coleção; enquanto outros simplesmente veem os termos como permutáveis (CORRALL, 2012, p. 3, tradução nossa).

Esses pontos reiteram Ameen (2006). Corral (2012, p. 4, tradução nossa) continua a discorrer, destacando a amplitude da visão de Cogswell (1987), que incluiria as oito funções, e a ideia que a gestão de coleções:

[...] deve ser reconhecida como um programa que permeia todas as áreas da biblioteca, e que deve ser justamente a preocupação de todos os profissionais da biblioteca acadêmica, incluindo assim “instrução bibliográfica, pesquisa *on-line* e serviço de referência”.

No entanto, Corral (2012) diz “que embora na prática, todas essas atividades sejam claramente baseadas nas coleções, hoje, geralmente, elas não são vistas como parte do processo de gestão de coleções, mas como serviços significativos fornecidos pelas bibliotecas” (CORRALL, 2012, p. 4, tradução nossa). Ou seja, diferente do que foi sugerido por Cogswell (1987) e Branin (2003) os serviços da maioria das bibliotecas continuam *desconexos*. O trabalho de relacionamento com usuário continua, geralmente, limitado aos bibliotecários de referência.

Ainda em 2012, Evans e Saponaro (2012, p. 35, tradução nossa) afirmam que: “Preferem o termo gestão de coleções porque reflete todos os aspectos necessários para a criação e manutenção efetiva das coleções das bibliotecas atuais, do começo ao fim”. Esses aspectos incluem: avaliação das necessidades dos usuários; seleção de materiais; aquisição de materiais; análise das coleções; cooperação, colaboração e consórcios; questões sobre recursos eletrônicos e tecnologia; preservação; questões legais (incluindo acessibilidade); e acesso, ética e liberdade intelectual (EVANS; SAPONARO, 2012, tradução nossa). Os autores reconhecem que a gestão de coleções:

É mais abrangente [...] ela adiciona elementos como preservação em longo prazo, aspectos legais do uso, acesso a materiais e esforços colaborativos com outros, para oferecer o acesso mais econômico possível. Essa nova definição é mais ampla e dá ênfase à construção de coleções em longo prazo (oportunas e econômicas) e à busca de recursos de informação internos e externos (EVANS; SAPONARO, 2012, p. 36, tradução nossa).

Assim, os autores também apresentam o desenvolvimento de coleções como parte da gestão de coleções, estando o primeiro subjacente ao segundo termo, como colocado por Mosher (1982), Gorman (1997, 2003 *apud* Corral, 2012); Johnson (2004) e Ameen (2006).

Johnson (2014, p. 1, tradução nossa) diferente de 2004, distinguiu de forma mais explícita os dois termos, e assim para ela agora:

O desenvolvimento de coleções abrange diversas atividades relacionadas ao desenvolvimento das bibliotecas, incluindo a seleção, a determinação e a coordenação da política de seleção, avaliação das necessidades dos usuários e usuários potenciais, gestão orçamental, identificação das necessidades da coleção, sensibilização e relacionamento com usuários, planejamento para compartilhamento de recursos, e talvez revisão e negociação de contratos de recursos eletrônicos.

Já o termo “gestão de coleções”, embora a autora tenha apresentado como um termo “guarda-chuva”, ou seja, mais abrangente, “sob o qual o desenvolvimento da coleção é subsumido” (JOHNSON, 2014, p. 1, tradução nossa) é definido, em 2014, como aquele que:

Abrange as decisões sobre desbastamento, cancelamento de seriados, armazenamento e preservação e as atividades que informam essas decisões, tais como: estudos de uso, e avaliação de custo/benefício (JOHNSON, 2014, p. 1, tradução nossa).

Dessa forma, a autora parece tomar uma posição mais patente na discussão sobre os termos, diferenciando duas fases. Mas, apesar dessa distinção, a autora continua a usar os dois termos juntos, e/ou como sinônimos, com já usava em 2004.

Cabe registrar que na metade da década de 1990 surgiu a expressão "*electronic resource management*", que designa um conjunto de práticas e teorias usadas para lidar com a seleção, aquisição, preparação para acesso, manutenção, uso, avaliação, retenção e desseleção¹¹ de recursos eletrônicos. As referências teóricas da "*electronic resource management*" tem por base o desenvolvimento e a gestão de coleções. A *electronic resource management* propõe a participação de todo pessoal da biblioteca, demandando dos profissionais envolvidos um trabalho mais sistemático, sincronizado e interdisciplinar (CRONEIS; HENDERSON, 2000; YU; BREIVOLD (Ed.), 2008; STONE; EMERY, 2011; EMERY; STONE, 2013; DINOTOLA, 2016). Neste contexto, destaca-se o projeto: "*Techniques For Electronic Resource Management (TERMS)*", que está sendo construído em *crowdsourcing*, e reunir as boas práticas da área, de bibliotecários da Inglaterra e dos Estados Unidos; contou também com a participação de profissionais de outros países, inclusive do Brasil. Este Projeto "é uma tentativa de criar uma série de práticas contínuas de gerenciamento de recursos eletrônicos em bibliotecas" (EMERY; STONE, 2013). *TERMS*, na sua criação em 2008, abrangia:

- a) investigação novos conteúdos para compra / adição;
- b) aquisição de novo conteúdo;
- c) implementação;
- d) avaliação contínua e acesso;
- e) revisão anual;
- f) cancelamento e substituição (STONE; EMERY, 2011, tradução nossa).

Hoje, está sendo construída uma nova versão, o *TERMS 2.0*, dividida em:

- a) investigação novos conteúdos para compra ou adição;
- b) aquisição de novo conteúdo;
- c) implementação;
- d) avaliação contínua, acesso e revisão anual;
- e) solução de problemas;
- f) **preservação** (EMERY; STONE, 2013; EMERY; STONE, 2017; EMERY; MCCRACKEN; STONE, 2017, tradução nossa, grifo nossos).

Nessa nova versão, evidencia-se a inclusão da preservação. Assim, a prática e a teoria da *electronic resource management* podem ser apropriadas pela gestão de coleções eletrônicas.

Mas enquanto o debate sobre os termos de desenvolvimento de coleções e gestão de coleções ainda perduram na literatura estrangeira, desde a década de 1980 até a atualidade, sem que se tenha chegado a um denominador comum, no Brasil esse debate não tem sido tão expressivo.

¹¹ Desbastamento, seleção negativa.

Destarte, o uso do termo “desenvolvimento de coleções” é hegemônico. Sendo usado por Figueiredo (1992; 1993; 1999), Vergueiro (1993, 1997), Weitzel (2002, 2006, 2013), e outros textos desses autores; bem como, pela maioria dos autores brasileiros da área.

O termo gestão de coleções do inglês *collection management* foi traduzido e usado no Brasil como: “administração de coleções” (FIGUEIREDO, 1992); (VERGUEIRO, 1993); “gerenciamento de coleções” (CARIBÉ, 2008; 2014); e “gestão de coleções” (CORREA; SANTOS, 2015; SANTA ANNA, 2015) conforme a época. Este fato aconteceu também na área de administração onde o termo *management*, também foi traduzido como: “administração”, “gerenciamento”, e atualmente o termo mais utilizado é “gestão”¹². No *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação* o termo "desenvolvimento de coleções" é indicado como termo autorizado, talvez pelo uso majoritário na literatura da área. Mas uma de suas remissivas é o termo "gestão de coleções", não havendo remissivas para o termo "gerenciamento de coleções". Este Tesouro recomenda também a substituição do termo "gerenciamento" pelo termo "gestão" (PINHEIRO; FERREZ, 2014).

Na obra de Figueiredo, de 1992, foi encontrada apenas uma breve menção da chamada “administração de coleções”. Mas em toda a obra de Figueiredo (p. ex.:1993¹³, p. 31,102; 1994; 1999, p. 70-71), percebe-se uma concepção abrangente do desenvolvimento de coleções, próxima da visão de gestão de coleções, e compatível com as demandas sociais que estavam surgindo (FIGUEIREDO, 1995; VERGUEIRO, 1997).

Assim, em um artigo sobre “modelos” e “abordagem” do “desenvolvimento de coleções”, Vergueiro (1993, p.17-18) analisou o texto de Cogswell (1987) onde foi destacada a incapacidade do termo “desenvolvimento de coleções” de abarcar a gama de atividades envolvida no trabalho com coleções em bibliotecas universitárias. Vergueiro (1993) citou Lynden (1980) e Mosher (1982), que coadunavam com a ideia da insuficiência do termo “desenvolvimento de coleções”. Para Vergueiro (1993) a visão de Cogswell (1987) era voltada especialmente para bibliotecas acadêmicas e/ou de pesquisa.

¹² Valeriano (2009, p. 15) e Dias (2011) analisando a área de administração, confirmam essa afirmação, e mostram a tendência da tradução desse termo de acordo com período vivido.

¹³ Veja quadro 10 – Comparativo dos modelos teóricos.

Caribé (2008, p. 27) traduzindo o termo *collection management* como “gerenciamento de coleções”, resumiu que o:

Desenvolvimento de coleções ou gerenciamento de coleção, termo mais adotado a partir da década de 80, consiste na criação e aplicação de políticas, na tomada de decisões relacionadas direta ou indiretamente com a coleção, a avaliação do uso, a gestão dos recursos compartilhados, a cooperação, a avaliação do programa e a gestão fiscal (JOHNSON, 2004 *apud* CARIBÉ, p. 27).

Caribé (2008; 2014), talvez por influência Johnson (2004), usa os dois termos juntos, e/ou como sinônimos, apesar de pontuar uma evolução dos termos, como pode ser visto em 2014, onde Caribé retorna a questão, e afirma que:

Na literatura estrangeira observa-se que na década de 1920, esse era denominado processo de seleção; em um segundo momento, por volta das décadas de 1960 e 1970, de desenvolvimento de coleções (*collection development*) e, a partir da década de 1980, de gerenciamento de coleções (*collection management*) (EVANS; SAPONARO, 2005 *apud* CARIBÉ, p. 40).

E declara que: “No Brasil, lamentavelmente, pesquisa-se e escreve-se pouco sobre o assunto” (CARIBÉ, 2014, p. 41).

Entretanto, Correa e Santos (2015, p. 343-355, grifo nosso) identificaram uma mudança terminológica nos currículos de Biblioteconomia no Brasil, na análise de 37 cursos, onde foram levantadas as seguintes nomenclaturas para disciplinas da área de desenvolvimento de coleções: “Gerenciamento de Acervos Informacionais”, “**Gestão de Estoques Informacionais**”, “Gestão de Acervos Informacionais” e “**Gestão da Coleção**”. Mas, as autoras constaram que apesar da mudança terminológica, as ementas refletiam os conceitos tradicionais de “formação e desenvolvimento de coleções”. As autoras defendem o termo “gestão de estoques de informação”, com o argumento da busca de uma “visão administrativa das atividades” da área. E afirmam que este termo foi adotado por cinco cursos. Correa e Santos (2015) ressaltam a importância da continuidade da discussão sobre a mudança de termos, e dos conceitos. Correa (2016) continua a defesa do termo “gestão de estoques de informação” em um livro.

Conclui-se que a discussão sobre os termos precisa avançar no Brasil, como no mundo, pois os desdobramentos ainda são inconclusivos, assim o estudo da teoria e prática é um caminho para o desfecho ou consolidação na área.

2.1 TEORIA DE BASE

Apesar da discussão sobre os termos “desenvolvimento de coleções” e “gestão de coleções” ainda não ter sido concluída, nesta pesquisa o segundo termo será adotado com base no exposto na seção 2; destaca-se a questão de o termo ser considerado mais amplo, incluindo as funções do desenvolvimento de coleções e outras funções demandadas pela sociedade, como: Manutenção de coleções; gestão fiscal; compartilhamento de recursos, aspectos eletrônicos, e relacionamento com usuário (LYNDEN, 1980 *apud* COGSWELL, 1987; LYNDEN, 1989; MOSHER, 1982; BRYANT, 1987; GORMAN, 1997, 2003 *apud* CORRALL, 2012; JOHNSON, 2004; AMEEN, 2006; EVANS; SAPONARO, 2012).

Como exposto, estas funções foram demandas por questões sociais, econômicas, e tecnológicas que influenciam o trabalho com coleções e fizeram com que o termo “gestão de coleções” fosse visto como mais adequado às demandas da sociedade, onde uma gestão mais sistemática das coleções precisava ser realizada (LYNDEN, 1980 *apud* COGSWELL, 1987; LYNDEN, 1989; MOSHER, 1982; GORMAN, 1997, 2003 *apud* CORRALL, 2012; SEETHARAMA, 1997; BRANIN, 2003; AMEEN, 2006).

Destaca-se a visão de Cogswell (1987, p. 269, tradução nossa, grifo nosso) que também não conclui a discussão em relação ao uso dos dois termos, mas disse que:

Seja qual for a terminologia, é claro que a moderna gestão das coleções de bibliotecas de pesquisa não pode ser vista como uma série de tarefas *estritamente definidas ou isoladas, reservadas a alguns especialistas*. Em vez disso, deve ser reconhecida como um *programa que permeia todas as áreas da biblioteca*, e que deve ser justamente a preocupação de *todos* os profissionais da biblioteca acadêmica. *Para o propósito deste estudo, o termo “gestão de coleções” será utilizado para se referir a este conceito, que é definido como a gestão sistemática do planejamento, composição, financiamento, avaliação e uso de coleções de bibliotecas durante longos períodos de tempo, para atender a objetivos institucionais específicos.*

Assim, será esta a visão de gestão de coleções adotada por esta pesquisa, por esta apresentar uma sistematização das ideias de alguns dos precursores da gestão de coleção, como: Lynden (1980), Mosher¹⁴ (1982), e Bryant (1987) e por seu modelo teórico ter sido considerado próprio para as bibliotecas universitárias (VERGUEIRO, 1993, p.18; CORRALL, 2012, p. 4). A seguir as oito funções da gestão de coleções descritas por Cogswell (1987), são apresentadas:

¹⁴ Paul Mosher é considerado como um dos responsáveis pelo reconhecimento da gestão de coleções como um campo funcional da Biblioteconomia, no início dos anos de 1980 (BRANIN, 2000).

- a) o “**planejamento e elaboração de políticas de gestão de coleções**” deve ser parte do planejamento estratégico de uma biblioteca acadêmica ou de pesquisa, estando em consonância com o planejamento estratégico da Universidade. Deve-se encorajar a participação da equipe na elaboração do planejamento, visando um sentimento pertencimento, que estimula a colaboração e o seu cumprimento. Mas, apesar da relevância da formalização e divulgação da Política de Gestão de Coleções, muitas bibliotecas ainda não concretizaram este documento. Estando muitas dessas políticas ainda “nas mentes dos responsáveis”. Mas a publicização é um princípio básico de um programa de política de gestão de coleções. O potencial deste documento “como ferramenta para promover uma melhor comunicação com os membros do corpo docente, para servir como partes integrantes de propostas de subvenção” e apoio nos “esforços de lobby orçamental” é pouco explorado. Assim, a inclusão da Política de Gestão de Coleções, ou pelo menos seu resumo, no Planejamento Estratégico Institucional deve ser buscada. Desse modo, o documento de Política de Gestão de Coleções é um pré-requisito fundamental para toda gestão de coleções (COGSWELL, 1987, p. 269, tradução nossa).
- b) a “**análise das coleções**” deve captar as forças e as fraquezas da coleção. Essa tarefa deve ser parte de toda gestão de coleções, tornando-se periódica. Na avaliação busca-se identificar se a coleção ainda é adequada às necessidades atuais da instituição e/ou dos usuários. O gestor de coleções precisa estar atento às mudanças do seu público, tentar antecipar-se e readequar as coleções. As informações para análise podem ser obtidas com base em medidas quantitativas dos sistemas automatizados de circulação e catálogos *on-line*. Assim, como os dados de empréstimo entre bibliotecas e outros compartilhamentos de recursos. De modo, a determinar como a coleção está atendendo as necessidades da “clientela local e das outras bibliotecas cooperadas”. Além dos dados quantitativos, pode-se fazer uso de dados qualitativos, com o uso de: “Questionários, pesquisas formais e entrevistas pessoais informais com os clientes”, esses dados poderão equilibrar a subjetividade dos dados quantitativos (COGSWELL, 1987, p. 269, 271, tradução nossa).
- c) a função de “**seleção de materiais**” é por natureza uma necessidade em bibliotecas acadêmicas e/ou de pesquisa. Com as novas tecnologias da informação e da comunicação, e o aumento da disponibilidade de informação, a ênfase passará a ser o acesso. Assim, apesar de no futuro as bibliotecas continuarem a “crescer”, a ideia de construir grandes coleções, presenciais e físicas é coisa do passado. A necessidade de selecionar é cada vez maior, exigindo do “especialista em coleção” mais tempo no estabelecimento e aplicação dos critérios para cada tipo de material da coleção. Como argumentou Lynden, o gestor de coleção deve trabalhar hoje “não só com a seleção, mas também com o acesso (compartilhamento de recursos)”. Desse modo, “embora a natureza das coleções de pesquisa exija sempre a seleção de materiais, esta função irá diminuir de importância como a tarefa principal e a última fonte de orgulho de muitos especialistas em coleções”¹⁵.

¹⁵ Cogswell (1987, tradução nossa; grifo nosso) falava dos especialistas em assunto ou língua, daquela época, que tinham como função supervisionar o “**crecimento**” das coleções. Como Cogswell previu os “especialistas em coleção” estão deixando de existir, talvez por razões econômicas. Hoje uma tendência que está influenciando a seleção são o *patron driven acquisitions*

- a **aquisição** não é uma função estabelecida no modelo teórico de Cogswell (1987)¹⁶, mas, neste trabalho em vários momentos ela é citada. Cogswell enfatiza a necessidade da figura do especialista em coleção, bibliógrafo, e/ou bibliotecário de seleção na execução da função aquisição, assim, o autor afirma que apesar dos “planos de aprovação” serem vistos como uma “estratégia para garantir a pontualidade, disponibilidade e cobertura de novos títulos”, agilizando o processo de aquisição, “os planos de aprovação provavelmente não seriam suficientes para fornecer a supervisão necessária” a esse processo e poderiam causar falhas na aquisição, caso os bibliotecários responsáveis pela seleção não exercem seu papel (COGSWELL, 1987, p. 271-273, tradução nossa).
- d) a “**manutenção de coleções**”, que já era importante, agora passa a ter um papel fundamental na gestão de coleção. Assim, a “re-seleção”, isto é, a capacidade “de decidir quais materiais existentes na coleção devem ser preservados, descartados ou mantidos, para melhor servir as necessidades acadêmicas atuais e futuras”, deve ser uma das prioridades. Mas “[...] após décadas de estarem preocupadas com a construção de coleções, algumas bibliotecas de pesquisa estão encontrando dificuldades para mudar a mentalidade de aquisição, e partir para uma mentalidade de preservação e manutenção”. Mas, com a realidade imposta¹⁷ os “especialistas em coleção” e/ou gestores de coleção deverão empregar maior tempo a função de manutenção de coleções. Para tal, deve-se prever a necessidade de pessoas para a função de manutenção de coleções, que poderão ser membros da “divisão” de gestão de coleções, ou de outra. Mas, caso este serviço faça parte de outra divisão, destaca-se a importância de uma relação de colaboração entre estas divisões (COGSWELL, 1987, p. 270, tradução nossa).
- e) a “**gestão fiscal**” deve incluir além da orçamentação, a busca por uma complementação do orçamento. Assim, a solicitação de subsídios, doações, e o cultivo de doadores devem ser considerados partes das competências dos “gestores de coleções”. Para tal, a “organização da biblioteca” deve facilitar a comunicação, os relacionamentos. Pois, com a indistinção das contas nas universidades e a centralização do orçamento, a disputa para a partilha de fundos de despesas tornou-se acirrada. Assim, a gestão fiscal é cada vez mais necessária, já que uma boa gestão fiscal é um teste da eficácia global de qualquer organização. Os “modernos sistemas de contabilidade automatizados” possibilitam a descentralização das responsabilidades fiscais, mas mantem a possibilidade controle dos diretores. O que oferece uma autonomia aos gestores de coleções, mas aumenta a sua responsabilidade fiscal. Assim, os gestores de coleções terão que ter agora uma participação mais ativa nos “processos de tomada de decisão para a atribuição e gestão dos fundos” para aquisição (COGSWELL, 1987, p. 270, tradução nossa).

e o *demand-driven model of acquisition*, como será apresentado na revisão de literatura. Esta tendência está colocando a função de seleção nas mãos do usuário.

¹⁶ Nas bibliotecas analisadas por Cogswell (1987) a aquisição fazia parte de uma outra “divisão”, setor, seção da biblioteca. Mas segundo a análise de Cogswell (1987) para que o processo de aquisição acontecesse de forma eficiente seria necessário que tivesse o apoio do bibliotecário responsável pela função de seleção.

¹⁷ A realidade imposta, pode resumida nas: dificuldades econômicas, as novas tecnologias da informação e da comunicação, e as mudanças no uso das coleções, que levaram a mudança do paradigma custodial para o paradigma pós-custodial (BRANIN, 2003; COGSWELL, 1987; CARVALHO; SILVA, 2009).

- f) o “**relacionamento com o usuário**” hoje é uma necessidade cada vez mais premente para a gestão de coleções, pois o “tamanho e complexidade das bibliotecas de pesquisa modernas, juntamente com o rápido desenvolvimento de novas tecnologias, levaram a demandas por serviços mais *individualizados* para os clientes”, visando o melhor atendimento das suas necessidades informacionais. Assim, “construir e manter as coleções, para atender a uma gama cada vez maior de usuários, requer uma interação e estudo formal dos usuários da biblioteca e seus padrões de uso”. Desse modo, além da relação tradicional já mantida com os docentes, a gestão de coleções agora deve buscar manter um relacionamento com todos os outros usuários¹⁸. Assim, Cogswell (1987), aprimorando uma posição de Bryant (1987) afirma que os:

“Gestores de coleções devem, portanto, tomar medidas para proporcionar uma maior ligação com todos os tipos de usuários da biblioteca, talvez fornecendo instruções bibliográficas, pesquisa *on-line* ou serviço de referência regularmente” (COGSWELL, 1987, p. 270, tradução nossa).

- g) é cada vez mais evidente a necessidade de “**compartilhamento de recursos**”. Mas,

no passado, a cooperação com bibliotecas era vista como cara, demorada e sem benefícios mútuos para todas as partes. Consequentemente, embora o compartilhamento de recursos tenha sido um objetivo expresso das bibliotecas de pesquisa por anos, muitas instituições têm feito esforços para cooperar somente quando forçados a fazê-lo, por circunstâncias além do controle. Contudo, é cada vez mais evidente que a promoção e a manutenção da cooperação, com outras coleções nacionais, internacionais e internacionais de pesquisa são essenciais para a futura viabilidade de todas as bibliotecas (COGSWELL, 1987, p. 270-271, tradução nossa).

Assim, o “estabelecimento de consórcios de bibliotecas” e o “crescimento de redes bibliográficas” poderão ser base para uma “gestão de coleções cooperativa entre bibliotecas” (COGSWELL, 1987, p. 271, tradução nossa).

- h) a “**avaliação do programa**” de gestão de coleções deve ser feita “regularmente”, “para garantir que todo o programa continue a ser uma característica integral e dinâmica da biblioteca”. A “automação” permitiu o uso dos dados estatísticos da “circulação”, “empréstimo”, dos “catálogos *on-line*” e do “empréstimo entre bibliotecas”. Estes dados “podem ajuda determinar na medida em que uma coleção atende às necessidades de ambas as clientelas, local e das outras bibliotecas cooperadas para o compartilhamento de recursos”. Além, desses dados quantitativos, os dados qualitativos também podem ser usados “na revisão e redirecionamento do planejamento e da política de gestão de coleções” (COGSWELL, 1987, p. 271, tradução nossa).

¹⁸ Como dito, os bibliotecários de ligação (*liaison librarian*) fazem a conexão entre a coleção, ou melhor, a informação e o usuário. O modelo do bibliotecário incorporado (*librarian embedded*) tem como base o conceito de jornalista incorporado, que é aquele que durante o tempo de guerra “integra-se a unidade militar, ganha uma melhor compreensão do vocabulário e manobras militares, desenvolve camaradagem com as tropas e enriquece relatórios de notícias com informações em primeira mão”. Desse modo, o bibliotecário se incorporaria a um projeto de pesquisa em desenvolvimento apoiando de forma mais próxima do seu desenrolar (HELMS; WHITESELL, 2013). Os “bibliotecários de ligação” (*liaison librarian*) e os bibliotecários incorporados (*embedded librarian*) são uma tendência cada vez mais evidenciada, como um trabalho de relacionamento, que coloca o usuário/cliente como centro, da coleção/biblioteca. Assim, a “*user liaison*” (COGSWELL, 1987, p. 270; LIAISON. 1996; LUCKERT et al., 2013; HELMS; WHITESELL, 2013; JAGUSZEWSKI; WILLIAMS, 2013) está em evolução e a relação com o usuário é o foco da gestão de coleções.

2.2 AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E AS SUAS COLEÇÕES

Será apresentada uma breve introdução sobre o contexto¹⁹ econômico e social, iniciado da década de 1970; seguida por duas subseções com revisões sobre as coleções em bibliotecas universitárias no mundo e no Brasil. Essas subseções visam à contextualização do estudo que será desenvolvido na seção 2.3, sobre a gestão de coleções nesta sociedade. Segue então esta contextualização:

A informação sempre foi importante para a sociedade, mas o termo “sociedade informacional” traz o conceito de uma nova forma de organização social onde o “processamento e a transmissão da informação” são as bases da produtividade. A diferença então é que nessa “sociedade em rede” a informação é força produtiva principal do “novo capitalismo” (CASTELLS, 1999).

Essa nova sociedade segundo Castells, e outros, seria baseada no:

[...] novo sistema, o capitalismo informacional global e a sua estrutura social, a sociedade em rede, exibiram algumas características historicamente irreversíveis, como a lógica da sociedade em rede global baseada numa rede digital na qual se encontra o núcleo de todas as atividades humanas, juntamente com alguns elementos submetidos a eventuais mudanças sob o impacto da crise decorrente das contradições desse modelo de crescimento econômico (2013, p. 24).

Temos então uma “nova economia”, uma economia que tem como uma de suas bases um sistema financeiro global em rede, onde transações eletrônicas “são efetuadas a uma velocidade vertiginosa” (CASTELLS, 2003; CASTELLS, CARDOSO, CARAÇA, 2013, p. 28). A infraestrutura digital criada para o tráfego do “capital eletrônico”, possibilitou a formação dessa “nova sociedade”; uma sociedade que a comunicação se dá através de “redes horizontais”, contrariando as tradicionais relações verticais de poder, praticadas até então. Assim, o ambiente educacional também foi influenciado. A informação que circula nessa rede mundial foi uma das causas das mudanças na educação. A necessidade de organizar essa informação demandou profissionais que colaborassem em transformá-la em conhecimento (CASTELLS, 2003; 2017). Neste contexto, os bibliotecários são chamados para contribuir, como profissionais, com os serviços e produtos demandados por essa sociedade (TARAPANOFF, 1999; CUNHA, 2000; 2010).

¹⁹ San José Montano (2011) ressalta a importância da contextualização do estudo da teoria e da prática, pois a biblioteconomia como outras ciências se condicionam a percepção do seu contexto. A questão do contexto histórico na área também é pontuada por Corral (2017).

No Brasil, o Projeto da Rede Nacional de Pesquisa, de 1989 (RNP), criou a infraestrutura nacional de Internet acadêmica. Essa estrutura, criada para a RNP, possibilitou assim a criação da Internet comercial em 1995 (TAKAHASHI, 2000; RNP, 2017). O “Programa Sociedade da Informação”, oficializado pelo Decreto n. 3.294/99, “objetivava contribuir para a *inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade*”. Para implantação dessa sociedade, foi promovida a privatização do sistema de telecomunicações, e com a estrutura de Internet implantada, os negócios e o comércio eletrônicos foram incentivados (TAKAHASHI, 2000, p. 10, grifo nosso).

Enfim, várias medidas foram implementadas para a formação da Sociedade da Informação no Brasil. É nesta sociedade em rede, fundamentada nas novas tecnologias da informação e da comunicação, onde a informação, e o conhecimento são considerados por alguns como *commodities*, bens negociáveis, mercadorias, que as bibliotecas universitárias, o desenvolvimento e a gestão de coleções estão inseridos (TARAPANOFF; ARAÚJO JÚNIOR; CORMIER, 2000; TARAPANOFF, 2000; CUNHA, 2000; GONZÁLEZ GÓMEZ, 2012). Neste contexto, serão relatadas abaixo, as mudanças enfrentadas pelas bibliotecas universitárias e as suas coleções, desde a década de 1960.

2.2.1 As Bibliotecas Universitárias, o Desenvolvimento de Coleções e a Gestão de Coleções no mundo

Esta seção apresentará o desenvolvimento de coleções e a gestão de coleções no mundo. Contextualizando-os nessa nova sociedade, que é designada pelos autores da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação como: *Electronic era* (BRANIN, et al, 2000); *digital age* (PHILLIP; WILLIAMS, 2004); *digital era* (HORAIVA, 2010; WALTERS; SKINNER, 2011). Nesta sociedade a biblioteca e suas coleções estão em uma constante adaptação. A Internet; os documentos eletrônicos, em destaque os livros eletrônicos; o Google; as mudanças comportamentais e informacionais do usuário por conta das tecnologias; a necessidade de preservar e dar acesso à informação; a necessidade de trabalhar as coleções de forma colaborativa, são algumas das muitas, questões que serão pontuadas abaixo.

As bibliotecas, que até meados do século XX priorizavam o desenvolvimento de grandes edifícios e coleções, tinham a coleção como centro e a custódia do patrimônio como seu papel principal. Depois da Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir dos anos 1960, estas bibliotecas viram as tecnologias da informação e da comunicação revolucionar os seus serviços e produtos (BODEN, 1993, tradução nossa).

Até este período, aquisição era o termo mais usado para o trabalho com coleções, nas bibliotecas acadêmicas nos EUA e na Europa, pela disponibilidade de fundos para aquisição de livros, revistas, etc., que buscavam satisfazer as necessidades de pesquisa da época. Nos anos de 1970, os especialistas começaram a fazer distinção entre os termos: aquisição, seleção e desenvolvimento de coleções. Com o início das crises econômicas, e da mudança de foco da coleção para os usuários, os termos: “seleção” e “desenvolvimento de coleções” começaram a ser mais utilizados. Na década de 1980 o termo “gestão de coleções” começou a ser defendido como um termo “guarda-chuva” que incluiria aquisição, seleção e desenvolvimento de coleções, e outras funções demandas; apesar do termo “desenvolvimento de coleções” continuar a ser usado (BRANIN; GROEN; THORIN, 2000; AMEEN, 2006).

Em 1987, Cogswell apresentava os impactos de um novo paradigma, que enfatizava o acesso e não as “coleções locais”. Destacava o emprego das novas tecnologias da comunicação e da informação em cada função da gestão de coleções. Nesta abordagem o usuário era, cada vez mais, o centro (COGSWELL, 1987).

Em uma revisão da literatura, de 1997 a 2003, sobre desenvolvimento e gestão da coleção Phillips e Williams (2004) trouxeram a questão da preservação digital, como um exemplo dos desafios a serem enfrentados pelos gestores. Os autores questionavam: “As bibliotecas encontrarão uma maneira de ganhar o controle de arquivos eletrônicos, ou confiarão nos editores, ou nas redes para assumir este papel?” (PHILLIPS; WILLIAMS 2004, p. 10, tradução nossa).

Uma outra questão colocada para as bibliotecas foi o trabalho de relacionamento com usuário²⁰, para a criação de coleções que possam satisfazer as necessidades informacionais deste novo usuário, que cada vez mais adota os documentos eletrônicos (STOLLER, 2005, tradução nossa). Martell (2007, tradução nossa), em uma revisão entre 1995 e 2004, constatou a preferência por documentos eletrônicos e a diminuição na circulação dos documentos impressos. O autor concluiu que os serviços aos usuários deveriam ser principalmente virtuais. E recomendou um aumento proporcional do orçamento para aquisição de documentos eletrônicos.

Horava (2010) retrata o contexto mutante que a biblioteca e a gestão de coleções estão inseridas. Este autor conclamou aos bibliotecários para que estes se posicionassem e assumissem seus papéis, nessa nova sociedade, dizendo que:

Os termos transformação e mudança de paradigma são regularmente ouvidos nas discussões sobre o futuro das bibliotecas em um período de enorme mudança tecnológica, cultural e institucional. No contexto da gestão de coleções, nosso desafio é reimaginar criativamente nosso papel à luz desses rápidos desenvolvimentos na comunicação acadêmica, nas atividades de aquisições, nas questões de acesso e entrega e na inovação, mantendo nossos valores profissionais fundamentais de equidade de acesso, e intendência. *Precisamos examinar cuidadosamente o nosso ambiente em rápida mutação para que possamos demonstrar um valor claro e convincente para os nossos clientes e para a nossa instituição como um todo.* Este é um momento fascinante e turbulento para ser um bibliotecário de coleção (HORAIVA, 2010, p.15, tradução nossa, grifo nosso).

Descrevendo esse mesmo ambiente de mudança, e a adaptação da biblioteca e dos bibliotecários, Bullis e Smith (p. 214, 2011, tradução nossa), em uma revisão de literatura, entre 2004-2008, sobre gestão e desenvolvimento de coleções, concluem que as políticas e a prática do trabalho com coleções estão sendo adaptadas para a “era digital”.

San José Montano (2011, p. 326-328, tradução nossa) reforça a necessidade de adaptação da biblioteca; e ressalta a importância da contextualização deste trabalho com coleções. Esta autora vê a gestão de coleção como “um planejamento que coordena e estabelece uma ligação entre todas as áreas da biblioteca e abrange todos os tipos de materiais [...]”²¹. E conclui que:

²⁰ Trabalho exposto no modelo teórico de Cogswell (1987) na alínea “f”, da seção 2.1, que está sendo desenvolvido por bibliotecas hoje através dos bibliotecários de ligação e bibliotecários incorporados (JAGUSZEWSKI; WILLIAMS, 2013; WHITESELL, 2013) como será visto mais afrente nesta seção, bem como na seção 2.3.6).

²¹ Concepção semelhante a de Cogswell (1987).

A gestão da coleção seria a evolução do desenvolvimento da coleção, pois engloba essa atividade, a qualifica e **contextualiza** no mundo atual, e não apenas no que diz respeito às bibliotecas e suas atividades, mas também aos profissionais (JOSÉ MONTANO, 2011, p. 54, tradução nossa, grifo nosso).

A autora lista os fatores que influenciam a biblioteca universitária nessa sociedade, onde se destacam:

Figura 1 – Fatores que influenciam a biblioteca universitária na sociedade contemporânea



Fonte: San José Montano (2011, p. 327, tradução nossa). Adaptação da autora.

Nestes fatores que influenciaram a biblioteca acadêmica, e a sociedade como um todo, destaca-se a questão da “Googlelização”²², que é vista por uns como uma oportunidade (SAN JOSÉ MONTANO, 2011, p. 333-334); e por outros como uma ameaça (VAIDHYANATHAN, 2011).

²² Para Vaidhyathan (2011, p. 16) com a “Googlelização” “[...] fica implícita uma espécie de fé – a fé na boa vontade de uma empresa cujo lema é ‘*não fazer o mal*’, cuja missão consiste em ‘*organizar toda a informação do mundo e torná-la universalmente acessível e útil*’, e que tem a ambição de criar o mecanismo de busca perfeito”. [...] “Com base nessa fé – nascida das experiências dos usuários com os serviços providos pelo Google – que só faz crescer desde que o mecanismo de busca apareceu pela primeira vez e se espalhou pelo mundo há 12 anos, o Google vem se espalhando gradualmente por toda a nossa cultura” [...] “Trata-se de uma marca onipresente: o termo Google é usado como substantivo e, em inglês, também como verbo, e sua ocorrência permeia tanto as conversas de adolescentes quanto as falas do seriado de tevê *Sex and the City*. Parece que até os governos vem sendo Googlelizados, ou que cederam parte da imensidão de dados que o Google se propôs a organizar e disponibilizar” (*apud* CAMOZZATO; NASCIMENTO, 2014, p. 62-63, grifo nosso).

O fato é que o Google proporciona ao usuário uma forma rápida e fácil de acesso à informação, enfim o que muitos esperaram de uma biblioteca, por muito tempo, o que faz com as ferramentas do Google sejam cada vez mais utilizadas (SAN JOSÉ MONTANO, 2011, p. 333-336).

Desse modo, pela necessidade de adaptação, a “nova biblioteca”²³ está em contínuo processo de formação; uma biblioteca onde os serviços e produtos personalizados são oferecidos por bibliotecários de ligação (*liaison librarian*²⁴) e os bibliotecários integrados (*librarian embedded*²⁵), com o apoio das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Os *Centros de Recursos para el Aprendizaje y la Investigación (CRAI)*, *Learning Commons*, e *Learning Resource Centre* são exemplos dessa nova concepção de biblioteca. Estes espaços são “instalações de pesquisa altamente qualificadas centradas no usuário, com um modelo de espaço de serviço colaborativo, que **elevará as bibliotecas de uma infraestrutura invisível, a parceiras vitais no trabalho dos pesquisadores**” (CORRALL; LESTER, 2013, p.7, tradução nossa, grifo nosso).

Estes espaços podem oferecer serviços como: orientação na gestão de direito autorial; orientação bibliográfica; orientação sobre o impacto dos artigos de pesquisadores e currículos; gestão de dados de pesquisa; serviços de publicação (*Library Publishing Services*), onde a biblioteca faz às vezes de uma editora²⁶. Enfim nesses espaços busca-se oferecer vários tipos de serviços e produtos, de acordo com a necessidade de cada usuário, ou comunidade (CASTRO FILHO; VERGUEIRO, 2011; LANKES, c2012; CORRALL; LESTER, 2013; CORRALL, 2014; JAGUSZEWSKI; WILLIAMS, 2013; MARTÍNEZ, 2015; DEMPSEY, 2016, MARRA; WEITZEL, 2017).

²³ Um conceito de biblioteca que está sendo construído pela influência das novas tecnologias da informação e comunicação (CIANCONI, 1991; CUNHA, 1999; MILLER, 2005; JAGUSZEWSKI; WILLIAMS, 2013 DEMPSEY, 2016, COX, 2017).

²⁴ Como dito, os bibliotecários de ligação são bibliotecários que fazem a intermediação da biblioteca com os departamentos acadêmicos, apoiando na formação e uso das coleções. Hoje, suas atribuições vão além das coleções, incluindo orientações sobre direitos autorais, comunicação acadêmica, e outros como será exposto na seção 2.3.6, “Relacionamento com usuário” (REITZ, 1996; SHEN, 2012, JAGUSZEWSKI; WILLIAMS, 2013).

²⁵ O bibliotecário incorporado como o jornalista incorporado, se incorporar a uma empreitada, a um projeto de pesquisa em desenvolvimento, por exemplo; integrando-se a esse projeto (HELMS; WHITESELL, 2013).

²⁶ Em 2012, a Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina estreou como Editora, e lançou seu primeiro livro eletrônico. Fonte: E-BOOKE-BOOK Lançamento de e-book marca a estreia da BU como Editora. Disponível em: <<http://sbu.paginas.ufsc.br/deutsch-ebook/>>. Acesso em 4 nov. 2017.

Em resumo, um novo modelo de biblioteca está em desenvolvimento. Jaguszewski e Williams (2013) descrevendo a realidade norte-americana, afirmam que:

O papel de ligação nas bibliotecas de pesquisa está em rápida evolução. Um modelo de engajamento em que os bibliotecários de ligações e os especialistas funcionais colaboram para compreender e abordar a ampla gama de processos em instrução e apoio a pesquisa está substituindo o tradicional modelo tripartite de *coleções, referência e instrução*. Novos papéis em serviços de pesquisa, humanidades digitais, ensino e aprendizagem, *digital scholarship*, experiência do usuário²⁷, direitos autorais, e de comunicação acadêmicas estão sendo desenvolvidos em bibliotecas de pesquisa em todo o país, exigindo o desenvolvimento profissional e a reconfiguração do pessoal atual, abordagens criativas para aumentar a capacidade do pessoal, desenvolvimento de novos espaços e infraestrutura e parcerias colaborativas dentro de bibliotecas, em unidades de campus e entre instituições de pesquisa (JAGUSZEWSKI; WILLIAMS, 2013, p. 16, tradução nossa, grifo nosso).

Mas essa adaptação, essa transformação em uma nova biblioteca não se faz sem percalços. A introdução do livro eletrônico é um exemplo, assim Walters (2013a, tradução nossa) lista uma série de entraves a essa introdução:

- a) as limitações ao empréstimo domiciliar e entre bibliotecas, e outras, por conta dos DRMs;
- b) a constatação que apenas metade dos livros impressos adquiridos pelas bibliotecas acadêmicas estão disponíveis como livros eletrônicos;
- d) a existência de uma multiplicidade de formatos de arquivo de livros eletrônicos, que traz dificuldades para a compatibilidade das plataformas;
- e) a limitação da maioria das licenças para pacotes de livros eletrônicos, que não permitem aos bibliotecários controlar os títulos incluídos;
- f) a noção que pacotes de livros eletrônicos inclui um número substancial de títulos que não são relevantes para as necessidades da biblioteca;
- g) e a indicação que os livros eletrônicos acadêmicos são mais caros que os impressos, quando adquiridos individualmente.

Esses e outros problemas devem ser enfrentados, para que a biblioteca possa continuar a servir ao novo “usuário/cliente/consumidor”²⁸.

Assim, em conclusão, San José Montano (2014, p. 95, tradução nossa), analisando a evolução das bibliotecas universitárias e da gestão de coleções, afirma que: “As bibliotecas adaptam-se ao contexto histórico, social, cultural e político”. A autora afirma que o modelo de compartilhamento de coleções, “como a espinha dorsal” da gestão de coleções traz mudanças que podem garantir a sustentabilidade da biblioteca e da gestão de coleções (SAN JOSÉ MONTANO, 2014).

²⁷ **“Experiência do usuário”** abrange todos os aspectos da interação do usuário final com a empresa, seus serviços e seus produtos” (NORMAN; NIELSEN, 2017).

²⁸ A expressão “usuário/cliente/consumidor” vem sendo trabalhada por Sueli Angélica do Amaral, desde a década de 1990, na aplicação das técnicas de marketing em bibliotecas. Apresenta a ideia do usuário como cliente, como consumidor da informação (AMARAL, 1996; 2017).

Assim, as bibliotecas lutam para continuar a servir a sua comunidade. Seu espaço físico está deixando de ser o principal espaço de busca de informação, e ela compete com a variedade de fontes da Internet. A noção de biblioteca e de coleções está mudando e os bibliotecários precisam perceber e assumir essas mudanças. Compartilhar mais suas coleções pode melhorar o acesso e a preservação; dentro dessa visão a promoção do acesso aberto pode diminuir as pressões orçamentárias e garantir maior acesso (HORAIVA, LEVINE-CLARK, 2016, p.100-101; tradução nossa).

Conclui-se esta breve revisão de literatura sobre o contexto mundial de mudanças, em que as bibliotecas universitárias estão inseridas.

2.2.2 As Bibliotecas Universitárias, o Desenvolvimento de Coleções e a Gestão de Coleções no Brasil

Apresenta-se uma sucinta revisão de literatura, dando continuidade a contextualização do trabalho com coleções, acima exposto, pontuando as visões de autores brasileiros, deste contexto de mudança. Entre os pontos tratados nesta breve visão destaca-se a Reforma Universitária de 1968; a busca de um trabalho colaborativo nos anos de 1970, 1980, 1990; o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), nas décadas de 1980 e 1990; a deficiência do trabalho com coleções registrado desde a década de 1970 até nossos dias; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007, e seus reflexos hoje, são alguns desses pontos.

No Brasil, a Reforma Universitária de 1968 deu ao sistema do ensino superior um novo desenho. Antes, o modelo de ensino superior era centrado nas faculdades isoladas; agora na universidade, um todo coeso, um sistema, onde as atividades acadêmicas estão concentradas no: ensino, pesquisa e extensão. Assim, as bibliotecas universitárias brasileiras buscaram transforma-se: De bibliotecas isoladas, em bibliotecas participantes de um sistema (TARAPANOFF, 1981). Dessa forma, a cooperação, centralização, coordenação foram promovidas, para evitar a duplicação de serviços e produtos, na busca de uma racionalidade administrativa. Conseqüentemente, alguns Sistemas de Bibliotecas se formaram nas décadas de 1970 e 1980 (TARAPANOFF, 1981; MIRANDA, 1993).

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

As ideias de “planejamento bibliotecário”, de sistematização dos serviços e produtos se fortaleciam. Mas essas ideias, muitas vezes, não chegaram aos níveis táticos e operacionais, limitando-se ao nível estratégico (TARAPANOFF, 1981; MIRANDA, 1993). Como a Reforma Universitária não incluiu diretrizes para as bibliotecas (LEMOS; MACEDO, 1974; MIRANDA, 1978), destaca-se duas iniciativas com esse fim:

- a) o Grupo de Implantação da Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias (1972), que gerou a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (1974);
- b) e um Seminário promovido pelo Departamento de Biblioteconomia, da Universidade de Brasília (UNB), em 1974, envolvendo administradores de bibliotecas universitárias, que objetivava definir a posição da biblioteca universitária na Reforma para o fortalecimento de posição em relação a orçamento, pessoal, material, equipamento, etc. (TARAPANOFF, 1981, p. 19-21).

Porém, estas iniciativas não motivaram às equipes daquelas bibliotecas. Desse modo, a biblioteca universitária que deveria refletir a aquela sociedade que começava a surgir, continuava a tentar adaptar-se ao novo meio, a universidade (TARAPANOFF, 1981; MIRANDA, 1978; 1985; 2004).

Em relação ao trabalho com coleções, Antonio Miranda afirmava, em 1978, que:

Raríssimas bibliotecas universitárias fazem avaliações periódicas de suas coleções no sentido de adequá-las, em termos de pertinência e relevância, em graus de quantidade e excelência, aos conteúdos programáticos dos cursos oferecidos pela universidade, tomando-se em consideração o tipo, as características de seus usuários. Como podem então aplicar os recursos para uma aquisição equitativa e racional? **Deixando aos professores a tarefa da seleção, sem orientação e sem uma política definida?** Aqui reside o grande conflito, o fator que mais compromete o **envolvimento** da biblioteca com a comunidade, causador das queixas e frustrações mais desconcertantes (MIRANDA, 1978, grifo nosso).

Registra-se que aquisição de material bibliográfico era considerada inadequada às necessidades da época, onde os professores começavam a ser incentivados a se qualificarem (MIRANDA, 1978).

Miranda (1978, grifo nosso) pontuou também as questões da falta de pessoal, da falta de qualificação dos bibliotecários, “[...] a falta de planejamento de serviços. Isto é, [...] **tarefas descoordenadas, isoladas, repetitivas**, [...], falta de metas e objetivos definidos”. O autor dizia que por falta de modelos vivia-se no ‘vir-a-ser’ e imitando “os modelos estrangeiros”, sem uma adaptação a nossa realidade, sem planejamento.

Miranda (1978) afirmava que para mudar essa realidade deveria haver “uma mudança de mentalidade, de atitude, paralelamente aos recursos humanos, financeiros e materiais” que deveriam ser conquistados. Finalizando, o autor sugere a criação de “Sistema Brasileiro de Bibliotecas Universitárias” que agregaria às bibliotecas universitárias, buscando a promoção de uma “aproximação em termos cooperativos e funcionais”, de um trabalho mais sistemático (MIRANDA, 1978).

Contudo, as ideias de sistematização, de cooperação, de compartilhamento, aventadas pelo mundo e que circulavam em nosso país, promoveram programas como:

- a) o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN), criado em 1954, que se tornou eletrônico em 1998;
- b) e o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT)²⁹, criado em 1980, são exemplos desse trabalho colaborativo (MIRANDA, 1985; 2004; KRZYZANOWSKI, 2007).

O Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), que teve 2 versões, em 1986 e 1990, foi uma experiência de trabalho cooperativo, que pode ser visto como uma iniciativa de planejamento bibliotecário. O PNBU visava o desenvolvimento das bibliotecas universitárias brasileiras, nas “áreas de prestação de serviços aos usuários, automação e arquitetura de Bibliotecas” (CHASTINET, 1989, p. 39).

Em 1987, foi criada a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), com o objetivo de “promover o desenvolvimento das bibliotecas universitárias” (BUENO, 2016).

A área de desenvolvimento de coleções teve destaque no PNBU (KLAES, 1991, 23-24; MIRANDA, 1993). Como exemplo, Garcia (1991, p. 13 *apud* CUNHA; DIÓGENES, 2016, p. 108) citou os projetos: Programa de Aquisição Planificada (PAP), Programa de Financiamento de Livros para cursos de graduação (BIBLOS), como ações contínuas (de 1986 a 1990) desse Plano. Dessa forma, o PNBU pode ser considerado um marco na história das bibliotecas universitárias e para o desenvolvimento de coleções, no Brasil.

²⁹ Antonio Miranda foi responsável pela institucionalização desse programa.
PPGB/CCH/UNIRIO

Entretanto, o desenvolvimento de coleções nas bibliotecas universitárias brasileiras ainda era deficitário. Vergueiro destacou que literatura em português ainda era insipiente, mas acentuou como exemplo as contribuições de Nice Figueiredo. Ressaltou também que a matéria “Formação e Desenvolvimento de Coleções” só foi implantada no currículo mínimo para os cursos de graduação em Biblioteconomia, em 1984. Assim sendo, com a chamada explosão bibliográfica a visão sobre desenvolvimento de coleções precisava mudar de uma “acumulação pura e simples”, para o acesso à informação; de forma atender as necessidades da comunidade servida, trabalhando em “sistemas cooperativos” [...] “a nível regional como estadual ou nacional” (VERGUEIRO, 1987, p.194, 201; 1993, p.15).

Os documentos eletrônicos traziam perspectivas sombrias como o desaparecimento da biblioteca e do desenvolvimento de coleções, mas concluiu-se que o futuro não era a extinção, mas sim a evolução da biblioteca e do desenvolvimento de coleções (VERGUEIRO, 1997). Assim, alguns pontos sobre os documentos eletrônicos entravam na pauta, como: os direitos autorais; as barreiras socioeconômicas que impediam a imediata adoção das novas tecnologias da informação e da comunicação pelas bibliotecas; a noção que as novas tecnologias mudariam todos os processos nas bibliotecas e no sistema tradicional de comunicação científica era patente (FIGUEREDO, 1995). Cunha (1999, p. 261) dizia que na “nova biblioteca universitária” [...] “o desenvolvimento de coleções privilegiará as necessidades dos usuários, e não a completeza dos assuntos”.

Assim, com o ápice da explosão bibliográfica, e com a inclusão das novas tecnologias da informação e da comunicação, em destaque a Internet, o desenvolvimento de coleções se consolidou. E as perguntas para as coleções tradicionais – como: “o que selecionar, por quê, para quem?” – deveriam ser feitas também para as coleções eletrônicas. Para tal, o desenvolvimento de coleções deveria ser um “filtro do conhecimento registrado”, buscando analisar a “informação para selecionar as mais relevantes e pertinentes produzidas em cada área de interesse” (WEITZEL, 2002, p. 62-63). Mas, em 2006, Weitzel (p. 12) – comparando a situação demonstrada por Miranda (1978) – fala que apesar da globalização, das novas tecnologias, e da mudança de vários fatores políticos, econômicos e sociais, a teoria e prática do desenvolvimento de coleções nas bibliotecas universitárias não haviam mudado de forma significativa, corroborando Vergueiro (1987;1993).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007, pode ser visto, por alguns, como uma virada na situação que vem sendo arrastada por essas bibliotecas, desde a Reforma Universitária (BRASIL, 2007; MESQUITA, 2016). Situação que foi pontuada por Antonio Miranda, onde as preocupações com orçamento, pessoal, material, equipamento, desenvolvimento de coleções e outros foram listadas (MIRANDA, 1974; 1978; 1993). Nas bibliotecas as ações do REUNI se refletem no aumento de usuários em potencial; na construção e readequação de seus espaços; na aquisição de livros impressos e livros eletrônicos; na contratação e qualificação de bibliotecários e auxiliares. Assim, o REUNI foi bem recebido por alguns (MESQUITA, 2016), mas foi criticado por outros, pelo fato desse programa, como a Reforma de 1968, ser considerado como objeto de atendimento das necessidades de organismos internacionais e da burguesia nacional, por exemplo. Para os críticos esse programa visava à implantação de um “modelo flexível de educação superior”, típico da sociedade da informação (PAULA, 2009).

Críticas à parte, como visto acima, o REUNI ofereceu verbas para solução dos problemas apontados por Antonio Miranda (1978), onde destaca-se a verba para aquisição livros impressos e eletrônicos, bem como para a contratação e qualificação de pessoas, como relatado por Mesquita (2016); estes aportes poderiam proporcionar a melhoria do trabalho com coleções.

Todavia, Ferreira (2016) sugere que o trabalho de desenvolvimento de coleções não está sendo realizado. Ou melhor, que este se baliza principalmente pelo “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação”, do INEP (FERREIRA, p. 80-83). Assim, a “postura de aquisição³⁰” continuar a ser assumida pelas bibliotecas universitárias, postura onde há uma valorização da função de aquisição em detrimento das demais funções, afetando a qualidade da coleção. Isto traz de volta as críticas de Miranda, em 1978, que afirmou que os bibliotecários deixavam para os professores “a tarefa da seleção”, que era realizada “sem orientação e sem uma política definida” (MIRANDA, 1978). Ou seja, sem um trabalho de relacionamento com o usuário³¹, ou melhor, sem um trabalho de gestão de coleções.

³⁰ Na postura de aquisição a biblioteca se limita a adquirir aquilo que foi solicitado (BRYANT, 1987).

³¹ Este trabalho foi proposto por Cogswell (1987), e hoje alguns autores recomendam a sua adoção (SHEN, 2012, JAGUSZEWSKI; WILLIAMS, 2013).

Mas, se realmente o INEP e os seus instrumentos de avaliação forem os balizadores das bibliotecas universitárias federais brasileiras na formação de suas coleções como sugeriu Ferreira (2016), ressalta-se nos novos instrumentos do INEP³², alguns pontos que podem ser utilizados como oportunidades de aprimorar o trabalho com coleções eletrônicas e podem levar a uma gestão de coleções:

- a) no “Instrumento de Avaliação Institucional Externa; Presencial e a Distância, de Credenciamento” salienta-se como “critério de análise”, no indicador 5.10 (Bibliotecas: plano de atualização do acervo), a necessidade de um “plano de atualização do acervo”, que esteja descrito nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs)³³ das Universidades, bem como a “viabilidade para sua execução” (INEP, 2017b, p. 28). Essa necessidade pode ser uma oportunidade para inserção das políticas de gestão de coleções nas discussões dos PDIs e conforme de indicação de Cogswell (1987), sua inclusão pelo menos de forma resumida. A questão da “viabilidade” poderá garantir maior apoio financeiro;
- b) a mesma exigência, exposta acima, é feita no “Instrumento de Avaliação Institucional Externa; Presencial e a Distância, de Recredenciamento” (INEP, 2017c, p. 29);
- c) no “Instrumentos de avaliação de cursos de graduação, presencial e a distância: Reconhecimento, renovação de reconhecimento” evidencia-se em seus critérios de análise, nos indicadores 3.6 (Bibliografia básica por unidade curricular) e 3.7 (Bibliografia complementar por unidade curricular), a exigência, em relação aos documentos eletrônicos, da “garantia de acesso físico na IeS, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem” (2017a, p. 32-35). Estas exigências podem ser usadas como argumentos para as negociações com os superiores, e com fornecedores de livros eletrônicos.
- d) nos “indicadores 3.6 - Bibliografia básica por Unidade Curricular e 3.7 - Bibliografia complementar por Unidade Curricular”, destacados na “Nota Técnica n. 16/2017”, trazem a participação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)³⁴ “referendando a adequação do acervo da bibliografia em relação às unidades curriculares, à quantidade de títulos e de exemplares e aos número de vagas autorizadas” (INEP, 2017). Essa mudança pode ser aproveitada para a realização de um trabalho de “relacionamento com o usuário”, que vise apoiar o trabalho desses docentes, para melhor adequação das coleções às necessidades organizacionais; acatando as recomendações de Cogswell (1987) sobre gestão de coleções e fazendo com que as afirmações de Miranda, em 1978, não sejam tão atuais.

³² Estas novas versões foram justificadas como sendo resposta às “novas demandas” (INEP, 2017, p. 1).

³³ A indicação de Cogswell (1987) de inserir a política de gestão de coleções ou, ao menos, seu resumo no planejamento estratégico da instituição enxerga aqui uma oportunidade de ser concluída.

³⁴ O Núcleo Docente Estruturante (NDE) “de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso” (INEP, 2017a, p. 48).

e) outro ponto é a necessidade de um “plano de contingência³⁵ para a garantia do acesso e do serviço”, dos documentos eletrônicos, referente ao indicador 3.6 - Bibliografia básica (2017a, p. 33).

Mas, para o aproveitamento dessas “oportunidades” os bibliotecários precisam deixar a “postura de aquisição” e assumirem uma a “postura de gestão e desenvolvimento de coleções” (BRYANT, 1987). Realizando um trabalho de relacionamento, de negociação³⁶ com os superiores, a comunidade, e também com os fornecedores, de modo que essas oportunidades possam dá as bibliotecas universitárias federais brasileiras uma melhor posição; e talvez, nas próximas mudanças propostas pelo INEP representantes das bibliotecas possam participar do Comitê Gestor³⁷ de análise dos instrumentos de Avaliação Externa, e de análise do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, do INEP, por exemplo.

Voltando na linha histórica das bibliotecas universitárias e do desenvolvimento de coleções, destaca-se também o trabalho do Comitê Brasileiro de Desenvolvimento de Coleções (CBDC) – que teve seu início como um “grupo de estudos em aquisição de material bibliográfico”, em 2010 e foi formalizado em 2014 como um Comitê vinculado à Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU). O CBDC vem promovendo discussões sobre desenvolvimento de coleções no geral, e em especial sobre a introdução dos livros eletrônicos nas universidades (GRAU; ODDONE, 2015; BUENO, 2016).

Enfim, a biblioteca universitária está no meio de um processo transição de um paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista para um paradigma pós-custodial, aonde o “ao acesso e uso da informação” vem se sobrepondo (CARVALHO; SILVA, 2009).

³⁵ “Plano de contingência ‘Tipo de plano preventivo, preditivo e reativo. Apresenta uma estrutura estratégica e operativa que ajudará a controlar uma situação de emergência e a minimizar as suas consequências negativas. O plano de contingência propõe uma série de procedimentos alternativos ao funcionamento normal de uma organização, sempre que alguma de suas funções usuais se vê prejudicada por uma contingência interna ou externa. Essa classe de plano procura, portanto, garantir a continuidade do funcionamento da organização face a quaisquer eventualidades, sejam estes materiais ou pessoais. Um plano de contingência inclui quatro etapas básicas: a avaliação, a planificação, as provas de viabilidade e a execução” (MARTINS, 2018 *apud* INEP, 2017c, p. 39).

³⁶ As negociações são um dos tópicos tratados na seção 2.3.5 (Gestão fiscal).

³⁷ O Comitê Gestor é “constituído pela Portaria nº 670, de 11 de agosto de 2017; (Composta por representantes do Inep; do Conselho Nacional de Educação - CNE; da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES; da Seres; da Secretaria de Educação Superior - SESu; e da CAPES” (INEP, 2017).

Destarte, as bibliotecas das universidades federais brasileiras precisam acompanhar essa mudança, de modo a assumirem uma posição mais compatível com essa nova sociedade, uma postura de gestão de coleções³⁸. Mas é preciso ressaltar que nessa transição de custodial para pós-custodial os documentos impressos sejam resguardados, e a criação de “repositório para documentos impressos” pode ser uma solução de preservação; principalmente se a digitalização para acesso for o caminho adotado, deve-se buscar preservar as chamadas “*last copies*”, “últimas cópias”, ou seja, “cópias de preservação” (GRIEBLER; MATTOS; JOB, 2011; SANTOS; WEITZEL, 2017).

Em vista disso, nessa troca de paradigma a biblioteca universitária e de pesquisa precisará deixar de ser:

[...] tão somente um lugar onde os livros, periódicos e outros materiais pertencentes à universidade e institutos de pesquisa são custodiados, mas é principalmente uma instituição onde o conhecimento de um determinado domínio está ordenado, organizado e representado, e as várias perspectivas individuais de um professor ou o recorte particular de uma disciplina são tornados universais. A biblioteca de pesquisa se torna, então, menos presente como estrutura física e mais relevante como uma presença subjacente e integrada aos fluxos de pesquisas, ciberinfraestruturas e canais de comunicação na disponibilização e entrega de seus serviços (SALES; SAYÃO, 2015, p. 40).

A adaptação a esse novo paradigma precisa ser realizada de forma planejada para que não haja perdas irreparáveis. Assim, depois de 40 anos parece que a procura de modelos que Miranda (1978) propôs ainda persiste. Aquilo que poderia ser alçados se “uma mudança de mentalidade, de atitude, paralelamente aos recursos humanos, financeiros e materiais” (MIRANDA, 1978) parece não ter acontecido. Os anos de 1980 e 1990 foram profícuos para biblioteca universitária. Mas na virada do século parece que a biblioteca universitária brasileira perdeu o seu rumo. Assim, em relação ao trabalho com coleções problemas expostos por Miranda (1979); Vergueiro, (1987; 1993), Weitzel (2006), resultam na conclusão de Ferreira (2016). Ainda existe uma necessidade de planejamento³⁹, de políticas, de modelos; sem estes instrumentos mudar a direção se torna mais difícil, em tempos de crises, quebras de paradigmas, etc.

³⁸ Posição onde o bibliotecário busca exercer a gestão de coleções de forma sistemática e mantém a relação como usuário, visando uma gestão otimizada das coleções.

³⁹ O planejamento aumenta o foco e a flexibilidade, o que permite uma adaptação mais dinâmica ao contexto ((CHIAVENATO, 1987, 145-156, 162-163; 1999, p. 228-236, grifo nosso). Johnson (2014, p. 91-92) ressaltando o contexto de mudanças vivido, traz a necessidade de planejamento processo contínuo, de políticas de gestão e desenvolvimento de coleções em bibliotecas.

Resumindo, os anos de 1970 são marcos dessas mudanças sociais e econômicas. A partir desse período o capitalismo globalizado se desenvolveu; o neoliberalismo proclamou a minimização do Estado. Com isso, a desregulamentação da economia, e a desestatização aumentaram. Essas transformações chegaram ao espaço universitário, e às bibliotecas. As novas tecnologias da informação e da comunicação entre os anos de 1970, 1980, 1990 trouxeram para as bibliotecas outros desafios. E a prestação de serviços em rede e as atividades de cooperação começaram a ser uma realidade mais constante. E a “ênfase dada ao acervo passou ao acesso à informação” (DIÓGENES; CUNHA 2017, p. 119-125).

Finaliza-se a contextualização das bibliotecas acadêmicas e seu trabalho com coleções; segue a revisão de literatura geral da gestão de coleções eletrônicas.

2.3 POLÍTICA DE GESTÃO DE COLEÇÕES PARA LIVROS ELETRÔNICOS

Nesta subseção será apresentada uma revisão sobre a gestão de coleções, focadas nas coleções eletrônicas, especialmente nos livros eletrônicos. As funções da gestão de coleções de Cogswell (1987)⁴⁰ foram usadas para divisão das seções por sua sistematização concisa e abrangente (CORRALL, 2012, p. 4). Foi feito um esforço para se pormenorizar, sem se estender, visando oferecer a contribuição proposta, assim segue a revisão:

2.3.1 *Planejamento e elaboração de políticas de gestão de coleções*

Esta subseção oferece uma pequena noção sobre o que é uma política de coleções; argumentos a favor ao uso das políticas de coleções; características e elementos das políticas de coleções; documentos que complementam as políticas de coleções; e argumentos contrários ao uso das políticas de coleções.

⁴⁰ Como posto as funções de Cogswell (1987) são: planejamento e elaboração de políticas; seleção de materiais; análise das coleções; manutenção de coleções; gestão fiscal; relacionamento com o usuário; compartilhamento de recursos; avaliação do programa.

Assim, de acordo com Chiavenato (1987; 1999), as políticas são planos táticos, de ciclo médio, geralmente de *um ano*. Orientam e padronizam as ações e a tomada de decisão. Como planos táticos, as políticas podem se desdobrar em planos operacionais e/ou subplanos, e/ou políticas mais detalhadas, que incluem manuais de procedimento, programas, etc., com *ações cíclicas, sistêmicas e contínuas*. As políticas também podem gerar projetos, que objetivam a elaboração de um produto ou serviço; os projetos são temporários, expiram após a conclusão do produto ou serviço. Sugere-se a adoção da “administração por objetivos”, onde os planos táticos e operacionais sofrem uma “contínua avaliação, revisão e reciclagem dos planos”, permitindo a “quantificação”, a “mensuração dos resultados”, e as mudanças necessárias. “O planejamento aumenta o foco e a flexibilidade, uma instituição focada conhece suas competências, e as necessidades dos seus clientes. Desse modo, flexibiliza-se, e adapta-se mais dinamicamente ao *contexto* (CHIAVENATO, 1987,145-156, 162-163; 1999, p. 228-236; 2008, p. 31, grifo nosso).

Segundo Cogswell (1987) uma política de gestão de coleções deve ter as seguintes características:

- a) ser formalizada em um documento, para ser uma ferramenta de padronização do trabalho da equipe;
- b) ser parte integrante do planejamento estratégico da biblioteca;
- c) ser redigida com a participação de toda equipe para uma melhor aceitação e execução;
- d) estar publicizada, para ser instrumento de comunicação com a comunidade;
- e) ser incluída, ao menos, em forma resumida, entre os documentos de planejamento formal da instituição mantenedora;
- f) ter seu planejamento e revisão centrados nas necessidades informacionais do usuário, no cliente, nos objetivos da instituição, para atendê-los.

Justificar a composição e a divulgação de uma política de gestão de coleções deveria ser dispensável, pois se na gestão de coleções impressas são requeridas às diretrizes de uma política, com a complexidade que as coleções eletrônicas apresentam essa ação tornou-se impositiva. Mas, dando início a esse trabalho, a literatura apresenta algumas justificativas, tais como:

- a) as econômicas, que impõe o registro das prioridades e critérios para aquisição;
- b) as questões de armazenamento e preservação;
- d) o uso como mecanismo de comunicação com os membros do corpo docente na busca de apoio de subvenção e *lobby* orçamental;

e) e o uso como ferramenta de argumentação na recusa de pedidos fora dos critérios postos (COGSWELL, 1987; VERGUEIRO, 1987; 1993; FIGUEIREDO, 1999; EVANS, 2000; BOTHMANN; HOLMBERG, 2008).

Bothmann e Holmberg (2008) argumentam que:

Embora às vezes doloroso e demorado, o desenvolvimento de políticas e procedimentos é essencial para o gerenciamento de recursos eletrônicos. O tempo investido na criação e redação de documentação proporcionará benefícios agora e no futuro.

Para documentação do fluxo de trabalho recomenda-se a criação de manuais de procedimento (BOTHMANN; HOLMBERG, 2008).

Comungando com ideia da redação de uma política, a IFLA afirma que esta deve "[...] servir como um canal de comunicação com os agentes internos e externos; apoiar o desenvolvimento de coleções em cooperação, evitar a censura; enfim ajudam as atividades gerais da gestão de coleções [...]". A formalização da política reduz a propensão pessoal e pontual nas decisões (IFLA, 2001a; 2001b, tradução nossa).

Da mesma forma, a *National Information Standards Organization (NISO, 2007, 4, tradução nossa, grifo nosso)*, estabeleceu nove princípios para a formação de uma boa coleção eletrônica, onde se destacam os princípios 1º, 2º e 8º:

- a) uma boa coleção digital é criada de acordo com uma política de desenvolvimento de coleções *explícita*;
- b) *as coleções devem ser descritas para que os usuários possam conhecer as características da coleção, incluindo o âmbito, formato, restrições ao acesso, posse e qualquer informação significativa para determinar a autenticidade, integridade da coleção e interpretá-la*;
- c) *uma boa coleção integra-se aos fluxos de trabalho dos seus usuários*.

Os dois primeiros princípios reiteram a necessidade da formalização e da publicização das políticas, para que todos os envolvidos possam conhecer e entendê-la. A alínea "c", 8º princípio, reforça a ideia da coleção centrada no usuário.

Para sua redação, no caso de "formatos especiais" sugere-se a composição de políticas específicas (VERGUEIRO, 1987, p. 200; EVANS, 2000, p. 84). Como os eletrônicos podem ser vistos como formato especial, pode ser indicado uma política a parte, para a inclusão de todas as particularidades dos documentos eletrônicos (JOHNSON, 2004, p. 80, tradução nossa). Contudo, a IFLA (2001a; 2001b, tradução nossa) afirma que as políticas de documentos eletrônicos podem ser redigidas de forma separada ou integrada. Mas, caso sejam adotadas políticas separadas estas devem estar em sintonia, devem manter um padrão (VERGUEIRO, 1987, p. 200).

A IFLA apresenta alguns elementos que podem estar presentes em uma política de desenvolvimento de coleções:

- a) na Introdução destaca-se a missão da biblioteca; o objetivo da política e o público alvo; o tamanho da coleção; “descrição orçamentária detalhada” [...] “por tipos de recursos de informação”; e “acordos de cooperação formal ou informal que afetem a política”;
- b) nos princípios gerais ressaltam-se os tipos de documentos; língua; formatos; fontes orçamentárias; política de doação, manutenção, etc.;
- c) em princípios específicos evidenciam-se particularidades como: língua; períodos cronológicos; “coleções especiais de assunto ou formatos”; “unidade de biblioteca ou bibliotecário que exerce a função de seleção responsável pela coleção⁴¹”. Esta seção se relaciona com a avaliação da coleção;
- d) em métodos de avaliação de coleção apresentam-se as técnicas e processos para analisar a coleção;
- e) na agenda para aplicação e revisão deve-se fazer o controle da aplicação da política, avaliando seus pontos para futuras revisões, que devem ser realizadas em determinado prazo (IFLA, 2001a; 2001b, tradução nossa).

A IFLA também sugeriu 4 grandes seções para essa elaboração de políticas: seleção; planejamento; relações públicas; e compartilhamento de recursos (IFLA, 2001a; 2001b, tradução nossa).

Scanlon (2012), em pesquisa bibliográfica e documental sobre políticas de gestão de coleções, buscou estabelecer quais os elementos necessários a uma política na contemporaneidade. A autora oferece um modelo de política completo, com exemplo de preenchimento, que arrola os seguintes elementos:

- a) introdução, que se subdivide em propósito; missão e objetivos; e a comunidade; e Informações úteis;
- b) políticas da Biblioteca, que está dividida em políticas de censura e liberdade intelectual; limites de acesso; e doações;
- c) coleções que se subdivide em formatos disponíveis; categorias (por exemplo: adulto, não ficção; história local, etc.); e níveis de coleção;
- d) seleção, onde são indicados os responsáveis pela função⁴². Este elemento se divide em ferramentas de seleção (como “*sites* de fornecedores, revisões, listas de editores, listas de *best-sellers*, recomendações do *staff*” [...] solicitações e sugestões); orçamento; e critérios de seleção;

⁴¹ Vergueiro (1995, p. 53; 2010, p. 72) pontuando as responsabilidades em uma política de seleção sustenta a necessidade da indicação de um responsável. É preciso registrar na política se a tarefa é de competência do bibliotecário, de uma comissão, colegiado, etc., para evitar problema futuros.

⁴² A ideia não é nominar, mas sim indicar papéis, do bibliotecário; do docente; do discente; dos técnicos; enfim definir qual será o papel de cada agente no processamento da gestão de coleções.

- e) avaliação de coleções, onde são expostas as diretrizes gerais e cronograma de avaliação; bem como os responsáveis pela função. Esta função se subdivide em avaliação; uso; e desbastamento.
- f) manutenção onde são indicados os responsáveis pela função. Esta função se subdivide em: padrões de manutenção; reparos; e descarte;
- g) promoção, onde são indicados os responsáveis pela função. Esta função se divide em: divulgação da coleção *off line* (na biblioteca; nos departamentos, etc.); e atividades de promoção *on line* (nos sites; redes sociais, etc.)
- h) revisão onde se devem “inserir as circunstâncias e cronograma da revisão” (SCANLON, 2012, p.70-75, tradução nossa).

Já Weitzel (2006; 2013), com base em Evans (2000), Figueiredo (1993) e Vergueiro (1989, 2010), apresenta 12 passos a considerar, na elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções: identificação da missão e objetivos institucionais; perfil da comunidade; perfil das coleções; descrição das áreas e formatos cobertos pela biblioteca; política de seleção; processo de seleção; processo e a política de aquisição; processo e política de desbastamento, incluindo descarte; processo e política avaliação; detalhamento de outros aspectos importantes; documentos correlatos; avaliação da política.

Demas e Miller (2016) pontuam alguns tópicos a serem cogitados numa redação de uma política de gestão de coleções: Declaração de objetivos da coleção; preferências e estratégias para impresso e/ou eletrônico; coleções coletivas; *software* de suporte à decisão sobre coleções⁴³; registros bibliográficos, descoberta e acesso; retenção (diretrizes de retenção); desbastamento; política de descarte; educação, divulgação e comunicação (DEMAS; MILLER, 2016, tradução nossa).

É importante que a política de coleções esteja em sintonia com a comunidade, a escolha de grupo responsável pela elaboração das políticas deve levar este fato em consideração. Para Bibliotecas Universitárias recomenda-se o modelo de colegiado, padrão nas universidades. Ao bibliotecário caberá a função de apoio técnico na tomada de decisão (VERGUEIRO, 2010; WEITZEL, 2013, p. 20, 29).

Demas e Miller (2016, tradução nossa) sugerem a elaboração de um rascunho de política por um pequeno grupo que pode ser formado por pessoas da biblioteca. Este rascunho deve ser submetido aos representantes da faculdade (técnicos, docentes e discentes), coordenados por um bibliotecário capacitado para tal.

⁴³ São apresentadas algumas ferramentas para gestão de coleções, dentre as quais se destaca a ferramenta de código aberto GIST (DEMAS; MILLER, 2016). Mas os dados dos softwares de automação de bibliotecas podem utilizados.

Deve-se buscar a aprovação institucional do texto. Este texto deve ser breve, "de cinco a dez páginas, com uma versão mais curta para o público externo". Recomenda-se que seja feita em formato de "wiki"⁴⁴, para facilitar a atualização contínua e o compartilhamento (DEMAS; MILLER, 2016).

Salientam-se também alguns documentos que complementam uma política, como os documentos correlatos (fluxogramas, legislações, etc.) os instrumentos auxiliares, como: manuais, *checklist*, diretrizes (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996; VERGUEIRO, 2010; WEITZEL, 2006; 2013; IFLA, 2012; MCNAUGHT, 2014).

Compartilhando a ideia da publicização das políticas de desenvolvimento e de gestão de coleções, Mangrum e Pozzebon (2012) em uma pesquisa *on-line*, para saber como as bibliotecas universitárias do Tennessee estavam tratando suas coleções eletrônicas; conseguiram recuperar 23 políticas das 41 bibliotecas. Constataram uma abordagem razoável das coleções impressas, mas uma menção pequena das coleções eletrônicas. Destaca-se que "22% abordaram os direitos de rescisão"⁴⁵ e 17% [...] e o "empréstimo entre bibliotecas" de documentos eletrônicos. Assim, as autoras reiteraram a importância da divulgação e atualização das políticas, para que todos os "stakeholders" estejam cientes e participem. Porém, as autoras consideram que na turbulência do cotidiano, e na urgência de oferecer os "recursos eletrônicos", as políticas não foram atualizadas, e deixaram de ser instrumento de apoio às funções, e, sobretudo afetando a relação com a comunidade atendida (MANGRUM; POZZEBON, 2012, tradução nossa, grifo nosso).

No Brasil, em pesquisa semelhante à acima citada, Correa (2015) buscou nos *sites* das 63 universidades federais brasileiras os documentos relativos às políticas de desenvolvimento de coleções, e nestes documentos os "critérios de gestão de *e-books*". A autora encontrou 59 *links* para as Bibliotecas Centrais ou Sistemas de Bibliotecas. Desses 59 *links*, 2 remetiam diretamente aos catálogos, e foram eliminados da pesquisa. Nos 57 *links* restantes, foram encontradas 7 políticas. Nessas 7 políticas, foi identificada a menção à "*e-books*" em 4 políticas. Em 2 políticas encontrou-se apenas a indicação da presença de *e-books*. Nas outras 2 políticas foram destacados os critérios elencados para a introdução de *e-books*.

⁴⁴ Ferramenta colaborativa disponível *on-line*, onde são concedidos a acesso para edição dos conteúdos, coordenadas por um moderador (TONKIN, 2005).

⁴⁵ Rescisão dos contratos de aquisição de documentos eletrônicos.

Correa (2015) chegou à conclusão que apesar das bibliotecas estarem representadas de forma massiva nas páginas das universidades federais, esse canal não estava sendo aproveitado para divulgação das “Políticas de Gestão de Estoques de Informação”; apesar de a literatura ressaltar a questão da redação e da publicização por mais de 20 anos. A autora ressaltou também a questão da falta de critérios de seleção e aquisição para “*e-books*” nestas políticas (CORREA, 2015).

Os estudos de Mangrum e Pozzebon (2012), e Correa (2015) destacam que as bibliotecas não estão aproveitando os objetivos de uma política, que podem ser resumidos em “informar e proteger”, conforme Johnson (2014, p. 95). Para essa autora, as “bibliotecas sem políticas de desenvolvimento de coleção são como empresas sem planos de negócios” (JOHNSON, 2014, p. 98).

Porém, apesar de os bibliotecários reconhecerem a necessidade da formalização dessas políticas, não as fazem e/ou não as publicizam, dispensando a cobertura que um planejamento, que políticas que podem oferecer contra influências pessoais e pontuais; bem como, a possibilidade de comunicação com a comunidade (IFLA, 2001a; 2001b; BOTHMANN; HOLMBERG, 2008; MANGRUM; POZZEBON, 2012; CORREA, 2015).

De acordo como Johnson (2014) o planejamento é a base para lidar com ambientes em constantes mudanças, assim:

Em um ambiente de mudanças rápidas, o planejamento contínuo formal torna-se mais importante. As bibliotecas precisam antecipar a mudança e decidir como lidar com ela. O planejamento formal examina tanto o futuro provável, como o possível. Idealmente, uma biblioteca irá identificar vários futuros possíveis e, em seguida, decidir quais são os mais prováveis. O futuro é imprevisível, e as alternativas precisam estar à mão para que os planos possam ser modificados conforme necessário. A incerteza é a razão pela qual o planejamento é um processo contínuo (JOHNSON, 2014, p. 91-92, tradução nossa).

Concluindo, a política de gestão de coleções, como parte do planejamento estratégico, pode suportar as decisões táticas e operacionais da gestão, colaborando para alcançar melhores resultados. Segundo Johnson (2014) uma política define o escopo das coleções; relaciona as metas aos recursos financeiros; incorpora a missão da instituição mantenedora, e reconhece as necessidades atuais e futuras dos usuários. Além de proteger contra as pressões, “particularmente nas áreas de liberdade intelectual e censura” (JOHNSON, 2014, p. 102, tradução nossa).

Contudo, a literatura da área também discute a real necessidade de formalizar as políticas, apresentando argumentos contrários, tais como: a inflexibilidade das políticas como Cargill (1984), Hazen (1995) e Snow⁴⁶ (1996), citados por Scanlon (2012). Porém, Scanlon (2012), com base em Clayton; Gorman, (2006) e Osborne; Gorman (2006) ponderou que essa inflexibilidade é característica de políticas ruins, pois boas políticas são flexíveis e são revisadas regularmente.

Outro argumento seria a falta de tempo, assim as políticas podem ser consideradas perda de tempo (SNOW, 1996, p.193, tradução nossa). Suplantando um outro argumento de Snow (1996), que seria a falta de definição das políticas de coleções, Scanlon (2012, p. 11, tradução nossa) cita a definição de Cogswell (1987, p. 269).

Apresentaram-se alguns argumentos e características de políticas de coleções. Como dito, uma política de coleções deve ser pública para que ela possa cumprir os seus objetivos “informar e proteger”. E deve ter um planejamento participativo, tendo por base o plano de desenvolvimento institucional (PDI) e as pesquisas de opinião do usuário (COGSWELL, 1987; NISO, 2007; IFLA, 2001a; 2001b; GANDIN, 2010; MANGRUM; POZZEBON, 2012; JOHNSON, 2014, p. 95; CORREA, 2015).

2.3.2 *Análise das coleções*

Esta subseção apresenta os seguintes pontos sobre a análise de coleções: objetivo; periodicidade e período; métodos; exemplos de análise de coleções eletrônicas; e tempo de inatividade/disponibilidade dos documentos eletrônicos.

A análise das forças e as fraquezas da coleção é “cada vez mais vital”. Esta análise é base constituinte do planejamento, a política de gestão de coleções. O gestor de coleções precisa estar atento às mudanças do seu público, e tentar antecipar-se, e readequar as coleções. Os dados quantitativos dos softwares de bibliotecas podem ajudar nessa tarefa. Embora também sejam requisitados dados qualitativos, assim, recomenda-se: “Questionários, **pesquisas formais e entrevistas pessoais informais com os clientes**” (COGSWELL, 1987, p. 269, 271, tradução nossa, grifo nosso).

⁴⁶ Snow (1996) é um dos mais referenciado (Corrigan, 2005; Kennedy, 2005; Vickery, 2004; Pickett et al, 2011) quando se busca argumentos contra a criação de políticas (SCANLON, 2012, p. 10, tradução nossa).

O objetivo da avaliação de coleções é diagnosticar se a política está atendendo necessidades da comunidade. A avaliação de coleções é uma “função” [...] “relacionada com planejamento, seleção, revisão e desbastamento”; é “uma avaliação dos seus métodos de seleção” (FIGUEIREDO, 1993, p. 64; 97-98). Acordando, Johnson (2004) afirma que “um objetivo primário da avaliação de coleções é aumentar o conhecimento bibliotecário da seleção sobre a coleção e seu uso, para que este possa medir o sucesso da coleção e gerenciá-lo efetivamente”. Para esta autora, o gestor de coleção, no papel de selecionador, tem a responsabilidade de conhecer a coleção. E à medida que a avaliação é feita, ele aprende mais sobre essa coleção e sua utilidade para o usuário (JOHNSON, p. 268-272, tradução nossa). Dessa forma, a gestão da coleção poderá ser efetiva.

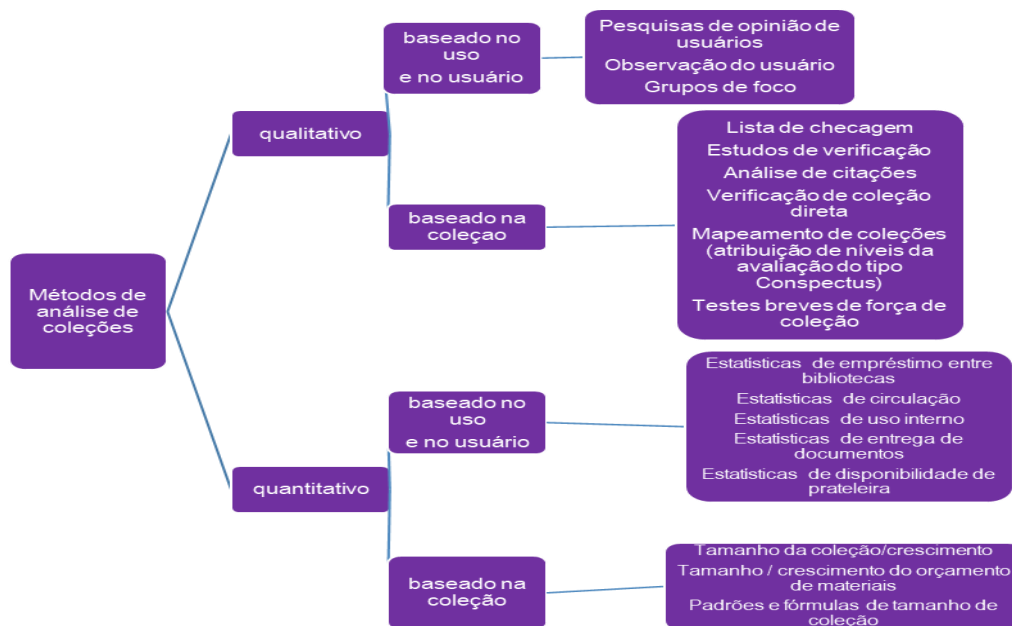
A periodicidade dessa avaliação pode ser anual, ou conforme for determinado. Com as tecnologias este trabalho pode ser contínuo (LARSON, 2012). Mas, em coleções de documentos eletrônicos, principalmente adquiridos através de assinaturas é importante que a avaliação ocorra um período antes do encerramento do contrato, para que seja possível anunciar o resultado pelo menos 2 meses antes. Em caso de não renovação da assinatura, todos devem ser avisados (as pessoas da administração do Sistema, das bibliotecas, toda a comunidade acadêmica, etc.); todos os pontos de acesso (catálogos, portais de livros eletrônicos, etc.) devem ser revistos. Com o aviso, do cancelamento da assinatura os interessados poderão se posicionar, por exemplo: A comunidade poderá salvar as informações que ainda estão disponíveis; ou oferecer algum aporte financeiro para renovação, através de projetos e outras fontes. Os fornecedores poderiam oferecer algum desconto, ou outras vantagens que possibilitassem a renovação (JACOBS et al., 2014; JACOBS; BERGART, 2014; EMERY; STONE, 2013; 2017). Para controle das avaliações, indica-se o registro das datas de encerramento dos contratos em um mecanismo de agenda. Todos os resultados da avaliação devem ser registrados, para o uso no presente, e consultas posteriores, principalmente na revisão da política (EMERY; STONE, 2013; EMERY; MCCRACKEN; STONE, 2017).

Os métodos de análise de coleções podem ser baseados nas coleções; e/ou no uso e no usuário, podem ser qualitativos e quantitativos. Cada método tem suas vantagens e desvantagens. Pode-se realizar pesquisa que usem a combinação de métodos de análise para tentar conseguir um resultado próximo da realidade.

Com as novas tecnologias da informação e da comunicação esse trabalho pode se tornar mais fácil. O uso de métodos de análise de coleções é importante no planejamento, mas também na avaliação das políticas de coleções (CUNHA, 1982, p. 18; COGSWELL, 1987, p. 269; VERGUEIRO, 1989, p. 82-91; FIGUEIREDO, 1993; JOHNSON 2004; 2014).

Para Johnson (2004, p. 270, 2014, p. 207-344) os métodos se dividem em:

Figura 2 – Métodos de análise de coleções



Fonte: Adaptação da autora de uma tabela de Johnson (2004, p. 270, tradução nossa).

Sobre os métodos de análise baseados no uso e no usuário, Seetharama (1997, p. 7, tradução nossa, grifo nosso), em estudo sobre as coleções eletrônicas, com base em Cogswell (1987), verificou que os **métodos centrados no usuário** podem analisar as questões de acesso e acessibilidade digital.

Johnson (2004) coloca que as abordagens baseadas no uso e no usuário podem detectar também quem está usando os materiais, quantas vezes e quais são suas expectativas (JOHNSON, 2004, p. 268-271). A autora afirma que os dados da avaliação baseada no uso e no usuário poderão ser usados em apoio às outras funções de gestão de coleções (JOHNSON, 2004, p. 272). Assim, Johnson (2004, p. 277-279) endossa que essas avaliações baseadas no usuário e no uso são mais indicadas aos documentos eletrônicos.

Mas Aman (2010, p. 99, tradução nossa) arremata essa tendência afirmando que “mais recentemente, maior ênfase tem sido dada à avaliação centrada no **usuário**, do que na coleção”. As técnicas utilizadas variam, “mas podem incluir pesquisas de satisfação do usuário ou simplesmente exame de estatísticas de uso” (AMAN, 2010, p. 99, tradução nossa, grifo nosso). Assim, os dados da avaliação de “uso e centrada no usuário podem ser quantitativos ou qualitativos, ou uma combinação dos dois”. Mas é importante que seja preservada a privacidade do usuário (JOHNSON, 2014, p. 321, tradução nossa).

Para os dados quantitativos de análise de uso de coleções eletrônicas, sugerem-se os *logs* de transações dos catálogos e das ferramentas de descoberta. Esta análise pode fornecer informações sobre as ações, como a: “porcentagem de usuários que acessam o *site* de um domínio específico, o número de acessos que o servidor recebe durante horas específicas, o número de acessos recebidos em cada *site* e o caminho pelo qual um usuário navega pelo *site*”. Os estudos de citação, tais como bibliométrico, também podem ser utilizados (JOHNSON, 2014 p. 313, 321-322). Os dados de ferramentas como o *Google Analytics* podem ser usados para análise dos portais de livros eletrônicos (FANG, 2007; KRASH, et al, 2017, p. 4, tradução nossa). Alguns editores de livros eletrônicos usam o *Counter*⁴⁷, oferecendo estatísticas padronizadas utilizáveis em análise do uso das coleções eletrônicas (VASILEIOU; ROWLEY; HARTLEY, 2012; RONCEVIC, 2013; JOHNSON, 2014 p. 322).

Como exemplo, o Departamento de Gestão de Coleções da Biblioteca, da Universidade de Nevada, trabalhando com dados de uso, realizou uma análise, que visou assegurar a rentabilidade do orçamento e garantir que os livros eletrônicos mais apropriados fossem selecionados. Nesta análise, de um período de três anos, identificaram-se os assuntos e os editores mais utilizados. Essa avaliação “também pode fornecer um *insight* sobre o comportamento do usuário”. Assim, a pesquisa deduziu que uma das coleções pode ter sido mais usada pelo oferecimento de uma maior quantidade, variedade e atualidade. Foi sugerido que a interface também poderia ter influenciado essa escolha de uso (TUCKER, 2012, tradução nossa).

⁴⁷ *Counting Online Usage of Networked Electronic Resources (COUNTER)* é uma iniciativa internacional que fornece padrões para contagem do uso de documentos eletrônicos. Disponível em: <<http://www.projectcounter.org/>>. Neste site é possível consultar listagens dos fornecedores que fazem parte da *COUNTER*.

Já os dados qualitativos de estudos de usuário podem ser obtidos através de: pesquisa de opinião, observação de usuário, grupo de foco (JOHNSON, 2004, p. 270; 2014, p. 325), etc. Emery e Stone (2013; 2017) ressaltam que é vital que as bibliotecas perguntem aos usuários “quais são suas necessidades de recursos eletrônicos e se eles sentem que suas necessidades estão sendo atendidas pelos recursos eletrônicos fornecidos”. Johnson (2004; 2014); Emery e Stone (2013; 2017), e Krash (et al., 2017) sugerem o uso da ferramenta de avaliação LIBQUAL. Alguns estudos já estão sendo realizados no Brasil sobre essa ferramenta (BRITO; VERGUEIRO, 2010; BRITO, 2013; SOARES, 2015).

Ilustrando um tipo de estudo qualitativo, a *University of Guelph Library*, no Canadá, realizou um “estudo de experiência do usuário” em relação aos livros eletrônicos. Com a finalidade de colher dados que seriam usados nas “decisões de seleção, descoberta e acesso”. Esse estudo incluiu uma entrevista, onde era acordado o conceito sobre livro eletrônico, e assinado o consentimento da pesquisa, com garantia de confidencialidade. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2013, através de um “diário *on-line*”, com perguntas⁴⁸ que eram respondidas cada vez que o aluno usava um livro eletrônico. Um lembrete era enviado toda semana, por *email*. Após pelo menos 6 participações no semestre o aluno era novamente entrevistado. Cada aluno recebeu um cartão incentivo de *US \$ 50*. E no final da pesquisa um bônus de *US \$ 50* foi sorteado entre os participantes que completaram a pesquisa. As recomendações deste estudo se concentram em:

- a) comprar, quando possível, livros eletrônicos: com “acesso ilimitado a usuários simultâneos; com acesso perpétuo [...]; livre de restrições dos DRMs; registros MARC aprimorados e precisos; formato PDF para *download*; e acessibilidade”;
- b) procurar usar livros eletrônicos de redes de compartilhamento;
- c) registrar o fluxo de trabalho de aquisição e implementação “a fim de assegurar um entendimento comum entre as pessoas que trabalham na biblioteca;
- d) procurar oportunidades de racionalização e identificar e corrigir lacunas;
- e) oferecer ferramentas para auxiliar a navegação nas plataformas⁴⁹;
- f) avaliar os livros eletrônicos com uma abordagem multifacetadas, usando por exemplo: estudos de experiência do usuário; dados de uso; etc., visando um melhor resultado (JACOBS; BERGART; DA MAREN; et al., 2014; JACOBS; BERGART, 2014, tradução nossa).

⁴⁸ As perguntas estão disponíveis no anexo C.

⁴⁹ Ferramentas de descobertas, por exemplo.

Enfim, o registro do *feedback* da “experiência do usuário” pode ser utilizado na negociação de futuros contratos; no aprimoramento dos produtos e serviços; bem como na tomada de decisão em relação à renovação e/o cancelamento (JACOBS; BERGART; DA MAREN; et al., 2014; JACOBS; BERGART, 2014).

Como método de análise baseados nas coleções, sugere-se o de Larson (2012, tradução nossa) que apresenta um método de avaliação contínuo das coleções, a *Continuous Review, Evaluation, and Weeding (CREW)*, a versão de 2012 inclui os documentos eletrônicos. O método de avaliação de coleções *CREW* sugere o uso das tabelas da classificação de Dewey para analisar a obsolescência dos assuntos. A avaliação *CREW* integra as ações de: inventário, avaliação das coleções, manutenção de coleções, desbastamento e descarte em fluxo contínuo. Estas tarefas podem executadas diariamente, semanalmente, mensalmente, etc., com o auxílio dos dados do catálogo eletrônico e de outras tecnologias. O *staff* da biblioteca pode ser capacitado para identificar os itens indicados a uma das ações, exposta acima. Os professores, e especialistas também podem fazer parte desse trabalho, mas é importante que os critérios estabelecidos na política de coleções sejam considerados (LARSON, 2012).

O tempo de inatividade/disponibilidade⁵⁰ de um documento eletrônico – que é a diferença de tempo entre sua disponibilidade e sua “descoberta” pelos usuários – é um ponto importante a considerar. Os documentos eletrônicos podem levar entre 3 a 5 anos até que sejam descobertos pelo usuário (EMERY; STONE, 2013, p. [56]; EMERY; MCCRACKEN; STONE, 2017). Desse modo, um livro eletrônico pode não ter sido usado, não pela sua inadequação, mas sim pela falta da descoberta. Por isso, é preciso acompanhar o tempo de inatividade/disponibilidade (LARSON, 2012, p. 56-57; EMERY; STONE, 2013, p. [56]; EMERY; MCCRACKEN; STONE, 2017). Na seção 2.3.6, “Relacionamento com usuário”, serão vistas estratégias de marketing, que poderão diminuir este período de latência dos documentos eletrônico.

Enfim, a análise das coleções pode interferir em todas as funções da gestão de coleções eletrônicas, desse modo deve ser realizada de forma sistemática para que as coleções se mantenham adequadas. Assim, com base no método *CREW* (LARSON, 2012), acima citado, outros pontos serão encadeados na seção 2.3.4 (manutenção de coleções).

⁵⁰ É um período de latência.

2.3.3 Seleção de materiais

Nesta subseção serão arroladas as seguintes questões: mudanças na função de seleção; concepções de seleção; a necessidade de um trabalho de cooperação; critérios de seleção para documentos eletrônicos; formatos de livros eletrônicos; sugestão de *checklist* para seleção, incluindo a acessibilidade. Enfim, um panorama sobre a função de seleção.

Em 1987, Cogswell afirmava que apesar de ser fato que “coleções de pesquisa” continuariam a crescer, necessitando de critérios de seleção; era fato também que o desenvolvimento de grandes coleções locais era “passado”. O autor colocou que as novas tecnologias da informação e comunicação estavam mudando o paradigma das coleções, o acesso vinha se sobrepondo à posse dos documentos, e o compartilhamento de coleções deveria ser um dos princípios da seleção. Cogswell (1987, p. 270, tradução nossa) concluiu que “o papel da biblioteca como intermediário de informação ao invés de repositório de informações” aumentaria “ainda mais”. Desse modo, essas mudanças deveriam ser partes do trabalho de seleção no futuro.

Assumindo este contexto, a colaboração com outros especialistas, para um bom resultado, bem como o trabalho compartilhado de coleções se torna vital. Porquanto, com a explosão bibliográfica, acrescida das crises econômicas, o desafio de desenvolver coleções, de colecionar tudo o que foi publicado, se tornou cada vez mais impossível. Conseqüentemente, o responsável pela seleção precisa ter uma “grande capacidade de análise da informação para selecionar as mais relevantes e pertinentes produzidas em cada área”, de modo oferecer uma informação com maior qualidade (LYNDEN, 1980; DAVIS, 1997, CUNHA, 1999; WEITZEL, 2002, p. 62-63).

Assim, as bibliotecas são hoje provedoras do acesso à informação, que pode estar em sua coleção, ou em qualquer outro lugar. O tamanho da coleção não tem mais importância, mas sim capacidade da biblioteca de promover o acesso à informação demandada (DEMAS, 1994; CUNHA, 1999).

Diante disto, na seleção “[...] deve-se ter em mente que o fim almejado é o fornecimento da informação desejada/necessária, ao menor custo possível para a instituição e com o maior nível de satisfação para o cliente” (VERGUEIRO, 1997, p. 102).

Para Vergueiro (1989, p. 44) o “trabalho de seleção” se resumir em 2 etapas:

- a) a confecção de uma lista de itens (tanto indicados pelos usuários; quanto selecionados pelos bibliotecários, através do uso de “instrumentos auxiliares à seleção”, como: “lista de material corrente, catálogos de editores, [...] anúncios e bibliografias”);
- b) e a avaliação para a seleção, baseada nos critérios estabelecidos e/ou nos recursos disponíveis.

Joshipura (2008, p. 50, tradução nossa) dividida em 3 etapas a seleção de documentos eletrônicos:

- a) a identificação⁵¹/descoberta com o uso de ferramentas como: “*trial* do editor/ fornecedor, sugestões do corpo docente / discente, listas de discussão, *sites* da biblioteca de pares e; exibições de fornecedores em congressos”. Com o convite dos fornecedores para demonstrar os detalhes dos produtos e serviços; e através da experiência de outros bibliotecários;
- b) a avaliação com base em critérios de conteúdo; reputação; indexação; facilidade de acesso; custo; suporte técnico; contrato de licenciamento;
- c) e a decisão de selecionar os produtos que após o trabalho de identificação, e avaliação baseada na “política de desenvolvimento de coleção da instituição” [...] “e/ou *checklist*, considera o uso projetado e analisa as prioridades de orçamento e coleção, a decisão sobre a aprovação é feita para a coleção comitê”.

Basicamente, as duas concepções são iguais, mudam apenas o número de etapas. Indica-se o uso de “formulários” ou “base de dados” para registrar essas etapas, evitando a “duplicação de esforços”, o retrabalho (VERGUEIRO, 2010, p. 63-67; WEITZEL, 2013, p. 26-35). Hoje, alguns sistemas integrados de automação de bibliotecas possuem módulos que podem facilitar esse trabalho. Assim, o cadastro de sugestões de usuários, o processamento da seleção e a aquisição podem ser realizados de forma mais sistemática (SILVA, 2005; PERGAMUM, 2018).

Assim, recomenda-se para identificação o uso de “instrumentos auxiliares da seleção” como os catálogos das editoras (VERGUEIRO, 2010, p. 66-67); não existe um cadastro único de fornecedores de documentos eletrônicos (WALTERS, 2013; VASILEIOU; ROWLEY; HARTLEY, 2012, tradução nossa; COSTA, 2015, p. 34). Mas, Roncevic (2013) apresentou um diretório A – Z, com 51 plataformas de livros eletrônicos. A autora recomenda atualização contínua desse instrumento (RONCEVIC, cap. 3, p. 14-32). Essa identificação poderá ser realizada pelo bibliotecário, ou por membros do colegiado ou comissão de seleção da biblioteca. As sugestões dos usuários também serão consideradas nesta fase de identificação.

⁵¹ O termo “identificação” é utilizado por Evans e Saponaro (2012, p. 35-36).
PPGB/CCH/UNIRIO

O produto dessa etapa confecção de uma lista de itens sugeridos (VERGUEIRO, 2010; WEITZEL, 2013; EMERY; STONE; MCCRACKEN, 2017). Recomenda-se o uso dos *trials* nesse processo (MCCRACKEN, 2017).

A avaliação para a seleção do produto ou serviço deve realizada com base nos critérios, e/ou nos recursos financeiros disponibilizados, poderá ser efetuada pelo colegiado ou comissão de seleção, onde o bibliotecário deve coordenar e oferecer apoio técnico (VERGUEIRO, 2010; WEITZEL, 2013; EMERY; STONE; MCCRACKEN, 2017).

Os critérios de seleção tradicionais, orientados para o valor e qualidade (a reputação do autor e do editor; o alcance e a amplitude do conteúdo) são aplicáveis, em geral, às coleções eletrônicas. Mas, os documentos eletrônicos requerem outros critérios mais específicos, que também devem ser considerados, como:

- a) previsão de equipamentos para uso;
- b) métodos de acesso;
- c) opções de aquisição;
- d) os custos variáveis;
- e) os contratos de licenças que regulam os direitos dos editores;
- f) as restrições de uso;
- g) e as questões relativas à preservação (DAVIS, 1997).

A IFLA também afirma que a maioria dos critérios tradicionais de seleção de documentos se aplica aos “recursos eletrônicos”. No entanto, a Seção de Aquisição e Desenvolvimento de Coleções da IFLA estabeleceu alguns critérios específicos, relacionados abaixo (IFLA, 2012, p.5-7, tradução nossa):

a) viabilidade técnica - Incluindo, mas não se limitando a:

- disponibilidade. Por exemplo: acesso remoto, acesso *stand-alone*;
- autenticação. Por exemplo: por IP [Protocolo Internet] ou senha;
- compatibilidade e capacidade de *hardware e software*;
- armazenamento e manutenção. Por exemplo: hospedagem remota *versus* hospedagem local;
- plataformas que facilitam o acesso aos documentos eletrônicos.

b) funcionalidade e confiabilidade - Incluindo, mas não se limitado a:

- funcionalidade de busca e recuperação. Por exemplo: truncamento, navegação, histórico de pesquisa, transliteração;
- exportação e *download*. Por exemplo: impressão, *e-mail*, *download* para uma máquina, e baixar para um dispositivo eletrônico;
- classificar e ordenar os resultados da base de dados. Por exemplo: autor, título, data, relevância, facetar, etc.
- interface. Por exemplo, intuitividade do sistema, navegação, ajuda e tutoriais;
- integração;
- confiabilidade e disponibilidade. Por exemplo: tempos de resposta, acesso 24/7.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

c) suporte do fornecedor - Incluindo, mas não se limitado a:

- treinamento e suporte do usuário;
- ensaios e demonstrações de produtos;
- suporte técnico e processo de notificação do sistema;
- relatórios estatísticos;
- personalização. Por exemplo: *branding*;
- fornecimento de dados bibliográficos. Por exemplo, registros MARC;
- políticas de segurança e arquivamento de dados.

d) fornecimento - Incluindo, mas não se limitado a:

- modelo de compra. Por exemplo: compra, assinatura, *pay per view*, aluguel;
- modelos de preço. Por exemplo: seleção vs. oferta em pacote;
- opções de acesso, ou seja, um único usuário, vários usuários;
- arquivamento e direitos de contrato pós-rescisão;
- taxas de manutenção;
- direitos de cancelamento.

e) licenciamento - Incluindo, mas não se limitado a:

- modelo / licença padrão;
- legislação aplicável;
- responsabilidade pelo uso não autorizado;
- definição de usuários autorizados;
- definição de locais autorizados;
- provisão de Negociação Justa (ou "Fair Use");
- rescisão;
- reembolsos;
- período de acordo;
- cumprimento das leis vigentes na jurisdição;
- língua da licença.

Rodrigues e Carvalho (2013, p. 7-9) sugerem critérios de seleção para documentos eletrônicos adquiridos por compra ou assinatura:

Quadro 1 – Avaliação e seleção de Recursos digitais comprados ou licenciados

Crítérios	Aspetos a avaliar
Características do conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> • Âmbito e abrangência • Autoridade do (s) autor (es) ou produtor (es) • Atualização • Organização e apresentação
Condições de acesso	<ul style="list-style-type: none"> • Restrições ao acesso e utilização (número de utentes⁵² simultâneos, etc.) • Disponibilidade (computador local, rede local, sem restrição) • Métodos de autenticação • Interfaces de pesquisa: funcionalidades, acessibilidade para utentes com necessidades especiais, uso de normas para facilitar integração com outros sistemas
Condições de aquisição ou licenciamento	<ul style="list-style-type: none"> • Custos (das diferentes modalidades de aquisição) • Acesso temporário ou perpétuo • Dados de utilização • Condições legais do contrato

Fonte: Rodrigues e Carvalho (2013, p. 8), adaptação da autora.

⁵² Significa usuário, em português, de Portugal.

Os primeiros critérios, relativos ao conteúdo, são semelhantes às coleções impressas, uma vez que verificam valores e finalidades.

O segundo grupo, de critérios expostos no quadro 1, traz as considerações sobre acesso. Destacam-se as questões de local de acesso: em casa, em dispositivos fixos, e/ou móveis, etc.), como será a autenticação do usuário (por IP, senha, etc.). A interface de pesquisa deve ser outro quesito a ser avaliado. A usabilidade e a sua acessibilidade das coleções eletrônicas devem ser analisadas. No Brasil, as normas de acessibilidade digital são ditadas pelo: Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), que se baseia no *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)*. Essas normas podem contribuir para a acessibilidade de pessoas cegas, de baixa visão, deficiência auditiva, dificuldades com o *mouse*, limitações da memória, dislexia e outras dificuldades (BRASIL, 2014, p.8; 2016; 2017).

No terceiro grupo, de critérios expostos no quadro 1, são apresentadas as condições de aquisição. As condições de compra ou da assinatura de documentos eletrônicos variarão de acordo com o modelo de negócio⁵³, e das condições de contrato. Rodrigues e Carvalho (2013, p. 9) aconselham solicitar, na fase de avaliação e seleção de um documento eletrônico, um período de acesso experimental (*trial*), para conhecer e obter o aval de alguns dos seus potenciais usuários, de modo ter assim uma melhor avaliação e/ou seleção.

Emery e Stone (2013; 2017) sugerem no mínimo 1 mês de teste, e um divulgação maciça, de modo que o *trial* tenha a eficácia e eficiência necessária. Estes autores afirmam que leva até cinco anos para que possa ter um resultado sobre a efetividade do produto ou serviço eletrônico selecionado (EMERY; STONE, 2013, [p. 56]; 2017). Desse modo, as assinaturas devem ser preteridas, caso não se possa fazer um investimento de longo prazo; uma vez que o custo é alto, assim os benefícios também precisam ser; caso contrário a aquisição deve ser adiada. Assim sendo, os *trials* são de fundamental importância, pois estes proporcionarão ao bibliotecário responsável pela seleção, e os usuários/clientes conheçam o produto ou serviço, e possam reivindicá-los com algum conhecimento de causa, evitando, desse modo, negócios malsucedidos.

⁵³ Ver mais detalhes em: 2.3.3.1 Aquisição.

Rodrigues e Carvalho (2013) sugerem também critérios para documentos eletrônicos de acesso livre na Internet. Os autores indicam que para estes documentos a avaliação e seleção “deve concentrar nos aspectos relacionados com o conteúdo, o acesso e o design” (RODRIGUES; CARVALHO, 2013, p. 10).

Quadro 2 – Avaliação e seleção de recursos de acesso livre na Internet. Baseado em *Collection Development Training for Arizona Public Libraries*⁷.

Crítérios	Aspectos a avaliar	Questões
Conteúdo	Autoridade	Quem é o autor, institucional ou pessoal, e qual a sua qualificação e reputação na matéria?
	Rigor, precisão e verificabilidade	Existem erros factuais, ou deficiências ortográficas ou gramaticais? A informação pode ser verificada em outras fontes credíveis? A informação é isenta ou influenciada pelas convicções ou interesses dos autores?
	Audiência e propósito	Qual a audiência esperada (público em geral, especialistas, grupo etário) e o propósito (educativo, informativo, recreativo) do <i>site</i> ou recurso?
Acesso	Pesquisa	Se apropriado, existem mecanismos de pesquisa e estes são eficientes?
	Organização	O <i>site</i> ou recurso tem uma organização apropriada ou confusa?
	Estabilidade/ disponibilidade	O recurso está sempre disponível, ou há indisponibilidade frequente? O endereço é estável ou altera-se com frequência?
	Requisitos especiais	Existem requisitos especiais (como a instalação de aplicações ou extras para o navegador, ou registo e a necessidade de autenticação) para usar o recurso?
Design	Navegabilidade, usabilidade	O <i>site</i> ou recurso é fácil de usar? É possível conhecer a estrutura e navegar entre as várias páginas ou partes de forma simples e intuitiva?
	Instruções e ajuda	Existem instruções claras e/ou estão disponíveis páginas de ajuda aos utilizadores?
	Qualidade gráfica	A qualidade gráfica e estética é adequada e atrativa? Os elementos gráficos acrescentam valor aos conteúdos ou, pelo contrário, são um elemento de distração e confusão?

Fonte: RODRIGUES; CARVALHO 2013, p. 10, adaptação da autora.

No quadro 2, onde são apresentados os critérios para seleção de documentos eletrônicos disponíveis em acesso livre, ressalta-se além da autoridade, a disponibilidade e estabilidade do endereço dos documentos que serão disponibilizados pela biblioteca. Ferramentas gratuitas podem ser usadas para monitorar a constância desses endereços, para que o serviço prestado tenha uma maior qualidade. Apesar desses critérios terem sido indicados para documentos eletrônicos livres, estes podem também ser indicados para documentos comprados ou assinados. Geralmente, os documentos gratuitos “têm políticas de utilização relativamente abertas. Porém, alguns definem limitações à sua utilização e, sobretudo, reprodução ou inclusão em outros sítios ou páginas” (RODRIGUES; CARVALHO 2013, p. 11). Assim, a disponibilização desses documentos deve ser feita com cuidado. Devem-se fazer as considerações para garantia de uso legal.

Outros pontos que devem ser considerados na seleção de documentos eletrônicos são levantados por Johnson (2014, p.145-146, tradução nossa):

- a) o modelo de negócio do fornecedor (Ex.: consideração de preços especiais, incluindo descontos, desconto para consórcios, etc.);
- b) o licenciamento e termos contratuais, limitações e obrigações;
- c) a facilidade de autenticação e/ou identificação;
- d) a integridade (a versão eletrônica se semelhante a versão impressa, ou melhor com o mesmo conteúdo);
- e) a atualização (se o documento eletrônico é adicionado em tempo hábil? O livro eletrônico está disponível simultaneamente com a versão impressa?);
- f) a possibilidade de selecionar e descartar títulos individuais ou outros conteúdos, oferecidos em um pacote de um agregador ou editor;
- g) as implicações e requisitos locais do serviço;
- h) a compatibilidade com *software* de gerenciamento de bibliográfico e de citações;
- i) a compatibilidade com dispositivos móveis e leitores eletrônicos
- j) a acessibilidade para pessoas com necessidades especiais;
- k) a conformidade com a URL⁵⁴ aberta;
- l) a funcionalidade e acessibilidade da interface do usuário final;
- m) as opções de saída;
- n) a opção para transferir o conteúdo eletrônico para diferentes plataformas de uso;
- o) a disponibilidade de dados para medir o uso e a eficácia;
- p) o tempo de resposta;
- q) o suporte e capacidade de resposta dos fornecedores;

⁵⁴ URL (Uniform Resource Locator), Localizador Padrão de Recursos, é o endereço eletrônico de uma página na Internet.

- r) os metadados descritivos de disponibilidade para uso local;
- s) a duplicação ou substituição dos recursos existente na biblioteca.

Roncevic (2013, cap. 2, p.12) apresenta “um resumo dos vários fatores de funcionalidade a considerar ao escolher plataformas de livros eletrônicos”:

- a) pesquisa de texto completo;
- b) pesquisa de palavras-chave;
- c) opções de copiar / colar;
- d) opções de impressão;
- e) opções de *download*;
- f) pesquisando no nível de artigo, livro e coleção;
- g) recursos de pesquisa avançada (truncamento, booleano);
- h) *bookmarking* dentro de *e-books*;
- i) ferramentas de citação;
- j) ferramentas de anotação;
- k) leitura *off line*;
- l) disponibilidade de relatórios de uso;
- m) URLs persistentes (livro, capítulo, nível de coleção);
- n) serviço de impressão de cópia sob demanda;
- o) conformidade com ADA⁵⁵;
- p) recursos de personalização;
- q) disponibilidade de registros MARC.

Alguns desses fatores podem fazer as coleções se integrarem “aos fluxos de trabalho dos seus usuários”, dos pesquisadores, como preconizou a NISO (2007).

Os formatos de livros eletrônicos acadêmicos são outros quesitos na seleção. Existem diversos formatos (PDF, EPUB, HTML, XML, TXT, XHTML, etc.), o que provoca dificuldades no acesso e na acessibilidade (WALTERS, 2013a; ROMERO-OTERO; IGLESIAS-FERNÁNDEZ; GIMÉNEZ-TOLEDO, 2013; RONCEVIC, 2013). O PDF é o mais popular, é compatível com qualquer dispositivo. O formato PDF é uma foto do texto, desse modo não se rearranja quando usado em telas pequenas, forçando o uso do *zoom*, e outras movimentações na tela para leitura. Mas “se o PDF for o único formato de arquivo oferecido pelo fornecedor, os formatos Adobe PDF baseados em texto são uma boa alternativa, pois oferecem suporte de realce, na pesquisa de palavras-chave” (DOUCETTE; LEWONTIN, 2012, p. 64; RONCEVIC,

⁵⁵ *American Disability Association* participa da “atualização dos requisitos de tecnologia de informação e comunicação”. A missão da ADA é: “Atender às necessidades informacionais dos americanos [...] com deficiências diversas; promover a conscientização sobre a cultura da deficiência, construindo pontes de entendimento entre todas as pessoas; e para melhorar nossa qualidade de vida coletiva e acesso à liberdade” (ADA, 2018).

2013, cap. 2, p. 11; KIRCHHOFF; MORRISSEY, 2014). O formato EPUB pode ser renderizável, ou seja, rearranjar o texto, ou pode ser fixo como um PDF. O EPUB 3 foi aprovado por entidades internacionais de pessoas com necessidades especiais (RONCEVIC, 2013, cap. 2; KIRCHHOFF; MORRISSEY, 2014, p. 14).

A *checklist*⁵⁶ é instrumento auxiliar que pode ser construído pelo bibliotecário para facilitar e apoiar o trabalho de seleção (IFLA, 2012, p. 7). O SIBI da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)⁵⁷ usa um *checklist*, disponível no anexo A, como instrumento auxiliar de seleção. Destacam-se alguns critérios institucionais de seleção para aquisição de livros eletrônicos:

- a) atender às demandas reais da instituição;
- b) aquisição em caráter perpétuo;
- c) disponibilidade para todos os IPs da universidade;
- d) acesso simultâneo ilimitado;
- e) acordo de preservação digital definido na proposta de compra;
- f) com fornecimento de termo de garantia;
- g) disponibilidade de metadados (PONTES, 2015).

Pode-se criar uma *checklist* para a acessibilidade, por exemplo. A lista de checagem abaixo, embora não pontue todos os critérios possíveis, pode auxiliar os bibliotecários que exercem a função de seleção na tomada de decisão em relação às tecnologias assistivas⁵⁸, eliminando os produtos e serviços com pouca acessibilidade (MCNAUGHT, 2014):

- a) qual é o tamanho máximo da fonte e o refluxo do texto quando você amplia a fonte?;
- b) um usuário pode alterar cores ou contrastes em segundo plano / primeiro plano?;
- c) existem ações equivalentes para teclado a todas as do *mouse*?;
- d) o texto está marcado para que possa ser navegado de forma significativa (por exemplo, por nível de cabeçalho)?;
- e) o texto pode ser selecionado e lido por ferramentas de texto para voz?;
- f) as descrições de texto estão disponíveis para gráficos e imagens?;
- g) com quais ferramentas de tecnologia assistida o sistema foi testado?;
- h) onde posso encontrar orientação para todos esses recursos? (MCNAUGHT, 2014, p. 37, tradução nossa).

⁵⁶ Veja no anexo A, B, C exemplos de *checklists*.

⁵⁷ O SIBI/UFRJ possui uma política para documentos eletrônicos, não encontrada *on-line*.

⁵⁸ Dispositivos que proporcionam ou ampliam habilidades funcionais a pessoas com necessidades especiais (lupas eletrônicas, leitor de telas, e outros).

Esse *checklist* pode ser ampliado usando o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) (BRASIL, 2014; 2017). É importante que a acessibilidade digital seja um critério básico na seleção de documentos eletrônicos. Os bibliotecários responsáveis pela seleção precisam usar seu potencial poder de comprar para negociar produtos e serviços acessíveis. Esse posicionamento vem forçando alguns editores a se adaptarem as normas de acessibilidade. (BILLINGHAM, 2014). Na seção 2.3.5.1 são pontuadas orientações para uma boa negociação.

Segundo Joshipura (2008, p. 50) após uso dos critérios de seleção procede-se a tomada de decisão de seleção, para a aquisição dos produtos.

Assim, Corral (2012) ressalta que o trabalho de seleção deve continuar a ser realizado pelos bibliotecários, de modo a auxiliar o usuário a suplantarmos a “complexidade” e “diversidade” informacional, próprio da “era digital”. Ela também acredita que os critérios tradicionais de desenvolvimento de coleções podem apoiar a seleção de documentos eletrônicos. Mas, uma das mudanças polêmicas que a função seleção está apresentando é a seleção através da demanda dos usuários⁵⁹. Corral (2012, p. 16- 17, tradução) afirma que apesar do tipo de seleção realizada através da aquisição orientada pela demanda continue a ser importante, no futuro estará “associada menos com o médio e longo prazo, [...] e mais com a entrega de documentos de curto prazo”. Assim, o trabalho de seleção deverá estar baseado no compartilhamento, em “grandes coleções globais acessíveis a pesquisadores e alunos ao longo da vida, em todo o mundo, independentemente da sua localização”.

Mas, Mangrum e Pozzebon (2012, tradução nossa, p.109) afirmam que hoje a aquisição orientada pelo usuário (PDA) coloca os bibliotecários no banco de trás do processo de seleção e cria problemas na seleção, gestão de fundos e no acesso aos OPACs⁶⁰. Gribson (2011) corroborando com essa afirmação, diz este tipo de seleção poderia resultar numa coleção desequilibrada, que reflete os interesses de apenas alguns usuários.

⁵⁹ É um novo modelo de aquisição amplamente adotado para a compra de livros eletrônicos, onde os usuários selecionam os títulos pelo uso registrado nos *logs* do catálogo. Foi reconhecido pela Association of College e Research Libraries (ACRL) como uma das "Tendências Top Ten 2012 em Bibliotecas Acadêmicas" (URBANO, et al, 2015, tradução nossa).

⁶⁰ *Online public access catalog* (Catálogos disponíveis na Internet).

Entende-se que a tendência da seleção através da aquisição por demanda do usuário (*patron-Driven Acquisitions, demand-driven acquisition, book-on-demand, patron-initiated purchasing*) não deve ser adotada sem o estabelecimento de critérios de seleção, ou pelo menos escolha do público que será oferecida esse tipo de seleção. Johnson (2013, p. 48) afirma que estes métodos de seleção não são universalmente aceitos, e sugere limites, como a escolha de determinado tipo de usuário em bibliotecas acadêmicas, como professores e pesquisadores.

Mas um tipo de abordagem híbrida está sendo aplicada por algumas bibliotecas, pode ser um ponto pacífico. Jaguszewski e Williams (2013, p. 5, tradução nossa) dizem que algumas bibliotecas estão “eliminando ou reduzindo a seleção individual em algumas áreas”, e estão usando os planos de aprovação e a aquisição orientada pelo usuário (*Patron-Driven Acquisition*), para automatizar a seleção, e alinhar mais estreitamente às necessidades dos usuários. Essa “abordagem híbrida” é sugerida também por Roncevic (2017, p. 3, tradução nossa), que diz que essas não são opostas, já que se supõe que os planos de aprovação devam ser conduzidos pelos bibliotecários, mas com a “participação e/ou *feedback* do corpo docente”.

Mas, independentemente de como será realizada a seleção, reitera-se a necessidade de o responsável pela seleção manter uma estreita ligação com outros setores e departamentos da instituição, como por exemplo: “os serviços de informática; de **aquisições**, de recursos de descoberta (catalogação e acesso); contratos e licenciamento; e prestação de serviços”, para garantia de uma seleção adequada (YU, BREIVOLD, 2008, p.53; IFLA, 2012, p. 7, tradução nossa, grifo nosso).

Johnson (2013, p. 48-49; 2014, p. 52) sugere a figura do “bibliotecário de recursos eletrônicos” (*electronic resources librarian*) para a realização do trabalho de seleção documentos eletrônicos. Esse bibliotecário teria como responsabilidades a seleção, e a aquisição, bem como a gestão fiscal. Enfim este bibliotecário poderia realizar a gestão de coleções eletrônicas como um todo (JOHNSON, 2013, p. 48-49).

Conclui-se a seção 2.3.3 (Seleção), na continuidade dar-se-á início a seção 2.3.3.1 (Aquisição), pois o modelo teórico de Cogswell (1987) não apresenta a função de aquisição, como será explicado abaixo.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

2.3.3.1 Aquisição

Nesta subseção serão sinalizados alguns pontos em relação à aquisição, como: os planos de aprovação; a posição da aquisição na estrutura organizacional; as etapas da aquisição; formas de aquisição e modelos de negócio;

Aquisição de livros eletrônicos autopublicados.

Como dito, no modelo teórico de Cogswell (1987) a aquisição não é destacada como uma das funções. Porém, na exposição sobre as funções de seleção e gestão fiscal, e na análise dos “modelos organizacionais” de bibliotecas americanas e canadenses, o autor destaca que os “planos de aprovação” eram vistos como aceleradores do processamento da aquisição, garantindo “a pontualidade, disponibilidade e cobertura de novos títulos”; mas o autor ressalta que os planos de aprovação não deveriam ser encarados como balizadores principais da aquisição, pois isso poderia levar a falhas na gestão de coleções, em “modelos organizacionais” onde o profissional responsável pela seleção não fosse uma presença ativa no processo de aquisição (COGSWELL, 1987, p. 274, tradução nossa).

Em alguns dos modelos organizacionais de bibliotecas analisados por Cogswell (1987) a aquisição não fazia parte da “divisão” relacionada à coleção. No Brasil, a posição da aquisição na estrutura organizacional, também é variável. Assim, ela pode fazer parte de outro setor da biblioteca, ou da instituição. Mas, indica-se que a aquisição deve estar próxima administrativamente da seleção de forma evitar prejuízos no processamento (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 8-10). Esta necessidade da proximidade confirma as colocações de Cogswell (1987), Corral (2012) e Jaguszewski e Williams (2013), citados acima, quanto à indispensabilidade da atividade do bibliotecário responsável pela seleção no processo de aquisição. Cunha (1999, p. 260), falando sobre a aquisição de “formato eletrônico”, em “bibliotecas digitais” e “híbridas”, sugere que “é possível também que haja uma fusão administrativa entre os setores de aquisição e de comutação bibliográfica, pois, a partir de agora, a ênfase será na organização e reempacotamento da informação”. Mas, seja qual for a posição na estrutura organizacional, o trabalho de aquisição de documentos eletrônicos precisa ser executado de forma ainda mais colaborativa.

Andrade e Vergueiro (1996, p. 8) lembram que as funções de seleção e aquisição são “tão imbricadas que fica difícil afirmar quando se trata de uma ou de outra”. Existe uma espécie de continuidade entre as duas funções, sendo que a aquisição deve depender da seleção. Essa visão de interdependência das funções pode ser percebida nas frases abaixo, transcritas:

Quadro 3 – Concepções sobre aquisição

Autor	Visão/Concepção
Vergueiro (1989, p. 63-64).	“[...] processo administrativo”; “um meio de concretização das decisões da seleção”; “tarefa de tornar realidade as decisões de seleção”.
Figueiredo (1993, p. 64-65)	“Aquisição – processo de implementação das decisões da seleção”. “Aquisição é o processo de agregar itens a uma coleção por meio de compra, doação ou permuta”. “Aquisição é a operação que resulta da seleção, ou seja, que implementa as decisões da seleção ao incorporar à coleção os itens selecionados. ”
Maciel e Mendonça (2000, p. 21).	“[...] processo que implementa as decisões da seleção”.
Weitzel (2006, p. 29).	“[...] processo que implementa as decisões tomadas no processo de seleção”.
Ameen (2006, p. 57, tradução nossa).	“Atualmente, o trabalho de aquisições é considerado como processual para obter o material para a biblioteca ou para fornecer acesso às fontes de informação, ou seja, mais de natureza técnica do que intelectual”.

Fonte: Compilação da autora.

Assim, tradicionalmente a aquisição é vista como uma “função administrativa”, “operacional”, “de natureza técnica, um “processo administrativo”⁶¹ (VERGUEIRO, 1989, p. 63-73; AMEEN, 2006, p. 57, tradução nossa; CORRALL, 2012, p. 3; CORRALL,

⁶¹ Ressalta-se que Vergueiro (1989, p. 63-64) justifica esta visão sobre a aquisição, como “processo administrativo”, com base no modelo de Edward Evans, de 1979, onde a aquisição é a única das “atividades de ligadas a coleção”, ou melhor, ao “processo de desenvolvimento de coleções” – que segundo Evans (1979) são: estudo de usuário; política de seleção; seleção; aquisição; desbastamento; avaliação – que não estaria “em pé de igualdade”, sendo operacional, e não permitindo nenhum nível de participação da comunidade (VERGUEIRO, 1989, p. 16-23, 63-73). Mas com posto por Correa (2016), as doações são uma participação da comunidade, hoje o *crowdfunding* é outra forma de participação da comunidade (CORREA, p. 56-62). Mas, no contexto dos documentos eletrônicos, os modelos de seleção e aquisição baseados na demanda dos usuários também poderiam contestar este argumento. Registra-se que no livro de 2012 de Evans, agora com a participação de Saponaro, trabalha com o conceito de gestão de coleções, onde o desenvolvimento de coleções está subsumido, na figura do processo de gestão de coleções. Nesta figura a aquisição ganha uma outra visão, de nenhum contato passou a “pouco ou nenhum *input*” da comunidade” (EVANS; SAPONARO, 2012). A visão sobre a aquisição parece estar mudando.

ROBERTS, 2012), um trabalho operacional de localização e aquisição. Com um “fluxo administrativo” “linear e controlado”. Exigindo um trabalho de identificação, registro e controle dos pedidos; podendo por conta dessa visão ser automatizada. Sua centralização também era vista como benéfica. Mas, primeiramente foram automatizadas a gestão de dados bibliográficos, e até agora não automatizaram a aquisição (VERGUEIRO, 1989, p. 63-64). Esta “automatização” poderia facilitar esse entrosamento entre as pessoas envolvidas na gestão de coleções eletrônicas, permitindo uma maior agilidade em todo processamento.

Assim, no nível operacional, onde a aquisição foi colocada, deve-se preocupar com a cada tarefa individualmente, em curto prazo. No nível tático tem-se uma visão mais departamental, de médio prazo, geralmente de um ano, baseadas no plano estratégico. No nível estratégico trabalha-se com o macro, em longo prazo, tendo uma visão de futuro, e baseado no ambiente interno e externo. O planejamento operacional preocupa-se com “o que fazer e com o como fazer”. Cada planejamento operacional pode abranger uma infinidade de planos, e subplanos operacionais, “diferentes graus de detalhamento”. Eles garantem que todas as tarefas tenham o padrão estabelecido pelo planejamento estratégico. “Os níveis estratégicos e táticos devem se preocupar com a eficácia, enfatizando os fins. Já “os planos operacionais estão voltados para a eficiência⁶² (ênfase nos meios)”. Mas todos os níveis trabalham para atingir a mesma meta institucional (CHIAVENATO, 1999, p. 226-231; 2005, p. 191-207; CORRALL, 2012; CORRALL; ROBERT, 2012). O quadro abaixo sintetiza essas ideias de planejamento:

Quadro 4 – Os três níveis de planejamento

Nível estratégico	Nível tático	Nível operacional
Envolve toda organização. Direcionado em longo prazo Focaliza o futuro e o destino Ação global (CHIAVENATO, 1999, p. 226).	Envolve cada departamento Direcionado em médio prazo Focaliza o mediato Ação departamental (CHIAVENATO, 1999, p. 226).	Envolve cada tarefa/atividade Direcionada em curto prazo Focaliza o imediato/presente Ação específica (CHIAVENATO, 1999, p. 226).
Gestão e desenvolvimento de coleções (CORRALL, 2012)	Seleção (CORRALL, 2012)	Aquisição (CORRALL, 2012)

Fonte: adaptação da autora da figura de Chiavenato (1999, p. 226); e da tabela de Corral (2012)⁶³

⁶² “Eficiência significa fazer bem e corretamente as coisas”. Já a eficácia visa atingir metas, objetivos, bons resultados (CHIAVENATO, 2005, p. 7-8).

⁶³ Corral e Robert resumem a concepção inicial da área, baseada em Edelman (1979) e Gorman e Howes (1989) apontam e relacionam os processos aos níveis de gestão (CORRALL, 2012; CORRALL; ROBERT, 2012).

Mas, com as coleções eletrônicas a função de aquisição pode ter outro perfil; de acordo com nível de gestão (estratégico, tático, operacional) do executor, e o nível de participação do usuário. Rememorar-se a proposta de Johnson (2013, p. 48-49) em relação à figura do “**bibliotecário de recursos eletrônicos**”, que poderia atuar em todos os níveis (estratégico, tático e operacional) podendo realizar a função de aquisição com maior poder de decisão, principalmente nas negociações.

Contudo, assumindo o posicionamento tradicional da aquisição, para Evans e Saponaro (2012, tradução nossa) a aquisição tem 4 objetivos:

- a) adquirir material o mais rápido possível;
- b) manter um alto nível de precisão em todos os procedimentos de trabalho;
- c) manter os processos de trabalho simples, a fim de alcançar o menor custo unitário possível;
- d) desenvolver relações de trabalho próximas e amigáveis com outras unidades de biblioteca e com vendedores.

E para dar início ao processamento da aquisição, no mínimo, devem-se fornecer os seguintes dados: autor, título, editor, data de publicação; ISBN, custo, orçamento total (JOHNSON, 2013, p. 49).

Portanto, com a lista de itens selecionados para a aquisição, essa função pode ser dividida em 3 etapas (ANDRADE, VERGUEIRO, 1996, p. 31):

- a) complementação de dados bibliográficos, recorrendo-se a fontes bibliográficas apropriadas;
- b) verificação da existência do item pedido na biblioteca, ou se já foi encomendado, a fim de evitar duplicações desnecessárias;
- c) seleção dos fornecedores que apresentem melhores condições de atender ao pedido.

Segundo Joshipura (2008, p. 56) a aquisição de documentos eletrônicos tem 4 etapas, que inclui:

- a) verificar as informações bibliográficas para o produto⁶⁴;
- b) identificar várias opções de preços;
- c) revisar os contratos de licença e negócios; [...]
- d) encomendar e adquirir o produto para a coleção da biblioteca.

Para Evans e Saponaro (2012) o processo de aquisição se dividir em 5 etapas:

- a) processamento de solicitações;
- b) verificação;
- c) ordenação [encomendas] de pedidos;
- d) relatório (para a gestão fiscal);
- e) recebimento e conferência de pedidos (EVANS; SAPONARO, 2012, tradução nossa).

⁶⁴ Em documentos eletrônicos é importante a busca nas redes, de modo a identificar se documento é de acesso livre, ou se existe algum item que possa substituir esse em igual rendimento.

As visões se complementam, destaca-se em Evans e Saponaro (2012) o relatório para a gestão fiscal, esta função será desenvolvida na seção 2.3.5.

Cabe registrar que tradicionalmente as “modalidades”, “métodos” de aquisição de livros impressos são: compra, doação e permuta; já os livros eletrônicos podem chegar às bibliotecas através de: compra, assinatura, planos de aprovação, através da incorporação de obras de acesso livre, etc. (ANDRADE, VERGUEIRO, 1996; EVANS; VERGUEIRO, 2010; SAPONARO, 2012; COSTA, 2015, p. 17).

A formação de cadastro dos fornecedores livros eletrônicos acadêmicos é uma tarefa é difícil; já que o estabelecimento das diferenças entre *agregadores*, *editoras* e *distribuidores* ainda não é clara. E não existe um cadastro único de fornecedores (WALTERS, 2013; VASILEIOU; ROWLEY; HARTLEY, 2012; COSTA, 2015, p. 34, grifo nosso). Demandando assim, a formação de um cadastro particular. Mas, Mirela Roncevic (2013, cap. 3, p. 14-32, tradução nossa) apresenta um diretório A – Z, com 51 plataformas de livros eletrônicos em todo o mundo:

Cada plataforma é colocada no contexto do respectivo mercado de bibliotecas e identificado de acordo com o tipo de plataforma (por exemplo, agregador, editor), mercado de bibliotecas (por exemplo, acadêmico / pesquisa, público), tipo de livro eletrônico (por exemplo, livros comerciais, livros de referência, etc.) e assuntos cobertos (por exemplo, ciências gerais, ciências humanas, etc.). Especial atenção é dada aos recursos exclusivos de cada produto. Onde pode-se indicar os modelos de seleção, de negócios, etc.

No capítulo quatro, dessa mesma obra, esta autora apresenta um estudo comparativo com 4 tabelas, com 51 produtos, e 35 plataformas, disposto nas seguintes categorias: conteúdo, especificações técnicas, funcionalidade e modelo de negócio (RONCEVIC, 2013, cap. 4). Esse estudo pode ser base para a formação de um cadastro, que deverá ser atualizado continuamente, pois no mercado editorial eletrônico as transformações são rápidas (RONCEVIC, 2013).

Segundo Walters (2013a) os livros eletrônicos podem ser comercializados nas bibliotecas universitárias através de 4 (quatro) canais principais:

- a) editores que oferecem conteúdo diretamente às bibliotecas. Incluem: Elsevier, Oxford University Press, Royal Society of Chemistry e Springer;
- b) agregadores especializados que compram e apresentam livros eletrônicos - muitas vezes trabalhos de referência - em áreas específicas. Por exemplo, a Knovel oferece títulos de engenharia de cerca de 100 editores. Da mesma forma, o Safari oferece livros eletrônicos em gerenciamento e tecnologia de cerca de 50 editores. A Alexander Street Press fornece acesso a mais de 90 coleções nas ciências sociais e humanas;

- c) grandes agregadores que oferecem livros eletrônicos em várias disciplinas de vários editores. Os maiores agregadores incluem a: Dawsonera, EBL⁶⁵, Ebrary (uma subsidiária da Pro-Quest), EBSCO (Anteriormente NetLibrary) e MyiLibrary (uma subsidiária da Ingram). As recentes iniciativas sem fins lucrativos, como as de JSTOR e Project MUSE, também estão nesta categoria;
- d) fornecedores de bibliotecas que fornecem livros impressos, bem como livros eletrônicos. Por exemplo, Blackwell, Coutts, Swets e YBP que oferecem livros eletrônicos de ambos os agregadores e editores individuais (WALTERS, 2013a, p. 194, tradução nossa).

Assim, os editores (*Publishers*) comercializam aquilo que publicam⁶⁶; os fornecedores (*vendors*) vendem o produto ou serviço, geralmente de vários editores; os agregadores (*Aggregators*) licenciam conteúdo dos editores “e depois vendem diretamente para bibliotecas, hospedando os livros eletrônicos em sua plataforma própria, em vez do site do editor” (GRIGSON, 2011).

No quadro abaixo, enumera-se alguns desses fornecedores, no Brasil:

Quadro 5 – Fornecedores de livros eletrônicos no Brasil

Fornecedor	Nacionalidade	Tipo de fornecedor
CABI	Estrangeiro	Editor
Cengage	Estrangeiro	Editor
DotLib	Estrangeiro	Distribuidor
Ebrary	Estrangeiro	Editor, Agregador
Elsevier	Estrangeiro	Editor
Fórum	Brasileiro	Editor
McGraw-Hill	Estrangeiro	Editor
Mienciclo Ebooks	Estrangeiro	Distribuidor
Minha Biblioteca	Brasileiro	Agregador (Consórcio de editores)
Pearson (EBSCO)	Estrangeiro	Editor, Agregador
Safari Books	Estrangeiro	Agregador
Springer	Estrangeiro	Editor
V-lex	Estrangeiro	Agregador
Wiley	Estrangeiro	Editor

Fonte: Resende (2014 *apud* COSTA 2015, p. 39-43); e Costa (2015, p. 96-97), recompilado pela autora.

Costa (2015) afirma que a “Minha Biblioteca” são editores reunidos. A Pearson é um agregador, pois fornece também Intersaber e a Papyrus. E a Ebrary não teve sua classificação definida (COSTA, 2015). Mas a “Minha Biblioteca”, por exemplo, se assume como um consórcio de editores (MINHA BIBLIOTECA, 2018). Segundo Walters (2013) a Ebrary é um agregador. Essa confusão confirma as colocações já expostas, pelos autores citados, em relação à classificação dos fornecedores (WALTERS, 2013a; VASILEIOU; ROWLEY; HARTLEY, 2012; COSTA, 2015).

⁶⁵ A Ebooks Corporation Limited (EBL) foi adquirida pela Pro-Quest em 2013 (RONCEVIC, 2013. cap. 1).

⁶⁶ Serra (2017, p.133) diz que nem todas as editoras “investiram no desenvolvimento de uma plataforma”.

O modelo de negócio é outra escolha que deve ser realizada. Estes modelos são acordados através de contratos, entre a biblioteca e os fornecedores. Existem vários modelos de negócio, cada biblioteca deve avaliar aquele que é melhor para instituição mantenedora e a comunidade. Mas, os questionamentos em relação a esses modelos podem ser resumidos em:

- a) uma escolha entre adquirir títulos ou pacotes individuais;
- b) uma escolha entre comprar livros eletrônicos diretamente ou fazer uma assinatura;
- c) uma escolha entre um número ilimitado de utilizações por ano ou um número ilimitado de usuários simultâneos (GRIBSON, 2011).

Abaixo, por exemplo, as vantagens e desvantagens da aquisição de títulos de forma individual ou por pacotes:

Quadro 6 – Comparação da aquisição por título e por pacote

Por título	Por pacote	Comentários
Mais caro	O preço por título é menor	
Controle da edição comprada, que pode ficar desatualizada.	As edições podem ser atualizadas automaticamente, sem controle sobre edições antigas.	O pacote pode ser mais barato por conter apenas edições antigas.
O comprador escolhe e paga apenas o que quer.	Os títulos são escolhidos pelo vendedor (principalmente se for uma base completa).	Alguns vendedores permitem que a biblioteca escolha quais livros irão compor o pacote.
Exige seleção.	Os livros são previamente selecionados por assunto	A seleção prévia pode trazer títulos que não interessam.
Só vem o que é selecionado.	Variedade de títulos e assuntos.	Os usuários podem se interessar por títulos desconhecidos pelos bibliotecários.
Só paga o que vai utilizar (custo por título).	Paga por itens desnecessários, é preciso avaliar se o custo compensa (custo por uso).	

Fonte: Costa (2015, p. 44). Quadro adaptado pela autora.

No Brasil, segundo Costa (2015, p. 46) os principais modelos de negócio disponíveis para a aquisição de livros eletrônicos para bibliotecas são: “o acesso perpétuo e a assinatura”. Abaixo informações sobre esses modelos (GRIBSON, 2011; COSTA, 2015; SERRA, 2015; RONCEVIC, 2017):

- a) acesso perpétuo – é a aquisição do acesso de forma permanente. Ideal para coleções ou livro cujo conteúdo seja perene. E é preciso ter em contrato a garantia desse acesso perpétuo. Se o acesso for realizado através de plataformas do fornecedor será necessário o pagamento anual desse serviço;
- b) assinatura – neste modelo se paga uma taxa de uso, geralmente, anual. Indicado para coleções ou livro cujo conteúdo seja efêmero.

Fora do Brasil, outras opções de modelo de negócio são praticadas, como:

- a) aquisição orientada pelo usuário⁶⁷ (*patron driven acquisition or demand-driven acquisition*) – “é um modelo de compra que os usuários selecionam os livros eletrônicos escolhendo a partir do catálogo online da biblioteca”; quando um livro atinge um determinado uso, esse é adquirido automaticamente (COSTA, 2015, p. 50, 65). Neste modelo os itens do catálogo podem oferecer a coleção completa, ou itens selecionados, o pagamento e feito de acordo com o uso (SERRA, 2015, p. 4-5).
- b) empréstimo de curto prazo (*pay-per-view; short-term rental basis; Short-Term Loans - STL*) – neste tipo a biblioteca paga uma taxa pelos títulos que foram visualizados (MORRIS; SIBERT, 2010; COSTA, CUNHA, 2015; RONCEVIC, 2017).
- c) seleção baseada em evidência – (*Evidence-Based Acquisitions – EBA; Evidence-Based Selection- EBS*) é disponibilizado “por um período determinado, normalmente um ano, todo o seu catálogo para utilização dos usuários, com cobrança de valor estimado da quantidade de acessos que serão realizados pela comunidade atendida pela biblioteca”. Ao final do período determinado, “a biblioteca fará aquisição perpétua dos títulos que foram mais consultados, incluindo ao acervo as obras que despertaram interesse dos usuários”, baseada nas estatísticas de uso (SERRA, 2015, p. 5; LEVINE-CLARK, 2015; RONCEVIC, 2017).

Zattar e Dourado (2014, p. 8) em uma sistematização de dados da prática e da teoria, apresentam o quadro abaixo que resume as formas de aquisição praticadas no Brasil, e informam o tipo de despesa na gestão pública (despesa de capital ou corrente), e dados relacionados à preservação de dados (*backup*):

Quadro 7 – Formatos de aquisição.

Aquisição	Tipo	Despesa	Posse (<i>backup</i>)
Compra	Produto	Despesa de capital	Sim
Assinatura	Serviço	Despesa corrente	Não
Acesso perpétuo	Serviço	Despesa corrente	Às vezes
Compra com assinatura	Produto e Serviço	Despesa de capital e corrente	Às vezes

Fonte: Zattar; Dourado (2014, p. 8).

Zattar e Dourado (2014) afirmam que na modalidade de compra o produto é adquirido através de despesa de capital, e o *backup* dos itens adquiridos é disponibilizado, podendo ser carregado no catálogo público, e/ou guardado no repositório da instituição.

⁶⁷ Leber (2015, p. 34-35), “A oferta desse modelo para as Universidades Públicas ainda é objeto de estudo pelos fornecedores e Universidades, visto que a Lei 8.666/1993, a lei das licitações, não permite que um serviço vire produto ou vice-versa. Dependendo do fornecedor, ele pode exigir uma assinatura da base de livros eletrônicos, e no ano seguinte reverter o valor investido no acesso definitivo às obras mais acessadas pelos usuários, porém, essa operação geraria duas notas fiscais diferentes, uma de serviço (a assinatura) e depois outra de compra (o acesso permanente), mas essa situação não é compreendida pela atual legislação”. Mas Roncevic (2013, cap. 2) afirma que “alguns fornecedores, incluindo a 3M, começaram a experimentar uma opção de PDA para seus clientes de bibliotecas públicas”, o custo pode variar de “5% a 30% do preço do título”.

Na assinatura o serviço é contratado através de despesa corrente. O serviço poderá ser acessado pelo prazo da assinatura através das plataformas de acesso do fornecedor, não sendo fornecido *backup*. No acesso perpétuo, o serviço é fornecido por meio de despesa corrente, podendo ou não ser disponibilizado cópia de segurança (*backup*). Na compra com assinatura temos uma aquisição de produto e serviço, com despesa de capital e corrente, onde pacote ou os títulos selecionados são comprados, mas seu acesso é feito através da plataforma do fornecedor (ZATTAR; DOURADO, 2014, p. 8-9). Ao final do contrato do serviço de acesso pode ser disponibilizado o *backup* do produto, conforme acordo entre as partes.

Como os *trials*, os planos de aprovação permitem que a biblioteca conheça as coleções antes da conclusão da aquisição. A diferença é que no *trial* não existe um compromisso de compra, um contrato, e nem necessariamente um perfil estabelecido. Desse modo, na seleção deve-se ter por praxis a solicitação de um *trial*, que trará ao processamento da seleção, e da aquisição maior segurança.

Uma forma de aquisição que virou uma tendência fora do Brasil, como já vem sendo dito, é a *Patron-Driven Acquisitions*, também conhecido por *Demand-Driven Acquisition*. E em uma pesquisa a Kent State University Library analisou os *logs* de transação de seus catálogos, em um programa de compras por demanda dos usuários. Nesta pesquisa foi estabelecido que a “uma compra seria desencadeada por uma das seguintes medidas de uso: 10 páginas Visualizações, 10 minutos de visualização, 1 cópia (como copiar texto do *e-book*), 1 impressão ou 1 *Download* de capítulo / intervalo”. Todos os livros disponibilizados foram pré-selecionados, e foram disponibilizados a usuários autorizados, pelo ano de 2012. Essa Biblioteca concluiu que o desencadeamento da compra poderia ser renegociado; mas que o uso dos livros eletrônicos foi maior quando estes foram comprados “após consulta com o registro bibliográfico completo”, e não somente pela leitura superficial. Outra conclusão foi que a interface e a usabilidade do catálogo também influenciaram nesse uso (URBANO, et al., 2015, tradução nossa).

Como dito, outro método de aquisição que está em voga, fora do Brasil, é o “plano de aprovação”. Este método foi desenvolvido no início da década de 1960, por Richard Abel & Co., como “uma maneira econômica para bibliotecas de pesquisa adquirirem grandes quantidades de livros acadêmicos e científicos” (MORRIS; SIBERT, 2010; PICKETT; TABACARU; HARRELL, 2014, p. 219;

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

RONCEVIC, 2017, tradução nossa). Os planos de aprovação são uma forma de contrato, firmados pelas bibliotecas com os fornecedores, onde é estabelecido um “perfil de aprovação”, pela biblioteca, estabelecendo, por exemplo: Limites de custos, idioma, tipo de formato, nível de ensino, etc. (COSGWELL, 1987; ANDRADE, VERGUEIRO, 1996, p. 43-44; PICKETT; TABACARU; HARRELL, 2014), um dos benefícios desses planos é evitar a duplicação entre formatos eletrônicos e impressos, assim a *Texas A&M University Libraries* utilizou o plano de aprovação, juntamente com a aquisição orientada pelo usuário. A intenção era a troca da filosofia de *just in case* para *just in time*⁶⁸, “pois os cortes no orçamento poderiam se tornar mais frequentes”, deste modo comprovaram a eficácia desse modelo (PICKETT; TABACARU; HARRELL, 2014).

Nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, os livros eletrônicos estão sendo adquiridos, geralmente, através de carta de exclusividade⁶⁹, conforme preconiza a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993). A carta de exclusividade do produto indica a inexigibilidade de licitação. Mas é preciso lembrar nesse tipo de aquisição caso um título seja retirado ou acrescentado a esse pacote, este produto não é mais o mesmo, o que pode alterar a sua condição de exclusividade (FERNANDES *apud* COSTA, 2015, p. 56). A não regulamentação da aquisição de livros eletrônicos no Brasil (FERREIRA, 2016, p. 43-44) traz algumas limitações ao trabalho de aquisição. Assim, ressalta-se a necessidade do estudo dos modelos de negócio e da legislação, na busca de melhores condições de negócio para as universidades.

Como dito, a incorporação é outra forma de aquisição de livros eletrônicos. Assim, a “incorporação de qualquer endereço eletrônico à página que a biblioteca mantém na Internet pode ser comparada à aquisição” de um documento impresso (VERGUEIRO, 2010, p. 54). E caso a biblioteca decida fazer esse tipo de aquisição, é importante a manutenção dos endereços atualizados. Essa aquisição também deve seguir critérios de seleção, previsto na seção 2.3.3 (Seleção de materiais).

⁶⁸ Essa nova filosofia “preconiza que nenhum documento deva ser adquirido pela biblioteca antes da hora, isto é, antes de ser demandado pelo usuário”. Assim, em vez do *just-in-case*, grandes coleções tentado suprir demandas futuras; o *just-in-time*, aquisição por demanda (CUNHA, 2010).

⁶⁹ Documento exigido pela Lei 8666/1993, que diz que a “comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes”.

Para a aquisição através da incorporação sugere-se o uso *links* estáveis como os: HathiTrust; Internet Archives; Library of Congress Digital Collections; Project Gutenberg; Google books⁷⁰ (JOHNSON, p. 2013, p. 45-46). No Brasil pode-se indicar *links* como: Portal Domínio Público; SciELO Livros; Portal do Livro Aberto em CT&I; e o Portal de Periódicos Capes, e outros como *hyperlinks* estáveis⁷¹. Esses *sites* oferecem alguns conteúdos de domínio público, e itens que têm direitos autorais cedidos, que podem ser acessados como um todo.

Então, continuando a ver a aquisição como uma incorporação, complementa-se que para a disponibilização dos documentos eletrônicos gerados no âmbito da Universidade os direitos devem ser concedidos pelo autor. Em geral, essa concessão é:

[...] uma licença não-exclusiva (ou seja, que não limita ou impede qualquer outra utilização do conteúdo pelos seus autores), preferencialmente irrevogável, para arquivar (incluindo migrar formatos e suportes, para efeitos de preservação) e dar acesso ao conteúdo através do (s) respetivo (s) sítios (RODRIGUES; CARVALHO 2013, p. 12).

A aquisição de livros eletrônicos autopublicados começa a ser uma realidade em bibliotecas acadêmicas. Apesar desse tipo de publicação ainda ser vista como de baixa qualidade, atualmente mais de 18% dos livros são autopublicados, e a tendência é aumentar. Assim, a preparação para sua aquisição deve começar a ser uma preocupação. A falta de ISBN é um dos problemas da autopublicação. Mas, algumas bibliotecas estão colaborando na editoração dessa publicação, o que pode ajudar a melhorar a qualidade dos dados bibliográficos, e minimizar outros problemas apontados no acesso e na preservação de livros impressos e eletrônicos autopublicados (ALONSO ARÉVALO; VÁZQUEZ VÁZQUEZ, 2015; VIANA; ODDONE, 2016; HOLLEY, 2017).

Evidencia-se a necessidade de uma maior colaboração entre a aquisição e as demais funções, principalmente seleção, gestão fiscal e manutenção de coleções, para um melhor andamento da aquisição de livros eletrônicos.

⁷⁰ Embora se recomende o Google books, é bom lembrar que o Google Livros “disponibiliza três tipos de livros: (a) livros protegidos por direitos autorais e à venda; (b) livros protegidos por direitos autorais, mas esgotados; e (c) livros não protegidos por direitos autorais” (DOURADO; ODDONE, 2012), por isso os livros protegidos tem partes bloqueadas de acordo com alguns critérios preestabelecidos por essa plataforma. Mesmo com estas restrições é uma fonte importante.

⁷¹ Veja descrição dessas iniciativas de compartilhamento e colaboração na subseção 2.3.7.

2.3.4 Manutenção de coleções

Nesta subseção serão tratados os seguintes tópicos: implementação de documentos eletrônicos; preservação digital; digitalização e desbastamento de coleções eletrônicas.

Para Cogswell (1987, p. 270, tradução nossa) por muito tempo as bibliotecas preocuparam-se com o desenvolvimento das coleções, e com isso algumas dessas bibliotecas sentiram dificuldades em adotar “uma mentalidade de preservação e manutenção”. Mas com as demandas: de preservação, de descarte, e de armazenamento crescentes, essa mentalidade precisa ser adaptada (COGSWELL, 1987, p. 270, tradução nossa, grifo nosso). Essas demandas provocadas pelas mudanças, econômicas, sociais e tecnológicas, que influenciaram o trabalho com coleções, foram aumentadas com os documentos eletrônicos. Com estes documentos a função de manutenção precisa ser um trabalho mais sistemático.

Na “implementação”⁷², ou seja, disponibilização dos documentos eletrônicos, mais uma vez, a colaboração entre os responsáveis pelas funções da gestão de coleções se faz necessária. A aquisição deve manter contato com os responsáveis pelo acesso e a catalogação. Os livros eletrônicos, por exemplo, poderão ser inseridos no catálogo através do processamento técnico manual e/ou através do fornecimento de metadados; ou através da disponibilização do endereço da plataforma do fornecedor. Nesse processo pode haver alguns problemas com os metadados, ou com o carregamento desses, alguns dados podem falta ou estarem imprecisos. Alguns fornecedores, por exemplo, retiram itens do pacote sem notificação, o que pode causar problemas na revocação do catálogo (JOSHIPURA, 2008; VASILEIOU; ROWLEY; HARTLEY, 2013; WALTERS, 2013b; EMERY; STONE, 2013; EMERY; STONE, 2017; EMERY; MCCRACKEN; STONE, 2017, tradução nossa, grifo nosso). Assim, nesse trabalho de implementação de documentos eletrônicos é preciso considerar algumas questões, como:

⁷² O termo “implementação”, como já exposto, faz parte da visão da gestão de coleções eletrônicas denominada “*Techniques for Electronic Resource Management (TERMS)*”; que hoje está em: investigação novos conteúdos para compra ou adição; aquisição de novo conteúdo; implementação; avaliação contínua, acesso e revisão anual; solução de problemas; preservação. O termo implementação diz respeito ao período de teste e configuração, para incorporação à coleção; que pode incluir “sessões de treinamento e conscientização para funcionários e usuários”. (EMERY; STONE, 2017; EMERY; MCCRACKEN; STONE, 2017, tradução nossa; grifo nossos).

- a) a URL fornecida funcionou no primeiro dia do contrato?
- b) as autenticações foram ativadas dentro e fora do campus?
- c) todos os pontos de acesso foram testados e estão funcionando (catálogo; portal de livros eletrônicos; ambiente de aprendizagem virtual, etc.)?
- d) os metadados dos livros eletrônicos carregados estão de acordo com os padrões?
- e) as estatísticas de uso estão funcionando? (EMERY; MCCRACKEN; STONE, 2017).

É preciso que todos esses pontos sejam verificados, e corrigidos, se necessário. Deve-se registrar todos os fatos ocorridos na implementação para formar dados para avaliação de coleções. Deve-se manter um dossiê com todos os acontecimentos: tempo de atendimento, problemas e soluções oferecidas pelo fornecedor, para futuras negociações (EMERY; MCCRACKEN; STONE, 2017).

No trabalho de implementação também se destaca o *marketing*. Saliencia-se também a questão da personalização, *branding*⁷³, o estabelecimento da marca, de uma “marca” para a biblioteca, pois os usuários/clientes/consumidores precisam saber que a biblioteca é a promotora deste serviço/produto (EMERY; MCCRACKEN; STONE, 2017). Este trabalho além de divulgar, deve buscar o *feedback* da “experiência do usuário”, que deve ser registrado e reportado aos fornecedores visando aprimoramento dos serviços e produtos (IFLA, 2012; EMERY; STONE, 2013; EMERY; STONE, 2017; EMERY; MCCRACKEN; STONE, 2017). Mais detalhes sobre *marketing* e todo ao acompanhamento dessa etapa serão discutidos no relacionamento com usuário (2.3.6). Em suma, é um trabalho complexo, que precisa de colaboração de todos.

As questões ligadas à preservação ressurgiram com maior força com o advento da Internet. A chegada dos documentos eletrônicos, os repositórios institucionais e as bibliotecas digitais, impulsionaram “a aplicação de estratégias de preservação para documentos digitais”, que se tornaram “uma prioridade, pois sem elas não existiria nenhuma garantia de acesso, confiabilidade e integridade dos documentos” em longo prazo. Assim, os documentos eletrônicos não devem ser negligenciados, e deixados sem manutenção (MÁRDERO ARELLANO, 2004, p. 15; 2008).

⁷³ *Branding* consiste em dar a um produto ou serviço do poder de uma marca, criar **diferenciais**, que conquistem o público, como: a Coca Cola, a Gillette, etc. (KOTLER, KELLER, 2009. p. 275, tradução nossa; grifo nosso).

Sayão (2010) ressalta a necessidade de uma definição de papéis em relação à preservação digital, e afirma que:

[...] na medida em que a geração e uso da informação digital se aceleram, a responsabilidade de preservação dos estoques informacionais em formato digital se torna bastante difusa; as partes responsáveis – pesquisadores, gestores, bibliotecas e editores – têm sido lentas em identificar e investir na infraestrutura necessária para assegurar que os registros acadêmicos publicados, representados em formatos digitais permaneçam íntegros ao longo do tempo. Essa inércia coloca a porção digital dos registros acadêmicos – e a habilidade de usá-los em conjunto com outras informações que são necessárias para o avanço do conhecimento – em risco crescente [...] (SAYÃO, 2010, p. 73).

Destarte, as bibliotecas universitárias precisam se posicionar em relação à preservação das coleções eletrônicas. Criar estratégias de preservação, e/ou exigirem que os editores realizem este trabalho para garantia de acesso no futuro (WALTERS, 2013a). Algumas bibliotecas estão buscando alternativas para garantir esse trabalho de preservação. O *Crowdsourcing*⁷⁴ e o *Crowdfunding*⁷⁵ estão sendo utilizados por bibliotecas em projetos de curadoria digital pelo mundo (OOMEN; AROYO, 2011)⁷⁶.

Como uma alternativa para o trabalho de preservação, o Portico é um serviço de preservação digital, que atende bibliotecas e editores, preservando revistas, livros e outros conteúdos acadêmicos. Em 2011, o Portico começou a oferecer a preservação de livros eletrônicos para bibliotecas, mas desde 2008 este serviço era oferecido aos editores (PORTICO, 2017; KIRCHHOFF, 2011, p. 34, tradução nossa). Esse serviço segue os seguintes princípios:

- a) metadados de preservação, que descreve técnica e bibliograficamente o conteúdo preservado;
- b) a preservação deve ser prática (por exemplo, migração de arquivos para novos formatos é feita somente quando é necessário, e não é realizada preventivamente sem razões válidas para o gerenciamento de arquivos);
- c) os arquivos Portico são auto descritivo e contêm informações e documentação suficientes para possibilitar a terceiros para compreender e gerir os arquivos;

⁷⁴ O *crowdfunding* “é uma ação de cooperação coletiva realizada por pessoas que contribuem financeiramente, usualmente via internet, para apoiar iniciativas de outras pessoas ou organizações” (VIEIRA; CUNHA, 2015b).

⁷⁵ O *crowdsourcing* é “o ato de uma empresa ou instituição tomar uma função que era realizada por funcionários e terceiriza-la para uma rede indefinida (e geralmente grande) de pessoas através de uma chamada aberta ” (DAWSON, ROSS *apud* OOMEN; AROYO, 2011, tradução nossa).

⁷⁶ A UFRJ já tem projeto de pesquisa financiado através de *crowdfunding* (FREITAS, 2016; CARHART-HARRIS, Robin L. et al; 2016).

- d) o arquivo Portico é um arquivo escuro, mas tem transparência para os participantes. Para esse fim, o Portico fornece privilégios de auditoria aos participantes e relatórios regulares sobre o conteúdo do arquivo;
- e) o conteúdo preservado é replicado para vários locais *on-line* e *off-line* em vários continentes;
- f) o conteúdo preservado é regularmente verificado a deterioração e/ou corrupção dos *bits*, e quaisquer problemas são imediatamente corrigidos;
- g) o local em que o conteúdo é preservado devem ser mantidos nos padrões recomendados (KIRCHHOFF, 2011, p. 34, tradução nossa).

Porém, o trabalho de preservação apresenta algumas dificuldades, pois os documentos eletrônicos precisam de certos cuidados para que as suas informações permaneçam acessíveis, íntegras e autênticas. Abaixo alguns entraves à preservação de livros eletrônicos:

- a) a obsolescência rápida dos *software*, *hardware*, e mídias de armazenamento;
- b) a volatilidade e fragilidade da informação digital;
- c) direitos autorais, *copyright* e outros direitos legais, que limitam as formas mais comuns de preservação pelas bibliotecas;
- d) os *DRM*⁷⁷s que restringem as cópias, impressão, *download*, e outras formas de preservar;
- e) a diversidade de formatos, que gera problemas na conversão e compatibilidade (ALCOBA VILLADANGOS, 2012, p. 35-39, tradução nossa).

Walters (2013) confirma estas dificuldades, e diz que o trabalho de preservação de livros eletrônicos consiste em vários elementos distintos como:

O conteúdo e a formatação do próprio trabalho, o formato do arquivo, o *software* necessário para acessar e usar o arquivo, o sistema operacional necessário para executar o livro eletrônico, o *software* e *hardware* compatíveis com o sistema operacional.

A reformatação é um outro problema na preservação de livros eletrônicos. O *EPUB 3* e o *NCBI Book Tag Set*⁷⁸ são formatos que estão criando sendo aceitos como consenso de formatos padrão de preservação. O NCBI consegue oferecer metadados mais robustos que o EPUB. Indica-se o uso dos dois, o “*EPUB 3* para o *layout* visual, embalagem, e texto completo do documento; e o *NCBI Book Tag Set* para metadados robustos sobre o livro eletrônico” (KIRCHHOFF; MORRISSEY, 2014, p. 14-15, tradução nossa).

⁷⁷ *Digital Rights Management* (Gestão de Direitos Digitais) consiste na limitação algumas ações em documentos eletrônicos, com a intenção dita de proteção dos direitos de autor.

⁷⁸ O *NCBI Book Tag Set* foi criado pelo National Center for Biotechnology Information (NCBI), um centro da Biblioteca Nacional de Medicina (NLM), dos Estados Unidos. “Com a intenção de fornecer um formato comum para a criação de conteúdo de livros didáticos em XML” (NCBI, 2018).

Como não existe consenso, e as tecnologias continuam a mudar, os programas institucionais de preservação de livros eletrônicos devem ser iniciados com base na literatura atualizada. Alguns editores já estão começando a pensar preservação em larga escala. Como detentores dos direitos autorais deveriam fazer acordos com “serviços de preservação digital”⁷⁹. Porém essa ainda não é uma prática de todos os editores. Sugerem-se, em compras perpétuas, acordos contratuais que ofereçam acesso através de iniciativas como *LOCKSS*; *Portico* (WALTERS, 2013a; POWERS, 2014; KIRCHHOFF; MORRISSEY, 2014; LOCKSS, 2017; PORTICO, 2017). Esses serviços de preservação, geralmente, apresentam lista de clientes, cabe uma consulta antes do fechamento de contratos.

A Rede de Serviços de Preservação Digital Cariniana, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) é uma iniciativa de adesão ao Programa *LOCKSS da Stanford University*, para instituições que precisam preservar e dar acesso a conteúdos digitais autorizados. Ele se baseia no *Distributed Digital Preservation* (DDP), um modelo de rede de preservação digital distribuída, onde várias instituições armazenam, oferecem acesso, e criam cópias digitais atualizadas. O Programa *LOCKSS* utiliza o *software* livres, de preservação para bibliotecas e editoras: *Lots of Copies Keeps Stuff Save (LOCKSS)* (MÁRDERO ARELLANO, 2014, p, 84-87). Este Programa adota medidas de segurança, que seguem os princípios, abaixo descritos:

- a) os locais que preservam o mesmo conteúdo não podem estar a uma distância menor de 120 a 200 quilômetros entre elas;
- b) os locais de preservação devem estar distribuídos fora de áreas onde transcorrem desastres naturais;
- c) os locais de preservação devem estar distribuídos em diferentes redes de energia elétrica;
- d) os locais de preservação devem estar sob o controle de diferentes administradores de sistemas;
- e) o conteúdo preservado em lugares dispersos deve estar em meios eletrônicos atualizados e sua funcionalidade verificada regularmente;
- f) o conteúdo deverá ser replicado pelo menos três vezes seguindo os princípios já citados (SKINNER; SCHULTZ, 2010, p.12-13 *apud* MÁRDERO ARELLANO, 2014, p. 84).

⁷⁹ <http://www.portico.org/digital-preservation/services/e-book-preservation-service/>;
<http://www.lockss.org/community/publishers-titles-gln/>; <https://www.clockss.org/clockss/News.5>
<http://www.lockss.org/community/networks/>.

A Rede Cariniana começou com a preservação de periódicos e livros eletrônicos. No futuro o trabalho se estenderá às “teses, dissertações, anais eletrônicos, e coleções especiais” (IBICT, 2015). A Rede Cariniana pode ser o caminho para "preservação digital" cooperativa no Brasil.

Weitzel e Mesquita (p.193, 2015) identificaram os seguintes critérios que devem ser considerados nas propostas de políticas de preservação digital:

- a) escolha de formatos de alta e média adequação (visando minimizar a necessidade de migração);
- b) uso de estratégias de preservação como, por exemplo, a inclusão de metadados descritivos (como título, autor e palavras-chave), de *backup* e, se possível, de estratégias de formas combinadas;
- c) uso de metadados estruturais (auxiliam-nos na estruturação dos documentos digitais, preservando a sua apresentação) e administrativos (que auxiliam na gestão do ciclo de vida dos objetos digitais, possibilitando a inclusão de informações de criação, especificidades e dependências técnicas);
- d) uso de identificação persistente;
- e) adesão a uma rede distribuída para preservação digital;
- f) uso de uma política de preservação formalizada.

A digitalização também é considerada uma forma de preservação, além de ser promotora do acesso e da acessibilidade. Exemplos destes fatos são os projetos: *HathiTrust*; *Internet Archives*; *Library of Congress Digital Collections*; *Project Gutenberg* (PROJECT, 2017, INTERNET, 2017; HATHITRUST, 2017). Essas iniciativas serão apresentadas na seção 2.3.7 (Compartilhamento de recursos).

Burgett, Haar e Philips (2004, p. 3) dizem que na gestão de coleção no século 21 algumas atividades devem ser incluídas para que a informação seja mais acessível para usuários atuais e futuros, onde se destacam:

- a) selecionar e transferir material com pouco uso, mas de grande valor para pesquisa, para armazéns de grande capacidade;
- b) selecionar e digitalizar materiais para acesso e preservação.

Sugere-se que essa digitalização seja combinada com a conservação do original. Algumas bibliotecas estão usando como critério de gestão de coleções as *last copies*, cópias de preservação, que são digitalizadas, mas tem seu original impresso preservado, como “últimas cópias” É importante frisar que esses documentos podem ser, ou vir a ser raros. Um descarte sem política poderá fazer como que os bibliotecários universitários, futuramente, tenham que “prospectar” esses documentos impressos descartados (KISLING, et al, 2000; ROSS, 2002; PAYNE, 2007; STOREY, 2011; GRIEBLER, et al, 2011; JILOVSKY, 2013; ANDERSON, 2013; VAN DORMOLEN, 2012; IFLA, 2014b; SANTOS; WEITZEL, 2017; GARNER, 2018).

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Os *print repositories*, repositórios de documentos impressos, são espaços de preservação, preparados para armazenar essas últimas cópias, bem como outros documentos impressos de baixa demanda, que foram digitalizados ou não. Pouco se discute sobre as *last copies e os print repositories* no Brasil. A gestão de coleções deve ser sistêmica, assim o futuro do livro impresso, deve ser também uma preocupação da gestão de coleções eletrônicas (KISLING, et al, 2000; ROSS, 2002; DARNTON, 2010; CONNAWAY, et al, 2006; PAYNE, 2007; STOREY, 2011; GRIEBLER, et al, 2011; JILOVSKY, 2013; ANDERSON, 2013; JOHNSON, 2004; 2014; JILOVSKY; GENONI, 2004; VAN DORMOLEN, 2012; IFLA, 2014b; SHORLEY, et al, 2015; DEMAS; MILLER, 2016; SANTOS; WEITZEL, 2017; GARNER, 2018).

A digitalização proporciona a “virtualização da informação”, ela é “o fundamento técnico da virtualidade”. A digitalização possibilita que um documento analógico possa ser torna digital, eletrônico (LÉVY, 1999). É bom lembrar, que o livro eletrônico pode ser “nascido digital”, ou pode ser gerado através ser digitalização⁸⁰ (LYNCH, 2001; CONNAWAY; WICHT, 2007; LEBERT, 2009). Desse modo, a digitalização deve ser parte da função de manutenção de coleções de livros eletrônicos (BURGETT, HAAR, PHILIPS, 2004, p. 3).

Mas, os projetos de digitalização são dispendiosos, o *Crowdfunding* está sendo usado por bibliotecas pelo mundo, para financiamento de projetos; bem como o *Crowdsourcing*, na curadoria digital (IFLA, 2002; LOPATIN, 2006; CUNHA, 1999; 2008; BIRRELL, et al. 2009; RAFIQ; AMEEN, 2013; PANDEY; MISRA, 2014; VIEIRA; CUNHA, 2015b; BOERES, 2017). A UFRJ, por exemplo, utilizou o *Crowdfunding* para financiar projetos de pesquisa (MARTINS, c2013⁸¹; CARHART-HARRIS, Robin L. et al; 2016; FREITAS, 2016) este caminho é uma perspectiva para as bibliotecas federais viabilizarem seus projetos de digitalização, e dinamizarem o compartilhamento de coleções, preservando e dando acesso (ROSS, 2002; RIVERA DONOSO, 2009; OOMEN; AROYO; BANDI; ANGADI; SHIVARAMA, 2015). É bom lembrar que digitalização como promotora da acessibilidade digital é garantida pela legislação brasileira (BRASIL, 1998a; 1998b; 2000; 2004).

⁸⁰ O primeiro livro digitalizado por Michael Hart, responsável pela criação do Projeto Gutenberg, é considerado o primeiro livro eletrônico, assim Hart é conhecido como pai do livro eletrônico (LEBERT, 2009; PINHEIRO, p. 3, 2014; PROJECT, 2017).

⁸¹ A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) criou uma plataforma de *Crowdfunding* para financiar seus projetos (MARTINS, c2013).

Outro ponto a destacar na manutenção de livros eletrônicos é o desbastamento. A ideia de desbastamento é associada a espaço e desgaste físico; por este motivo muitos não percebem a sua necessidade em documentos eletrônicos (CROSETTO, 2012; CREW, 2012). Em coleções eletrônicas o cancelamento das assinaturas pode ser considerado um descarte. Critérios de avaliação normalmente levam em consideração os custos e o uso. Os custos devem por sua vez, considerar os orçamentos, preços de mercado e termos de licença. Outros critérios para cancelamento são:

- a) relevância do conteúdo;
- b) atualização;
- c) modelos de licenciamento e compra;
- d) acessibilidade de plataformas;
- e) mudanças nas taxas de câmbio;
- f) instabilidade do conteúdo da plataforma;
- g) problemas nas estatísticas de uso (VASILEIOU; ROWLEY; HARTLEY, 2012).

O desbaste tem por objetivo principal a manter as coleções com informações relevantes e atualizadas. O baixo uso e a desatualização são motivos clássicos para desencadear o desbastamento em coleções impressas, que são relevantes também para coleções de livros eletrônicos (LARSON, 2012, p. 51).

Em algumas áreas, como a área médica, a questão da atualização é primordial; principalmente na prática baseada em evidências. Desse modo, a retirada de livros eletrônicos desatualizados do catálogo pode ser indicada (CROSETTO, 2012; HIGHTOWER; GANTT, 2012; MORONI, 2012; JOHNSON, 2013; MILLER, 2015). Os bibliotecários da Auburn Montgomery apoiando as decisões da Escola de Enfermagem, na prática baseada em evidências, realizaram este trabalho (HIGHTOWER; GANTT, 2012, tradução nossa).

Waugh; Donlin e Braunstein (2015 *apud* MILLER, 2015, tradução nossa) que recomendam os seis critérios abaixo listados:

- a) data de publicação;
- b) *links* extintos na Internet;
- c) produção em massa, e trabalhos de baixa qualidade pelos mesmos autores ou editores;
- d) pacotes de livros eletrônicos que parecem apresentar múltiplos trabalhos de baixa qualidade;
- e) e *e-books* de pacotes iniciais, que podem ter problemas de integração.

Assim, aconselha-se a prática periódica do desbastamento de livros eletrônicos, para garantia de uma coleção com qualidade. Mas, é importante que esta seja feita em sintonia com a política adotada para os livros impressos, pois um dos critérios para a adoção de livros eletrônicos é a substituição de livros impressos (JOHNSON, 2014, p. 146), desse modo, no desbastamento de livros eletrônicos deve considerar este fato. Ressalta-se também que no desbastamento de edições antigas de livros eletrônicos não se pode assegurar que as novas edições são melhores. Frisa-se a importância do acompanhamento da evolução tema em algumas áreas, o que pode ser realizado com as edições antigas. Com o descarte, pode fazer com que as bibliotecas se tornem “locais de informação atualizada, sem a manutenção e a preservação da história de seus registros bibliográficos” (MORRIS; SIBERT, 2011 *apud* SERRA, 2015; 2017, p. 134). Existe uma facilidade no mundo eletrônico das várias edições, e versões serem perdidas (KIRCHHOF, 2014, p. 32). Assim, sugere-se o remanejamento de documentos eletrônicos, de aquisição perpétua, quando este não atenderem aos critérios atuais de seleção. Estes poderão ser retirados do catálogo, ou posto fora do acesso *on line*; pode-se remanejar o item para um ambiente de preservação, no repositório institucional.

Sugere-se a realização adoção de planos operacionais como: manuais de procedimento, programas, planos de contingências para documentos eletrônicos, para preservação e garantia de acesso de forma contínua. Esses planos devem ser redigidos e operacionalizados com o apoio do setor de tecnologia da informação. É importante que esses planos sejam de conhecimento de todos, para que cada um desempenhe seu papel neste trabalho. As informações, das quais a biblioteca tenha posse, devem ter um “*backup, offsite*” (UZWYSHYN, 2015; FLORES; PRADEBON, 2017, p. 78; FRANK, 2017).

Em uma sociedade em que a informação é *commodity*, a sua preservação é uma decisão econômica. Logo, a manutenção de coleções eletrônicas é uma necessidade informacional, social e econômica. Cabe aos bibliotecários assumirem essa tarefa e estimularem os editores, para garantia de um acesso por um longo tempo. Para tal, após a aquisição as ações de manutenção devem ser um *continuum*, incluindo: a implementação, preservação, digitalização, análise, e desbastamento, e outras ações que garantam o acesso e a qualidade da informação.

2.3.5 Gestão fiscal⁸²

Nesta seção apresenta-se um breve resumo sobre as competências para gestão fiscal de coleções, como: orçamentação; a captação de recursos; nas negociações; negociações com superiores; negociações de contratos com fornecedores de documentos eletrônicos, e os *digital rights management (DRMs)*.

Para Cogswell (1987) os gestores de coleções precisavam ter uma participação mais ativa nos “processos de tomada de decisão para a atribuição e gestão dos fundos”. Portanto, a busca de subsídios e doações deveria fazer parte de suas competências. Em um ambiente de disputas orçamentária, como as universidades, a cobrança por uma boa gestão fiscal era crescente. Assim, os gestores de coleções precisavam desempenhar este papel, considerando que “uma boa gestão fiscal é muitas vezes vista como o principal teste da eficácia global de qualquer grande organização” (COGSWELL, 1987, tradução nossa, p. 270).

Refletindo sobre esta nova realidade, em 1990, Martin, afirmava que:

Por muitos anos, os bibliotecários acadêmicos trabalharam em um ambiente fiscal de orçamentos crescentes. E o gerenciamento do crescimento foi o maior problema. Hoje, porém, a maioria dos bibliotecários acadêmicos enfrentam orçamentos em "estado estável" - ou estagnados. Esta situação, mais acentuada nos últimos anos, esteve conosco há mais de uma década, fato que a maioria dos bibliotecários e administradores universitários têm tardado em reconhecer. Estes orçamentos exigem novas técnicas de gestão fiscal cujas palavras-chave são *contenção de custos, substituição, escolha e prioridades* (MARTIN, 1990, p.10, tradução nossa, grifo nosso).

A situação atual⁸³ não é diferente, talvez seja ainda pior que na década de 1990. Nesse ambiente, a gestão fiscal é imprescindível. Já que um orçamento bem fundamentado aumenta a credibilidade, e possibilita melhor negociação com os superiores. Os recursos geralmente são provenientes da Instituição a qual biblioteca está subordinada, mas também podem ser oriundos de outras fontes (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, 20-26).

⁸² Gestão fiscal é “administração dos assuntos financeiros de uma organização [...], incluindo planejamento, realização de operações financeiras, controle de exercício e relatórios” dentro de um ano fiscal de doze meses. “As atividades do gestor fiscal incluem planejamento e captação de recursos, orçamento, contabilidade, compras, investimento em faturamento e cobrança” (CHAND, 2006, p. 126-127).

⁸³ Panorama econômico das Universidades Federais traz os cortes no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,federais-devem-ter-corte-de-ate-45-nos-investimentos,10000068526>>; Ameaças de cortes no orçamento mostram desprezo pela ciência. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldojoselopes/2017/01/1849778-ameacas-de-cortes-no-orcamento-mostram-desprezo-pela-ciencia.shtml>>.

Assim, a busca por financiamento, a captação de recursos deve ser uma das novas competências mais necessárias ao bibliotecário acadêmico, principalmente em universidades federais. Projetos de digitalização, repositórios institucionais, bibliotecas digitais, aquisição de livros eletrônicos, etc. podem ser financiados com recursos externos, etc. Pode-se buscar em agências financiadoras, como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social; Financiadora de Estudos e Projetos; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, etc. Com a crise econômica, os editais de financiamentos públicos estão cada vez mais raros. Algumas Universidades públicas já estão utilizando o *crowdfunding* para financiar seus projetos (FAPERJ, 2010; 2014; OOMEN; AROYO, 2011; RAMOS; ALCÂNTARA, 2013; VERNON; MARTINS, 2013; VIEIRA; CUNHA, 2015; FREITAS, 2016; PEREIRA; CUTRIM; RODRIGUES, 2017). O *crowdfunding* faz parte da nova economia, uma "economia colaborativa". E poderá fazer parte da nova biblioteca, e da gestão de coleções que está sendo criada. Assim, cabe ressaltar a importância da colaboração, das negociações, do trabalho bibliotecário de relacionamento. A etapa de formação dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) é a primeira parte desse trabalho, nessa fase se estabelecem as prioridades, os objetivos estratégicos.

Como tradicionalmente orçamento é proveniente da Universidade, este orçamento deve ser gasto durante o ano fiscal, desse modo, deve-se fazer um planejamento, para evitar saldos, que retornarão à instituição de origem; pois os saldos poderão ser interpretados como falta de previsão, o que poderá acarretar cortes orçamentários futuros (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 20-25, 37-42).

Como a orçamentação deve englobar todos os custos, é importante fazer um registro das despesas e pedidos anteriores pode oferecer subsídios para esse planejamento, bem como o cadastro de fornecedores idôneos, realizado pela aquisição (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 20-25, 37-42). Em coleções eletrônicas custos: como manutenção de plataforma de acesso, preservação, e revalidação das assinaturas devem ser previstos. Os custos de capital e de custeio devem ser previstos. A orçamentação, o planejamento de orçamento submetido, geralmente no início do ano fiscal, à Universidade, poderá ser usado "para *solicitar fundos* e para *informar*". Ao informar o bibliotecário deve expor as "pressões, estrangulamentos e expectativas da biblioteca". [...] "Esta informação deve ser apresentada de forma clara e sucinta, mas com detalhes suficientes para formar um caso".

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

As consequências por conta de uma não aquisição devem ser expostas, não “como ameaças, mas como uma realidade” (JOHNSON, 2004, p. 88-90, tradução nossa, grifo nosso). Estas informações já devem ter sido postas na formação dos PDIs, sendo reforçadas se necessário. Já que as Bibliotecas Centrais e/ou Sistemas de Bibliotecas nas universidades federais geralmente são órgão suplementares – e isso significa a “inexistência de recursos financeiros definidos”, e uma “dependência da vontade e do entendimento” dos gestores da universidade quanto à necessidade dos recursos informacionais para o desenvolvimento da instituição (SILVA, 2009, p.16) – deve-se aproveitar o momento de orçamentação do ano fiscal, para reforçar o quanto as bibliotecas podem contribuir para desenvolvimento da institucional.

Assim, segundo Aman (2010, p. 46-47, tradução nossa) o planejamento e controle orçamentos podem ser resumidos nas seguintes etapas:

- a) no pedido de orçamento para o ano fiscal e, possivelmente, parte de um ciclo de planejamento orçamentário de longo prazo e com base em necessidades futuras;
- b) [...] na apresentação do orçamento;
- c) [...] na apresentação de um orçamento real após um processo de negociação;
- d) [...] e no monitoramento das despesas durante o ano fiscal.

Aman (2010, p. 47, tradução nossa) complementa dizendo que “os três aspectos do orçamento são: planejamento, gestão e controle”, assim:

- a) o planejamento diz respeito à preparação do orçamento e reflete o processo pelo qual os objetivos de uma organização são avaliados, alterados e reformulados;
- b) a gestão é o processo pelo qual os recursos necessários são obtidos e utilizados para atingir estes objetivos;
- c) o controle é o processo pelo qual a adesão à política é assegurada.

Para orçamentação sugere-se a técnica de “orçamento-programa”, que enumera os programas com objetivos institucionais. Essa técnica é usada na administração pública brasileira, e apresenta um nível de detalhamento que pode ser usado como estratégia nas negociações (CARVALHO, 2010; GIACOMONI, 2010; ÁVILA, 2011; SANTOS et al., 2017, BRASIL, 2017). Assim, o Sistema de Bibliotecas ou Biblioteca Central deverá fazer a orçamentação, visando atender aos objetivos do PDI, e conseqüentemente do Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU). Hoje, o governo e a sociedade esperam além da eficiência e da eficácia, a efetividade, ou seja, que os objetivos institucionais atendam as expectativas sociais (BRASIL, 2016; BRASIL. MP.GM, 2017). Assim, mas que adquirir o que é solicitado, dever-se-ia fazer a gestão fiscal, a gestão de coleções; como dito por Mosher (1982) deve-se otimizar e não maximizar as coleções.

A gestão fiscal deve ser “uma atividade conjunta envolvendo todos os que participam do processo, como: os bibliotecários da seleção, da aquisição e da gerência. Controlar as despesas e assegurar o financiamento adequado são duas atividades-chave” da gestão fiscal (EVANS; INTNER; WEIHS, 2011, p. 220, tradução nossa). Assim, a *accountability*⁸⁴ deve fazer parte desse trabalho (BRASIL, 2016).

As coleções eletrônicas requerem ações específicas. Dunham e Davis (2011, tradução nossa) apontaram as transformações no fluxo de trabalho com os documentos eletrônicos, e a necessidade da troca das ferramentas e fórmulas de alocação de fundos. Já que estas estavam “baseadas em variáveis históricas e ajustes anuais que já não atendiam às necessidades das bibliotecas”.

Zattar (2013) corrobora e destaca um novo papel do bibliotecário: o de “gestor de contratos”, onde este tem uma responsabilidade que está concentrada “na elaboração de “termos de referência⁸⁵” na aquisição de bases de dados”. Nestes termos são descritas as especificações do produto ou serviço a ser contratado. Zattar (2013) sugere os seguintes pontos para um termo de referência:

- a) cobertura;
- b) recuperação;
- c) previsibilidade;
- d) atualidade;
- e) dispositivo (tecnologias);
- g) suporte técnico;
- h) treinamento;
- i) necessidade/desejo;
- j) percepção do benefício;
- k) preço;
- l) risco;
- m) disponibilidade da informação;
- n) acessibilidade (ZATTAR, 2013, p. 7).

Ferreira (2016) afirma que todo processo de aquisição, nas bibliotecas de universidades federais, geralmente ocorre anualmente, através de licitação na modalidade de pregão eletrônico. E este deve ser pautado na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (Fernandes *apud* Costa, 2015; BRASIL, 1993). Assim, a biblioteca deverá “elaborar o termo de referência ou o projeto básico, dependendo da modalidade de licitação, onde devem constar claramente as especificações do produto ou serviço a ser contratado”. O “edital da licitação” será redigido com o apoio da consultoria e assessoria jurídica que auxiliam as Universidades Federais.

⁸⁴ “Conjunto de procedimentos adotados pelas organizações públicas e pelos indivíduos que as integram que evidenciam sua responsabilidade por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações” (BRASIL, 2016).

⁸⁵ Os termos de referência são usados na aquisição de livros eletrônicos.

Este edital convocará os interessados em oferecer o produto ou serviço descrito, sendo pautado no “termo de referência” redigido pela biblioteca. Vencerá a licitação aquele fornecedor que obedecer ao edital, e oferecer melhores condições de preço. Após a licitação será elaborado o “contrato”, de acordo com “termo de referência” e o “edital”; “contrato é um acordo entre as duas partes, o comprador e o vendedor, e estabelece regras para o relacionamento entre eles” (COSTA, 2015, p. 56).⁸⁶

Os livros eletrônicos estão sendo comprados recorrendo a “carta de exclusividade” prevista na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993). Em relação carta de exclusividade, Costa (2015, p. 56) salienta que:

Muitas bibliotecas compraram os livros eletrônicos de vendedores que possuem cartas de exclusividade que comprovam que o produto vendido por eles é único. Nesse caso, diz-se que há inexigibilidade de licitação (GRANJEIRO; CARDOSO, 2013). A carta de exclusividade tem sido apresentada para um conjunto único de livros. Nesse caso, o problema é que se um autor deixa de fazer parte da base, o produto já não é mais o mesmo, e talvez não haja mais a carta de exclusividade, e conseqüentemente a inexigibilidade para a próxima compra (FERNANDES, 2015).

No Brasil, a crise econômica, os cortes de verbas, a mudanças provocadas pela implantação do REUNI (aumento de alunos, falta de espaço) talvez tenham provocado influências na gestão fiscal. Assim, como foi colocado por Cogswel (1987) o responsável pela gestão fiscal deve buscar fundamentação, argumentos. A inclusão de coleções eletrônicas deve ser ponderada, para que a aquisição desses documentos possa resultar ganhos institucionais. E na busca desses argumentos, a preparação para negociações internas com os dirigentes, quanto às externas com os fornecedores, são partes importantes para uma boa gestão fiscal.

Em relação às negociações muitos pontos devem ser indicados, dentre os quais se destaca a questão da ética profissional. Muitos bibliotecários já solicitaram financiamento de viagens a congresso, aquisição de computadores para as bibliotecas, e etc. aos fornecedores; esses benefícios podem comprometer a idoneidade do processo. Quando esses se tornam pessoais, a palavra corrupção pode ser usada (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p, p. 87-92). Sendo assim, a questão da ética profissional (BRASIL, 1994) deve ser um dos primeiros pontos em uma negociação.

⁸⁶ Uma apresentação, disponibilizada no Portal do Comitê Brasileiro de Desenvolvimento de Coleções (CBDC), pontua o processo de aquisição de livros eletrônicos da UFRGS (AQUISIÇÃO, 2013).

Na preparação para negociação Flowers (2003) apresenta pontos para o sucesso da relação entre os bibliotecários de aquisição e os fornecedores:

Quadro 8 – Pontos para o sucesso de uma negociação

Qualidades	Importância
Boa comunicação	Evitar mal-entendidos e erros
Interesse comum	O sucesso de cada um é fundamental para a sobrevivência
Compreensão das necessidades de cada um	Ajuda a alcançar um acordo benéfico
Compreensão das restrições de cada um	Ajuda a alcançar um acordo realista
Confiança	Essencial para construir o relacionamento e implementar as decisões negociadas
Flexibilidade	Nenhum dos lados está no controle completo da situação. Eventos externos resultam em alterações. Por exemplo, os cortes no orçamento afetam os pedidos aos fornecedores. Da mesma forma, as fusões e aquisições afetam os fornecedores
Orgulho pelo trabalho realizado	Ajuda a cada um alcançar metas e promove uma boa relação de trabalho

Fonte: Flowers (2003, p. 104, tradução nossa).

Assim, em uma negociação os benefícios devem ser mútuos, o bibliotecário deve se preparar para influenciar os custos; defender os interesses da universidade e de sua comunidade, buscando o aumento do poder aquisitivo da instituição.

Horava (2010, tradução nossa, grifo nosso) enfatiza as mudanças nas negociações nessa “era digital”, e a imposição de um novo preparo:

[...] um novo conjunto de habilidades tornou-se essencial aos bibliotecários envolvidos na atividade de aquisição, na gestão de coleções. Isso inclui a *compreensão da conjuntura editorial, conhecimento de novos formatos de conteúdo, e novas áreas de pesquisa, perspicácia de negociações, compreensão orçamentária* e uma consciência holística do papel da biblioteca, e as expectativas da comunidade para suporte à pesquisa, e canais de distribuição.

A relação entre bibliotecários e os fornecedores precisa ser fortalecida. Essa relação pode ser de parceria, pois em uma negociação é importante que as duas partes estejam satisfeitas com o acordo, para que futuros negócios possam ser realizados. Os “editores e vendedores não são nossos amigos, nem nossos inimigos”, eles estão fazendo o trabalho deles, e os bibliotecários precisam fazer o seu. Portanto, essas “relações precisam ser governadas por profissionalismo, integridade e uma atitude voltada para o futuro”. Dessa forma, pode-se colaborar para a conquista dos interesses mútuos (HORAVA, 2010; EVANS, 2011, p. 147-148, tradução nossa).

Evans e Saponaro (2012) elencam características de um negociador efetivo:

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

- a) paciência: Tome seu tempo. As negociações envolvem um elemento de conflito, bem como a incerteza, e muitas pessoas tentam lidar com esses fatores rapidamente, por se sentirem desconfortáveis com eles. Um negociador paciente tem uma vantagem;
- b) preparação e conhecimento: trabalhe para entender suas necessidades e problemas, e as do outro negociador;
- c) tolerância para conflito, incerteza e ambiguidade: esteja disposto a deixar um problema sem solução, e passar a outra questão quando necessário. Lembre-se que as soluções que você alcança, afetarão os problemas não resolvidos. O negociador que é mais capaz de lidar com esses fatores tem uma vantagem;
- d) disposição para assumir alguns riscos razoáveis: Saiba que cada negociação/acordo envolve um maior ou menor grau de risco. Não estar disposto a correr algum risco quase sempre resulta em uma negociação fracassada;
- e) habilidade de se relacionar com as pessoas "do outro lado da mesa";
- f) boa capacidade de ouvir;
- g) alta autoestima: Possuir um certo senso de suas habilidades, e ser capaz de assumir responsabilidades pessoais, sem permitir que o outro lado ganhe algo que seu lado não quis admitir. Querer que todos gostem de você não é um bom traço para um negociador efetivo;
- h) senso de humor;
- i) integridade;
- j) vigilância física e mental: Tenha a resistência mental e física para lidar com longas negociações e evitar cometer erros. Lidar com contratos de trabalho ou a compra de um novo software pode demorar de 15 a 18 horas;
- k) Persistência: Saiba quando continuar e quando se afastar. Muitas pessoas não são suficientemente persistentes nas negociações, quer assumindo a primeira rejeição como final ou concedendo algo muito cedo (EVANS; SAPONARO, 2012, tradução nossa).

Em tempos de coleções eletrônicas, destacam-se alguns tópicos na preparação dos bibliotecários para negociação:

Quadro 9 – Pontos na preparação dos bibliotecários para as negociações

AUTORES	PONTOS PARA NEGOCIAÇÕES
Flowers (2004); Dygert; Langendorfer (2014).	Agir com moderação, mas sem medo.
Dygert; Langendorfer (2014); Dygert; Van Rennes (2015).	Buscar incluir todos os usuários prováveis nas cláusulas de acesso dos contratos.
Flowers (2003); Dygert; Van Rennes (2015).	Buscar informações na literatura, no mercado editorial, e colegas da área.
Dygert; Langendorfer (2014); Dygert; Van Rennes (2015).	Conhecer a sua Instituição e as necessidades do seu usuário.
Flowers (2003); Dygert; Van Rennes (2015).	Conhecer as especificidades dos produtos disponíveis, e a reputação do fornecedor.
Flowers (2003).	Conhecer os modelos de negócio.
Dygert; Langendorfer (2014).	Criar uma rede e grupo de apoio com colegas da área.
Dygert; Langendorfer (2014).	Incluir a questão da acessibilidade digital.
Dygert; Langendorfer (2014).	Manter os superiores informados sobre o andamento das negociações.
Dygert; Langendorfer (2014); Dygert; Van Rennes (2015).	Redigir diretrizes para as negociações.

Dygart; Langendorfer (2014); Dygart; Van Rennes (2015).	Solicitar ao fornecedor uma cópia editável do contrato, para que suas alterações possam ser controladas até a aprovação final dos termos.
Dygart; Langendorfer (2014); Dygart; Van Rennes (2015).	Solicitar orientação jurídica na instituição na negociação dos termos do contrato.

Fonte: Compilação da autora.

O bibliotecário precisa conhecer a sua Instituição, sua coleção, seus usuários, seus fornecedores, os produtos, os preços oferecidos à outras instituições (DYGERT; RENNES, 2015). Assim, as negociações devem ser baseadas em princípios, e ter como foco o objetivo, removendo “parte do elemento humano do processo para que ambos os lados possam trabalhar e fazer um acordo mutuamente aceitável”. Assim, uma “negociação com princípios” baseia-se em quatro pontos (FISHER; URY; PATTON, 2005 *apud* DYGERT; RENNES, 2015, tradução nossa):

- a) separar as pessoas do problema ou da questão;
- b) focar em interesses, e não em posições;
- c) criar oportunidades para os negociadores;
- d) utilizar critérios objetivos.

Em 2012, preocupada com os modelos de negócios de livros eletrônicos, a American Library Association (ALA) preparou um relatório onde conclama que as “**bibliotecas negociem de forma agressiva**, termos mais favoráveis e flexíveis possíveis”, garantindo mais e maiores direitos aos seus usuários e instituições. Já que a passividade poderá levar ao estabelecimento de regras inquestionáveis no futuro (ALA, 2012, p. 2-3, tradução nossa, grifo nosso).

Corroborando com essa questão, Walters (2013, p. 193) destaca um ponto importante em relação às regras de empréstimo de livros impressos que as bibliotecas mantêm há séculos, sem qualquer limitação. Por outro lado, pontua que os editores conseguiram impor limitações ao uso dos livros eletrônicos. Mas o autor alerta que as regras dos livros eletrônicos estão sendo escritas (WALTERS, 2013a, p. 193) e os bibliotecários podem ajudar a escrever essas novas regras de forma mais favorável às bibliotecas. As negociações⁸⁷ estão abertas e devem ser feitas visando maiores e melhores benefícios institucionais.

A IFLA estabeleceu alguns princípios para lidar com essas limitações (2014, p. 31-32, tradução nossa):

- a) uma biblioteca deve ter o direito de licenciar e / ou comprar quaisquer livros eletrônicos comercialmente disponível sem embargo;

⁸⁷ Veja no anexo D modelo de termos de contrato para negociações.

- b) uma biblioteca deve ter acesso a livros eletrônicos em termos e condições razoáveis e a um preço justo;
- c) as opções de licenciamento/compra de livros eletrônicos devem respeitar as limitações e exceções de direitos autorais disponíveis para as bibliotecas e seus usuários na legislação nacional, como o direito de:
 - copiar uma parte do trabalho;
 - reformatar o trabalho para fins de preservação se for licenciado e/ou comprado para acesso permanente;
 - fornecer uma cópia temporária do trabalho a outra biblioteca em resposta a um pedido de usuário;
 - reformatar um trabalho para habilitar o acesso para pessoas com deficiências para ler documentos impressos;
 - ignorar uma medida de proteção tecnológica com o objetivo de exercer qualquer finalidade não infratora.
- d) os livros eletrônicos disponíveis para bibliotecas devem ter plataformas neutras e desenvolvidas com padrões de acessibilidade;
- e) devem existir estratégias para assegurar a preservação em longo prazo dos títulos de livros eletrônicos pelas bibliotecas;
- f) os serviços de livros eletrônicos devem proteger a privacidade dos usuários da biblioteca.

Desse modo, o posicionamento neste momento em que as regras ainda estão sendo escritas é fundamental para a garantia de melhores condições de acesso no porvir. Da mesma forma, Rodrigues e Carvalho (2013, p. 10) ressaltam a importância da revisão dos contratos de documentos eletrônicos, e dizem que:

Na fase de aquisição, é fundamental que os responsáveis revejam cuidadosamente os termos do contrato de licenciamento, que geralmente incluem cláusulas sobre o preço e pagamento, as condições de acesso, garantias, limites e rescisão do contrato, as responsabilidades do licenciado, nomeadamente a obrigação de informar e garantir o cumprimento pelos utilizadores das restrições de direitos autorais associadas ao recurso. Um aspeto que não deve ser descurado é a existência de compromisso do licenciador de fornecer dados de utilização do produto, desejavelmente de acordo com as recomendações COUNTER.

Enfim, vários pontos devem ser vistos nas negociações contratuais. Os *digital rights management (DRMs)* são um ponto importante nas negociações de contratos, pois restringem as questões de acessibilidade digital; preservação e acesso, como: limitações de impressão, corte e cola, *download*, etc. É preciso que os bibliotecários defendam os direitos de seus usuários com uma boa gestão fiscal, e se recusem dar apoio aos modelos de negócios custos altos, e qualidade inferior. Os direitos do autor não devem cercear os direitos de todos (JACOBS; BERGART; DA MAREN; et al., 2014; GEORGE, 2014; SIQUEIRA, 2015; THOMAS; CHILTON, 2016, p. 261, tradução nossa).

As negociações no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) é um ponto importante a destacar. O trabalho de bibliotecários e outros profissionais de informação na luta sobre as limitações e exceções para bibliotecas e arquivos, que busca com os direitos do autor não se sobreponham ao direito de todos, e faça com que a informação tenha seu acesso cerceado. Evidencia-se também a ação do Ministério da Educação (MEC) na ratificação do Tratado de Marraqueche, que propõe limitações e exceções ao direito autoral, facilitando o acesso à informação impressa às pessoas com alguma deficiência, através do Decreto Legislativo no. 261, de 11 de dezembro de 2015 (SIQUEIRA, 2015).

Horava e Levine-Clark (2016) ressaltam que:

Algumas instituições têm tido muito sucesso na negociação de preços mais baixos, enquanto outros podem não ter tido conhecimento de que negócios mais vantajosos podem ser alcançados. Talvez essa variação explique o desejo dos editores para manter os termos do contrato confidencial (HORAVA; LEVINE-CLARK, 2016, p. 99, tradução nossa).

Desse modo, a troca de informações em relação aos termos de contrato pode oferecer subsídios para negociações futuras. Nesse sentido, Ferreira (2016) apresenta um caso de negociação que gerou um modelo de negócio inédito, criado pelo Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ, que “consiste na compra perpétua de livros para multiusuários, desde este esteja usando um IP de uma instituição da UFRJ”. Este modelo garante um livro para cada usuário (FERREIRA, 2016, p. 68-69). Um caso de negociação que pode ser adequado a outras instituições. Assim, em uma negociação dos termos de contratos deve-se buscar garantir uma condição que se adeque melhor para Instituição mantenedora.

Mas, nas negociações de contratos a literatura recomenda, também, que:

- a) no item "usuários autorizados" sejam previstos todos os usuários possíveis (Professores afiliados, funcionários, estudantes, contratados, etc.);
- b) seja negociado o acesso remoto, e evitada a limitação geográfica. O objetivo deve ser incluir todos os usuários prováveis, com acesso remoto (DYGERT; LANGENDORFER, 2014; DYGERT; VAN RENNES, 2015).

A negociação realizada de forma compartilhada, como nos consórcios⁸⁸, pode ser o caminho para boas negociações de documentos eletrônicos (FLOWERS, 2004,

⁸⁸ No Brasil, o consórcio do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (CRUESP), em 2007 deu início a uma negociação para aquisição de ebooks que atende as Bibliotecas das Universidades de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp), e PPGb/CCH/UNIRIO

VASSILOU, et al, 2012; RADNOR, SHRAUGER, 2012; MACEVICIUTE, 2014, CARTER, OSTENDORF, 2017). Roncevic (2013, cap. 2, p. 12) afirma que os benefícios da aquisição consórcio incluem: “mais livros eletrônicos por menos dinheiro e igualdade de conteúdo entre bibliotecas; energia mínima para acordos de licenciamento; e livros eletrônicos emprestados através uma grande variedade de bibliotecas”. Dresselhaus (2016) citando o livro de “*The Librarian’s Guide to Negotiation*”, colabora com esta afirmação, e diz que a compra de pacotes oferece uma grande oportunidade de negociação, que é melhor aproveitada quando feita através de consórcios.

Em suma, o gestor de coleções deve buscar uma maior participação na gestão fiscal e a preparação para um melhor desempenho, que pode ser alcançado através da literatura, da rede de informação, do apoio legal e institucional.

2.3.6 *Relacionamento com o usuário*⁸⁹

Serão tratadas nessa subseção as seguintes temáticas: programa de relacionamento; o trabalho do bibliotecário de ligação; diretrizes para um trabalho de relacionamento com os clientes; trabalho relacionamento com pessoas com necessidades especiais; portais de coleções eletrônicas como instrumento de marketing; entre outros.

A gestão de coleções deve ter como base o relacionamento com o usuário. Desse modo, torna-se mais evidente a necessidade de uma “individualização” dos serviços nas bibliotecas universitárias, visando construir e manter uma coleção que atenda às necessidades de todos. A “interação e estudo formal dos usuários da biblioteca e seus padrões de uso” são essenciais para a gestão de coleções (COGSWELL, 1987, p. 270, tradução nossa).

Para tal, é preciso traçar passos para formação de um programa de relacionamento com as pessoas. Suresh; Ryans e Zhang (1995, p. 7, tradução nossa, grifo nosso) definem um *liaison programme* como aquele que:

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (KASSAB, 2007), é uma iniciativa brasileira que parece ter êxito.

⁸⁹ O termo “*User Liaison*” foi traduzido como “Relacionamento com o usuário”. Não foi encontrada nenhuma correspondência em português, assim foram usadas expressões ligadas ao trabalho de *marketing*, pela similaridade.

Une a biblioteca e o departamento acadêmico para juntos processar o desenvolvimento de coleções, facilitar a construção de uma coleção forte, promover uma comunicação melhor entre a biblioteca e a comunidade acadêmica, e realçar a imagem da biblioteca orientada pelo cliente.

Esse programa pode apresentar as seguintes fases:

- a) planejamento redação do programa (objetivos e metas);
- b) seleção do bibliotecário que fará o trabalho de relacionamento, de relacionamento;
- c) capacitação desse bibliotecário;
- d) comunicação à comunidade sobre o programa (SURESH; RYANS; ZHANG, 1995).

Recomenda-se que gestores de coleção, que geralmente são os responsáveis pelos programas de relacionamento, busquem o apoio da administração superior, baseando o programa no planejamento estratégico da instituição. É importante informar as ações, e as vantagens que podem ser obtidas com um programa de relacionamento (SURESH; RYANS; ZHANG, 1995).

Tradicionalmente, no Brasil, o trabalho de relacionamento com usuário é feito pela referência. Assim, o desenvolvimento de coleções brasileiro ou se interliga "intimamente" com a referência visando atender as necessidades desse novo usuário (CUNHA, 1999, p. 261; 2008, p. 9) ou constitui um novo papel na gestão de coleções, o "bibliotecário de ligação"⁹⁰ para a efetivação desse trabalho.

O trabalho do bibliotecário de ligação é essencial à gestão de coleções eletrônicas para que o nível ótimo de aproveitamento dessas coleções seja alcançado. Como um elo entre a biblioteca e a comunidade, este deve buscar garantir o acesso e acessibilidade às coleções, aos produtos e aos serviços. O trabalho do bibliotecário de ligação deve ter como base palavras como: colaboração, coordenação, cooperação, parcerias, coletividade, proatividade e disponibilidade. Como a coleção agora não se limita a paredes da biblioteca, este deverá ter a capacidade de localizar e disponibilizar a informação, da forma mais rápida e econômica. O estudo de uso e de usuário para embasar a seleção dos documentos impressos e documentos eletrônicos, bem como a capacitação do usuário no uso desses documentos pertencem ao trabalho de relacionamento (RYANS; SURESH; ZHANG, 1995; PINFIELD, 2001; MACALUSO, 2005; VASILEIOU; ROWLEY; HARTLEY, 2012; JAGUSZEWSKI, J.; WILLIAMS, K., 2013; LUCKERT et al, 2013).

⁹⁰ O termo "*liaison librarian*" foi traduzido como bibliotecário de ligação, com base na tradução do termo enfermeiro de ligação.

A American Library Association (2010, p. 98, tradução nossa, grifo nosso) apresenta diretrizes para um trabalho de relacionamento na gestão de coleções, onde se destacam as subseções:

- a) reconhecer que alguns usuários têm necessidades e interesses especiais que exigem avaliação e gestão coleção direcionada (Subseção 5.2.1);
- b) envolver o cliente nos serviços e assuntos de coleção tanto quanto possível, a fim de assegurar que os materiais atendam às necessidades dele, e que os clientes estejam cientes dos materiais e serviços disponíveis (Subseção 6.3.1);
- c) as atividades formais sugeridas incluem, mas não se limitam a pesquisas de usuários de bibliotecas para avaliar a satisfação com os recursos da biblioteca, **reuniões regulares com o corpo docente para verificar os desenvolvimentos planejados do currículo e identificar novos recursos**, comunicação de materiais e serviços disponíveis e estabelecimento de um processo pelo qual os usuários da biblioteca podem sugerir compras (Subseção 6.3.2);
- d) as atividades informais sugeridas incluem, mas não se limitam a participar de organizações e atividades do campus, monitorar os meios de comunicação do campus para atividades e eventos que afetem as coleções, e encorajem o uso das bibliotecas (Subseções 6.3.3).

Mas além do trabalho tradicional de relacionamento, hoje as questões de direitos autorais, gestão do conhecimento, gerenciamento de carreira, alfabetização digital, enfim todo suporte a aprendizagem, a pesquisa e a extensão. É um trabalho personalizado que as novas tecnologias podem apoiar (COSGWELL, 1987; BRANIN, 2003, JAGUSZEWSKI, J.; WILLIAMS, K., 2013; TUMBLESON, 2013).

Cada vez mais a colaboração entre bibliotecários e docentes se faz necessária. A falta de relacionamento entre os esses agentes pode gerar graves problemas na formação da coleção. Exemplificando essa afirmação em um estudo, sobre a formação das coleções do Sistema de Bibliotecas da UFRJ, foram apontados alguns momentos em que a ausência de um trabalho de relacionamento pode ser identificada: nas sugestões da aquisição da bibliografia básicas e complementares; na diferenciação entre esses dois tipos de bibliografia, assim como no entendimento do que deve ser desbastado. Essa falta de relacionamento pode levar ao desperdício de recursos financeiros (FERREIRA, 2016, p. 79).

Assim, como um trabalho essencial, o trabalho de relacionamento deve ter uma avaliação contínua, para continuar a atender as necessidades do momento (SURESH; RYANS; ZHANG, 1995). Sugere-se a criação de um sistema de recompensas, através de avaliações, para um melhor desempenho dos bibliotecários de ligação (LUCKERT et al., 2013, p.3, 25; MILLER, 2014).

Para o desempenho de um trabalho de relacionamento é preciso estabelecer uma relação. E hoje, as relações virtuais devem ser consideradas como primordiais. Os *sites*, portais e os catálogos das bibliotecas são literalmente as novas portas das bibliotecas. Assim, na construção destas portas deve-se considerar o “Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico” (eMAG), que normaliza a acessibilidade digital, no Brasil. Essa acessibilidade não se limita às pessoas com necessidades especiais, ela “pressupõe que [...] todas as pessoas possam perceber, entender, navegar e interagir de maneira efetiva com as páginas” (BRASIL, 2014, p.8; 2016; 2017; BILLINGHAM, 2014; WIJAYARATNE; SINGH, 2015; BANKS, 2017).

Mas além dessas portas, é preciso que os livros eletrônicos e outros documentos eletrônicos também sejam acessíveis e os bibliotecários de ligação podem ajudar nessa seleção. Os livros eletrônicos apresentam grande potencial para as pessoas com necessidades especiais. De outra forma, muitas vezes, as informações poderiam ser inacessíveis a esses "usuários/clientes/consumidores". Mas para que a informação se torne acessível, é preciso que os formatos permitam o uso de tecnologia assistiva (amplificadores de tela, linha Braille leitores de tela, etc.). Neste contexto, os *DRMs* podem ser um fator impedor ao uso de tecnologias assistivas. A busca de um "desenho universal" (*universal design*), que atenda a todos, deve ser uma meta. Assim, a atualização dos bibliotecários sobre este tema é primordial, pois a cada dia essas tecnologias se aprimoram (JUNUS, 2012; WOODWARD, 2014; HAVELKA, ARZOLA, 2016; FALLOON, 2017).

Contudo, os *DRMs* além de causar problema de acessibilidade digital, também podem causar problemas no acesso, como: limitar ações da rotina da academia, como o corta e cola⁹¹, limitações de impressão, download e outros oferecidos em artigos de periódicos (WALTERS, 2013b; THOMAS; CHILTON, 2016; ZHANG; NIU, 2016). Mas, para que todos utilizem os livros eletrônicos adquiridos eles precisam ser encontrados, pois, como os livros eletrônicos não são físicos, a sua "descoberta" fica prejudicada. Se estiverem no catálogo a possibilidade de descoberta aumenta, mas nem sempre o usuário utiliza o catálogo. Assim, estes também estão sendo disponibilizados nos portais de livros eletrônicos, que são mais acessíveis através dos motores de busca.

⁹¹Essa colocação não tem a intenção de incentivar o "corta e cola" usado no plágio, mas sim aquele usado em citações conforme as normas acadêmicas.

Porém, esses variados pontos de acesso (catálogo, plataformas, portais) também dificultam a descoberta e o uso dos livros eletrônicos. As ferramentas de descoberta podem minimizar este problema, pois aglutinam esses pontos de acesso, mas essas também ainda apresentam alguns problemas. Essas barreiras na localização de títulos fazem da "experiência do usuário" em relação aos livros eletrônicos acadêmicos ainda não seja aquela desejada. As grandes expectativas que são propagadas muitas vezes não são atendidas. Assim, os bibliotecários de ligação precisam trabalhar junto aos fornecedores de forma oferecerem uma melhor experiência do usuário (WALTERS, 2013b; THOMAS; CHILTON, 2016; ZHANG; NIU, 2016).

Ludbrook (2015) aponta que a "descoberta" é uma das maiores barreiras no uso de coleções eletrônicas. Outras barreiras seriam:

- a) falta de habilidades do usuário;
- b) autenticação para acesso complicada;
- c) usabilidade;
- d) múltiplas plataformas de acesso;
- e) falta de infraestrutura tecnológica para acesso;
- f) falta de tempo para conhecer as particularidades desses documentos.

Ludbrook (2015) descreve o papel dos bibliotecários na derrubada dessas barreiras como um trabalho de individualização. E resume que:

Abordagens bem-sucedidas para incentivar o uso de livro eletrônico não devem exigir que os usuários mudem seus padrões de comportamento. Em vez disso, eles devem acomodar o existente comportamento de busca de informações de usuários e usuários potenciais para incentivar o uso e, assim, perceber os benefícios do formato do livro eletrônico (LUDBROOK, 2015, p. 2).

Conseqüentemente, estratégias de *marketing* são aspectos chaves na divulgação dos livros eletrônicos (VASILEIOU; ROWLEY, 2011; ALONSO ARÉVALO, et al, 2013, WALTERS, 2013b; AMARAL, 2011; 2013). Para o bibliotecário que desenvolve coleções o "*marketing* significa entender o público da biblioteca (usuários potenciais, apoiantes, órgãos de financiamento e administrativos)" para o sucesso. E este sucesso garante o êxito do seu trabalho (JOHNSON, 2004, p. 173, tradução nossa). Assim, o *marketing* é:

O processo de determinar as necessidades dos usuários, para o desenvolvimento de produtos e serviços; e encorajamento dos usuários e potenciais usuários a aproveitar esses produtos e serviços. A comunicação regular com a clientela é essencial para reunir as informações necessárias para realizar atividades de rotina de desenvolvimento e gestão de coleções, quanto para planejar o futuro (JOHNSON, 2014, p. 251, tradução nossa).

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Sugere-se que sejam realizadas ações informativas que atinjam os usuários, e as pessoas que trabalham nas bibliotecas. Ações como: Tutoriais, que oferecem uma aprendizagem autônoma e cursos personalizados foram destacados pelos usuários como as mais indicadas. Já as ações como: Cursos em grupo, vídeos e guias de instruções em papel são considerados de "menor importância" (ALONSO ARÉVALO et al, 2013; JACOBS et al., 2014, p. 29, tradução nossa).

Para um trabalho de relacionamento as "unidades de informação" devem estar prontas para atender ao "usuário/cliente/consumidor"; que hoje consome os produtos e serviços de informação; identificando-os, buscando atender suas necessidades informacionais; para que possam continuar a ser uma das principais fontes de informação nesta sociedade (AMARAL, 1996; 1998; 2017).

Neste contexto, os portais de livros eletrônicos, onde geralmente esses livros são disponibilizados no Brasil, podem ser uma ferramenta de *marketing* importante. Assim, na construção desses portais deve-se buscar a literatura sobre o assunto. Para melhor usabilidade e classificação nos *rankings* das ferramentas de busca da Internet, as páginas devem ser dispostas em poucos níveis profundidade, ou seja, quanto menos cliques o usuário precisar dar para chegar à página desejada melhor. Dessa forma, também será mais fácil os motores de busca, como o Google, indexarem a página, facilitando a sua descoberta. Recomenda-se *sites* com até três níveis, ou seja, o usuário precisará dar até três cliques para chegar à página pretendida (KRUG, 2006; ANDRADE, 2007, NUNES, 2015).

O conteúdo desses portais pode incluir: *Email* (fale conosco, pergunte ao bibliotecário); *help desk*; tutoriais; novas aquisições; formulários de sugestão de compras; política de gestão de coleções; informações breves sobre a orçamentação; *trials*; ícones para as redes sociais; canais de *feedback* do usuário etc. Ferramentas como o *Google Analytics* podem ser usadas para otimização desses portais, através da análise de dados (LONSDALE; ARMSTRONG, 2010; VASILEIOU; ROWLEY, 2011; ALONSO AREVALO, 2013; EMERY; STONE, 2013; JOHNSON, 2004, 183; 2014, p. 274, 280, 282; KRASH, 2017).

Em relação a esse *feedback*, Roncevic (2017, p. 35) registra alguns pontos já colocados pelos usuários sobre o uso das coleções eletrônicas em bibliotecas:

De acordo com o *feedback* até agora, isso significa encorajar, apoiar e permitir acesso instantâneo, simultâneo, remoto e ininterrupto a todos os títulos em *eCollections*⁹²; continuando a disponibilizar novos títulos em *eCollections*; afrouxar as políticas de DRM (para que os usuários possam interagir com o conteúdo conforme necessário); não atualizar as interfaces com muita frequência (para que os usuários não precisem reaprender a usar o *software* a cada atualização); e, é claro, a principal razão pela qual as *eCollections* existem, em primeiro lugar, dão às bibliotecas um bom bocado por seu dinheirinho”.

É importante lembrar que todas as formas de comunicação (*emails*, redes sociais, etc.) exposta nos portais de livros eletrônicos devem ser monitoradas pelo menos diariamente, para que o trabalho de *marketing* tenha credibilidade. Outro cuidado deve ser tomado com *links* quebrados, que podem ser rastreados e corrigidos com o uso de ferramentas. Nos portais de livros eletrônicos os documentos relativos à política gestão de coleções e aos orçamentos podem ser expostos de forma simplificada para incentivar a leitura, *links* para os documentos completos também podem ser inclusos.

Para facilitar e incentivar o uso de livros eletrônicos sugere-se a criação de pontos de acesso com código QR⁹³, acessíveis através de *smartphones*. O uso do código QR pode ser feito, por exemplo, com os *shelf tickets*, que são informações colocadas nas estantes, que podem indicar a existência de livros eletrônicos de um determinado título. As Bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Biblioteca da Universidade Federal do Pará (UFPA) usam esse tipo de lembrete (LUDBROOK, p. 3, 2015; VIEIRA; CUNHA, 2015a, p. 661-664). Estes "bilhetes de prateleira" são uma forma de facilitar a descoberta que busca adaptar os serviços à experiência do usuário, usando as novas tecnologias disponíveis.

Outro problema que deve ser administrado é o tempo de inatividade/disponibilidade. Emery e Stone (2013) dizem que após a aquisição existe um tempo de reação, um tempo entre a disponibilização do documento eletrônicos e o seu uso, que pode durar até cinco anos (EMERY; STONE, 2013, p. [56]; 2017). Conclui-se, que principalmente na aquisição através de assinatura é importante uma campanha de *marketing*, antes e depois da aquisição, para que os recursos financeiros possam ter algum aproveitamento. Assim, os *trials* podem ser decisivos,

⁹² Coleções eletrônicas.

⁹³ *Quick response* (QR) é "um tipo de código bidimensional onde é possível incorporar uma URL (Unified Resource Locator), ou um número de telefone, ou uma mensagem SMS, ou ainda qualquer tipo de texto que possa identificar algo" (VIEIRA; CUNHA, 2016, p. 661).

e podem ser o início da promoção do uso, que poderá justificar a aquisição. Os *trials* devem ser disponibilizados no mínimo por 1 mês; e a divulgação deve ser maciça, através de *blogs*, *wikis*, e outras páginas (como os portais de livros eletrônicos). É importante que se obtenham as estatísticas de uso do teste, e que se coloque uma folha de comentários para o *feedback* do usuário (EMERY; STONE, 2013, não paginado). Essa grande divulgação, e os resultados dessa apreciação poderão respaldar a aquisição e a renovação de coleções de livros eletrônicos acadêmicos.

Para uma "experiência do usuário" ideal deve-se buscar "atender às necessidades exatas do cliente, sem confusão ou incômodo". De forma simples e elegante, proporcionando "uma alegria própria, uma alegria de usar. A verdadeira experiência do usuário vai muito além de dar aos clientes o que eles dizem querer, ou fornecer itens de uma *checklist* [...]" (NORMAN; NIELSEN, 2017). Assim, a gestão de coleções eletrônicas precisa ir além, caso queira atender esse "usuário/cliente/consumidor", que está em evolução.

Portanto, é importante frisar que hoje as estratégias de *marketing* voltadas para o produto - o "*marketing 1.0*" - não funcionam. O "*marketing 2.0*", centrado no consumidor, foi a próxima estratégia. Evoluindo para o "*marketing 3.0*", uma "abordagem centrada no ser humano" - que observa os costumes que transformam "mentes, corações e espíritos". E por isso, o futuro do *marketing* "reside na criação de produtos, serviços e nas culturas de empresas que abracem e retratem os valores humanos". Evoluindo essas estratégias, começa a surgir o "*marketing 4.0*", que tem por base o "*marketing 3.0*", e enfatiza o uso das novas "ferramentas e plataformas digitais" na busca do sucesso. Assim, o trabalho de relacionamento mesmo com os cortes financeiros, e em algumas instituições de pessoal, deve ser exercido da melhor forma possível, buscando alcançar o sucesso (KOTLER, 1978; KARTAJAYA; SETIAWAN KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN KARTAJAYA; SETIAWAN, c2010; KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2016, p. xv; KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, c2017, KOTLER, 2017, p. 206; JENSEN, 2017, tradução nossa).

Enfim, a aquisição de livros eletrônicos só se justifica caso esta atenda às necessidades informacionais das pessoas, satisfazendo as suas expectativas de consumo, proporcionando a "experiência do usuário" desejada. E os bibliotecários de ligação podem através de estratégias de *marketing*, de um programa de relacionamento, da personalização, da customização, buscar esses resultados.

Cumprindo essas expectativas, na gestão de coleções, suas competências poderão ser usadas para além da biblioteca; por exemplo, na luta em favor dos direitos das bibliotecas nas negociações sobre os *DRMs*, que precisa de mais adeptos; e os bibliotecários de ligação podem ser candidatos aptos a vencerem alguns embates.

2.3.7 Compartilhamento de recursos

Serão evidenciados alguns aspectos sobre o compartilhamento de coleções eletrônicas, como: *DRMs* como empecilhos ao compartilhamento; iniciativas de compartilhamento e perspectivas sobre o compartilhamento.

Cogswell (1987 p. 271-272, tradução nossa) apontava as novas possibilidades de abordagens de cooperação e compartilhamento de recursos, por conta das novas tecnologias, evidenciadas pela impossibilidade de construir coleções que atendessem a todas as necessidades informacionais. Este fato vem promovendo as ações de cooperação, em âmbito nacional e internacional, como formas "essenciais para a futura viabilidade de todas as bibliotecas".

Mas hoje, os *DRMs* restringem as possibilidades de compartilhamento. Essas restrições reduzem, por exemplo, a capacidade de fazer o empréstimo entre bibliotecas, a forma mais tradicional de compartilhamento (IFLA, 2013; WALTERS, 2013a). Mas independentemente dos limites e restrições colocados pelos contratos, os livros eletrônicos e outros documentos estão sendo compartilhados. A literatura indica a aquisição de livros eletrônicos através de consórcios, como um caminho para o compartilhamento. E apesar desse compartilhamento se restringir aos membros do consórcio é um começo (FLOWERS, 2004; VASSILOU, et al, 2012; RADNOR, SHRAUGER, 2012; MACEVICIUTE, 2014; DRESSELHAUS, 2016; CARTER, OSTENDORF, 2017). O compartilhamento de livros eletrônicos protegidos por direitos autorais ainda é quase impossível fora dos consórcios. Para garantir esses direitos os editores usam os *DRMs*, além dos "formatos restritivos por tipo de arquivo proprietário, ou plataforma de fornecedores". Mas os bibliotecários precisam continuar a negociar, e estudar os contratos e a legislação, buscando formas de possibilitar as diversas formas de compartilhamento (RADNOR, SHRAUGER, 2012, p.156, tradução nossa).

Corrall (2012) prevendo o futuro do desenvolvimento de coleções, diz que:

O formato e localização do material mudaram (e continuarão a mudar) [...] Mas significativamente, a biblioteca e os profissionais de informação estão aplicando seus conhecimentos e habilidades em um contexto mais amplo através participação em consórcios regionais, nacionais e internacionais e iniciativas de colaboração, reconhecendo que o *desenvolvimento de coleções para o futuro deve olhar para além do local e tradicional, com base nas coleções, para o desenvolvimento de grande escala, coleções globais acessíveis aos pesquisadores e alunos ao longo da vida em todo o mundo, independentemente da sua localização* (p. 16, tradução nossa, grifo nosso).

Compartilhando essa visão a *Association of Research Libraries* (2012) apresenta um panorama sobre a gestão de coleções no século XXI, afirmando que:

As coleções de bibliotecas de investigação do século XX foram definidas por locais, distintivas e vastas. Mas as coleções de bibliotecas de pesquisa do século XXI exigem estratégias para garantir um amplo acesso [...]. Em um mundo em rede, as coleções locais, tornam o aprendizado fragmentário e incompleto. No século XXI a gestão de coleções exigirá, portanto, maior colaboração dentro, e entre instituições. [...]. *Uma abordagem multi-institucional é a única que agora faz sentido. Mas o propósito das coleções permanece o mesmo: Apoiar a criação e disseminação de novos conhecimentos* (ARL, 2012, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

Formando as coleções do século XXI, alguns projetos de compartilhamento, consórcios, e outras iniciativas estão disponibilizando livros eletrônicos, construindo a gestão de coleções eletrônicas futura, destacam-se abaixo algumas iniciativas:

O Portal Domínio Público é um portal brasileiro de compartilhamento de “obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos) já em domínio público, ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada”. Permite a coleta, integração, preservação e divulgação dessas obras. Pode-se colaborar com essa iniciativa: sendo voluntário digitalizando ou traduzindo obras que já se encontram em domínio público; cedendo obras de sua autoria; ou “cedendo os direitos autorais de obras que a sua organização - pessoa jurídica - detenha” (PORTAL, 2017).

A SciELO Livros é uma Rede que disponibiliza coleções de livros eletrônicos acadêmicos nacionais em várias áreas, passam por uma seleção de um Comitê Científico, “são preparados segundo padrões internacionais” “[...]; são legíveis nos leitores de *ebooks*, *tablets*, *smartphones* e telas de computador” e acessíveis através de buscadores e indexados em portais de referenciais internacionais. O SciELO Livros faz parte do Programa Scielo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). É liderado e financiado por um consórcio formado pelas editoras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP),

Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) com a cooperação técnica do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OM). A adesão ao Portal é aberta a qualquer editora. Podem-se disponibilizar livros eletrônicos de acesso abertos, ou para venda. Hoje, este Portal é composto pelas seguintes editoras: Editora FIOCRUZ; EDUFBA, da Universidade Federal da Bahia; Editora da UNESP, da Universidade Estadual de São Paulo; EDUEPB, da Universidade Estadual da Paraíba; EDUEL, da Universidade Estadual de Londrina; EdUFSCar, da Universidade Federal de São Carlos; Fap-Unifesp, da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo; EDUEM, da Universidade Estadual de Maringá; Editora Mackenzie, da Universidade Presbiteriana Mackenzie; EDUERJ, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Editora UEPG, da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Editus - Editora da UESC, da Universidade Estadual de Santa Cruz (SciELO, 2017a; 2017b).

O Portal do Livro Aberto em CT&I objetiva "reunir, divulgar e preservar as publicações oficiais em ciência, tecnologia e inovação". Inclui a produção do IBICT, em Ciência da Informação, bem como de outras áreas cobertas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a produção recente e obras digitalizadas que estavam esgotadas (IBICT, 2017). Os temas cobertos por este portal são:

Tecnologias da Informação e Comunicação, Fármacos e Complexo Industrial da Saúde, Petróleo e Gás, Complexo Industrial da Defesa, Aeroespacial, Nuclear, Biotecnologia, Nanotecnologia, Energia Renovável, Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Oceanos e Zonas Costeiras Popularização da CT&I, Melhoria e Ensino de Ciências, Inclusão Produtiva e Social, e Tecnologias para Cidades Sustentáveis, definidas nos Programas e Atividades Estruturantes da Estratégia Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (IBICT, 2017).

O Portal de Periódicos Capes tem como missão promover o fortalecimento dos programas de pós-graduação, atende aos usuários de Instituições cadastradas. Sendo uma "biblioteca virtual" que agrega um acervo formado "por mais 38 mil títulos com texto completo, 134 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes", e cerca de 280.897 livros eletrônicos e outros tipos de publicações não seriados. Foi iniciado em 2000, "é considerado um modelo de consórcio de bibliotecas único no mundo, pois é inteiramente financiado pelo governo brasileiro". É uma iniciativa "com a maior capilaridade no planeta, cobrindo todo o território nacional". É importante destacar que a dinâmica do "desenvolvimento da coleção" do Portal de Periódicos se baseia em:

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

[...] sugestões de usuários e análises realizadas pela Capes e pelo Conselho Consultivo do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos. São levados em consideração critérios, como a área do conhecimento da nova coleção e sua relação com o cenário da pós-graduação no Brasil, o fator de impacto das publicações indicadas, a disponibilidade de recursos financeiros pela Capes, entre outros.

Para o envio de sugestões é preciso registrá-las no Fale conosco, informando "o ISSN ou ISBN, o título, o editor, o assunto, seu nome e a instituição onde atua" (PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES, 2017, 2018, grifo nosso).

O Project Gutenberg disponibiliza mais de 54.000 livros eletrônicos digitalizados. Especialmente trabalhos mais antigos que estão em domínio público, mas também trabalhos que foram autorizados pelo autor. O acesso é gratuito, sem necessidade de registro. Assim, o Projeto precisa de doações para sua manutenção. Além do aporte financeiro, aceita-se também outras formas de ajuda como digitalização de livros, gravação de audiobooks, reportes de erros, e outras formas de voluntariado. O Projeto Gutenberg iniciou em 1971, seu fundador Michael Hart é considerado o inventor do eBook (PROJECT, 2017, tradução, e grifo nosso).

O Internet Archives tem como missão fornecer acesso universal de documentos coletados e digitalizados, em formato digital. Teve início em 1996, com arquivamento de páginas da Internet. Hoje, o acervo é composto por: 279 bilhões de páginas da web; 11 milhões de livros e textos; 4 milhões de gravações de áudio (incluindo 160.000 concertos ao vivo); 3 milhões de vídeos (incluindo 1 milhão de programas de televisão); 1 milhão de imagens; 100.000 softwares. A digitalização de livros iniciou em 2005, hoje são digitalizados "1.000 livros por dia em 28 locais no mundo", que estão disponíveis para *download* e para empréstimo através da Open Library; alguns somente para pessoas com necessidades especiais. O Internet Archives é financiado por doações, subsídios, serviços de arquivamento digital, e digitalização para instituições parceiras (INTERNET, 2017, tradução nossa).

O HathiTrust é uma iniciativa americana de colaboração, que agrega vários programas. Entre eles, a Biblioteca Digital HathiTrust que é um repositório de preservação digital e uma plataforma de acesso. "Fornece serviços de preservação e acesso em longo prazo para domínio público e conteúdo de direitos autorais de várias fontes, incluindo Google, Internet Archive, Microsoft e iniciativas de instituições parceiras internas". Teve início em 2008, sendo formado por bibliotecas de universidades, em um trabalho compartilhado de gestão de coleções eletrônicas.

O acesso aos livros digitalizados é livre para usuários de Instituições parceiras. Mas os livros em domínio público podem ser acessados por todos. Qualquer instituição universitária ou de pesquisa pode fazer parte dessa iniciativa, basta cumprir os requisitos, e pagar as taxas de associação (HATHITRUST, 2017, tradução nossa).

O Directory of Open Access Book (DOAB) objetiva aumentar a descoberta dos livros eletrônicos acadêmicos de Acesso aberto. Todos editores de livros acadêmicos podem participar, desde que cumpram os requisitos:

- a) os livros acadêmicos no DOAB devem estar disponíveis sob uma licença de Acesso aberto (como uma licença Creative Commons);
- b) os livros acadêmicos no DOAB devem ser submetidos a revisão independente e externa antes da publicação (DOAB, 2017).

DAISY Consortium proporciona acesso e acessibilidade digital, é conhecido mundialmente pelo formato Daisy. Criado em 1996, "por bibliotecas de livros falantes para liderar a transição mundial de livros analógicos para livros digitais". Visa à igualdade de acesso à informação, oferecendo treinamento, buscando influenciar leis de direitos autorais internacionais, e compilando boas práticas, com fins de "promover o compartilhamento de materiais acessíveis". Seus membros são organizações sem fins lucrativos, geralmente bibliotecas de livros falantes (KERSCHER, 2001; DAISY, 2017, tradução nossa).

A Fundação Dorina Nowill para Cegos (DNFB), no Brasil, faz parte do Consórcio Daisy, oferece livros eletrônicos gratuitamente que podem ser utilizados por pessoas "com limitação à leitura, como idosos, disléxicos e pessoas com deficiência". O formato Daisy "é ideal para transformar o conteúdo de catálogos, livros, manuais, relatórios, listas, índices telefônicos, guias, bulários, entre outros materiais, em conteúdos acessíveis às pessoas com deficiência visual. A DNFB também distribui de forma gratuita o "Dorina Daisy Reader (DDReader)" que é um aplicativo aberto para a leitura de livros eletrônicos no formato Daisy, em versões em português, inglês e espanhol (DNFB, 2017).

Como visto, para o compartilhamento de informação, algumas instituições estão digitalizando suas publicações, obras de domínio público e as obras raras. Assim, a digitalização deve ser uma preocupação para gestão de coleções eletrônicas. O repositório institucional é uma nova estratégia para o compartilhamento de informação. Além da produção técnico-científica da instituição, estes podem ser usados para preservação e acesso de documentos digitalizados

(HUNTER; DAY, 2005; TOMAËL, 2007; WEITZEL; LEITE; MÁRDERO ARELLANO, 2008; CÔRBO; DE SOUZA; SAYÃO, 2014; SILVA, 2014). A teoria e a prática de gestão e desenvolvimento de coleções podem ser utilizadas na gestão de repositórios institucionais (HUNTER; DAY, 2005; CARIBÉ, 2008; SILVA, 2014).

Os consórcios e outros esforços colaborativos foram implantados, mas ainda são poucos, e assim há muito a ser feito neste sentido. As ideias de compartilhamento de coleções, principalmente coleções eletrônicas ainda esbarram nas condições contratuais, que as bibliotecas devem buscar resolver através de melhores negociações coletivas (BULLIS E SMITH, 2011). Jaguszewski e Williams (2013); e Dempsey; Lavoie e Malpas, (2014) apontam o futuro do trabalho com coleções, com a reconfiguração da biblioteca em torno das experiências do usuário. As coleções precisam ser compartilhadas, e a biblioteca deve realizar a gestão de repositórios e dados de pesquisa, através da gestão de coleções e/ou curadoria digital, contribuindo para o acesso aberto e a ciência aberta. Assumindo, assim o papel de facilitadora do acesso à informação, dando suporte a aprendizagem (JAGUSZEWSKI; WILLIAMS, 2013; DEMPSEY; LAVOIE, MALPAS, 2014; SAYÃO; SALES, 2015). Destarte, as iniciativas de sucesso devem ser registradas e divulgadas, para que possa formar bases para futuras negociações, que possibilitem um maior compartilhamento de informação. E quiçá, se poderá assim oferecer a informação com menos restrições, um "acesso universal à informação⁹⁴", que colabore com a construção de uma sociedade da informação mais igualitária.

2.3.8 Avaliação do programa

Será apresentado um breve apanhado sobre a avaliação do planejamento de uma política de gestão a de coleções.

⁹⁴ "O acesso universal à informação está relacionado ao direito de procurar e receber informação". E está também no "cerne da Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre a Sociedade da Informação". "que reconhece o desejo de se desenvolver sociedades do conhecimento inclusivas" (Fonte: UNESCO, 2016).

“Os planos de gestão coleções, políticas, procedimentos e pessoal devem ser avaliados regularmente” para que estes sejam contextualizados. As tecnologias proporcionaram a “avaliação com base em medidas quantitativas [...] da circulação [...] dos catálogos *on-line*” e do empréstimo que oferecem dados de uso, que podem “determinar à medida que uma coleção atende às necessidades de ambos, clientela local e das outras bibliotecas cooperadas para o compartilhamento de recursos”. Para completar esses dados pode-se usar “questionários, pesquisas formais e entrevistas pessoais informais com os clientes”. O trabalho de avaliação visa a “revisão” e um possível “redirecionamento de planos e documentos de política para a gestão de coleções” (COGSWELL, 1987, p. 271, tradução nossa).

A “função” de “avaliação da coleção” está “relacionada com planejamento, [...] revisão” (FIGUEIREDO, 1993). Os dados da avaliação de coleções poderão: “Ajudar na escrita ou revisão de uma política de desenvolvimento de coleções e fornecer uma medida da eficácia de uma política existente” (JOHNSON, 2004, p. 272, tradução nossa). Todas as anotações realizadas durante todo ano, em relação à *trials*; *feedback* de usuários; problemas na “implementação” de alguma coleção ou documento eletrônico; cancelamentos e suas razões devem ser analisados (EMERY; STONE, 2013; EMERY; STONE; MCCRACKEN, 2017; EMERY; MCCRACKEN; STONE, 2017) para uma nova contextualização da política.

Como planos táticos, as políticas precisam ser revisadas, seus ciclos duram em média um ano. Os orçamentos como planos operacionais também seguem essa mesma periodicidade, anual, pois devem ser concluídos durante o ano fiscal (CHIAVENATO, 1999, p. 228-236). Todos os instrumentos auxiliares: manuais de procedimentos, programas, *checklist*, diretrizes, etc. (CHIAVENATO, 1999; ANDRADE; VERGUEIRO, 1996; VERGUEIRO, 2010; WEITZEL, 2006; 2013; IFLA, 2012; MCNAUGHT, 2014) também precisam ser atualizados. Os documentos correlatos (fluxogramas, legislações, etc.) devem ser revistos para confirmar a sua vigência.

A revisão da política permite o norteamento e padronização das ações e decisões, de acordo com planejamento estratégico da instituição mantenedora. Essa revisão permite que o foco e as competências sejam reajustados às necessidades dos clientes, ao novo contexto (CHIAVENATO, 1987,145-156, 162-163; 1999, p. 228-236).

Sem revisão, a política vai perdendo seu valor inicial, para continuar a refletir as necessidades da comunidade, esta precisa ser revisada, caso contrário terão "apenas valor arquitetônico, o ocupante da última pasta na gaveta de um armário" (SNOW, 1996, p.193, tradução nossa). Assim, Van-Zijl (1998 p. 104, tradução nossa) ressalta que "orientações claras sobre a revisão da política são essenciais para garantir que a política [...] de coleções não se torne obsoleta e irrelevante". Enfim, a revisão de todo planejamento deve ser periódica, para sejam realmente instrumentos de trabalho; a política, como planejamento tático, deve ser revisada anualmente. Mas, muitas bibliotecas ainda não perceberam a utilidade dessa prática, e continuam sem realizar o trabalho de: formalização, divulgação, revisão, desse planejamento, da política; o que faz com que esse documento perca seu valor. Estes documentos precisam se manter vivos, para que cumpram seu objetivo, que pode ser sintetizado em: "informar e proteger" (CHIAVENATO, 1987,145-156, 162-163; 1999, p. 228-236; IFLA, 2001a; IFLA, 2001Ab; BOTHMANN; HOLMBERG, 2008; SCANLON, 2012; MANGRUM; POZZEBON 2012; WEITZEL, 2013, JOHNSON, 2014, p. 95, tradução nossa).

Em políticas de coleções eletrônicas essa necessidade de revisão é aumentada por conta de suas particularidades e mudanças constantes. Para ações pautadas recomenda-se a formalização, divulgação, revisão das políticas (BOTHMANN; HOLMBERG, 2008). Essa revisão deve ser realizada com participação de todos os seguimentos, da mesma forma que foi sua elaboração. E a opinião do **usuário** (pesquisa de satisfação, experiência do usuário, etc.) em coleções eletrônicas, como visto, é fundamental; um trabalho de como base na avaliação participativa também pode ser recomendado (FIGUEIREDO, 1993; SEETHARAMA, 1997; GANDIN, 2010; ALA, 2010; AMAN, 2010; JACOBS; BERGART; DA MAREN; et al., 2014; JACOBS; BERGART, 2014; SANTOS; AZEVEDO; MARCELINO, 2017, grifo nosso).

2.4 CORRELAÇÃO DE MODELOS TEÓRICOS DA GESTÃO DE COLEÇÕES E DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Abaixo é apresentado um quadro com as funções da gestão de coleções de Cogswell (1987) que foram correlacionadas com as do desenvolvimento de coleções de alguns dos teóricos citados nesta pesquisa. Esta correlação foi base para a análise documental desta pesquisa:

Quadro 10 – Comparativo dos modelos teóricos

Gestão de coleções				Desenvolvimento de coleções					
Funções de Cogswell (1987)	Atividades de Johnson (2004)	Questões de Evans e Saponaro (2012)	Atividades de Johnson (2014)	Etapas de Vergueiro (1989)	Funções/processos de Figueiredo (1993)	Questões de Pastine (1996)	Funções de Maciel e Mendonça (2000)	Atividades Johnson (2004)	Atividades de Johnson (2014)
Planejamento e elaboração de políticas		(Política e programa de coleção)		Elaboração de política de desenvolvimento de coleções	Desenvolvimento de coleção	Planejamento e elaboração de políticas	Planejamento e elaboração de políticas	Declaração de política de desenvolvimento de coleções	Planejamento de Políticas
Seleção de materiais		Seleção		Seleção ("atividade técnica e intelectual")	Seleção	Seleção, cancelamento e desbastamento	Seleção	Seleção	Seleção
(Aquisição) ⁹⁵		Aquisição		Aquisição "Avaliação de coleções"	Aquisição	Aquisições	Aquisição	Aquisição	Aquisição
Análise das coleções	Análise da coleção	Avaliação de coleções	Análise da coleção	Avaliação de coleções	Avaliação de coleções	Estudos de usuários e avaliação e de coleções	Avaliação de coleções		
Manutenção de coleções (armazenamento, preservação, desbastamento, descarte)	Desbastamento	Preservação	Desbastamento	Desbastamento (Descarte, remanejamento, conservação)	Desbastamento Remanejamento Descarte/seleção negativa Conservação/preservação	- Preservação e conservação -Instalações, espaço, armazenamento	Desbastamento e descarte de coleções (Armazenagem)		
Gestão fiscal						Alocações, orçamento e custo,		Orçamentos	Orçamentos

⁹⁵ Veja notas abaixo.

Gestão de coleções				Desenvolvimento de coleções					
Funções de Cogswell (1987)	Atividades de Johnson (2004)	Questões de Evans e Saponaro (2012)	Atividades de Johnson (2014)	Etapas de Vergueiro (1989)	Funções/processos de Figueiredo (1993)	Questões de Pastine (1996)	Funções de Maciel e Mendonça (2000)	Atividades Johnson (2004)	Atividades de Johnson (2014)
Relacionamento com o usuário	Marketing, relacionamento e divulgação	Avaliação das necessidades dos usuários	Marketing, relacionamento e divulgação	Estudo de comunidade	Tipos de programas ou necessidades de usuários a serem apoiados	e fórmulas Comunicação acadêmica e sua relação com o desenvolvimento da coleção			
Compartilhamento de recursos	Desenvolvimento e Gestão Cooperativa de Coleção	Cooperação, colaboração e consórcio	Desenvolvimento e Gestão Cooperativa de Coleção		[Acordos cooperativos]	Cooperação e compartilhamento de recursos		Desenvolvimento e Gestão Cooperativa de Coleção	Desenvolvimento e Gestão Cooperativa de Coleção
Avaliação do programa	Revisão das políticas de desenvolvimento de coleção		Revisão das políticas de desenvolvimento de coleção		Análise detalhada da política [Avaliação de coleções Revisão da coleção]				
	Recursos eletrônicos	Recursos eletrônicos e questões tecnológicas	Recursos eletrônicos					Recursos eletrônicos	Recursos eletrônicos
	Organização e dotação de pessoal		Organização, pessoal e responsabilidades			Organização e pessoal		Organização e dotação de pessoal	Modelos de organização, pessoal e responsabilidades
						Conspectus e políticas			
		Ética, e liberdade intelectual (Acesso)							
		Questões legais (incluindo negociações).							

Fonte: A autora.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Cogswell (1987) apresentou suas funções de forma clara, sistematizada, concisa e abrangente. A aquisição é discutida na seleção e na gestão fiscal, não sendo apresentada como uma função, de forma explícita, na visão deste autor.

Johnson (2004) considera usar os termos: desenvolvimento de coleções e gestão de coleções, como sinônimos, juntos, e de forma indistinta. Em 2014, ela distingue os dois termos estabelecendo que desenvolvimento de coleções incluiria as atividades até a aquisição; e gestão de coleções seriam as atividades posteriores. Apesar de Johnson (2004, 2014) listar as atividades relacionadas ao desenvolvimento de coleções e à gestão de coleções, não foi encontrada a explicitação das “atividades” que formariam a sua visão. Desse modo, foi adotada no quadro a terminologia usada por esta autora em seus capítulos, para estabelecer a correlação.

Evans e Saponaro (2012) apresentam o desenvolvimento de coleções como parte da gestão de coleções (EVANS, SAPONARO, 2012, p. 36). Desse modo, suas “questões” (*Issues*) se dividem em duas: Questões do desenvolvimento de coleções (Seleção, aquisição, avaliação, análise das necessidades [dos usuários]); e as questões da gestão de coleções (colaboração, formatos, tecnológicas, preservação, aspectos legais, ética e liberdade intelectual) (p. 34-39, 2012).

Em Pastine (1996) o “desenvolvimento de coleções” é visto como mais abrangente, englobando a “gestão de coleções” e muitas outras questões (AMEEN, 2005, p. 59, tradução nossa).

Vergueiro (1989) apresenta as etapas do desenvolvimento de coleções, baseado no modelo teórico de Evans (1979).

Figueiredo (1993, p.102) propõe a terminologia para desenvolvimento de coleções, “funções” e/ou “processos”, onde se percebe uma preocupação com as atividades posteriores a formação da coleção (como avaliação de coleção; revisão de coleção; desbastamento; conservação/preservação). Em todo processo de avaliação de coleções proposto pela autora a opinião dos usuários é enfatizada. Neste mesmo livro a autora fala sobre elementos de política de desenvolvimento de coleções (p. 31), onde se destaca “tipos de programas ou necessidades de usuários a serem apoiados (pesquisa instrucional, recreacional, informação geral, referência, etc.)”. Outros pontos: os “acordos cooperativos de coleções em nível local, regional e nacional”; e na última fase de um projeto de avaliação da coleção, “a discussão para estabelecimento da política para completa/atualizar as coleções” (p. 173).

Esses são alguns pontos destacados que são próximos da concepção de Lynden (1980; 1989); Mosher (1982); Cogswell (1987); de Bryant (1987), enfim da ideia de gestão de coleções. Em outra obra da autora (FIGUEIREDO, 1992) registra-se um fugaz contato com a na época chamada “administração de coleções”, através da frase “preceitos modernos de administração de coleções”, onde a autora falava sobre a visão de Garfield (1985), sobre as leis de Ranganathan.

As funções de Maciel e Mendonça (2000, p. 13-39) têm como base os teóricos: Cogswell (1987); Edelman (1979) e Rylan (1982) citados por Vergueiro (1993). Nesta visão, o termo função é visto como: “a menor unidade operacional dentro de um sistema”. Ressalta-se que as “funções na fase de dinamização das coleções” (p.33-39) – que não foram expostas no quadro por não fazerem parte da “fase de formação, desenvolvimento e organização de coleções” (p. 16-33) – são correspondentes à função de relacionamento com usuário de Cogswell (1987).

2.5 DEFINIÇÃO DE TERMOS

Para melhor entendimento de todo trabalho serão definidos alguns termos, que serão usados na construção do modelo teórico de análise do *corpus* desta pesquisa. Por estes termos possuírem muitas definições ou interpretações, fazendo-se necessária um posicionamento, para melhor compreensão desse estudo.

Abaixo, os termos da gestão de coleções utilizados nesta pesquisa, baseados nas funções da concepção Cogswell (1987):

Quadro 11 – Definições de termos da gestão de coleções

Termo/função	Definição
Planejamento e elaboração de políticas	Constitui-se na formalização de um planejamento de gestão de coleções, que pode incluir programas, projetos, e políticas que devem ser publicizadas para que todos saibam seus papéis e possa colaborar com essa gestão.
Seleção de materiais	É o estabelecimento de critérios para a aquisição, centrados nas necessidades e limitações do usuário-cliente, e baseado no Compartilhamento de recursos.
Análise das coleções	É a análise periódica dos pontos fortes e fracos da coleção, através de métodos qualitativos e quantitativos, visando mantê-la adequado a comunidade atendida.
Manutenção de coleções	É o estabelecimento de critérios para desbastamento, manutenção e preservação das coleções, de modo atender às necessidades atuais e futuras da comunidade atendida.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Gestão fiscal	É o planejamento, gestão e controle do orçamento para aquisição, incluindo a: Angariação de fundos, alocação de recursos, bem como as negociações para conclusão dessa aquisição.
Relacionamento com o usuário	É a promoção da ligação com todos os usuários/clientes, proporcionando produtos e serviços personalizados baseados no acesso e na acessibilidade, que são comunicados através do marketing, buscando assim manter a gestão de coleções centrada nas suas necessidades informacionais.
Compartilhamento de recursos	É a estabelecimento de relações de cooperação com outras organizações locais, nacionais e internacionais visando aprimorar as questões relacionadas à gestão de coleções, quanto ao acesso, e à preservação.
Avaliação do programa	É a avaliação periódica do planejamento e elaboração da política de gestão de coleções, visando manter a coleção centrada nas necessidades informacionais do usuário-cliente.

Fonte: Elaboração da autora.

Estas definições foram elaboradas com base no referencial teórico apresentado.

Na análise da literatura especializada nacional e estrangeira os termos digital e eletrônico são usados como termos relacionados, sinônimos e/ou distintos. O termo eletrônico pode ser considerado como mais amplo. Enfim ainda não existe uma definição universal neste sentido (ARMSTRONG; EDWARDS; LONSDALE, 2002, p. 217; ISO 19005-1, 2005, definição 3.4; ISO 2789: 2006, definição 3.2.16; NISO, 2007, p. 4; CUNHA; ROBALINHO 2008; VASSILIOU; ROWLEY, 2008; VASSILIOU; ROWLEY, 2008, p. 9, 360, 363; JOHNSON, 2013, p. xii; RODRIGUES; CARVALHO 2013; CONARQ, 2014; CONARQ, 2017; GRAU; ODDONE; DOURADO, 2013; IFLA, 2014, p.1).

Abaixo, são expostas as definições usadas nesta pesquisa, a fim de possibilitar melhor entendimento das ideias abordadas neste trabalho:

Quadro 12 – Definições escolhidas de coleções, documentos e livros eletrônicos

Termo	Definição
Coleção eletrônica	Conjunto de documentos eletrônicos selecionados, através de compra, assinatura, ou disponíveis por acesso livre, que a biblioteca faz a gestão (JOHNSON, 2013, p. xii; RODRIGUES; CARVALHO 2013).
Documentos eletrônicos	Um documento eletrônico é acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico (aparelho de videocassete, filmadora, computador), podendo ser registrado e codificado em forma analógica ou em dígitos binários. Já um documento digital é um documento eletrônico caracterizado pela codificação em dígitos binários e acessado por meio de sistema computacional. Assim, todo documento digital é eletrônico, mas nem todo documento eletrônico é digital (CONARQ, 2017).

Livros eletrônicos	Qualquer texto eletrônico, independentemente do tamanho composição (um objeto digital), mas excluindo publicações periódicas, disponibilizado eletronicamente (ou opticamente) para qualquer dispositivo (portátil ou não) que inclui uma tela (ARMSTRONG; EDWARDS; LONSDALE, 2002, p. 217, tradução nossa).
---------------------------	--

Fonte: Elaboração da autora.

Para mais detalhes sobre livros eletrônicos veja: Grau; Oddone; Dourado (2013); Freitas (2015, p. 42-63); Costa (2015, p. 19-23); Figueira (2015, p. 28-31).

Com base no documento do CONARQ (2017), no Tesouro brasileiro de Ciência da Informação (2014), nesta pesquisa foi adotado o termo eletrônico, por parecer mais abrangente.

Concluindo, este referencial teórico, será exposta a metodologia utilizada para a análise das políticas das Bibliotecas Centrais e/ou Sistemas de Bibliotecas das 63 Universidades Federais do Brasil, adotada nesta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Abaixo são apresentados os procedimentos metodológicos empregados na realização da pesquisa para viabilização do objetivo estabelecido, que se resume em propor um modelo para uma política de gestão de coleções para livros eletrônicos em bibliotecas universitárias federais brasileiras.

Assim, nesta pesquisa de natureza aplicada, buscou-se uma análise dialética, contextualizada na realidade social com seus aspectos econômicos e tecnológicos. Este estudo descritivo foi realizado através de pesquisa documental, com análise qualitativa dos dados. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um formulário, com categorias (veja definições de termos 2.5) e critérios pré-estabelecidos com base no referencial teórico (veja critérios estabelecidos nas funções exposta nas subseções do item 2.3), como será explicitado mais abaixo. Para maior precisão dos dados coletados foram utilizadas duas fontes de informação, para uma triangulação de dados (MINAYO, 1993; PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 64, 126-130). Conforme será explicado abaixo:

As políticas de desenvolvimento de coleções e os portais de livros eletrônicos⁹⁶ das Bibliotecas Centrais ou Sistemas de Bibliotecas (SIBs) das universidades federais brasileiras foram a base da pesquisa documental. Buscou-se nessas fontes a representação da prática biblioteconômica dessas universidades, pois como Godoy (1995, p. 22) afirma, em artigo sobre pesquisa documental:

[...] os documentos constituem uma fonte não-reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo. Podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto. Não há, portanto, o perigo de alteração no comportamento dos sujeitos sob investigação.

Silva e outros (2009, p. 4556) complementam que:

Como produto de uma sociedade, o documento manifesta o jogo de força dos que detêm o poder. Não são, portanto, produções isentas, ingênuas; traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço.

⁹⁶ Considerou-se a definição de Vermaat e outros (2016. Módulo 2, p. 11, tradução nossa) que diz que a Web é uma rede de documentos eletrônicos, e “cada *documento eletrônico* na Web é chamado de *webpage*”. Bem como, a distinção feita por Hewson (2015, p. [4], tradução nossa) de observação direta e análise documental, onde na observação envolve “dados de comportamento interativo das pessoas *on-line*”; e “análise documental envolve a obtenção de dados estáticos, finalizados”. Desse modo, será usada a análise documental para estes documentos.

Desse modo, justifica-se a escolha da pesquisa documental neste projeto, tendo os dois *corpora*: políticas de desenvolvimento de coleções e os portais de livros eletrônicos, como representação da prática dos SIBIs das universidades federais brasileiras.

As etapas para a localização dos documentos relativos às políticas de desenvolvimento de coleções desses SIBIs, foram:

- a) a identificação das universidades federais brasileiras, que foi realizada através de uma consulta avançada no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior, onde se selecionou:
 - buscar por: Instituição de Ensino Superior
 - categoria administrativa: publica federal;
 - organização acadêmica: universidade;
 - situação: ativa

O resultado dessa consulta gerou uma lista com 63 universidades, relacionadas no “apêndice A”. A seguir:

- b) os *sites* dessas universidades foram identificados através da listagem gerada pelo Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior;
- c) nestes *sites* foram buscadas as bibliotecas centrais ou SIBIs. Através de ferramentas de busca da página, mapa do *site*, e/ou pesquisa no documento (como dito os *sites* foram considerados documentos);
- d) nos *sites* das Bibliotecas Centrais e nos Sistemas de Bibliotecas, também foram usadas as ferramentas de busca da página, mapa do *site*, e/ou a pesquisa no documento. Coletou-se os documentos relacionados à política de desenvolvimento de coleções;
- e) para os fins dessa pesquisa foram selecionados os documentos de políticas de desenvolvimento de coleções que contemplavam aspectos relativos aos livros eletrônicos, conforme o objetivo proposto.

Essa coleta dos documentos relativos às políticas de desenvolvimento de coleções foi realizada nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2017. Repetiu-se a busca entre 30 e de outubro, e 5 de novembro de 2017. Na primeira coleta em fevereiro foram encontrados 14 documentos, desses apenas 11 com aspectos relativos aos livros eletrônicos. Na segunda coleta, em outubro/novembro, totalizou-se 18 políticas, mas apenas 15 com alguma expressão relacionada aos livros eletrônicos. Não foi encontrado nenhum documento específico para coleções, documentos, ou livros eletrônicos. Foram coletados apenas os documentos disponíveis em linha, conforme o referencial teórico escolhido, onde a publicização seria um dos princípios de um planejamento de gestão de coleções (COGSWELL, 1987, p. 269; IFLA, 2001; NISO, 2007; MANGRUM; POZZEBON, 2012; JOHNSON, 2014; CORREA, 2015).

A segunda busca foi realizada para que essa coincidissem com a coleta de dados dos portais de livros eletrônicos, descrita abaixo. Foi mantida a primeira coleta, porque na segunda, uma das políticas de desenvolvimento de coleções, que continha elementos relacionados a livros eletrônicos, já não estava disponível. Assim, para não perder esse documento manteve-se essa primeira busca registrada.

Para a triangulação de dados, foram incluídos os portais de livros eletrônicos, que expunham e divulgavam os livros eletrônicos adquiridos pelas Bibliotecas Centrais e/ou nos Sistemas de Bibliotecas, como uma segunda fonte de dados. Como posto acima, estes dados foram coletados entre 30 de outubro e 5 de novembro de 2017, visando um sincronismo de dados. A coleta dos portais de livros eletrônicos ocorreu conforme etapas abaixo descritas:

- a) nos *sites* das Bibliotecas Centrais e nos Sistemas de Bibliotecas, similarmente, foram usadas as ferramentas de pesquisa da página, mapa do *site*, busca no documento, e em motor de busca. Foram coletados os portais de livros eletrônicos, e para armazenagem e visualização destes portais no modo *off-line* utilizou-se o *freeware* “HTTrack Website Copier”, proporcionando assim a possibilidade de aplicação das fases de análise documental propostas abaixo, onde interpreta-se e reinterpreta-se os dados; o que seria impossível em documentos eletrônicos como os Portais, que podem ser modificados a qualquer momento;
- b) a coleta foi realizada apenas até o terceiro nível de profundidade do *site*, conforme recomendação do referencial teórico (KRUG, 2006; ANDRADE, 2007, NUNES, 2015).

Intentou-se com coleta desse *corpus*, portal de livros eletrônicos, verificação da prática expostas nas políticas, e/ou a efetivação da aquisição de livros eletrônicos. Assim, como o uso destes portais como ferramenta de *marketing*, ou melhor, de instrumento de relacionamento com usuário, como um complemento das políticas de desenvolvimento de coleções.

A coleta desses dois *corpora*s viabilizou a “triangulação de dados”, para proporcionar uma maior “confiabilidade” a esse estudo (MARTINS, 2006 *apud* PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 64).

Nas etapas de análise e na interpretação dos dados, para proteção das Instituições e das pessoas envolvidas na concepção das Políticas de Desenvolvimento de Coleções e dos Portais, os quadros com a análise serão identificados aleatoriamente, com letras do alfabeto; e toda a redação buscará evitar a identificação; já que a pesquisa visa apenas verificar como os livros eletrônicos estão sendo tratados, não interessando assim essa identificação.

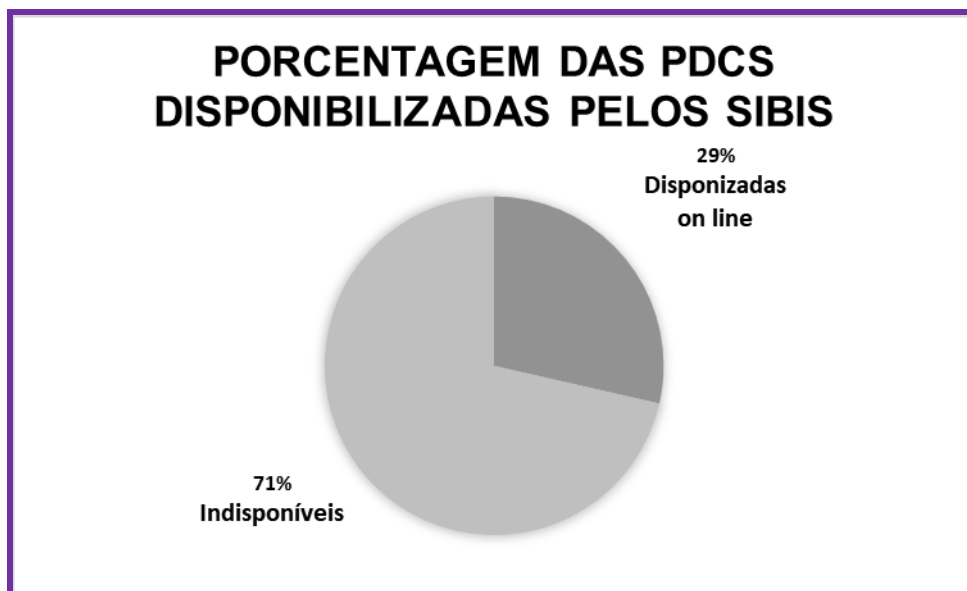
Sendo assim, análise de dados subdividiu-se em três fases, resumidas abaixo, de acordo com Minayo (1993):

- a) na **ordenação dos dados** foi realizada a tabulação dos dados dos documentos relativos às Políticas de Desenvolvimento de Coleções e dos Portais de livros eletrônicos, em um documento Excel. Foram efetuadas:
- a identificação das políticas e portais, de forma aleatória;
 - a “leitura flutuante”, para um primeiro contato com os documentos, reconhecimento dos critérios e das categorias preestabelecidas, definidas na seção 2.5, baseadas no modelo teórico de Cogswell (1987). Assim, nessa pesquisa a categorização subdividiu-se em:
 - planejamento e elaboração de políticas;
 - seleção de materiais;
 - análise das coleções;
 - manutenção de coleções;
 - gestão fiscal;
 - relacionamento com o usuário;
 - compartilhamento de recursos;
 - avaliação do programa;
- b) na **classificação dos dados** buscou-se uma relação dialética entre o empírico e o teórico, o concreto e o abstrato; o cotejamento dos *corpora* constituídos - os documentos relativos às políticas de desenvolvimento de coleções e os portais de livros eletrônicos - com o modelo teórico. Assim, os dados foram interpretados e reinterpretados, em “leituras exaustivas”, buscando formar uma realidade, que pudesse refletir a prática dessas Instituições.
- c) a **análise final** produziu uma síntese desse cotejamento, que gerou uma proposta de modelo para elaboração de política de gestão de coleções de livros eletrônicos em bibliotecas universitárias federais. Adverte-se que "o produto final de uma pesquisa é sempre provisório [...] é sempre um ponto de vista a respeito do objeto" (MINAYO, 1993, p. 235-238). Dessa forma, apresenta-se esta análise final, este relatório, em forma de dissertação, incluindo o modelo proposto, concluindo assim esta pesquisa.

4 RESULTADOS

São apresentadas a análise dos dados obtidos através de pesquisa documental, nos *sites* das 63 Universidades Federais Brasileiras, veja o apêndice A. Foram encontrados 18 documentos relativos às políticas de desenvolvimento de coleções (PDCs); conforme o caminho proposto, ou seja: localização do *site* da Universidade; neste *site*, a localização da Biblioteca Central (BC), ou Sistema de Biblioteca (SIBI); e no *site* da BC ou do SIBI, a identificação dos documentos relativos à política de desenvolvimento. Abaixo gráfico representativo percentual de políticas encontradas:

Gráfico 1 – Percentual de políticas por disponibilidade *on line*

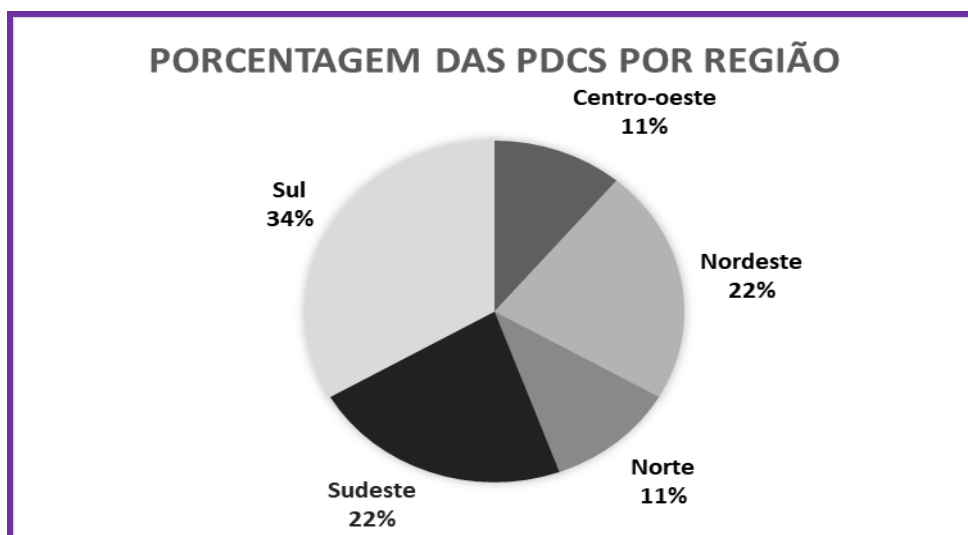


Fonte: A autora.

Ressalta-se que esses documentos podem existir em outro espaço do *site*, em outros *sites* da instituição, ou podem estar *off line*, mas buscou-se respeitar o caminho metodológico traçado. Assim, 18 (29%) das universidades federais brasileiras disponibilizam suas políticas de desenvolvimento de coleções nos *sites* de seus SIBIs. Em 45 (71%) dos SIBIs esses documentos não foram identificados ou localizados, através do caminho proposto.

Assim, os 18 documentos encontrados estão distribuídos regionalmente, em: 2 (11%) PDCs no Centro-oeste, 4 (22 %) no Nordeste, 2 (11 %) no Norte, 4 (22 %) no Sudeste, e 6 (34%) no Sul. Abaixo representação gráfica do percentual de PDCs distribuídos pelas regiões brasileiras:

Gráfico 2 – Percentual de políticas por região do Brasil



Fonte: A autora.

Dos 18 documentos, 3 ofereceram apenas instruções para a entrega de monografias de final de curso, dissertações e teses em “formato” digital e/ou eletrônicos; e em 1 dessas 3 também foi feita uma breve referência aos periódicos; não foi localizado nenhum critério sobre livros eletrônicos. Como os outros aspectos expostos nestes documentos não diferiram dos demais documentos analisados, sua análise não agregaria informações consideráveis, como o foco desta dissertação são as coleções eletrônicas, e nelas os livros eletrônicos (*ebook*, *e-book*, livro digital), essas 3 universidades foram retiradas da análise.

Analisaram-se os 15 documentos restantes. Como dito, por questões éticas, já que não foi solicitada autorização para análise, identificaram-se os documentos de forma aleatória, codificada com letras do alfabeto; chamaram-se os Sistemas de Biblioteca ou Biblioteca Central, de SIBI, visando preservar a identidade das Universidades, e dos responsáveis pelos documentos analisados. Para a triangulação de dados, foram analisados os portais de livros eletrônicos, que expunham e divulgavam os livros eletrônicos adquiridos por esses SIBIs.

4.1 ORDENAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Abaixo serão apresentadas a análise dos dados das Políticas de Desenvolvimento de Coleções (PDCs), baseada nas categorias do modelo teórico de Cogswell (1987) (planejamento e elaboração de políticas; seleção de materiais; análise das coleções; manutenção de coleções; gestão fiscal; relacionamento com o usuário; compartilhamento de recursos; avaliação do programa). Como o modelo teórico de Cogswell (1987) não apresenta a função aquisição, os dados dessa categoria foram expostos nas “observações”. Nessa classificação foi buscada uma relação dialética entre o empírico e o teórico, para formação de dados que possam refletir a prática dessas Instituições. Nas políticas buscou-se a identificar como os livros eletrônicos estavam sendo apresentados, segue fase de ordenação e classificação dos dados:

Quadro 13 – PDC do SIBI codificado com a letra A

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização.
b) Seleção de materiais	Apresenta função, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos, mas ressalta a preocupação com “formatos acessíveis” às pessoas com necessidades especiais.
c) Análise das coleções	Apresenta função, e menciona “ Formato eletrônico ” como um critério de ponderação, dessa análise.
d) Manutenção de coleções	Apresenta a seção “descarte”, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.
e) Gestão fiscal	Apresenta a seção “Compra”, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos, nem critérios gerais estabelecidos pelo referencial teórico apresentado.
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função de forma nominada, mas propõe a formação de comissão com representantes docentes, discentes de graduação e pós-graduação. Demonstra preocupação com as pessoas com necessidades especiais. Sugere que os professores promovam a participação da comunidade na lista de sugestão.
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função.
h) Avaliação do programa	Apresenta função, e propõe revisão a cada dois anos.
Observações:	Apresenta a função de aquisição, mas não foi encontrado nenhum procedimento específico para a aquisição de livros eletrônicos. O documento desta IES cita o termo “gerenciamento de coleções”. Destaca a critérios do INEP/MEC relacionados a livro eletrônico , em sua redação.

Fonte: A autora.

Quadro 14 – PDC do SIBI codificado com a letra B

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização. Política aprovada por órgão externo ao SIBI.
b) Seleção de materiais	Apresenta esta função, não apresenta critérios específicos.
c) Análise das coleções	Apresenta função, e critérios gerais.
d) Manutenção de coleções	Apresenta função desbastamento, mas não apresenta critérios específicos.
e) Gestão fiscal	Não apresenta função, mas apresenta critérios gerais.
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função de forma nominada, mas propõe a sugestão de itens usuários.
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função.
h) Avaliação do programa	Apresenta função, e propõe revisão de acordo com necessidade.
Observações:	Apresenta a chamada seleção qualitativa, e quantitativa com base nos critérios do INEP/MEC. São incluídos critérios para o Repositório Institucional onde são previstas aquisição de documentos eletrônicos. Na função seleção propõe estudos para aquisição de “acervo digital” . E menciona nos critérios de seleção das doações no item “Suporte físico”: os termos “mídias eletrônicas” e “digitais” .

Fonte: A autora.

Quadro 15 - PDC do SIBI codificado com a letra C

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização.
b) Seleção de materiais	Apresenta esta função, e critério específico para documentos eletrônicos: “suporte eletrônico”, “acesso perpétuo”, “simultâneo” e “ilimitado” .
c) Análise das coleções	Apresenta esta função, mas não apresenta critérios gerais nem específicos; mas propõe a realização a avaliação da coleção a cada dois anos, de acordo com suas particularidades.
d) Manutenção de coleções	Apresenta função, mas não apresenta para livros eletrônicos.
e) Gestão fiscal	Não apresenta função, mas apresenta critérios gerais.
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função, mas propõe a sugestão de itens pelos docentes, discentes e técnico-administrativos. Destaca o papel do bibliotecário de atendimento no desenvolvimento de coleções.
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função.
h) Avaliação do programa	Apresenta a função, e propõe revisão de acordo com necessidade.
Observações:	Apresenta a chamada seleção qualitativa, e quantitativa com base nos critérios do INEP/MEC. Responsabilização dos bibliotecários das unidades de elaboração de plano e viabilização da aquisição e de “materiais digitais” .

Fonte: A autora.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Quadro 16 – PDC do SIBI codificado com a letra D

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização. Política aprovada por órgão externo ao SIBI.
b) Seleção de materiais	Apresenta esta função, e menciona a palavra “ e-book ” e remete aos critérios de seleção gerais.
c) Análise das coleções	Apresenta função, como uma função contínua, inventário anual, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.
d) Manutenção de coleções	Apresenta o desbastamento, remanejamento e descarte, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.
e) Gestão fiscal	Não apresenta função, mas apresenta critérios gerais, na seção “aquisição”.
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função, mas propõe formação comissão pelos docentes, discentes e técnico-administrativos.
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função.
h) Avaliação do programa	Apresenta função, e propõe revisão cada 4 anos, ou de acordo com necessidade.
Observações:	Os critérios de seleção são baseados no Instrumento de Avaliação do INEP. Na aquisição o “ ebook ” é um “ material ” elencado.

Fonte: A autora.

Quadro 17 – PDC do SIBI codificado com a letra E

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização.
b) Seleção de materiais	Apresenta função, e critério que ressalta a preocupação com as pessoas com necessidades especiais.
c) Análise das coleções	Apresenta função, sugere realização a cada cinco anos, e menciona “ Formato eletrônico ” como um critério de ponderação.
d) Manutenção de coleções	Apresenta critérios gerais de desbaste, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.
e) Gestão fiscal	Não apresenta função, mas apresenta critérios gerais para aquisição.
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função de forma nominada, mas propõe participação dos docentes e discentes, e demonstra preocupação com pessoas com necessidades especiais.
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função. Mas menciona “ as redes de colaboração ”.
h) Avaliação do programa	Apresenta função, e propõe revisão cada 3 anos, ou de acordo com necessidade. Destaca adequação às “tecnologias digitais”.
Observações:	Na aquisição demonstrou uma preocupação na seleção de documentos com pessoas com necessidades especiais , contemplando a função b e f, de acordo com definições apresentadas.

Fonte: A autora.

Quadro 18 – PDC do SIBI codificado com a letra F

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização.
b) Seleção de materiais	Apresenta função, e critério específico para livros eletrônicos. “Formato eletrônico com livre acesso” ; disponibilidade de tecnologia para uso na instituição.
c) Análise das coleções	Apresenta função, de forma sistemática, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.
d) Manutenção de coleções	Apresenta critérios gerais de desbaste e descarte, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.
e) Gestão fiscal	Não apresenta função, mas apresenta critérios gerais.
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função de forma nominada, mas propõe sugestões pelos docentes, discentes e técnico-administrativos. Indica a participação dos bibliotecários de apoio ao usuário, referência, acessibilidade, e outros setores na avaliação da coleção.
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função.
h) Avaliação do programa	Apresenta função, e propõe revisão cada 2 anos, ou de acordo com necessidade.
Observações:	Na função aquisição é elencado o “livro digital” . As “coleções eletrônicas” dessa PDC são constituídas por documentos “digitais” e “digitalizados” , incluindo “livros eletrônicos” , disponibilizados no repositório institucional . Indica digitalização de suas coleções para pessoas com necessidades especiais , baseado na legislação. Apresenta uma coleção especial com audiolivros . Apresenta critério de seleção baseados no Instrumento de Avaliação do INEP.

Fonte: A autora.

Quadro 19 – PDC do SIBI codificado com a letra G

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização.
b) Seleção de materiais	Apresenta função, e apresenta critérios específicos para livros eletrônicos. Como usabilidade, estatísticas, duplicação de publicações impressas, acessibilidade digital.
c) Análise das coleções	Apresenta função, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos. Os usuários são indicados como critério.
d) Manutenção de coleções	Apresenta critérios gerais de desbastamento (remanejamento, descarte, transferência), mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.
e) Gestão fiscal	Não apresenta função, mas apresenta critérios gerais.
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função de forma nominada, mas propõe sugestão dos docentes e discentes; e demonstra preocupação com pessoas com necessidades especiais.
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função.
h) Avaliação do programa	Apresenta função, e propõe revisão de acordo com necessidade.
Observações:	Apresenta procedimentos sobre aquisição de livros eletrônicos.

Fonte: A autora.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Quadro 20 – PDC do SIBI codificado com a letra H

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização.
b) Seleção de materiais	Apresenta função, e apresenta critério específico para documentos eletrônicos (Atualização de obras de referências eletrônicas).
c) Análise das coleções	Apresenta função, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.
d) Manutenção de coleções	Apresenta função, não apresenta critérios específicos para documentos eletrônicos, mas na seção relacionada às coleções especiais existe uma subseção que indica a digitalização como forma de preservação .
e) Gestão fiscal	Não apresenta função, mas apresenta critérios gerais, em “da compra”.
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função de forma explícita, mas propõe comissão com docentes, discentes e técnico-administrativos.
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função.
h) Avaliação do programa	Apresenta função, e propõe revisão a cada 2 anos, ou de acordo com necessidade.
Observações:	Apresenta a função de aquisição, mas não foi encontrado nenhum procedimento específico para a aquisição de livros eletrônicos. Seleção qualitativa e quantitativa de acordo com o INEP/MEC. A digitalização como uma forma de preservação.

Fonte: A autora.

Quadro 21 – PDC do SIBI codificado com a letra I

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização. Em sua apresentação e em seus objetivos destaca os livros eletrônicos.
b) Seleção de materiais	Apresenta função, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.
c) Análise das coleções	Apresenta função, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.
d) Manutenção de coleções	Apresenta critérios gerais de desbastamento (remanejamento e descarte), mas não apresenta critérios para livros eletrônicos.
e) Gestão fiscal	Cita a necessidade de apresentação de planejamento e orçamentação aos órgãos superiores anualmente , mas não apresenta para livros eletrônicos.
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função, mas propõe sugestões de docentes, discentes e técnico-administrativos.
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função, mas expõe item que remete à política de informação que inclui o repositório institucional onde se prevê a guarda de capítulos e livros eletrônicos dos servidores. Também propõe o uso de “convênios” para oferecer acessibilidade digital .
h) Avaliação do programa	Apresenta função, e propõe revisão a cada 2 anos, ou de acordo com necessidade.
Observações:	Sugere na aquisição de documentos eletrônicos o uso de “convênios”. Pautada pelos critérios do INEP/MEC.

Fonte: A autora.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Quadro 22 – PDC do SIBI codificado com a letra J

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização. Política aprovada por órgão externo ao SIBI.
b) Seleção de materiais	Apresenta função, sugere a possibilidade de seleção de “publicações eletrônicas”
c) Análise das coleções	Apresenta função, mas não apresenta para livros eletrônicos.
d) Manutenção de coleções	Apresenta função, não apresenta para documentos eletrônicos, mas apresenta critérios gerais.
e) Gestão fiscal	Não apresenta função.
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função, mas propõe sugestão de docentes.
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função.
h) Avaliação do programa	Apresenta função, e propõe revisão a cada 4 anos, ou de acordo com necessidade.
Observações:	Apresenta a função de aquisição, mas não foi encontrado nenhum procedimento específico para a aquisição de livros eletrônicos. Seleção qualitativa e quantitativa de acordo com o INEP/MEC

Fonte: A autora.

Quadro 23 – PDC do SIBI codificado com a letra L

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização. Na composição do acervo inclui os livros eletrônicos.
b) Seleção de materiais	Apresenta função, mas não apresenta para livros eletrônicos.
c) Análise das coleções	Apresenta função, mas não apresenta para livros eletrônicos.
d) Manutenção de coleções	Apresenta função, mas não apresenta para documentos eletrônicos, mas apresenta critérios gerais.
e) Gestão fiscal	Apresenta seção “compra”, onde estabelece fluxo da compra, mas não apresenta para documentos eletrônicos, nem critérios gerais estabelecidos pelo referencial teórico apresentado.
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função, mas propõe sugestões docentes e discentes.
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função.
h) Avaliação do programa	Apresenta função, e propõe revisão de acordo com necessidade.
Observações:	Apresenta a função de aquisição, mas não apresenta para documentos eletrônicos, mas apresenta critérios gerais.

Fonte: A autora.

Quadro 24 – PDC do SIBI codificado com a letra M

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização. Os “e-books” são vistos como um suporte da informação.
b) Seleção de materiais	Apresenta função. Os “e-books” são um tipo de formato na seleção. Os documentos digitalizados são incluídos entre os livros eletrônicos. São incluídos critérios para o Repositório Institucional onde é prevista a guarda de livros eletrônicos dos servidores.
c) Análise das coleções	Apresenta função, não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos, mas tem como uma das bases os critérios INEP/MEC . Critérios com base no usuário.
d) Manutenção de coleções	Apresenta a função, mas não apresenta critérios para livros eletrônicos.
e) Gestão fiscal	Não apresenta função, mas apresenta uma preocupação expressa na introdução, na função de aquisição, e vários outros pontos incluindo questões patrimoniais .
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função, mas cita a influência do “Comitê de Usuário” (docentes, técnico-administrativos e discentes).
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função.
h) Avaliação do programa	A cada dois anos ou a qualquer momento, por algum motivo especificado.
Observações:	Apresenta a função de aquisição, mas não apresenta critérios para livros eletrônicos. Propõe um entrosamento do pessoal da aquisição com os demais departamentos internos externos para melhores resultados. Tem como um dos parâmetros de avaliação da coleção os critérios INEP/MEC.

Fonte: A autora.

Quadro 25 – PDC do SIBI codificado com a letra N

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização. Política aprovada por órgão externo ao SIBI.
b) Seleção de materiais	Apresenta função. O “documento eletrônico” é visto como um tipo de formato na seleção, apresenta critérios específicos como: acessibilidade e usabilidade .
c) Análise das coleções	Apresenta função e critérios gerais, e cita a possibilidade de aquisição “acervos digitais” , conta dessa avaliação.
d) Manutenção de coleções	Apresenta critérios de remanejamento, descarte para documento impressos na função de “avaliação de coleções”.
e) Gestão fiscal	Não apresenta função.
f) Relacionamento com o usuário	Ressalta importância da divulgação da PDC a comunidade.
g) Compartilhamento de recursos	Não foi identificado nenhum aspecto.
h) Avaliação do programa	Apresenta função, e propõe revisão a cada 2 anos, ou de acordo com necessidade.
Observações:	Propõe a reserva de um percentual do orçamento para documentos com “acessibilidade informacional”, e inclui o “livro digital” como alternativa; e plano de aquisição gradual de documentos eletrônicos . Repositório Institucional para TCC, dissertação e tese.

Fonte: A autora.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Quadro 26 – PDC do SIBI codificado com a letra O

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização. Apresenta “e-books” como parte da composição da coleção e cita algumas coleções eletrônicas adquiridas. Política aprovada por órgão externo ao SIBI.
b) Seleção de materiais	Não apresenta função, cita critérios baseados no INEP/MEC.
c) Análise das coleções	Cita a avaliação na função de manutenção de acervo.
d) Manutenção de coleções	Apresenta procedimentos gerais, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.
e) Gestão fiscal	Inclui uma seção específica “orçamento” onde coleções eletrônicas são previstas.
f) Relacionamento com o usuário	Não foi identificado nenhum aspecto.
g) Compartilhamento de recursos	Apresenta o Portal de Periódicos Capes como um recurso da coleção, não o destaca como compartilhamento.
h) Avaliação do programa	Não apresenta esta função, mas diz que a política deve ser atualizada, não informa prazo.
Observações:	Apresenta a função de aquisição, mas não apresenta critérios para livros eletrônicos.

Fonte: A autora.

Quadro 27 – PDC do SIBI codificado com a letra P

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O documento cumpre os requisitos da função, de redação e publicização.
b) Seleção de materiais	Apresenta critérios para livros eletrônicos, e cita documento interno para seleção de livros eletrônicos.
c) Análise das coleções	Apresenta função, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.
d) Manutenção de coleções	Apresenta critérios gerais na avaliação de acervo.
e) Gestão fiscal	Não apresenta função, mas apresenta frases relacionadas ao orçamento.
f) Relacionamento com o usuário	Não apresenta função, mas responsabiliza os docentes pela indicação e atualização do acervo.
g) Compartilhamento de recursos	Não apresenta função, mas cita <i>sites</i> de compartilhamento de coleções eletrônicas, porém visando atender a acervo de periódicos.
h) Avaliação do programa	Não apresenta função, mas tem a indicação da data de atualização.
Observações:	Apresenta a função de aquisição, mas não apresenta critérios específicos para livros eletrônicos.

Fonte: A autora.

4.2 ORDENAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS PORTAIS DE LIVROS ELETRÔNICOS

Após análises das PDCs, segue a ordenação e a classificação dos conteúdos dos Portais de livros eletrônicos dessas Instituições, visando traçar uma correspondência com as Políticas. Esta análise visou identificar a concretização da aquisição de coleções eletrônicas, e a identificar aspectos das categorias estabelecidas, principalmente em relação ao “relacionamento com usuário”, tomando os portais como ferramentas de *marketing*. Foram utilizadas as mesmas categorias de análise das PDCs, baseado no modelo teórico de Cogswell (1987). Como dito, como o modelo teórico de Cogswell (1987) não apresenta a função aquisição, assim, os dados dessa categoria foram expostos nas “observações”. Seguem os dados:

Quadro 28 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra A

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
d) Manutenção de coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Oferece uma pequena descrição de cada coleção, instruções e/ou tutoriais .
g) Compartilhamento de recursos	Inclui portal de compartilhamento.
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por compra e/ou assinatura, e por incorporação. A página de trials indica <i>email</i> para contato. Foi sinalizada a possibilidade de aquisição por conta de uma boa aceitação de trials pelo usuário.

Fonte: A autora.

Quadro 29 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra B

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Possui <i>links</i> quebrados.
d) Manutenção de coleções	Possui <i>links</i> quebrados.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Disponibiliza ícones de redes sociais, mas são da Universidade e não da Biblioteca. Proporciona ferramenta de tradução automática para libras, não foi testada a funcionalidade desta ferramenta.
g) Compartilhamento de recursos	Inclui portais de compartilhamento.
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por incorporação. Apresenta <i>link</i> com informações sobre aquisição onde resume política de desenvolvimento de coleção e disponibiliza a política na íntegra.

Fonte: A autora.

Quadro 30 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra C

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
d) Manutenção de coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Oferece uma pequena descrição de cada coleção, instruções e/ou tutoriais . Apresenta ícone de rede social, mas leva a uma página indisponível. Barra de acessibilidade com aumento de tamanho de fonte e contraste. Fale conosco com <i>email</i> e telefone. Proporciona ferramenta de tradução automática para libras, não foi testada a funcionalidade desta ferramenta.
g) Compartilhamento de recursos	Inclui portais de compartilhamento.
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por compra e/ou assinatura, e por incorporação.

Fonte: A autora.

Quadro 31 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra D

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Possui <i>link</i> quebrado.
d) Manutenção de coleções	Possui <i>link</i> quebrado
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Expõe barra de alto contraste, aumento de fonte.
g) Compartilhamento de recursos	Inclui portais de compartilhamento.
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por compra e/ou assinatura, e por incorporação.

Fonte: A autora.

Quadro 32 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra E

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
d) Manutenção de coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Oferece uma pequena descrição de cada coleção, instruções e/ou tutoriais . Além das redes sociais, email, trials . Disponibiliza informações sobre o desenvolvimento de coleções. <i>Site</i> projetado para ser acessível.
g) Compartilhamento de recursos	Inclui portais de compartilhamento.
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por compra e/ou assinatura, e por incorporação. Relata tipo de aquisição realizada.

Fonte: A autora.

Quadro 33 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra F

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
d) Manutenção de coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Oferece uma pequena descrição de cada coleção (instruções de acesso).
g) Compartilhamento de recursos	Não foi percebido nenhum aspecto, mas inclui portais de compartilhamento no <i>site</i> que dá acesso a este portal.
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por compra e/ou assinatura, e por incorporação.

Fonte: A autora.

Quadro 34 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra G

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
d) Manutenção de coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Um com <i>email</i> da biblioteca. Barra de acessibilidade (aumentar texto). Apresenta <i>link</i> com tutoriais, E possibilidade de sugestão de compra pelo usuário. O <i>link</i> de contato está indisponível, mas existe uma opção de contato opcional.
g) Compartilhamento de recursos	Inclui portais de compartilhamento.
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por compra e/ou assinatura, e por incorporação.

Fonte: A autora.

Quadro 35 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra H

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
d) Manutenção de coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	<i>Email</i> e telefone; treinamentos e tutoriais; e <i>trial</i> . Mas <i>trial</i> parece ter sido encerrado, mas não há nenhuma indicação.
g) Compartilhamento de recursos	Inclui portais de compartilhamento, em <i>link</i> .
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por incorporação.

Fonte: A autora.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Quadro 36 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra I

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
d) Manutenção de coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Pequena descrição de cada coleção e instruções e tutoriais . Contato para o setor de tecnologia da Universidade.
g) Compartilhamento de recursos	Não foi percebido nenhum aspecto.
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por compra e/ou assinatura, e por incorporação.

Fonte: A autora.

Quadro 37 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra J

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
d) Manutenção de coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Oferece uma pequena descrição de cada coleção, instruções e/ou tutoriais . Em <i>links</i> telefone e endereço das bibliotecas, treinamento, e barra de acessibilidade.
g) Compartilhamento de recursos	Inclui portais de compartilhamento, <i>em links</i> .
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por compra e/ou assinatura, e por incorporação.

Fonte: A autora.

Quadro 38 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra L

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
d) Manutenção de coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Fale conosco com telefone, emails, endereço, mapa Google e redes sociais . Barras de acessibilidade com aumentar tamanho de fonte e contraste.
g) Compartilhamento de recursos	Inclui portais de compartilhamento.
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por compra e/ou assinatura, e por incorporação.

Fonte: A autora.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Quadro 39 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra M

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
d) Manutenção de coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Oferece uma pequena descrição de cada coleção, instruções e/ou tutoriais , e <i>links</i> com formas de atendimento <i>on-line</i> através de e-mails e redes sociais.
g) Compartilhamento de recursos	Não foi encontrado nenhum aspecto de forma explícita, mas apresenta um <i>link</i> com o Portal de Periódicos Capes .
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por compra e/ou assinatura, e por incorporação.

Fonte: A autora.

Quadro 40 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra N

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra algumas falhas nos critérios seleção de links, como o de autoridade, e estabilidade dos links.
c) Análise das coleções	Alguns <i>links</i> desse portal estão quebrados.
d) Manutenção de coleções	Alguns <i>links</i> desse portal estão quebrados.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Sugestão de contato através de email , telefone e endereço. Barra de acessibilidade.
g) Compartilhamento de recursos	Inclui portais de compartilhamento.
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por incorporação.

Fonte: A autora.

Quadro 41 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra O

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
d) Manutenção de coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Oferece uma pequena descrição de cada coleção e instruções de acesso . Contato por email , telefone, rede social ativa , WhatsApp e endereço. Agendamento para treinamento . Marketing das coleções eletrônicas adquiridas. Proporciona barra de acessibilidade, e ferramenta de tradução automática para libras, não foi testada a funcionalidade desta ferramenta.
g) Compartilhamento de recursos	Não foi percebido nenhum aspecto de forma explícita, mas apresenta o Portal de Periódicos Capes , em <i>link</i> .
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por incorporação.

Fonte: A autora.

Quadro 42 – Portal de livro eletrônico do SIBI codificado com a letra P

Funções de Cogswell (1987)	Comentários
a) Planejamento e elaboração de políticas	O Portal de livros eletrônicos não está previsto na política.
b) Seleção de materiais	Demonstra seleção com critérios, como o de autoridade.
c) Análise das coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
d) Manutenção de coleções	Os <i>links</i> desse portal estavam íntegros.
e) Gestão fiscal	Não foi percebido nenhum aspecto.
f) Relacionamento com o usuário	Oferece uma pequena descrição de cada coleção, instruções e/ou tutoriais, e treinamentos . Contato por <i>email</i> , redes sociais ativas , WhatsApp . <i>Marketing</i> de bases compradas, na página do SIBI. Proporciona ferramenta de tradução automática para libras, não foi testada a funcionalidade desta ferramenta.
g) Compartilhamento de recursos	Não foi encontrado nenhum aspecto de forma explícita, mas apresenta o Portal de Periódicos Capes e outros.
h) Avaliação do programa	Não se aplica.
Observações:	Apresenta livros de aquisição por compra e/ou assinatura, e por incorporação.

Fonte: A autora.

5 DISCUSSÕES

Expõe-se nesta seção o cotejamento dos *corpora*: documentos relativos às políticas de desenvolvimento de coleções (PDC) e os portais de livros eletrônicos, das Bibliotecas Centrais ou Sistemas de Bibliotecas (SIBIs), das Universidades Federais Brasileiras, com o modelo teórico constituído com a análise da literatura, constituindo assim a análise final, de acordo com a metodologia proposta.

5.1 ANÁLISE FINAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Como dito, a análise das políticas visou perceber como os livros eletrônicos estavam sendo tratados, introduzidos no desenvolvimento de coleções dessas universidades. Assim, segue a análise final das políticas de desenvolvimento de coleções (PDC).

A categoria “Planejamento e elaboração de políticas” foi considerada atendida pelas 15 políticas analisadas por estas estarem disponíveis, e apresentarem algum aspecto relativo aos livros eletrônicos; porém nenhuma política registrou os portais de livro eletrônicos como um mecanismo de divulgação, apoio para o uso a esses livros e/ou como canal de relacionamento com usuário. A literatura indica constituição de uma política específica para coleções eletrônicas, para melhor detalhamento, mas nenhum documento específico foi encontrado. Ressalta-se que apenas as políticas B, D, J, O e N tiveram a participação e/ou aprovação por órgão externo ao SIBI, o que pode denotar a institucionalização dessas políticas, um fator recomendado pela literatura (COGSWELL, 1987; VERGUEIRO, 1987; EVANS, 2000; IFLA, 2001; JOHNSON, 2004; NISO, 2007; MANGRUM; POZZEBON, 2012; JOHNSON, 2014; CORREA, 2015). Entende-se que outros SIBIs podem possuir estes documentos, em outros *sítes*, ou não disponíveis, mas de acordo com o caminho metodológico estabelecido, e com referencial teórico, que indica a publicização como um dos princípios de uma política de trabalho com coleções, estes documentos não podem ser considerados.

Na análise da categoria “Seleção de materiais” apenas 5 políticas (A, C, F, G, N) apresentaram critérios específicos para livros eletrônicos, como: “formatos acessíveis”, “acesso perpétuo”; acesso “simultâneo”; e acesso ilimitado; usabilidade;

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

“disponibilidade de estatísticas”; “eliminar a duplicação de publicações impressas”, acessibilidade digital; “formato eletrônico com livre acesso” (IFLA, 2012; RODRIGUES e CARVALHO, 2013; BRASIL, 2014; JOHNSON, 2014). Em geral, as políticas apresentam apenas a possibilidade de aquisição livros eletrônicos, e uma preocupação com as pessoas com necessidades especiais, o que poderia levar a aquisição de livros eletrônicos, para atender a esse público com algumas vantagens, caso os critérios de acessibilidade digital fossem considerados. A literatura demonstra uma profunda mudança na função seleção, onde os usuários têm uma participação ativa nessa função, assim, os bibliotecários, balizados em princípios preestabelecidos, devem apoiá-los, para o equilíbrio desta função.

Em relação à aquisição de livros eletrônicos, as PDCs B, C propõem estudos para a concretização da aquisição desses livros. Na D e F os livros eletrônicos são elencados como aquisições possíveis. A PDC “G” é a única que apresenta procedimentos sobre aquisição de livros eletrônicos, com base na inexigibilidade de licitação, e através da carta de exclusividade. Questões como: “modelos de negócio”; aquisição através da incorporação de documentos eletrônicos, etc. (VERGUEIRO, 2010; JOHNSON, p. 2013; GRIBSON, 2011; COSTA, 2015; ZATTAR; DOURADO, 2014; SERRA, 2015; RONCEVIC, 2017), não foram encontradas nas políticas analisadas.

Na categoria “Análise das coleções” em 2 PDCs (A, E) o formato eletrônico é apresentado como critério de ponderação. Nas políticas G, M a opinião do usuário listada como critério. A PDC N colocou a possibilidade de aquisição documentos eletrônicos em decorrência da avaliação de coleções. Na PDC C, apesar de não haver critérios relacionados aos eletrônicos nesta função, propõem-se a avaliação a cada 2 anos de acordo com as “particularidades” do documento. Assim sendo, os *logs* de transações, e o uso *Counter* para a análise de uso das coleções eletrônicas, bem como métodos centrados no usuário, que são indicados na literatura, não foram detectados em nenhum PDC. Recapitula-se que os métodos baseados no uso e no **usuário** são mais indicados na gestão de coleções eletrônicas; mas podem ser usados também métodos baseado na coleção, buscando equilíbrio nesta análise (SEETHARAMA, 1997; FIGUEIREDO, 1993; CUNHA, 1982; JOHNSON, 2004; VASILEIOU; ROWLEY; HARTLEY, 2012; TUCKER, 2012; LARSON, 2012; COVEY, 2002 *apud* JOHNSON; THOMAS; CHILTON, 2016; ZHANG; NIU, 2016; EMERY; STONE, 2013; 2017;

CORRALL, 2017, grifo nosso). Hoje, a análise das coleções precisa buscar conhecer a experiência do usuário, para torná-la sempre melhor. Esta deve ser uma ação constante, balizada na literatura, e registrada nas políticas de coleções eletrônicas.

O compartilhamento de coleções, que será visto mais abaixo, é um ponto salientado por alguns autores na seleção (COGSWELL, 1987; LYNDEN, 1980; 1989; CORRALL, 2012). Mas, este compartilhamento não foi destacado pela maioria das políticas de desenvolvimento de coleções das universidades federais. A PDC “I” indicou a possibilidade de “convênio”, para oferecer documentos com acessibilidade digital, o que foi interpretado como uma sugestão de compartilhamento de coleções. Ressalta-se que o compartilhamento deve ser mais enfatizado no momento da seleção de documentos eletrônicos, e para efetivação os consórcios são indicados pela literatura da área (FLOWERS, 2004; VASSILOU, et al, 2012; RADNOR, SHRAUGER, 2012; MACEVICIUTE, 2014; DRESSELHAUS, 2016; CARTER, OSTENDORF, 2017).

Na categoria de “Manutenção de coleções” nenhuma política apresentou critérios para documentos eletrônicos de forma explícita. Registra-se que nesta categoria foram considerados critérios para desbaste, manutenção e preservação das coleções, visando o atendimento das necessidades do usuário/cliente. Desse modo, estes tópicos foram encontrados principalmente em seções intituladas “preservação”, e na “avaliação de coleções”. Ou em outros pontos dispersos pelas políticas. Em nenhuma política foram salientados os critérios relacionados aos documentos eletrônicos, expostos na revisão como: o uso do Portico, ou outra forma ou rede de preservação; desbastamento de livros e outros documentos eletrônicos (KIRCHHOFF, 2011; MORONI, 2012; HIGHTOWER; GANTT, 2012; VASILEIOU; ROWLEY; HARTLEY, 2012; CROSETTO, 2012; WALTERS, 2013a; JOHNSON, 2013; MÁRDERO ARELLANO, 2014; SKINNER; SCHULTZ, 2010 *apud* MÁRDERO ARELLANO, 2014; POWERS, 2014; IBICT, 2015; WEITZEL; MESQUITA, 2015; MILLER, 2015; WAUGH; DONLIN E BRAUNSTEIN 2015 *apud* MILLER, 2015).

Ainda na categoria “Manutenção de coleções”, em 3 PDCs (F, I, M) os repositórios institucionais são indicados como espaço de guarda dos livros eletrônicos, e outros materiais oriundos da produção técnico-científica dos servidores dessas Universidades. Em 2 PDCs (F, I) é indicada a política específica do repositório institucional; e em 1 PDC (M), o repositório institucional está incluso na política de desenvolvimento de coleções. A literatura (HUNTER; DAY, 2005, SILVA, 2014)

indica que as práticas da gestão e desenvolvimento de coleções podem ser usadas em repositórios. Desse modo, a ideia de os repositórios institucionais constarem das políticas de gestão de coleções, e o uso das funções e elementos dessas políticas possa ser adotados em políticas mandatórias de repositórios institucionais pode ser recomendável. Mas o importante é que sendo parte da política de gestão de coleções eletrônicas, ou uma política separada, os conteúdos devem ser integrados de forma sistemática, para uma gestão de coleções eletrônicas coerente.

Outro ponto que se destaca na categoria “manutenção de coleções” é a digitalização. Foi citada a digitalização para fins de acessibilidade digital na política “F” (BRASIL, 2014, 2016). Na PDC “H”, a digitalização é indicada como uma forma de preservação. Como visto na literatura, algumas instituições estão digitalizando suas publicações, e as de domínio público, assim como as obras raras e especiais. É importante que a digitalização seja vista como forma de acesso e preservação. Mas é importante lembrar o que já foi posto, que é a importância da guarda das cópias impressas digitalizadas, rememora-se a ideia das *“last copies”* e dos *“print repositories”*, reportada na revisão (KISLING, et al, 2000; DARNTON, 2010; CONNAWAY, et al, 2006; PAYNE, 2007; STOREY, 2011; GRIEBLER, et al, 2011; JILOVSKY, 2013; ANDERSON, 2013; JOHNSON, 2004; 2014; JILOVSKY; GENONI, 2014; SHORLEY, et al, 2015; DEMAS; MILLER, 2016; INTERNET, 2017; HATHITRUST, 2017; SANTOS; WEITZEL, 2017).

Registrou-se a digitalização e os repositórios na categoria “Manutenção de coleções” como forma de preservação, mas estes estão sendo visto também como estratégia para o “Compartilhamento de recursos”, para o acesso (COGSWELL, 1987; FOX E MARCHIONINI 1998, SCHURER 1998 *apud* ROTHENBERG, 1999; MÁRDERO ARELLANO, 2004). Desse modo, a ideia integração, de sistematização está sendo materializada, e cada vez mais as funções estão se intrincando. A promoção do acesso não pode ser desvinculada da preservação, e a gestão de coleções pode unir estas ideias de forma sistemática. Foi percebido que os processos representados por termos, como: análise, avaliação, preservação, descarte, desbastamento, etc., são vistos de forma imbricadas, intrincadas pela prática identificada nas políticas, e alguns teóricos, como Larson (2012), indicam uma continuidade nesses processos. Destarte, acredita-se que essas ideias devem fazer parte de uma mesma função, assim será adotado pelo modelo a ser proposto por esta pesquisa a ideia de integração dessas tarefas na função manutenção de coleções, buscando um melhor fluxo de trabalho.

Na maioria das políticas a “Gestão fiscal” é vista de forma superficial. Foram percebidas algumas menções sobre a gestão fiscal em seções das políticas nomeadas como: “aquisição”, “compra”, ou dispersas em alguma parte do texto, como na introdução. Na PDC “O” foi encontrado na seção “orçamento” a previsão de coleções eletrônicas. Na PDC do SIBI “I” é citada a ideia de planejamento e orçamentação anual para apresentação aos superiores. A priorização é outra característica citada na teoria (MARTIN, 1990; EVANS; INTNER; WEIHS, 2011), assim, destaca-se em algumas PDCs (A, C, H, I, J, M, O, P) a ideia de priorização, mas essas PDCs se baseiam explicitamente nas indicações do INEP/MEC, como revelado por Ferreira (2016). Pontos citados no referencial teórico como: a busca de financiamento; negociações com superiores; negociações de contratos e DRMs (COGSWELL, 1987; FLOWERS, 2003; 2004; EVANS; INTNER; WEIHS, 2011; HORAVA, 2010; EVANS, 2011; ALA, 2012; GEORGE, 2014; SIQUEIRA, 2015; DYGERT; LANGENDORFER, 2014; DYGERT; VAN RENNES, 2015) não foram encontrados. Assim, se nos anos de 1980 a gestão de coleções demandava estas competências, hoje com o agravamento da crise, estas já deveriam ter sido incorporadas ao trabalho com coleções, sendo ele desenvolvimento ou gestão de coleções. A preparação para as negociações deveria ser uma prioridade neste trabalho, tanto com os superiores, quanto com os fornecedores. Em coleções eletrônicas, a questão dos DRMs, nos livros eletrônicos acadêmicos, é fundamental, ela perpassa todas as funções da gestão, bem como a busca de financiamento externo, que cada vez mais é necessário e escasso. É fundamental que os bibliotecários busquem estas competências, mas parece que esta necessidade ainda não foi percebida. Acredita-se que esse trabalho seja desenvolvido por alguns, mas é preciso que este seja formalizado, nas políticas, de modo que seja parte convencional do trabalho com coleções.

O “Relacionamento com o usuário” deveria ser uma das principais funções de uma política de coleções, hoje. Apesar de tradicionalmente a área de desenvolvimento de coleções não ter esta função, na avaliação e/ou análise de coleções os estudos de uso e de **usuário** (VERGUEIRO, 1989; FIGUEIREDO, 1993; 1994, grifo nosso) poderiam proporcionar uma mínima aproximação. Vergueiro (1989, p. 89) ressalta a questão da “demanda”, aquilo que o usuário precisa em relação ao que é oferecido, e toca no ponto da “educação do usuário e seu treinamento para obtenção da informação desejada”, hoje este é o segredo da gestão de coleções,

em particular do relacionamento com usuário, nesta gestão. Assim, ações em relação a esse fato deveriam estar registradas nas políticas como uma rotina, de forma mais enfática. Nesta análise, foi considerado como relacionamento com o usuário foi a menção, na maioria das PDCs, da possibilidade de indicação dos usuários para aquisição de itens. Mas, destacam-se nos PDC C e F a menção da participação dos bibliotecários de atendimento, referência de acessibilidade e apoio no desenvolvimento de coleções. Também nas políticas A, E, F, G, I, e N é exposta alguma preocupação com pessoas com necessidades especiais. Questões como: avaliação das necessidades dos usuários; marketing; treinamento; a individualização, pesquisa de satisfação, **reuniões com os docentes para planejar as coleções**, etc., não foram encontradas nas PDCs (COGSWELL, 1987; VERGUEIRO, 1989; SURESH; RYANS; ZHANG, 1995; PASTINE, 1996; JOHNSON; 2004; PINFIELD, 2001, MACALUSO, 2005; EVANS; ALA, 2010; VASILEIOU; ROWLEY, 2011; SAPONARO, 2012; ALONSO ARÉVALO, et al, 2013; VASILEIOU; ROWLEY; HARTLEY, 2012; JAGUSZEWSKI, J.; WILLIAMS, K., 2013; JOHNSON, 2014; VERGUEIRO, 1989; LUCKERT et al., 2013; MILLER, 2014; LUDBROOK, 2015; VIEIRA; CUNHA, 2015a; EMERY; STONE, 2017, grifo nosso). O foco no usuário precisa ser mais enfatizado, a nova biblioteca é inclusiva, e prioriza as necessidades informacionais de seu cliente (VERGUEIRO, 1989; AMARAL, 1996; 2017; CUNHA, 1999; MEROLA, 2008; ALA, 2010, p. 98, CASTRO; VERGUEIRO; 2011; LANKES, c2012; CORRALL; LESTER, 2013; CORRALL, 2014; JAGUSZEWSKI; WILLIAMS, 2013; MARTÍNEZ, 2015; DEMPSEY, 2016). Mas, na análise das PDCs, as coleções de universidades federais brasileiras estão sendo desenvolvidas principalmente com base nas diretrizes do INEP/MEC (FERREIRA, 2016). Mas como dito, o pilar INEP pode ser usado para o bem da gestão de coleções, através do trabalho com o núcleo docente estruturante (NDE).

Na análise da categoria de “Compartilhamento de recursos”, nas políticas de desenvolvimento das universidades federais brasileiras, ressalta-se a indicação do uso de “convênios” para oferecer acessibilidade digital na PDC I; e a expressão “redes de colaboração” exposta no contexto da revisão da política do PDC “E”, mas esta foi expressa sem mais pormenores. Em geral, a ideia de compartilhamento de coleções não é exposta de forma explícita nas políticas de desenvolvimento de coleções desses SIBIs. Assim, esta função não faz parte das estratégias de seleção e aquisição das coleções, como previsto pela literatura (COGSWELL, 1987; LYNDEN,

1980; 1989; CORRALL, 2012). Percebe-se a ideia de compartilhamento pela citação do Portal de Periódicos Capes, mas esta menção se limita aos periódicos. Assim, o compartilhamento de recursos precisa ser mais discutido, principalmente em relação aos eletrônicos, pois as perspectivas de um maior compartilhamento por conta das tecnologias (COGSWELL, 1987, CORRALL, 2012) estão sendo frustradas em grande parte com conta dos DRMs, que vêm impedindo as atividades tradicionais da biblioteca, como o empréstimo entre bibliotecas (WALTERS, 2013). A solução promovida por alguns são os consórcios, que possibilitam o empréstimo de livros eletrônicos, pelo menos, entre os consorciados (FLOWERS, 2004; VASSILOU, et al, 2012; RADNOR, SHRAUGER, 2012; MACEVICIUTE, 2014; DRESSELHAUS, 2016; CARTER, OSTENDORF, 2017). O Portal de Periódicos Capes deve ser visto como um ponto de partida para a questão do compartilhamento. Assim, os bibliotecários universitários federais devem participar mais da gestão de coleções desse Portal, já que o Portal de Periódicos Capes apresenta nos “Critérios para inclusão de publicações no Portal”, esta possibilidade através do “fale conosco” (PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES, 2018). O Portal de Periódicos Capes pode ser o futuro do compartilhamento de livros eletrônicos nas universidades federais brasileiras. Mas, mesmo que este seja o futuro, a luta em relação aos DRMs e aos altos custos dos livros eletrônicos deve continuar, e a estratégia dos consórcios é uma opção. Como visto no referencial teórico a digitalização está sendo vista como um outro caminho para o “Compartilhamento de recursos” (KISLING, et al, 2000; DARNTON, 2010; CONNAWAY, et al, 2006; PAYNE, 2007; STOREY, 2011; GRIEBLER, et al, 2011; JILOVSKY, 2013; ANDERSON, 2013; JOHNSON, 2004; 2014; JILOVSKY; GENONI, 2014; SHORLEY, et al, 2015; INTERNET, 2017; HATHITRUST, 2017). Mas a digitalização foi vista dessa forma nas políticas analisadas. Os repositórios institucionais também são vistos como alternativa para o “Compartilhamento de recursos” (TOMAËL, 2007, WEITZEL; LEITE; MÁRDERO ARELLANO, 2008; CÔRBO; DE SOUZA; SAYÃO, 2014). Os repositórios foram citados por algumas PDCs, como: B, F, I, M. Ressalta-se a necessidade de os bibliotecários de universidades federais buscarem um maior engajamento na construção de coleções compartilhadas. Já que as “coleções globais” são o futuro da gestão de coleções, as redes, os consórcios, enfim todas as formas de compartilhamento (CORRALL, 2012; ARL, 2012). E assim, quiçá se poderão construir políticas de gestão de coleções eletrônicas compartilhadas.

A ideia da função de “Avaliação do programa” está presente na maioria das PDCs; o prazo de 2 anos é o mais citado. Ressalta-se a possibilidade do uso dos dados da avaliação de coleções na escrita e/ou revisão das políticas e que a divulgação das PDCs é fundamental (JOHNSON, 2004; MANGRUM; POZZEBON 2012; WEITZEL, 2013, JOHNSON, 2014). Propõe-se a avaliação anual das políticas de coleções eletrônicas, de todo o planejamento, pela complexidade dos eletrônicos. Indica-se que esta avaliação seja feita com base nos dados de uso e **usuário**, como recomenda a literatura (COGSWELL, 1987; FIGUEIREDO, 1993; JOHNSON, 2004; AMAN, 2010; EMERY; STONE, 2013; EMERY; STONE; MCCRACKEN, 2017; EMERY; MCCRACKEN; STONE, 2017, grifo nosso).

A análise dos documentos relativos às políticas de desenvolvimento de coleções (PDC) das Bibliotecas Centrais ou Sistemas de Bibliotecas (SIBIs), das Universidades Federais Brasileiras visou perceber como os livros eletrônicos estavam sendo introduzidos no desenvolvimento de coleções dessas universidades. A análise demonstrou que pouco foi registrado sobre este trabalho. As coleções, os livros eletrônicos, em geral, foram vistos como mais um formato. Assim, não foi registrado um tratamento diferenciado na maioria das políticas de desenvolvimento de coleções analisadas. Assim, no seu cotejamento com o modelo teórico de gestão de coleções pôde-se constatar que o trabalho de desenvolvimento de coleções realizado hoje pelos SIBIs Federais está distante das propostas da gestão de coleções, ou mesmo do desenvolvimento de coleções expostas nas décadas de 1970; 1980 e 1990, 2000 (MIRANDA, 1979; LYNDEN, 1980; BRYANT, 1987; COGSWELL, 1987; FIGUEIREDO, 1993; PASTINE, 1996; GORMAN, 1997; BRANIN; GROEN; THORIN, 2000; BRANIN, 2003).

5.2 ANÁLISE FINAL DOS PORTAIS DE LIVROS ELETRONICOS

Partindo para a análise dos portais de livros eletrônicos dos SIBIs, para o cotejamento, que foi proposta na metodologia dessa pesquisa visando identificar a concretização do trabalho, da aquisição de coleções eletrônicas; e principalmente identificar o uso desses portais como um canal de *marketing*, e “relacionamento com usuário”, apresenta-se assim a análise final dos portais:

Com análise da categoria “planejamento e elaboração de políticas” pode-se dizer que as políticas não apresentaram nenhuma relação com os portais. Ou seja, o que está estabelecido na política não aparece como ação correspondente nos portais, já que nenhum portal foi previsto em nenhuma PDC. Talvez, este fato se deva a possibilidade de os portais serem um trabalho de outra seção, diferente da ligada às coleções, como acontece na instituição da autora. Assim, estas seções deveriam manter um relacionamento maior, necessário a um melhor resultado, como recomendado por Cogswell (1987). Ressalta-se que 2 portais registraram algum aspecto relacionado à política (tipo de aquisição realizada; disponibiliza resumo e íntegra da política).

Em relação à categoria “Seleção de materiais”, os portais demonstraram o uso de critérios, na seleção dos documentos eletrônicos disponibilizados, como o de “autoridade do (s) autor (es) ou produtor (es)” (RODRIGUES; CARVALHO 2013, p. 8). Apenas no portal N foram percebidas algumas falhas na seleção de autoridade, onde foram “incorporados” *links* não estáveis (VERGUEIRO, 2010, P.54; JOHNSON, p. 2013, p. 45-46, RODRIGUES; CARVALHO 2013, p. 10).

Na categoria “aquisição” verificou-se que nos portais A, C, D, E, F, G, I, J, L, M, e P existem itens que são adquiridos por compra, o que pode denotar a concretização do processamento da função aquisição através de compra. Todos os portais incorporam também conteúdos gratuitos. A aquisição demonstrou ter sido realizada com base em uma seleção que buscou critérios de autoridade (VERGUEIRO, 2010, P.54; JOHNSON, p. 2013, p. 45-46, RODRIGUES; CARVALHO 2013, p. 8, 10). O portal “E” apresenta relato sobre a forma de aquisição de suas coleções eletrônicas. Assim, apesar das políticas não apresentarem maiores detalhes em relação aos documentos eletrônicos, esses documentos foram adquiridos por todas as instituições, conforme expostos nos portais de livros eletrônicos.

Na análise das coleções e manutenção de coleções registra-se a presença de *links* quebrados ou extintos nos PDCs B, D, N, o que poderia ser evitado com a seleção, avaliação, análise e/ou manutenção dos *links* (JOHNSON, 2004; WAUGH; DONLIN; BRAUNSTEIN 2015 *apud* MILLER, 2015).

No “relacionamento com usuário”, função prioritária nesta análise, verificou-se o oferecimento de *trials*, que são períodos gratuitos de divulgação e avaliação das coleções eletrônicas, importante ferramenta em políticas de gestão de coleções.

Além dos *trials*, foram identificados também: os treinamentos para o uso do Portal de Periódicos Capes, e outras bases; tutoriais, oferecimento de cursos personalizados ou em grupo; mas vídeos para treinamento do uso de livros eletrônicos não foram localizados (COGSWELL, 1987; KRUG, 2006; VASILEIOU; ROWLEY, 2011; ALONSO ARÉVALO, et al, 2013; JOHNSON, 2014). A maioria dos portais apresentou ferramentas de comunicação, divulgação e acessibilidade, como: Redes sociais; telefones de contato, tipo *help desk*; barra de acessibilidade, que são itens destacados na literatura como importantes para o trabalho com coleções eletrônicas (COGSWELL, 1987; KRUG, 2006; ANDRADE, 2007; VASILEIOU; ROWLEY, 2011; ALONSO ARÉVALO, et al, 2013, JOHNSON, 2014; NUNES, 2015). Mas é importante frisar que estes dados muitas vezes foram encontrados em *links* em outras janelas e abas, o que às vezes dificultou a localização e ao desenhar os *sites* devem ser consideradas as questões de usabilidade e acessibilidade (KRUG, 2006; NUNES, 2015).

Em relação à gestão fiscal não foi identificado nenhum aspecto sobre esta função nos portais de livros eletrônicos. A gestão fiscal inclui aspecto como: ao “planejamento e captação de recursos, orçamento, contabilidade, compras, investimento em faturamento e cobrança” (CHAND, 2006, p. 126-127). Em tempos de crise econômica há uma cobrança maior na gestão fiscal, assim os gestores de coleções deverão ser mais exigidos (COGSWELL, 1987, p. 270; MARTINS, 1990, p.10; ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 20-26; JOHNSON, 2004, p. 88-90). Desse modo, por exemplo, um resumo da gestão fiscal que é informado nos relatórios de gestão dos SIBs, poderia estar disponível nos portais de livros eletrônicos, visando uma maior transparência.

Quanto ao compartilhamento de recursos, apesar de nenhum portal de livro eletrônico apresentar de forma explícita a ideia de compartilhamento de livro eletrônico, a maioria apresentou algum recurso de portais de compartilhamento, principalmente o Portal de Periódicos Capes. No entanto, como foi exposto na análise das PDCs, o Portal de Periódicos Capes é visto apenas como um portal de periódicos. Apesar de apresentar “cerca de 280.897” livros eletrônicos (PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES, 2017, 2018) disponibilizados que poderiam ser mais divulgados, os portais poderiam realizar este trabalho, por exemplo, usando um link como “Busca de livros no Portal de Periódicos Capes”, promovendo o uso, o que poderia aumentar a qualidade e a variedade, pela análise de uso.

A categoria Avaliação do programa não foi aplicada nos portais, pois como estes não foram previstos nas políticas, e não apresentaram nenhuma relação, não foram considerados como partes de um programa, de um planejamento. Sugere-se a inserção dos portais nos programas de relacionamento, ou melhor, no planejamento das políticas, para que as políticas e os portais tenham maior sinergia, e possam refletir o trabalho que é realizado pelas bibliotecas universitárias federais. A gestão de coleções propõe avaliações cíclicas e sistemáticas, que devem ter o apoio de toda a biblioteca em um trabalho colaborativo, produzindo coleções que realmente atendam a comunidade servida. E os portais de livros eletrônicos podem ser um espaço de promoção desse trabalho.

Como dito, os portais podem ser um instrumento de *marketing*. Assim, para o seu planejamento e execução a consulta à literatura é fundamental. Para Johnson “*marketing* significa entender” (2004, p. 173, tradução nossa), dessa forma, *marketing* pode significar atingir, envolver, compreender o usuário/cliente, o consumidor. É importante também lembrar que a adaptação dos produtos e serviços aos usos e costumes é essencial nesse momento, onde o trabalho de *marketing* busca retratar os valores humanos, buscando oferecer experiências positivas (COGSWELL, 1987; JOHNSON, 2004, 2014; LUDBROOK, 2015; KOTLER, 2017).

Propõe-se que as políticas registrem seus portais, como partes de todo o planejamento. Sugere-se criação portais com conteúdos leves, onde além dos livros eletrônicos, a política e outras partes do planejamento da gestão de coleções possam ser divulgadas, de forma que todos possam entender o trabalho de gestão de coleções e participar de forma mais ativa; de maneira, que as necessidades atuais de gestão e construção do conhecimento possam ser atendidas.

6 PROPOSTA PARA UM MODELO DE POLÍTICA DE GESTÃO DE COLEÇÕES DE LIVROS ELETRÔNICOS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS

Apresenta-se a “Proposta para um modelo de política de gestão de coleções de livros eletrônicos em Bibliotecas Universitárias Federais”. Mais uma vez ressalta-se a necessidade de colaboração em todas as fases da gestão de coleções, desde o planejamento até a revisão, que devem ser realizadas por um colegiado, em planejamento e avaliação participativa. As especificações para cada elemento podem ser encontradas nas seções anteriores, pesquisa bibliográfica e documental.

Os rascunhos do texto devem ser elaborados por um pequeno grupo, criticado pelo colegiado. Sugere-se que o texto da política seja breve, objetivo, visando informar sem enfadar, para estimular a sua utilização. Recomenda-se o uso de links, para os programas, manuais e outros documentos que detalharão essa política, de modo que a pessoa possa consultar conforme a necessidade informacional. O formato de *Wikis* pode ser recomendado⁹⁷. Para os portais poderá ser criada uma versão mais curta. A IFLA destacou alguns elementos para a elaboração de políticas: introdução (missão da biblioteca, propósito, público-alvo, etc.); princípios gerais (características que determinam a orientação do desenvolvimento das coleções); princípios específicos (particularidades do SIBI, das coleções e comunidade); métodos de avaliação das coleções; prazo de aplicação e revisão das políticas. E indicou 4 grandes seções que a uma política deveria ter: Seleção; planejamento; relações públicas; e compartilhamento de recursos (IFLA, 2001a; 2001b), que podem ser adequados a uma política de gestão de coleções eletrônicas.

Como dito, a função manutenção englobará: implementação; preservação; digitalização; análise, e avaliação; e desbastamento (remanejamento, cancelamento de assinatura), visando um fluxo contínuo de manutenção da informação. Os dados resultantes dessa função poderão ser usados no planejamento, na revisão de toda a gestão de coleções. Assim, com base no referencial teórico, em especial nas funções de Cogswell (1987) e nas categorias encontradas na análise documental, será apresentado o modelo teórico proposto, que será dividido em: Introdução; princípios gerais e específicos; relacionamento; gestão fiscal; seleção; aquisição; manutenção; compartilhamento e revisão. Segue assim, a proposta de modelo:

⁹⁷ Bothmann e Holmberg (2008), bem como Demas e Miller (2016) recomendam o uso do formato Wikis, para facilitar a atualização, a participação e o compartilhamento entre os interessados.
PPGB/CCH/UNIRIO

6.1 INTRODUÇÃO

A seção “introdução” da política de gestão de coleções para livros eletrônicos pode ser subdividida em: missão, visão e valores; finalidade/escopo; público alvo, e documentos auxiliares, por conseguinte deve-se:

- a) expor a missão, visão e valores do Sistema de Biblioteca (SIBI), que devem se coadunar com os da Universidade a qual o SIBI está vinculado;
- b) informar a finalidade/escopo da política;
- c) identificar o público alvo (técnico-administrativos, docentes, discentes, graduação, discentes pós-graduação, etc.);
- d) relacionar os documentos que auxiliam à política (os documentos correlatos: fluxogramas, legislação. E os instrumentos auxiliares: manuais, *checklist*, diretrizes, etc.). Para facilitar a consulta, faça *links* para estes documentos.

6.2 PRINCÍPIOS GERAIS E ESPECÍFICOS

A seção “princípios gerais e específicos” pode conter os seguintes tópicos: características das coleções; bibliotecas componentes do SIBI, e papéis e responsabilidades na gestão de coleções, desse modo deve-se:

- a) estabelecer as características das coleções;
- b) informar as bibliotecas ou unidades de informação que compõem o SIBI (pode-se incluir *links* com as particularidades de cada biblioteca, de forma padronizada);
- c) identificar os papéis e responsabilidades na gestão de coleções (Do setor responsável pela gestão de coleções no SIBI; das pessoas responsáveis nas Bibliotecas; dos coordenadores de curso; docentes; discentes; técnicos administrativos, etc.). Em cada função deve-se estabelecer os papéis, a ideia não é nomear, mas indicar que será, por exemplo, “o chefe”, “o bibliotecário de referência”, e estabelecer as responsabilidades, que poderão ser assumidas por uma ou mais pessoas. Caso as tarefas sejam divididas, recomenda-se uma estreita colaboração para o sucesso desse trabalho.

6.3 RELACIONAMENTO

A função de relacionamento é base de toda a gestão de coleções, assim esta seção deve ser muito bem estruturada. O “programa de relacionamento” deve prever projetos e ações que possibilitem a inclusão das pessoas internas e externas (*marketing* de relacionamento, *endomarketing*, *marketing* interno, etc.⁹⁸), de forma que todos façam parte da gestão de coleções. Esta função pode-se dividir em:

⁹⁸ As estratégias de marketing devem estar centradas nas pessoas (marketing 3.0 e/ou 4.0), e não nos produtos (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2016).

papéis e responsabilidades no relacionamento, e programa de relacionamento.

Conseqüentemente deve-se:

a) estabelecer papéis e responsabilidades:

- constituição dos bibliotecários de ligação do setor responsável pela gestão de coleções no SIBI, e o da Biblioteca (que poderá ser o chefe, o bibliotecário de referência, enfim qualquer pessoa que se disponibilize e se capacite para exercer esse papel, um dos mais importantes da gestão de coleções de livros eletrônicos);

b) estabelecer um programa de relacionamento, que incluam projetos e ações, onde destacam-se:

- conscientização sobre a gestão de coleções como um todo (visão panorâmica), para as pessoas que trabalham na biblioteca e todos os envolvidos.
- capacitação das pessoas que trabalham na biblioteca e dos usuários/clientes para uso dos documentos eletrônicos. As pessoas com necessidades especiais são um público que deve ter uma atenção especial;
- promoção do entrosamento com outros setores do SIBI e da Universidade, ressalta-se um trabalho com os docentes;
- construção de um portal de livro eletrônico⁹⁹ que inclua informações da gestão de coleções de forma leve; tenha até três níveis de profundidade conforme recomenda a literatura; com canais de comunicação com usuário/cliente/consumidor, como: *email*, fale conosco, pergunte ao bibliotecário, *help desk*, redes sociais, etc., monitoradas pelo menos uma vez por dia.
- realização de pesquisas de satisfação do usuário;
- divulgação maciça de *trials*, tutoriais, e o oferecimento de cursos personalizados;
- participação de eventos institucionais e monitoramento da comunicação da universidade (páginas, blogs, jornais) de modo a identificar ocorrências que possam afetar a gestão de coleções.

Como dito, maiores detalhes foram expostos nas seções anteriores, em especial a 2.3.6, “relacionamento com usuários”.

6.4 GESTÃO FISCAL

A função de gestão fiscal incluirá a orçamentação, a busca de recursos, a conformização com a legislação e a negociação¹⁰⁰. E pode ser dividida em: papéis e responsabilidades na gestão fiscal; critérios para negociação; fontes orçamentárias para o SIBI e para as Bibliotecas. Nesta função apresenta-se uma visão orçamentária panorâmica, deve-se:

⁹⁹ Para construção dos portais é importante a consulta a literatura de modo que este possam ter a eficiência e eficácia buscada, nesta dissertação foram consultados Krug (2006); Andrade (2007) e Nunes (2015).

¹⁰⁰ Veja no anexo D modelo de termos de contrato para negociações. E nos quadros 8 e 9 veja pontos para o sucesso das negociações.

- a) estabelecer papéis e responsabilidades. Essa função deve ser devolvida em conjunto (pessoas da seleção, da aquisição e da gestão fiscal);
- b) realizar a orçamentação com base na técnica de orçamento-programa;
 - identificação das fontes orçamentárias para o SIBI e Bibliotecas (oriundas da Universidade; de projetos do SIBI; de projetos de uma das Faculdades, etc.);
 - constituição de projetos para captação de recursos, busca de subsídios, doações e financiamentos;
 - descrição da forma de priorização e alocação dos fundos;
- c) expor os critérios para definição do negociador para o SIBI (Veja quadro 8 e 9). O negociador deve ser aquele que agregue maior conhecimento, habilidade e atitude para negociação, para que os interesses da Instituição e da Comunidade acadêmica sejam melhor defendidos. Não necessariamente precisará ser o chefe;
- d) determinar critérios, regras básicas para as negociações, de modo preparar os negociadores para função. Os DRMs devem ser um ponto importante nestes critérios. Recomenda-se criar um manual de negociações onde podem ser incluídas regras para tal.

Mais detalhes foram expostos na seção 2.3.5.

6.5 SELEÇÃO

Na seção relativa à função de seleção, além dos critérios para livros eletrônicos, expostos na seção 2.3.3, sugere-se que seja feita hiperligação (*hyperlink*) dos critérios das coleções impressas, que em geral são a base para os critérios das coleções eletrônicas, evitando a duplicação de informação. Esta função pode ser dividida em: papéis e responsabilidades, e critérios de seleção. Assim, nesta função deve-se:

- a) estabelecer papéis e responsabilidades (Para a definição dos critérios, pode-se constituir um grupo formado por pessoas da área de informática; aquisição; catalogação e acesso; gestão fiscal e o bibliotecário de ligação da unidade de informação que deve trazer a visão do usuário/cliente/consumidor);
- b) expor os critérios de seleção para livros eletrônicos. Sugere-se a análise e a síntese dos critérios e sugestões expostos no referencial teórico. Dentre os as ações e critérios citados destaca-se:
 - utilização dos *checklists* (por exemplo, um específico para pessoas com necessidades especiais, como exposto na seção 2.3.3);
 - convenção do uso de *trials*, com duração mínima de um mês, como uma forma de seleção, de modo aferir a demanda do produto a ser adquirido, através das estatísticas de uso;
 - inclusão todos os usuários prováveis, com acesso remoto através da afiliação, evitando a questão;

- priorização de fornecedores que participem de iniciativas como o *COUNTER*, *Portico*, *LOCKSS* e outras, e incentivar através dos critérios de seleção essa prática entre os fornecedores;

Em documentos eletrônicos de acesso livre destaca-se:

- observação dos critérios de autoridade e estabilidade dos endereços;
- consideração do compartilhamento de coleções;

No apêndice B e no anexo A e B exemplos de *Checklists* para aquisição livros eletrônicos.

6.6 AQUISIÇÃO

A função de aquisição pode ser desmembrada em: papéis e responsabilidades da aquisição; documentos auxiliares à aquisição; e modalidades de aquisição. Desta maneira, deve-se:

- a) estabelecer papéis e responsabilidades na aquisição, no setor responsável pela gestão de coleções no SIBI; e nas unidades de informação do SIBI;
- b) indicar manual operacional¹⁰¹, lista de fornecedores, e outros documentos que possam auxiliar à aquisição (Usar hiperligação para remeter a estes documentos);
- c) definir as modalidades (compra, assinatura, e através da incorporação de obras de acesso livre, etc.);
- d) informar processo de compra de acordo com cada modalidade de forma breve.

Destaca-se que:

- nas modalidades de compra, ou assinatura, a aquisição de coleções de livros eletrônicos está sendo processada através processo de inexigibilidade de licitação, por conta da exclusividade do fornecedor, que deve ser comprovada através de carta de exclusividade (Artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93).
- na modalidade de incorporação deve-se fazer a inclusão somente *links* sólidos, e usar os critérios definidos na seleção. Maiores detalhes devem ser postos no manual, para evitar avolumar a política e torna-la enfadonha;

6.7 MANUTENÇÃO

A seção relativa à função manutenção se comporá por: papéis e responsabilidades na manutenção; documentos auxiliares à manutenção; implementação; preservação; digitalização; análise, e desbastamento (remanejamento, e cancelamento de assinatura). Então deve-se:

¹⁰¹ Para confecção do manual e outros detalhes indica-se as obras usadas na seção 2.3.3.1, em especial Andrade e Vergueiro (1996), bem como as seções “investigação novos conteúdos para compra ou adição” e “aquisição de novo conteúdo” de Emery e Stone (2017).

- a) estabelecer papéis e responsabilidades na manutenção das coleções eletrônicas no SIBI e nas bibliotecas;
- b) indicar o manual operacional de cada tarefa¹⁰², e outros documentos que possam auxiliar à manutenção (usar hipertexto para inclusão desses manuais na política);

Nesta função serão incluídos programas e ações relacionadas à:

c) implementação

- instituição das formas de disponibilização dos livros eletrônicos (via catálogo, portal de livros eletrônicos; ambiente de aprendizagem virtual e outros);
- indicação da forma de carregamento de metadados (manual, e/ou importação);
- personalização e estabelecimento da marca do SIBI, incluindo a da Universidade (*branding*);
- concatenação de esforços de *marketing* (divulgação) com a função de relacionamento, estratégia de *marketing* coordenada;
- anotação do registro de todo processo de implementação;

d) preservação

- estabelecimento de programa de preservação sustentável. O plano de contingências pode estar subsumido, ou ser um documento separado;
 - onde podem ser indicados os critérios de preservação (formatos de alta e média adequação minimizando a necessidade de migração; metadados descritivos de *backup*; identificação persistente);
 - instituição e comunicação da adesão às iniciativas de preservação digital (Cariniana; *Portico*; etc.);

e) digitalização

- estabelecimento de programa e projetos de digitalização sustentáveis (trabalhando a ideia de repositórios para documento impressos, repositório institucional, etc.);
 - onde devem ser incluídas as questões de acessibilidade digital;
 - onde devem ser consideradas como princípio básico as questões legais (direitos autorais; domínio público etc.);
 - onde deve-se engajar programa de digitalização com o de preservação e compartilhamento;

f) análise

Devem ser estabelecidas medidas para analisar mais que a qualidade, a **utilidade** das coleções. Visa-se nessa função garantir a adequação das coleções às necessidades informacionais dos usuários/clientes. As técnicas centradas no **usuário** são mais indicadas para coleções eletrônicas. As coleções devem ser avaliadas anualmente, antes do período de renovação, deve-se:

¹⁰² Para elaboração desses manuais indica-se os autores citados nas seções 2.3.2 e 2.3.4, destaca-se a Emery e Mccracken (2017), em especial: implementação; avaliação e acessos contínuos; e revisão anual. Bem como os critérios de seleção expostos em 2.3.3, que podem ser usados na desseleção, desbastamento, e/ou seleção negativa.

- preconizar as pesquisas de satisfação do usuário, “estudo de experiência do usuário”¹⁰³;
 - verificar os *logs* de transação do catálogo e ferramentas de descoberta; as estatísticas do *COUNTER*, etc.;
 - controlar problemas de acesso e acessibilidade, através dos canais de comunicação estabelecidos na função de relacionamento;
- g) desbastamento (remanejamento, e cancelamento de assinatura). É importante observar o tempo de inatividade/disponibilidade¹⁰⁴ dos documentos eletrônicos.
- indicação dos critérios gerais para o desbastamento para coleções (data de *copyright*; *links* extintos na Internet; qualidade, etc.);
 - estabelecimento de critérios de cancelamento de assinatura (custo/benefício; relevância do conteúdo; atualização; modelos de negócio; acessibilidade e usabilidade; e outros);
 - previsão de remanejamento para o repositório (As coleções e itens de propriedade da biblioteca poderão ser remanejados por não se enquadrarem nos padrões da coleção atual. Os critérios gerais de desbastamento podem ser usados).
 - estipulação das condições de cancelamento das assinaturas (aumentos de preço ou alto custo por uso; redução orçamentária; baixo uso; conteúdo não atende ao currículo atual; recursos que melhor atendam aos critérios de seleção; problemas no acesso; problemas nas estatísticas de uso, etc.);

6.8 COMPARTILHAMENTO

Nesta seção, da função compartilhamentos de coleções da política de gestão de coleções de livros eletrônicos, são relacionados os acordos de cooperação formais e informais, com instituições de compartilhamento, para acesso e preservação. De modo, estabelecer as fontes alternativas de acesso à informação, visando otimizar a seleção e aquisição das coleções, assim como sua manutenção. Esta função poderá ser composta por: papéis e responsabilidades no compartilhamento de coleções; indicação de iniciativas de compartilhamento, e estabelecimento de iniciativas de repositório institucional e promoção do acesso aberto. Desta maneira, deve-se:

- a) estabelecer papéis e responsabilidades no SIBI e nas unidades;
- b) indicar e fomentar o uso de outras iniciativas de compartilhamento sólidas como:
 - Portal de Periódicos Capes (promover o uso dos livros eletrônicos);

¹⁰³ Os estudos de Figueiredo (1993; 1994;1999), por exemplo, podem ser um início para este trabalho focado no usuário. Os anexos B e C apresentam algumas questões para pesquisa sobre a “experiência do usuário”.

¹⁰⁴ Após a aquisição os documentos eletrônicos podem precisar de um período de reação, que pode durar de 3 a 5 anos (EMERY; STONE, 2013, p. [56]; 2017; LARSON, p. 56-57, 2012).

- SciELO Livros; Internet Archives; HathiTrust; DOAB; DAISY Consortium; Fundação Dorina Nowill para Cegos, etc.);
- c) estabelecer ou apoiar iniciativas de repositórios institucionais para o compartilhamento da produção da instituição, visando a promoção do acesso aberto.

6.9 REVISÃO

Nesta seção, referente à função revisão, pontua-se a avaliação de todo planejamento da gestão de coleções de livros eletrônicos, que deve incluir a política e outros documentos de apoio, como: os documentos correlatos (fluxogramas, legislação, etc.); e os instrumentos auxiliares (manuais, *checklist*, diretrizes, etc.)

Recomenda-se que esta revisão seja realizada uma vez por ano. Esta revisão permite verificar se a orientação e a padronização das ações e decisões estão seguindo o planejamento estratégico institucional, ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e/ou ao Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), que também deveriam ser revistos, garantindo o norteamento, e a sua efetividade.

É importante que esteja explícito nos documentos a data, o prazo de aplicação e revisão. Todas as falhas identificadas e mudanças registradas durante o ano devem ser discutidas para promover a atualização. Como foi exposto na seção 2.3.8, na revisão deve-se buscar a participação das pessoas internas e externas ao SIBIs (técnicos, coordenadores, docentes, discentes, etc., coordenados por um bibliotecário capacitado para tal) na formulação do texto e de sua revisão, para que a política possa cumprir a finalidade de informar e compatibilizar.

Assim, esta função pode conter as seguintes subdivisões: papéis e responsabilidades na revisão da política; prazo para atualização da política e documentos correlatos e instrumentos auxiliares; e data de aprovação por órgão competente e data de entrada em vigor da política. Destarte, deve-se:

- a) estabelecer papéis e responsabilidades no SIBI e nas unidades;
- b) determinar o prazo para atualização da política, sugere-se anual;
- c) indicar atualização dos documentos correlatos e instrumentos auxiliares
- d) verificar a vigência da legislação relacionada;
- e) informar data de aprovação por órgão competente e data de entrada em vigor da política.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou propor subsídios para um modelo de política de gestão de coleções para livros eletrônicos em bibliotecas universitárias federais. Para tal, analisaram-se as políticas de desenvolvimento de coleções (PDC) e portais de livros eletrônicos (PLE) dessas bibliotecas, cotejando estes com a teoria, levantada em uma revisão que tentou ser concisa e completa. Apesar desta pesquisa ter encontrado apenas 15 das políticas de desenvolvimento de coleções, no universo das 63 universidades federais brasileiras, acredita-se que essa amostragem, que teve por base a disponibilização das políticas nos *sites* desses SIBIs, é representativa, já a publicização das políticas era um pressuposto básico da teoria aplicada. Destarte, os subsídios para o modelo proposto foram oferecidos, com base na pesquisa bibliográfica e documental. Como todo modelo teórico, este deve ser testado e aprimorado com a prática, que deve ser registrada.

A análise das PDCs das bibliotecas universitárias federais brasileiras mostrou que estas não estão sendo usadas como instrumento de trabalho, já que estas não estão espelhando práxis desenvolvida com livros eletrônicos, pois pouco foi registrado, apesar desse trabalho ter sido confirmado pela análise dos PLEs. Os livros eletrônicos estão sendo vistos apenas como um novo formato. Talvez isso justifique o fato de não ter sido encontrado nenhuma política específica para documentos e/ou livros eletrônicos. Das 18 PDCs, dos 63 SIBIs, apenas 15 mencionaram algum termo relacionado aos livros eletrônicos. Nessas 15 PDCs poucos critérios, estabelecidos pela literatura de consultada foram identificados. Em relação às funções elencadas como necessárias ao trabalho com coleções também pouco foi detectado. Foram analisados os 15 portais de livros eletrônicos, desses SIBIs, para identificar a concretização da aquisição de livros eletrônicos, que foi comprovada, evidenciando a existência de uma *praxis*. Enfim, a análise final sobre as políticas de coleções e os portais de livros eletrônicos dos SIBIs das universidades federais brasileiras mostrou que estes não estão sendo usadas como mecanismos de comunicação e/ou envolvimento de todos, como prediz o referencial teórico, e que as bibliotecas precisam trabalhar principalmente a função “relacionamento com usuário” para promover o sucesso do trabalho com coleções, como um todo.

A pesquisa identificou que a prática do desenvolvimento de coleções desses SIBIs está distante da teoria sobre gestão de coleções, discutida na literatura especializada desde a década de 1980, principalmente em relação aos livros eletrônicos. E que essa prática está distanciada até mesmo da teoria do desenvolvimento de coleções, discutida desde a década de 1970¹⁰⁵, no Brasil. Frisa-se que independente do trabalho com coleções ser chamado de desenvolvimento de coleções, gestão de coleções ou outros, o importante é que sejam incorporadas a este trabalho as funções demandadas por essa nova sociedade, que tem a informação e a comunicação como bases. É importante também que este trabalho seja desenvolvido de forma sistemática, ou seja, que as funções sejam exercidas de forma coordenada, e com participação das divisões, seções, setores das bibliotecas, dos SIBIs, e das universidades, visando um mesmo fim, atender as necessidades informacionais do usuário, de forma rápida e satisfatória, sendo assim um trabalho colaborativo. Desse modo, funções como: relacionamento com usuário, gestão fiscal (orçamentação, busca de subsídios, gestão de contratos, negociações, etc.), compartilhamento de recursos, e manutenção de coleções (preservação digital, digitalização, etc.) deveriam ser parte do trabalho com coleções, independente de como este fosse chamado, conforme visto no referencial teórico.

Salienta-se que o “relacionamento com o usuário”, de acordo PDCs e PLEs analisados, é uma função pouco desenvolvida. No desenvolvimento de coleções o estudo de usuário é previsto, na avaliação, análise de coleções, mas este não foi registrado de forma explícita nas PDCs analisadas. Ressalta-se que hoje, mais que nunca, as coleções devem atender ao usuário/cliente, que nesta sociedade age como consumidor de informação, e tem altas expectativas. Assim, a biblioteca precisa oferecer uma “experiência do usuário” esperada, quiçá melhor que esta. Para tal, devem-se construir programas de relacionamento visando à formação de coleções que possam atender essas expectativas. O marketing, as pesquisas de satisfação e experiência do usuário, a busca de adaptação às necessidades requeridas pelo usuário, cliente, consumidor, são essenciais na gestão de coleções eletrônicas. A implantação de livros eletrônicos demanda um custo alto, e para que os benefícios alcancem o mesmo nível, é necessário um trabalho intenso de relacionamento. As ferramentas da WEB podem ser utilizadas neste trabalho.

¹⁰⁵ Pode-se citar Miranda (1978); Vergueiro (1989); Figueiredo (1993); Weitzel (2006; 2013).
PPGB/CCH/UNIRIO

É bom lembrar, que o marketing voltado para os produtos ou serviços (“*marketing 1.0*”), não tem eficácia nesta sociedade, onde o usuário é um cliente, um consumidor, que busca “experiências”. Indica-se assim o marketing 3.0 ou 4.0 (que coloca as pessoas no centro) principalmente quando se trata de livros eletrônicos.

A pesquisa documental também demonstrou pouco planejamento em relação a “gestão fiscal”. A maioria das políticas não trata o assunto de forma explícita. Dessa forma, foram consideradas todas as menções a orçamentação e outros assuntos correlatos. Pontos como a busca de financiamento, negociações, contratos e outros aspectos importantes na gestão de coleções eletrônicas não se mostraram presentes. É possível concluir que este fato revela um distanciamento das políticas da nova realidade que se apresenta, onde a necessidade da busca de financiamento é latente; onde o *crowdfunding* e outras fontes podem se tornar alternativas no futuro, caso a legislação permita. Como registrado, já existem universidades públicas usando *crowdfunding* como alternativa de financiamento. A conquista de novas competências é uma necessidade, que deve ser buscada, para que o bibliotecário possa exercer seu papel na gestão fiscal, em suas instituições. Assim, a “educação continuada” deve fazer parte do trabalho com coleções, assim como em qualquer outro trabalho realizado nesta sociedade, onde as crises econômicas trouxeram a necessidade de uma gestão de coleções contextualizada, social, econômica e tecnologicamente.

Assim, o compartilhamento de coleções é cada vez mais necessário caso se queira atender às necessidades informacionais com eficiência e eficácia, já que é impossível adquirir tudo que é publicado. O Portal de Periódicos Capes, que se coloca como um modelo de consórcio de biblioteca, de compartilhamento, por ser inteiramente financiado pelo Estado, e por cobrir a maior extensão territorial no mundo, precisa ser melhor aproveitado. Seus livros eletrônicos devem ser melhor divulgados. Os bibliotecários precisam participar mais da formação de suas coleções, através do canal estabelecido, visando o aumento da qualidade. Bem como deve-se buscar a participação em alternativas de compartilhamento, e consórcios, como apresentado nesta pesquisa. Em coleções eletrônicas, a manutenção de coleções (preservação digital, digitalização, etc.) é fundamental e deve exercida de forma sistemática, partindo da aquisição desses documentos, de modo que a preservação da informação possa garantir o acesso por mais tempo.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Enfim, o relacionamento com o usuário, a gestão fiscal, o compartilhamento e a manutenção de coleções se mostram funções cada vez mais necessárias. Destarte, já deveriam ser funções consolidadas nas políticas de desenvolvimento de coleções dos SIBIs das Universidades Federais Brasileiras, mesmo com outras nomenclaturas.

Ressalta-se que a formalização, disponibilização, revisão das políticas são fundamentais. Estas práticas são importantes para promoção da troca de informação, que pode aperfeiçoar a práxis desenvolvida. Esta troca pode fortalecer essas bibliotecas no trabalho de gestão das coleções de livros eletrônicos, principalmente nas negociações que precisam ser realizadas com os fornecedores de documentos eletrônicos. Assim, como as negociações com superiores, com técnicos, docentes e discentes, para viabilização de uma gestão de coleções eletrônicas sistemática. Destarte, ratifica-se a necessidade de registro, disponibilização, e revisão dos programas de políticas de gestão e/ou desenvolvimento de coleções, para que essas políticas sejam instrumentos de trabalho, e não apenas proforma, formalidade. É preciso que a prática e a teoria sejam lados da mesma moeda, para que estas estejam em sintonia. Os bibliotecários devem registrar sua prática com base na teoria, disponibilizar esse conhecimento, para esse possa vir a ser uma base teórica.

Pela limitação exposta nesta pesquisa que se restringiu a colher políticas disponibilizadas em linha, o alcance das conclusões pode ser restrito. Mas outras pesquisas poderão fazer outras escolhas metodológicas e teóricas que permitam um maior alcance, e talvez outros resultados. Resultados que poderão ser influenciados também por um outro contexto histórico, que poderão oferecer uma outra perspectiva dialética da realidade. Mas o objetivo geral foi alcançado, assim foi apresentada uma proposta de modelo para a elaboração de políticas de gestão de coleções de livros eletrônicos, para bibliotecas universitárias federais, com os seguintes elementos: Introdução; princípios gerais e específicos; relacionamento (que inclui programa de relacionamento interno e externo, com personalização); gestão fiscal (que inclui orçamentação, busca de subsídios, gestão de contratos, negociações); seleção; aquisição; manutenção (que abarca implementação; preservação; digitalização; análise; e desbastamento); compartilhamento e revisão. Como todo modelo deve ser testado e criticado para seu aperfeiçoamento.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Concluindo, nesta sociedade onde a informação e o conhecimento são vistos como mercadorias, onde os preços da informação impedem a sua aquisição, e onde o compartilhamento pode ser a solução, o trabalho de gestão de coleções agrega condições de proporcionar maior acesso e preservação a essa informação, colaborando com a aprendizagem e a produção de conhecimento. Nesse contexto, o papel dos bibliotecários pode ser fundamental para que essa sociedade possa ser um espaço onde a informação esteja realmente à disposição de todos. E os bibliotecários das universidades federais brasileiras podem assumir um papel preponderante, por serem responsáveis por instituições que potencialmente são grandes consumidores de livros eletrônicos. Assim, estes bibliotecários precisam formalizar, disponibilizar e revisar as políticas de coleções de suas instituições, inserindo as funções demandadas, que hoje podem ser resumidas em:

- a) relacionamento – com um trabalho de baseado no marketing 3.0 e 4.0, com usuários, clientes internos e externos, visando a realização de uma gestão de coleções colaborativa;
- b) gestão fiscal – que deve incluir além da orçamentação, a busca de subsídios, as negociações com superiores, e com os fornecedores em relação aos DRMs, buscando fazer com que os direitos de autor não limitem o direito de todos à informação;
- c) seleção – que busque livros eletrônicos que permitam um maior e melhor acesso e acessibilidade, que permitam um maior compartilhamento da informação, e assegure os direitos de preservação (através das negociações quanto ao uso de DRMs);
- d) aquisição – onde os bibliotecários tenham uma ação que vá além do nível operacional, que tenham uma visão tática e estratégica, visando mais de adquirir, otimizar as coleções, delineando assim a gestão de coleções;
- e) manutenção – que abarque a implementação; preservação; digitalização; análise; e desbastamento, em um fluxo contínuo, onde destacam-se ações como:
 - a implementação das coleções de livros eletrônicos através de um trabalho colaborativo de todas seções;
 - a preservação das coleções que a biblioteca for proprietária e a escolha de editores de livros eletrônicos que a participem de iniciativas de preservação (LOCKSS; Portico, etc.);
 - a digitalização para promoção do acesso, mas com a manutenção das cópias de preservação (*last copies*);
 - uma análise contínua das coleções através de pesquisa de uso e **usuário**;
 - o desbastamento de coleções de livros eletrônicas visando a atualização, mas atentando à preservação da história das áreas de conhecimento, realizando o remanejamento de edições anteriores para ambientes de preservação;

- f) compartilhamento – com o estabelecimento e/ou participação de atividades cooperativas de acesso e preservação, evitando duplicação desnecessária de esforços e recursos;
- g) revisão – com um trabalho contínuo que tenha a ideia de um planejamento e avaliação participativa visando o alcance dos objetivos institucionais, que devem ser efetivos, atendendo as expectativas sociais do momento.

As mudanças promovidas por essa sociedade estão alterando o perfil das coleções. De coleções físicas às coleções eletrônicas, compartilhadas. E como dito, não importa o termo que seja usado, o importante é que as coleções sejam tratadas de forma sistemática, e integrada, envolvendo assim **todos** em um **trabalho colaborativo**. O público, cada vez mais, deve participar da formação das coleções, e o bibliotecário precisa estar pronto para coordenar essa participação, com base em critérios preestabelecidos. De modo, a diminuir custos, melhorar acesso e preservação. Promovendo, assim maior satisfação das necessidades de informação do usuário, cliente, consumidor, possibilitando a aprendizagem e a produção de conhecimento. A nova biblioteca está sendo construída, mas é preciso que essa construção seja acelerada, para que a biblioteca possa continuar a ser um espaço de preservação e acesso à informação. Os bibliotecários das universidades federais, como servidores, precisam se adaptar para servir essa nova sociedade, que deseja além da eficiência e da eficácia, a efetividade das ações. Assim, os objetivos institucionais devem atender essas expectativas sociais, e esses bibliotecários podem ser agentes neste trabalho.

A literatura mostra necessidade de adaptação a essas mudanças. Pelo mundo essas transformações estão a sendo promovidas. E esta pesquisa pretende contribuir para promoção dessas mudanças no Brasil. A prática e a teoria relacionada aos documentos eletrônicos apresentadas precisam ser analisadas e ambientadas às necessidades das bibliotecas universitárias federais brasileiras, de modo que uma nova prática possa ser assumida; possibilitando a Biblioteconomia Brasileira um maior engajamento ao trabalho com coleções eletrônicas, que está sendo executado e investigado pelo mundo. Mais que discursos será necessária a ação, que parece ter sido pouca nestes 40 anos, como foi relatado na literatura. Depois de um tempo de inércia os movimentos podem ser difíceis e dolorosos, mas estes movimentos precisam ser realizados para que se efetive a defesa da biblioteca, e dos bibliotecários. E os bibliotecários das universidades federais podem ter um papel fundamental nesse contexto. Convoca-se a todos para este trabalho.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

REFERÊNCIAS

- ALCOBA VILLADANGOS, María. **Mantenimiento y conservación de colecciones de libros electrónicos en las bibliotecas de la Universidad de Salamanca**. Trabajo de Fin de Master (Master Sistemas de Información Digital) – Departamento de Biblioteconomía y documentación, Facultad de Traducción y Documentación, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2012. Disponível em: <<https://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/121118/1/TFM-MariaAlcobaVilladangos.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2013.
- ALONSO ARÉVALO, Julio; CORDÓN GARCÍA, José-Antonio; GÓMEZ-DÍAZ, Raquel. Estudio sobre el uso de los libros electrónicos en las bibliotecas universitarias de Castilla y León. **BiD: Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentacio**, Barcelona, n. 30, jun. 2013. Disponível em: <<http://bid.ub.edu/es/30/alonso.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- ALONSO ARÉVALO, Julio; VÁZQUEZ VÁZQUEZ, Marta. La biblioteca como editora de contenidos. **Métodos de Información**, Valencia, v. 6, n. 11, 2015, p. 201-213. Disponível em: <<https://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/127290/1/MEI%20Final%20BIBLIOTECA%20COMO%20EDITORIA.pdf>>. Acesso em: 26 maio, 1998.
- AMAN, Mohammed M. Fiscal management. In.: _____. **Academic Library Management Issues and Practices**. Mequon, Wisconsin: Global Information Company, 2010. Disponível em: <http://dc.uwm.edu/sois_facbooks/1>. Acesso em: 24 jan. 2017.
- AMARAL, Sueli Angélica do. Análise do consumidor brasileiro do setor de informação: aspectos culturais, sociais, psicológicos e políticos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/641/429>>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- AMARAL, Sueli Angélica do. Estudos de usuários e marketing da informação. **BJIS**, v. 7, n. Esp., 2013. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000013478/50adf5b71e3ed4f6e858c098e817462>>.
- AMARAL, Sueli Angélica do. Marketing da informação: abordagem inovadora para entender o mercado e o negócio da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/13006>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- AMARAL, Sueli Angélica do. **Marketing**: abordagem em unidades de informação. Brasília: Thesaurus, 1998.
- AMARAL, Sueli Angélica do. Users, information consumers, and information service agencies from the marketing perspective. **Transinformação**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 27-38, Apr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862017000100027&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- AMEEN, K. From acquisitions to collection management: mere semantics or an expanded framework for libraries? **Collection Building**, Wagon Lane, v. 25, n. 2, p. 56–60, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 11 de jan. 2017.
- AMERICAN DISABILITY ASSOCIATION (ADA). **American Disability Association**. Disponível em: <<http://nearlyrandom.com/adanet/about/mission.html>>. Acesso em: 9 abr. 2018.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). Reference & User Services Association (RUSA). **Guidelines for Liaison Work in Managing Collections and Services**. Chicago, Illinois: ALA, 2010. Disponível em: <<https://journals.ala.org/index.php/rusq/article/view/3155/3287>>. Acesso em: 24 jan. 2017.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Ebook Business Models Public Libraries**. Chicago, Illinois: ALA, 2012. Disponível em: <<http://connect.ala.org/files/80755/EbookBusinessModelsPublicLibs.pdf>>.
- PPGB/CCH/UNIRIO
Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240
Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Acesso em: 6 ago. 2017.

ANDERSON, Craig. Avoiding extinction: The case for a National Research collection. *Australian Academic & Research Libraries*, v. 44, n. 2, p. 90-101, 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00048623.2013.793589>>. Acesso em: 4 jul. 2017

ANDRADE, Antonio. **Usabilidade de interfaces web: avaliação heurística no jornalismo on-line**. Editora: E-Papers, 2007.

ANDRADE, D; VERGUEIRO, Waldomiro. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

AQUISIÇÃO de e-books pelo NAQ-BC-UFRGS. In: Rio de Janeiro: [CBDC], 2013. Disponível em: <<https://cbdcsite.files.wordpress.com/2017/04/apresentac3a7c3a3o-reunic3a3o-rio.ppt>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ARMSTRONG, Chris. Books in a virtual world: The evolution of the e-book and its lexicon. *Journal of Librarianship and Information Science*, London, GB, n. 40, p. 193-206, Sept. 2008. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/12277/1/Armstrong_BooksinaVirtualWorld_JOLIS.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2017.

ARMSTRONG, Chris; EDWARDS, Louise; LONSDALE, Ray. Virtually there? E-books in UK academic libraries. **Program: Electronic Library and Information Systems** London, GB, v. 36, n. 4, p. 216-227, 2002. Disponível em: <<http://cadair.aber.ac.uk/dspace/bitstream/handle/2160/1809/Armstrong,%20Edwards,%20Lonsdale.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 de jan. 2017.

ARZOLA, Rebecca; HAVELKA, Stefanie. Mobile Apps in Collection Development: Supporting a Mobile Learning Environment. *The Charleston Advisor*, Denver, CO, v. 16, p. 43-45, 2015. Disponível em: <http://academicworks.cuny.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1062&context=le_pub>. Acesso em: 12 maio 2016.

ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES (ARL). **21st-CENTURY Collections: Calibration of Investment and Collaborative Action**. Washington, DC: ARL, 2012. Disponível em: <<http://www.arl.org/storage/documents/publications/issue-brief-21st-century-collections-2012.pdf>>. Acesso em: 11 de jan. 2017.

ATKINSON, Ross. Text mutability and collection administration. *Library Acquisitions: Practice & Theory*, New York, US, v. 14, n. 4, p. 355-358, 1990. Disponível em: <http://ac.els-cdn.com/036464089090006G/1-s2.0-036464089090006G-main.pdf?_tid=fb2f0eb6-5a86-11e7-9b47-00000aacb360&acdnat=1498492324_bc17deba39b286dc46b9937c137ee0fb>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ÁVILA, Carlos Alberto de. **Orçamento Público**. 2011.

AZEVEDO, Hozana Maria Oliveira Campos de. **Desenvolvimento de coleções de livros: Análise do Sistema de Bibliotecas, da Universidade Federal da Bahia**. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18152/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Hozana%20em%20PDF.pdf>>. Acesso em: 11 de jan. 2017.

BANDI, Shekar; ANGADI, Mallikarjun; SHIVARAMA, J. Best Practices in Digitization: Planning and Workflow Strategies, *Journal of Information Management and Educational Technology*, Kalaburagi, v. 1, n. 1, p. 8–13, 2017. Disponível em: <<http://hkla.in/jimet/index.php/jimet/article/download/6/2>>. Acesso em: 11 de jan. 2017.

BANKS, M. Library websites for all. *American Libraries*, Chicago, v. 48, n. 6, 2017, p. 2425.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Disponível em: <<https://search.proquest.com/docview/1899009915?accountid=132582>>. Acesso em: 11 de jan. 2017.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n.4, 1994. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>>. Acesso em 26 maio 2014. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/joelcienciainformacao/questao.informao.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Os agregados da informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.1, n.3, jun.2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun00/Art_01.htm>. Acesso em 26 maio 2014.

BILLINGHAM, Lisa. Improving academic library website accessibility for people with disabilities. **Library Management**, Bradford, Inglaterra, GB, v. 35, n. 8/9, p. 565-581, 2014. Disponível em: <<http://www-periodicos-capes-gov-br>>. Acesso em: 11 de jan.

BIRRELL, Duncan; DOBREVA, Milena; DUNSIRE, Gordon; *et al.* **DiSCmap: digitisation of special collections: mapping, assessment, prioritisation**: Final project report. 2009. Disponível em: <<https://strathprints.strath.ac.uk/14055/2/strathprints014055a.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

BLAKISTON, Rebecca. Developing a content strategy for an academic library website. **Journal of Electronic Resources Librarianship**, v. 25, n. 3, p. 175-191, 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1941126X.2013.813295>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BLAKISTON, Rebecca. Developing a content strategy for an academic library website. **Journal of Electronic Resources Librarianship**, v. 25, n. 3, p. 175-191, 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1941126X.2013.813295>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. 2.ed. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BODEN, Dana W. R. **A history of the utilization of technology in academic libraries**. Lincoln: University of Nebraska, 1993. Disponível em: <<http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED373806.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

BOERES, Sonia Araújo de Assis. **Competências necessárias para equipes de profissionais de preservação digital**. 2017. 293 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/24354?mode=full>>. Acesso em>. 30 nov. 2017.

BOTHMANN, Robert L.; HOLMBERG, Melissa. Strategic planning for electronic resource management. In: YU, Holly (Ed.). **Electronic Resource Management in Libraries: Research and Practice**. New York: Information Science Reference, 2008.

BRANIN, Joseph. Knowledge management in academic libraries: building the knowledge bank at the Ohio State University. **Journal of library administration**, New York, v. 39, n. 4, p. 41-56, 2003. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.200.3452&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

BRANIN, Joseph; GROEN, Frances; THORIN, Suzanne. The changing nature of collection management in research libraries. **Library resources & technical services**, Chicago, Ill, v. 44, n. 1, p. 23-32, 2000. Disponível em: <<http://www.arl.org/storage/documents/publications/changing-nature-coll-mgmt-mar99.pdf>>. Acesso em: 11 de jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 25 de jan. 2017.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 261, de 25 de novembro de 2015. Disponível em:

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/11/2015&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=148>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.296/04, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei_10.098-2000?OpenDocument>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei_9.610-1998?OpenDocument>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Gabinete do Ministro. Assessoria Especial de Controle Interno. **Manual de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/controle-interno/manual-de-girc>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Glossário**. Disponível em: <<http://portal.convenios.gov.br/ajuda/glossario/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Tecnologia da Informação. Departamento de Governo Digital. **Boas Práticas para Acessibilidade Digital na Contratação de Desenvolvimento WEB**. [Brasília]: Governo Eletrônico, 2017. Disponível em: <<http://emag.governoeletronico.gov.br/cartilha-contratacao/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento (MTO)**: Edição 2018. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orcamentarias/arquivos/MTOs/mto_atual.pdf/view>. Acesso em 14 maio 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa Conjunta MP/CGU No 01, de 10 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_mpog_01_2016.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Governo Eletrônico. **Emag modelo de acessibilidade em governo eletrônico**. Brasília: MP, SLTI, 2014. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/e-MAG%20V3.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. 23 abr. 2015.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma gerencial do Estado, teoria política e ensino da
PPGB/CCH/UNIRIO
Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240
Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

administração pública. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-6, 2011. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2011/391-Ensino_administra%C3%A7%C3%A3o_p%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

BRITO, Gisele Ferreira de. **Avaliação da qualidade da biblioteca universitária a partir da percepção de seus clientes: a metodologia LibQUAL+® e suas perspectivas de aplicação no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-31012014-155620/publico/GiseleFerreiradeBrito.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

BRITO, Gisele Ferreira de; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos, Percepción de la calidad en biblioteca académica brasileña: aplicación del método SERVQUAL. **Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación**, v. 4, p. 187–193, 2010.

BRYANT, Bonita. The Organizational Structure of Collection Development. **Library Resources and Technical Services**, v. 31, n. 2, p. 111-22, 1987.

BUENO, Katiussa Nunes. **Trajetória Histórica do Comitê Brasileiro de Desenvolvimento de Coleções e aprendizagens geradas aos seus membros**. 2017. Dissertação (Mestrado em Memória social e bens culturais). Centro Universitário La Salle, Canoas, 2017. Disponível em: <<http://unilasalle.edu.br/public/media/4/files/Mem%C3%B3ria%20Social%20e%20Bens%20Culturais/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2017/Katiussa%20Nunes%20Bueno%20-%20vers%C3%A3o%20final.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2017.

BURGETT, James; PHILLIPS, Linda Lucille; HAAR, John M. **Collaborative collection development: a practical guide for your library**. Chicago: American Library Association, 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CAMOZZATO, Mauro Marafiga; NASCIMENTO, Valéria Ribas do. A “googlização” da sociedade informacional como desafio para cibercidadani@. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, v. 1, n. 10, p. 59-75, 2014. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ccj.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov/article/download/34295/33179>>. Acesso em 30 mar. 2018.

CAMPOS, Ana Cláudia Borges; ZORZAL, Luzia; GERLIN, Meri Nadia Marques. Na sociedade da informação uma metamorfose de conceitos: conhecimento e habilidades requeridas ao profissional da informação. *In: Simpósio Internacional de Educação e Comunicação-SIMEDUC*. [S.l.: S.n.], 2017. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/simeduc/article/viewFile/8630/2893>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

CARGILL, J. 1984. Collection development policies: an alternative viewpoint. *Library Acquisitions: Practice and Theory*, vol. 8, p. 47-49. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 16 set. 2017.

CARHART-HARRIS, Robin L. et al. Neural correlates of the LSD experience revealed by multimodal neuroimaging. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 113, n. 17, p. 4853-4858, 2016. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/113/17/4853.long>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Aplicação do desenvolvimento e gerenciamento de coleções na construção de repositórios institucionais. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, PB, v. 18, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/ffdc3553bef74453f5f68fa824e8448c/1?pq-origsite=gscholar>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Conspectus: um método para o gerenciamento de coleções em bibliotecas. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 39-60, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1617>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

CARVALHO, Catarina Prestes de; CARVALHO, Rodrigo Aquino de. Construção de Políticas para repositórios institucionais: análise da ferramenta do OPENDOAR. 2013. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, C. Carreiros, v. 26, n. 2, p.105-138, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/3993>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e contabilidade pública**. Elsevier, 2010.

CARVALHO, Luciana Moreira; SILVA, Armando Malheiro da. Impacto das tecnologias digitais nas bibliotecas universitárias: reflexões sobre o tema. **Informação & Sociedade**, v. 19, n. 3, 2009. Disponível em:< <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/3898>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

CASTELLS, Manuel. A economia informacional, a nova divisão internacional do trabalho e o projeto socialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 5, n. 17, 16 mar., 1992. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18807/12177>>. Acesso em: 11 de fev. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: Reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA. As culturas da crise econômica: introdução. In: ____ (Ed.). **A crise e seus efeitos**: As culturas econômicas da mudança. Editora Paz e Terra, 2013. p. 21-39.

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes; VERGUEIRO, Waldomiro. Convergências e divergências do modelo europeu do Centro de Recursos para el Aprendizaje y la Investigación (CRAI) em relação às bibliotecas universitárias brasileiras. **Bibliotecas Universitárias**: Pesquisas, experiências e perspectivas, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/1106>>. Acesso em: 12 jan.2017

CHADWELL, F. A. What's next for Collection Management and Managers? User-Centered Collection Management. **Collection Management**, New York, v. 34, n. 2, p. 69–78, abr. 2009. Disponível em: < <http://www.valkyrie22.com/library/LIS%20748/Assigned%20Readings%20-%20LIS%20748/14%20-%20Dec%202014/What's%20Next%20for%20Collection%20Management.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CHAND, S.N. **Dictionary of Commerce and Management**. New Delhi: Atlantic, c2006. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

CHAPMAN, Liz. **Managing acquisitions in library and information services**. 2nd ed. Bodmin: Facet publishing, 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

CHASTINET, Yone. Participação da comunidade na implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6., 1989, Belém. **Anais...** Belém, 1990. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=24743&co_midia=2>. Acesso em: 13 fev. 2017

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**.- 2.ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Campus, 2003.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CIANCONI, Regina de Barros. Gerência da informação: mudanças nos perfis profissionais, **Ciência da informação**, Brasília, v. 20, n. 2, 1991. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/04/pdf_3c762b1522_0009119.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2017.

COGSWELL, James A. The Organization of Collection Management Functions in Academic Research Libraries. **Journal of Academic Librarianship**, Ann Arbor, Mich., US, v. 13, n. 5, p. 268-76, 1987. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 22 fev.2016

CONNAWAY, Lynn Silipigni; O'NEILL, Edward T.; PRABHA, Chandra. Last copies: what's at risk? **College & research libraries**, v. 67, n. 4, p. 370-379, 2006. Disponível em: <<http://crl.acrl.org/index.php/crl/article/viewFile/15812/17258>>. Acesso em: 22 fev.2016.

CONNAWAY, Lynn; WICHT, Heather. What happened to the e-book revolution?: The gradual integration of e-books into academic libraries. **Journal of electronic publishing**, v. 10, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.journalofelectronicpublishing.org/cgi/t/text/text-idx?c=jep;cc=jep;rgn=main;view=text;idno=3336451.0010.302>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS (CTDE). **Glossário Documentos Arquivísticos Digitais**. 6ª Versão. Rio de Janeiro, 2014 - Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Perguntas mais frequentes**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/perguntas-mais-frequentes.html>>. Acesso em: 24 maio 2017.

CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto; DE SOUZA, Rosali Fernandez; SAYÃO, Luis Fernando. REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL NO COLÉGIO PEDRO II: considerações sobre a Preservação Digital de documentos visando a salvaguarda da memória histórico-institucional. In: SINPRED-Seminário Internacional de Preservação Digital, 1.; Encontro Nacional da Rede Cariniana,3. **Anais....**, Brasília: IBICT, 2014.

CORRALL, Sheila. Community Engagement in Collection Development: Social Responsibility or Professional Abdication? In: ALISE ANNUAL CONFERENCE, 17., 2017. [Proceedings...] Atlanta, GA, 2017. Disponível em: <<http://d-scholarship.pitt.edu/32525/1/Corrall%20ALISE%202017%20%283.3%29.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CORRALL, Sheila. Designing libraries for research collaboration in the network world: An exploratory study. **Liber Quarterly**, Munich, Germany, DE, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://www.liberquarterly.eu/articles/10.18352/lq.9525/>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CORRALL, Sheila. The concept of collection development in the digital world. In: FIELDHOUSE, Maggie; MARSHALL, Audrey (Ed.). **Collection development in the digital age**. London: Facet Publishing, 2012. p. 3-25. Disponível em: <<http://d-scholarship.pitt.edu/25157/>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CORRALL, Sheila; LESTER, Ray. The researcher's view: Context is critical. In: WATSON, Les [Ed.]. **Better library and learning spaces: Projects, trends and ideas**. London: Facet, 2013. Disponível em: <[http://d-scholarship.pitt.edu/22055/1/Corrall_%26_Lester_\(2013\)_Chap15.pdf](http://d-scholarship.pitt.edu/22055/1/Corrall_%26_Lester_(2013)_Chap15.pdf)>. Acesso em: 12 mar.2017.

CORRALL, Sheila; ROBERTS, Angharad. Information resource development and "collection" in the digital age: Conceptual frameworks and new definitions for the network world. In: LIBRARIES IN THE

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

DIGITAL AGE (LIDA), 12., 2012, Zadar, Croatia. **Proceedings...** Zadar, Croatia, 2012. Disponível em: <[http://d-scholarship.pitt.edu/25171/1/Corrall_%26_Roberts_\(2012\).pdf](http://d-scholarship.pitt.edu/25171/1/Corrall_%26_Roberts_(2012).pdf)>. Acesso em: 26 de fev. 2016.

CORREA, Elisa Cristina Delfini. A visibilidade das políticas de GEI e a inserção de critérios para e-books nas bibliotecas universitárias federais brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 26., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2015. Disponível em: <http://sisconeve.com.br/Uploads/CBBD15/Trab14400185020150327_000000.docx>. Acesso em: 12 mar. 2017.

CORREA, Elisa Cristina Delfini. **Gestão de estoques de informação: Novos termos e novas posturas para um novo contexto.** São Paulo: FEBAB, 2016. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/febab201603/wp-content/uploads/2017/03/epub3-300x43.png>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

CORREA, Elisa Cristina Delfini; SANTOS, Luana Carla de Moura dos. De formação e desenvolvimento de coleções para gestão de estoques de informação: um panorama da mudança terminológica no Brasil. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 13, n. 2, p. 343-355, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8634631>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

COSTA, Raquel Pereira. **Modelos de comercialização de livros eletrônicos para bibliotecas do Distrito Federal.** 2015. 186 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/19212>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

COSTA, Raquel Pereira; CUNHA, Murilo Bastos da. Modelos de negócios de livros eletrônicos para bibliotecas. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, PB, v. 25, n. 3, 2015. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/26945/14519>>. Acesso em 5 jan. 2017.

COX, John. (2017). New Directions for Academic Libraries in Research Staffing: A Case Study at National University of Ireland Galway. **New Review of Academic Librarianship**, London, GB, v. 23, n. 2-3, 110-124. Disponível em: <<https://aran.library.nuigalway.ie/bitstream/handle/10379/6760/New%20Directions%20for%20Academic%20Libraries%20in%20Research%20Staffing%20case%20study%20text%20final%20revision%2030mar17.pdf?sequence=1>>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRONEIS, Karen S; HENDERSON, Pat. Electronic and digital librarian positions: A content analysis of announcements from 1990 through 2000. **The Journal of Academic Librarianship**, Ann Arbor, Mich., US, v. 28, n. 4, p. 232-237, 2002. Disponível em: <www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em: 12 mar. 2017.

CROSETTO, Alice. Weeding ebook. In: POLANKA, S [Ed.]. **No Shelf Required 2: Use and Management of Electronic Books.** Chicago: American Library Association, 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n.6, dez. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez10/Art_07.htm>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da**
PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240
Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Informação, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 maio 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v28n3/v28n3a3.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

CUNHA, Murilo Bastos da. Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 10, n. 2, 1982. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/CUNHA_1982.pdf>. Acesso em 29 nov. 2017.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. Trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, SC, v. 21, n. 47, p. 100-123, set./dez., 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/22045/1/ARTIGO_TrajectoriaBibliotecaUniversitaria.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2017.

DAISY CONSORTIUM. Disponível em: <<http://www.daisy.org/about-us>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: Passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 189-219, 2010.

DAVIS, T. L. The evolution of selection activities for electronic resources. **Library Trends**, Champaign, Ill., US, v. 45, n. 3, p. 91–403, 1997. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/8100/librarytrendsv45i3d_opt.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jun. 2017.

DEMAS, Sam; MILLER, Mary. Curating Collective Collections—What’s Your Plan? Writing Collection Management Plans. **Against the Grain**, v. 24, n. 1, p. 42, 2016. Disponível em: <<http://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6112&context=atg>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DEMAS, Samuel. Collection development for the electronic library: a conceptual and organizational model. **Library Hi Tech**, v. 12, n. 3, p. 71–80, 1994. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/pdf/10.1108/eb047929>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

DEMPSEY, Lorcan. Library collections in the life of the user: two directions. **Liber Quarterly**, Munich, Alemanha, v. 26, n. 4, 2016. Disponível em: <<https://www.liberquarterly.eu/articles/10.18352/lq.10170/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

DEMPSEY, Lorcan; MALPAS, Constance; LAVOIE, Brian. Collection Directions: The Evolution of Library Collections and Collecting. **Portal: Libraries and the Academy**, Baltimore, Maryland, v. 14, n.3, p. 393-423, 2014. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED564803.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2017.

DIAS, Emerson de Paulo. Conceitos de gestão e administração: uma revisão crítica. **REA: Revista Eletrônica de Administração**, Franca, SP, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/rea/article/view/160/16>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

DINOTOLA, Sara. I sistemi per la gestione delle risorse elettroniche (PRIMA PARTE). Gli electronic resources management systems (ERMS). **AIB studi**, Ufficio Roma, v. 56, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://aibstudi.aib.it/article/view/11411>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

DIÓGENES, F. C. B.; DA CUNHA, M. B. Desenvolvimento das universidades e bibliotecas universitárias na Idade Média até à Modernidade. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e**
PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240
Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Ciência da Informação, Campinas, (SP), v. 15, n. 1, p. 99–129, 2017. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/31076/>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

DOAB. **Directory of Open Access Books**. Disponível em: <<https://www.doabooks.org/doab?func=about&uiLanguage=en>>. Acesso em: 10 nov. 2017

DOURADO, Stella Moreira; ODDONE, Nanci Elizabeth. A arquitetura do livro digital na plataforma Google: um estudo exploratório. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. 34, p. 131-141, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/17888>>. Acesso em: 7 maio 2017.

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. 6.ed. São Paulo: Pioneira, c1997.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal et al. **Livro eletrônico: o que dizem os bibliotecários da Universidade Federal de Minas Gerais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônico...** Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 2218-2233. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1413/1414>>. Acesso em: 7 maio 2017.

DUARTE, Geraldo. **Dicionário de administração**. KBR, 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br/>> Acesso em: 5 abr. 2018.

DUNHAM, B. S.; DAVIS, T. L. Literature of acquisitions in review, 2004–7. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, Ill, v. 53, n. 4, p. 231–242, 2011. Disponível em: <<https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/5181/6288>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

DYGERT, Claire; LANGENDORFER, Jeanne M. Fundamentals of E-resource licensing. **The Serials librarian**, v. 66, n. 1–4, p. 289–297, 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0361526X.2014.881236>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

DYGERT, Claire; VAN RENNES, Robert. Building your licensing and negotiation skills toolkit. **The Serials Librarian**, v. 68, n. 1–4, p. 17–25, 2015. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0361526X.2014.881236>>. Acesso em: 8 out. 2017.

EL MIMOUNI, Houda *et al.* UX Work in Libraries: How (and Why) to Do It. In: **Developing In-House Digital Tools in Library Spaces**. Hershey, Pennsylvania: IGI Global, 2018. p. 1-36. Disponível em: <http://www.houdaelmimouni.com/publications/elmimouni_bc_2017.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

EMERY, Jill; MCCRACKEN, Peter H.; STONE, Graham. TERMS 2.0 Discussion: Two Great Things That Belong Together, OAWAL & TERMS. In: ELECTRONIC RESOURCES & LIBRARIES CONFERENCE, 13., Austin, Texas, 2017. **Report...** Austin, Texas: University of Texas at Austin, 2017. Disponível em: <http://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1221&context=ulib_fac>. Acesso 22 nov. 2017.

EMERY, Jill; STONE, Graham. Investigation of new content. **Library Technology Reports**, v. 49, n. 2, p. 10-15, 2013. Disponível em: <<https://journals.ala.org/index.php/ltr/article/view/4736/5643>>. Acesso 22 nov. 2017.

EMERY, Jill; STONE, Graham. TERMS: Techniques for electronic resources management. **Library Technology Reports**, v. 49, n. 2,. 2013. Disponível em: <http://eprints.hud.ac.uk/id/eprint/16113/1/author_ver.pdf>. Acesso 22 nov. 2017. [110 p]. Não paginado.

EMERY, Jill; STONE, Graham; MCCRACKEN, Peter. **TERMS: Techniques for Electronic Resource Management [Blog]**, 2017. Disponível em: <<https://library.hud.ac.uk/blogs/terms/announcing-terms-ver2-0/>>. Acesso 22 nov. 2017.

EVANS, G. E.; SAPONARO, M. Z. From selection to collection management. In: _____. **Collection**

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

management basics. 6. ed. Santa Barbara, California, ABC-CLIO, 2012.

EVANS, G. Edward. **Development library and information center collection**. 4. ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.

EVANS, G. Edward; INTNER, Sheila S.; WEIHS, Jean. **Introduction to technical services**. 8th ed. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, LLC, 2011.

FALLOON, Kerry A. Accessibility and Inclusion Issues in Library Acquisitions: A Guideline to Evaluating and Marketing the Accessibility of Library E-Resources. **The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion**, College Park, MD, v. 1, 2017. Disponível em: <<https://publish.lib.umd.edu/IJIDI/article/viewFile/314/111>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FANG, W. **Using Google Analytics for improving library website content and design: a case study**", Rutgers University Community Repository, 2007. Disponível em: <<https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1121&context=libphilprac>>. Acesso em: 21 mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/doi:10.7282/T3MK6B6N>

FERREIRA, Sheila Paula da Silva. **Impactos da avaliação do INEP sobre o desenvolvimento de coleções das bibliotecas da UFRJ**. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/sheila-paula>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Da política institucional de informação da Universidade de São Paulo ao acesso aberto à produção científica do Cruesp. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/17095>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FIELDHOUSE, Maggie; MARSHALL, Audrey (Ed.). **Collection development in the digital age**. London: Facet Publishing, 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FIGUEIRA, Bianca Soares. **O livro digital e eletrônico nas bibliotecas universitárias públicas brasileiras das unidades de ensino em Farmácia**. 2015. 191f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/Dissertacao_%20Bianca%20Soares%20Figueira.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. A modernidade das cinco leis de Ranganathan. **Ciência da informação**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 186-191, 1992. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/430/430>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. As novas tecnologias: previsões e realidade. **Ciência da informação**, v. 24, n. 1, 1995.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento & avaliação de coleções**. Brasília: Thesaurus, 1993.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1994. 154 p. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/452>>. Acesso 6 abr. 2018.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Paradigmas modernos da ciência da informação: em usuários/ coleções/ referência & informação**. São Paulo: Polis, 1999.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Metodologias para avaliações de coleções incluindo**

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

procedimento para revisão, descarte e armazenamento. Brasília: IBICT, 1985.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, n. spe, p. 183-196, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

FLORES, Daniel; PRADEBON, Daiane Segabinazzi; CÉ, Graziella. Análise do conhecimento teórico-metodológico da preservação digital sob a ótica da OAIS, SAAI, ISO 14721 e NBR 15472. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 11, n. 4, 2017. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7511>>. Acesso em 28 mar. 2018.

FLOWERS, Janet L. Negotiations with library materials vendors: preparation and tips. **The Bottom Line**, Bingley, v. 16, n. 3, p. 100-105, 2003. Disponível em: <<http://www.informedlibrarian.com/featuredArticle/negotiations.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2017.

FLOWERS, Janet L. Specific tips for negotiations with library materials vendors depending upon acquisitions method. **Library Collections, Acquisitions, and Technical Services**, New York, v. 28, n. 4, p. 433-448, 2004. Disponível em: <www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em: 20 jan.2017.

FRANK, Rebecca D. **Disaster Planning and Trustworthy Digital Repositories.** 2017. Tese (Doutorado) – School of Information. University of Michigan, Ann Arbor, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027.42/137664>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

FREITAS, Ana. Crowdfunding vira alternativa para pesquisas científicas e acadêmicas. **Nexo Jornal**, 26, fev. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/02/26/Crowdfunding-vira-alternativa-para-pesquisas-cient%C3%ADficas-e-acad%C3%AAMicas>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

FREITAS, Livia Santos de. **O uso do livro eletrônico e a mediação da informação na biblioteca universitária:** um estudo de caso da Biblioteca da área de saúde da UFBA. 178 f., 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18065>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). Aquisição de livros importados e de bases digitais amplia acervo de universidades. Publicado em: 4 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=1841.2.7>>. Acesso em: 1 jan. 2018.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). Edital FAPERJ No 05/2014 - Programa Apoio à Atualização de Acervos Bibliográficos nas Instituições de Ensino Superior e Pesquisa Sediadas no Estado do Rio de Janeiro, 2014. FAPERJ. Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=2467.3.6>>. Acesso em: 1 jan. 2018.

FUNDAÇÃO Dorina Nowill para Cegos (DNFB). Disponível em: <<https://www.fundacaodorina.org.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

GALDINO, Rejane; SILVA, Márcia Regina da. O desenvolvimento de coleções e o livro eletrônico: desafios para o profissional da informação. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 2., 2015, São Carlos, **Anais Eletrônicos...** São Paulo: UFSCAR, 2015. Disponível em: <<http://www.2erebd.ufscar.br/index.php/erebd/erebd/paper/viewFile/55/16>>. Acesso em: 25 ago. 2015

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo:** na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 17.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GARNER, Bryan A. Booking the Dumpster: the tragedy of 'deaccessioning' books from university libraries. **ABA Journal**, Chicago, may 2018. Disponível em:

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

<http://www.abajournal.com/magazine/article/deaccessioning_books_university_libraries_garner/P1>
. Acesso em: 25 maio 2018.

GENONI, Paul. Content in institutional repositories: a collection management issue. **Library management**, Bradford, Inglaterra, GB, v. 25, n. 6/7, p. 300-306, 2004. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GEORGE, S. et al. Auditing the accessibility of electronic resources. **Journal of Library Administration**, New York, US, v. 54, n. 6, p. 483–500, 2014. Disponível em: <https://bradscholars.brad.ac.uk/bitstream/handle/10454/7111/Auditing%20the%20accessibility%20of%20electronic%20resources_northumbria.pdf;sequence=1>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 15. ed. ampl., rev. e atua. **São Paulo: Atlas**, 2010.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GOMES, Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, M. C. S. (ED.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editoras Vozes, 2002.

GONZÁLEZ GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/14376/8576>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GORMAN, Gary Eugene. Collection management. In Feather, J. and Sturges, P. (ED.) **International Encyclopedia of Information and Library Science**. 2nd ed. London: Routledge, 2003. p. 81-83. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GORMAN, Gary Eugene; MILLER, Ruth H. (ED.) **Collection management for the 21st century: A handbook for librarians**. Santa Barbara, California: Greenwood Publishing Group, 1997. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GRANJEIRO, José Wilson; CARDOSO, Rodrigo. **Direito administrativo simplificado**. Brasília: Gran Cursos, 2013.

GRAU, Isabel; ODDONE Nanci Elizabeth; DOURADO, Stella Moreira. E-books, livros digitais ou livros eletrônicos? Um estudo terminológico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4364/3487>>. Acesso em: 23 maio 2017.

GRAU, Isabel; ODDONE, Nanci Elizabeth. Análise da literatura nacional sobre livro digital In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa, 2015. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: ANCIB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3102/1162>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

GRIEBLER, Ana Cristina de Freitas; MATTOS, Ana Maria; JOB, Ivone. Viabilidade de repositório institucional de documentos impressos no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 24., 2011, jul, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, 2011. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61335/000793237.pdf;sequence=1>>. Acesso em: 23 maio 2017.

GRIGSON, Anna. An introduction to e-book business models and suppliers. In: PRICE, Kate; HAVERGAL, Virginia. **E-books in libraries: a practical guide**. London: Facet, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Anna_Grigson/publication/50427709_An_introduction_to_e-

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

book_business_models_and_suppliers/links/59381c980f7e9b32b7e37d08/An-introduction-to-e-book-business-models-and-suppliers.pdf>.

HARNAD, S. Open Access to Research: Changing Researcher Behavior Through University and Funder Mandates. **JEDEM: Journal of Democracy and Open Government**, Krems an der Donau, v. 3 n. 1, p. 33-41, 2011. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/22401/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

HATHI TRUST. **Welcome to HathiTrust!** Disponível em: <<https://www.hathitrust.org>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

HAVELKA, Stefanie; ARZOLA, Rebecca. Adopting Universal Design in Libraries: Collaborating for Student Success. **CUNY Academic Works**, -2016. Disponível em: <http://academicworks.cuny.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1158&context=le_pubs>. Acesso em 01 abr. 2017.

HELMS, Marilyn M.; WHITESELL, Melissa. Transitioning to the embedded librarian model and improving the senior capstone business strategy course. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 39, n. 5, p. 401-413, 2013. Disponível em: <www.periodicos-capes.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2017.

HEWSON, Claire. Research Methods on the Internet. Pre-publication copy, November 2014. *Communication and Technology*, v. 5, p. 277, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Claire_Hewson/publication/42797477_Research_design_and_tools_for_Internet_research/links/56289a3108aef25a243d1742.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

HIGGINS, Sarah. Digital curation: the challenge driving convergence across memory institutions. In: THE MEMORY OF THE WORLD IN THE DIGITAL AGE: DIGITIZATION AND PRESERVATION: AN INTERNATIONAL CONFERENCE ON PERMANENT ACCESS TO DIGITAL DOCUMENTARY HERITAGE, 2012. Vancouver, Canada. **Proceedings...** Vancouver, Canada: UNESCO, 2012. Disponível em: <http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/VC_Higgins_27_D_1330.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017

HIGGINS, Sarah. The DCC curation lifecycle model. **International Journal of Digital Curation**, v. 3, n. 1, p. 134–140, 2008. Disponível em: <<http://www.ijdc.net/index.php/ijdc/article/viewFile/69/48>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

HIGHTOWER, Barbara E.; GANTT, John T. Weeding nursing e-books in an academic library. **Library Collections, Acquisitions, and Technical Services**, New York, v. 36, n. 1-2, p. 53-57, 2012. Disponível em: <www.periodicos-capes.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2017.

HOLLEY, Robert P. [Ed.]. **Self-Publishing and Collection Development: Opportunities and Challenges for Libraries**. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press, 2017. Disponível em: <<http://www.oapen.org/download?type=document&docid=626378>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

HORAVA, Tony. Challenges and possibilities for collection management in a digital age. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, Ill, v. 54, n. 3, p. 142-152, 2010. Disponível em: <<https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/5556/6837>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

HORAVA, Tony; LEVINE-CLARK, Michael. Current trends in collection development practices and policies. **Collection Building**, New York, v. 35 n. 4, p. 97-102, 2016. Disponível em: <https://ruor.uottawa.ca/bitstream/10393/35663/1/Collection%20Building_current%20trends%20in%20collection%20development%20practices%20and%20policies%20w%20M%20Levine%20Clark_post%20print.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.

HUNTER, P.; DAY, M. **Institutional repositories, aggregator services and collection development**. Bath: University of Bath, 2005. Disponível em: <<http://opus.bath.ac.uk/23309/1/eprintsuk-coll-development.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

IBICT. **Livro Aberto**: Portal do Livro Aberto em CT&I. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/Sobre.jsp>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

IBICT. REDE CARINIANA. **Perguntas frequentes**, 2015. Disponível em: <<http://cariniana.ibict.br/index.php/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

IFLA. Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas. Netherlands, 2016. Tradução: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e Instituições (FEBAB). Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/a965c4_599ba254df0949a7987bf1bb79895b3f.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

IFLA. Rare Book and Manuscripts Section. **Guidelines for Planning the Digitization of Rare Book and Manuscript Collections**. Den Haag Netherland: IFLA, 2014b. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/rare-books-and-manuscripts/rbms-guidelines/guidelines-for-planning-digitization.pdf>>; <<http://www.vlaamse-erfgoedbibliotheek.be/sites/default/files/bron/3319/ifla-guidelines-digitization-rare-book-manuscripts-collections-2014.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

IFLA. Aquisition and Collection Development Section [Ed.]. **Key issues for e-resource collection development: A guide for libraries**. [S.l.]: IFLA, 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/Key%20Issues%20for%20E-Resource%20Collection%20Development%20-%20August%202012.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

IFLA. **eLending Background Paper**. [S.l.]: IFLA, 2014. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/e-lending/documents/ifla-elending-background-paper-aug-2014-rev.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

IFLA. eLending Working Group. **IFLA Principles for Library eLending**. [S.l.]: IFLA, 2013. Disponível em: <<https://www.ifla.org/elending/principles>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

IFLA. Preservation and Conservation Section. Guidelines for Digitization Projects for collections and holdings in the public domain, particularly those held by libraries and archives. IFLA, 2002. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/preservation-and-conservation/publications/digitization-projects-guidelines.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

IFLA. Section on Acquisition and Collection Development. **Directrices para una política de desarrollo de las colecciones sobre la base del modelo Conspectus**. [S.l.]: IFLA, 2001a. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s14/nd1/gcdp-s.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

IFLA. Section on Acquisition and Collection Development. **Guidelines for a collection development policy using the conspectus model**. [S.l.]: IFLA, 2001b. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/gcdp-en.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de avaliação institucional externa**; presencial e a distância, credenciamento. Brasília: INEP, 2017b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_credenciamento.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino-manuais>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de avaliação institucional externa;** presencial e a distância, credenciamento. Brasília: INEP, 2017c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota Técnica No 16/2017/CGACGIES/DAES.** Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sobre o Inep.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sobre-o-inep>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação, presencial e a distância: Reconhecimento, renovação de reconhecimento.** Brasília: INEP, 2017a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 2789: 2006.** Disponível em: <http://hsevi.ir/RI_Standard/File/4880>. Acesso em: 12 jan. 2017.

INTERNET ARCHIVE. **About the Internet Archive.** Disponível em: <<https://archive.org/about/>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

JACOBS, Pamela et al. **Report of the Ebook Strategy Working Group. University of Guelph Library.** Guelph: University of Guelph Library, 2014. Disponível em: <https://www.lib.uoguelph.ca/sites/default/files/ebook_strategy_working_group_april30_2014.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

JACOBS, Pamela; BERGART, Robin. Seeing the Whole Elephant in the Room: A Holistic approach to ebooks. In: CUNY LIBRARY ASSESSMENT CONFERENCE, REINVENTING LIBRARIES: REINVENTING ASSESSMENT, 2014, Nova York. **[Proceedings...]** [S.l.]: [S.n.], 2014. Disponível em: <http://academicworks.cuny.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1018&context=ols_proceedings_lac>. Acesso em: 10 jan. 2018>.

JAGUSZEWSKI, Janice; WILLIAMS, Karen. **New roles for new times:** Transforming liaison roles in research libraries. Washington, DC: Association of Research Libraries, 2013. Disponível: <<http://www.arl.org/storage/documents/publications/nrnt-liaison-roles-revised.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2017.

JENSEN, Karen, No More Liaisons: Collection Management Strategies in Hard Times, **Collection Management**, v. 42, n. 1, p. 3–14, 2017. Disponível: <<https://scholarworks.alaska.edu/bitstream/handle/11122/7991/No%20More%20Liaisons%20Collection%20Management%20Strategies%20in%20Hard%20Times.pdf?sequence=1>> Acesso em: 12 jan. 2018.

JILOVSKY, Cathie. The CARM2 print repository: from planning to operations. **Library Management**, v. 34, n. 4/5, p. 281-289, 2013. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/01435121311328627>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

JOHNSON, P. **Fundamentals of collection development and management.** Chicago: American Library Association, 2004.

JOHNSON, Peggy. **Developing and managing electronic collections:** The essentials. Chicago: American Library Association, 2013. Disponível em: <<https://books.google.com.br/>>. Acesso em: 29 fev. 2017.

JOHNSON, Peggy. **Fundamentals of collection development and management.** 3. Ed. Chicago:

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

American Library Association, 2014. Disponível em: <<https://books.google.com.br/>>. Acesso em: 29 fev. 2017.

JOHNSON, Sharon et al. **Key issues for e-resource collection development**: A guide for libraries. IFLA, 2012. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/IFLA_ELECTRONIC_RESOURCE_GUIDE_DRAFT%20FOR%20COMMENT.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

JOSHIPURA, Smita. Selecting, acquiring, and renewing electronic resources. In: YU, Holly; BREIVOLD; Scott (Ed.). **Electronic resource management in libraries**: Research and practice. Hershey, New York: Information Science Reference, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Randle_Gedeon/publication/247930972_Beyond_OpenURL/links/54ec77cf0cf27bfd770c654.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

JUNUS, SG Ranti. E-books and E-readers for Users with Print Disabilities. **Library Technology Reports**, Chicago, v. 48, n. 7, p. 22-28, 2012. Disponível em: <<https://journals.ala.org/index.php/ltr/article/view/4683/5567>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

KASSAB, Álvaro. Biblioteca do futuro disponibiliza 188 mil livros eletrônicos. **Jornal da Unicamp**, São Paulo, n. 367, 13-19 ago. 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2007/ju367pag06.html>. Acesso em: 06 out. 2017.

KERSCHER, George. DAISY Consortium: information technology for the world's blind and print-disabled population—past, present, and into the future. **Library Hi Tech**, Ann Arbor, Mich., US, v. 19, n. 1, p. 11-15, 2001. Disponível em: <www.periodicos-capes.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2017.

KIRCHHOFF, A. E-Books: The preservation challenge. **Against the Grain**, Sullivan's Island, v. 23, n. 4, p. 10, 2011. Disponível em: <<http://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5935&context=atg>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

KIRCHHOFF, Amy; MORRISSEY, Sheila. **Preserving eBooks**. [S.l.]: Digital Preservation Coalition, 2014. Disponível em: <<http://www.dpconline.org/docs/technology-watch-reports/1230-dpctw14-01/file>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

KISLING JR, Vernon N.; HAAS, Stephanie C.; CENZER, Pamela S. Last copy depository: Cooperative collection management centers in the electronic age. **Collection Management**, New York, US, v. 24, n. 1-2, p. 87-92, 2000. Disponível em: <<http://ncsinglecopy.pbworks.com/f/Kisling+Last+Copy+Depository+2000.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

KLAES, Rejane Raffo. **Dados e informações usados na tomada de decisão em bibliotecas universitárias brasileiras**; o contexto da atividade de desenvolvimento de coleções. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação). Faculdade de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Biblioteconomia. Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 1991. 271 p. - Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1412>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

KOTHARI, Chakravanti Rajagopalachari. **Research methodology**: Methods and techniques. New Delhi: New Age International, 2004.

KOTLER, Philip. **Marketing para organização que não visam o lucro**. São Paulo: Atlas, c1978.

KOTLER, Philip. Philip Kotler: some of my adventures in marketing. **Journal of Historical Research in Marketing**, v. 9, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/JHRM-11-2016-0027>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0**: Moving from
PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240
Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Traditional to Digital. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2016.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0: Mudança do tradicional para o digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0: As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, c2010.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Dirección de marketing**. México: Pearson educación, 2009. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em 27 mar. 2018.

KRASH, Sally; ADAMICK, Jessica; ISHII, Naka; *et al.* **Collection Analysis & Assessment Guidelines**. [S.l.: S.n.], 2017. Disponível em: <<http://intranet.library.umass.edu/intranet/documents/files/CATFFinalReport1.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

KRUG, Steve. **Não me faça pensar!**; uma abordagem de bom senso à usabilidade na WEB. Rio de Janeiro: Alta Books, 2006.

KRZYŻANOWSKI, R. F. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/viewFile/27/32>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LANKES, R. D., **Expect more: demanding better libraries for today's complex world**. [SI]: R, David Lankes, c2012. Disponível em: <<https://davidlankes.org/wp-content/.../01/ExpectMoreOpen.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2017.

LARSON, Jeanette. **CREW: A weeding manual for modern libraries**. [S.l.]: Texas State Library and Archives Commission, 2012. Disponível em: <<https://www.tsl.texas.gov/sites/default/files/public/tslac/ld/ld/pubs/crew/crewmethod12.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1990.

LEBER, Andreas. **Livros impressos versus eletrônica análise de custo-benefício**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas) - Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2015. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/campus/osa2/images/PDF/Dissertacoes/Andreas%20Leber%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

LEBERT, Marie. **A short history of ebooks**. Toronto: Marie Lebert, c2009. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/29801/29801-pdf.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

LEMONS, Antônio Agenor Briquet de; MACEDO, Vera Amália Amarante. A posição da biblioteca na organização operacional da universidade. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 2, n. 2, 1974. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2011/04/pdf_d41a265530_0016328.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

LEVINE-CLARK, Michael. Evidence-based selection at the University of Denver. **Against the grain**, v. 27, n. 5, p. 10, 2015. Disponível em:

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

<<https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7176&context=atg>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **Inteligência coletiva (A)**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. O ciberepaço como um passo metaevolutivo. **Revista Famecos**, v. 7, n. 13, p. 59–67, 2000. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/3081/2357>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

LÉVY, Pierre. **O Que é o Virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIAISON. In: REITZ, Joan M. **ODLIS: Online dictionary for library and information science**. Libraries Unlimited, 1996. Disponível em: <http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_A.aspx>. Acesso em: 28 jun. 2017.

LOCKSS. **Post Cancellation, Perpetual Access**. Disponível em: <<https://www.lockss.org/post-cancellation-perpetual-access/>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

LONSDALE, Ray; ARMSTRONG, Chris. Promoting your e-books: lessons from the UK JISC National e-Book Observatory. **Program**, v. 44, n. 3, p. 185-206, 2010. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/14892/1/LonsdaleArmstrong-NeBO-Program-article1.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

LOPATIN, Laurie. Library digitization projects, issues and guidelines: A survey of the literature. **Library hi tech**, v. 24, n. 2, p. 273-289, 2006.

LUCKERT, Y. et al. **Liaison Librarian Task Force 2012-2013, The University of Maryland Libraries, Final Report, 31 May 2013**. College Park, MD: University of Maryland, 2013. Disponível em: <<http://drum.lib.umd.edu/handle/1903/17456>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

LUDBROOK, Joanna. Encouraging the use of eBooks in hospital libraries. **HLA News**, n. Autumn, 2015, 2015. Disponível em: <<https://www.alia.org.au/sites/default/files/HLA%20News-Autumn2015.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

LYNCH, Clifford. The battle to define the future of the book in the digital world. **First monday**, v. 6, n. 6, 2001. Disponível em: <<http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/864/773>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

LYNDEN, Frederick Charles. Collection management by automation. **Library Acquisitions: Practice & Theory**, Oxford, Inglaterra, GB, v. 13, n. 2, p. 177-183, 1989.

LYNDEN, Frederick Charles. Collection Management. **ALA Yearbook 1980**, p. 117, 1980.

MACALUSO, Stephan J.; PETRUZZELLI, Barbara Whitney. The library liaison toolkit: learning to bridge the communication gap. **The Reference Librarian**, v. 43, n. 89-90, p. 163-177, 2005. Disponível em: <www.periodicos-capes.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MACEVICIUTE, Elena. Research libraries in a modern environment. *Journal of Documentation*, London, GB, v. 70, n. 2, p. 282-302, 2014. Disponível em: <www.periodicos-capes.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000.

MAGALHÃES, Carolina de Souza Santana. **Seleção de coleções de livros digitais nas universidades públicas brasileiras**. Salvador, 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Informação, Universidade Federal da Bahia. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15021/1/Sele%C3%A7%C3%A3o%20de%20cole%C3%A7%C3%B5es%20de%20livros%20digitais_REPOSITORIO.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MANGRUM, Suzanne; POZZEBON, Mary Ellen. Use of collection development policies in electronic resource management. **Collection Building**, New York, US, v. 31, n. 3, p. 108-114, 2012. Disponível em: <www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel A. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/1518/1/2008_MiguelAngelMarderoArellano.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Cariniana: uma rede nacional de preservação digital. **Ciência da Informação**, Brasília, vol. 41, n. 1, 2012. Disponível em: <revista.ibict.br/ciinf/article/download/1354/1533>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15–27, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MARRA, Patrícia dos Santos Caldas; WEITZEL, Simone da Rocha. Portais de periódicos de acesso aberto nas universidades brasileiras: a utilização do Open Journal Systems. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16. 2015, João Pessoa, **Anais...** João Pessoa, 2015. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2937/10.%20PORTAIS%20DE%20PERI%C3%93DICOS%20DE%20ACESSO%20ABERTO.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MARSHALL, Audrey. (Ed.). **Collection development in the digital age**. London: Facet, 2012. p. 3-25. Disponível em: <<http://d-scholarship.pitt.edu/25157/>>. Acesso em: 22 fev.2016.

MARTELL, Charles. The elusive user: Changing use patterns in academic libraries 1995 to 2004. **College & Research Libraries**, Chicago, v. 68, n. 5, p. 435-445, 2007. Disponível em: <<http://crl.acrl.org/index.php/crl/article/download/15890/17336>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

MARTIN, Murray S. Stagnant budgets: their effects on academic libraries. **The Bottom Line**, Bingley, v. 3, n. 3, p. 10-16, 1990. Disponível em: <www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MARTÍNEZ, Dídac. **Los libros electrónicos**: El nuevo reto estratégico y de gestión de las bibliotecas universitarias, 2015. Disponível em: <<http://upcommons.upc.edu/handle/2117/25791?show=full>>. Acesso em: 23 maio 2017.

MARTINS, Raphael. Crowdfunding financia projeto científico pela primeira vez no Brasil. **Revista Galileu**, c2013. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI339200-17770,00-CROWDFUNDING+FINANCIA+PROJETO+CIENTIFICO+PELA+PRIMEIRA+VEZ+NO+BRASIL.html>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

MCNAUGHT, A.; ALEXANDER, H. Ebooks and accessibility. In: Woodward, H. (ed.). **Ebooks in Education**: Realising the Vision. London: Ubiquity Press, 2014. Disponível: <<http://www.ubiquitypress.com/site/chapters/10.5334/balho/download/386/>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

MEROLA, Marci (Org.). **Manual das Pessoas que Advogam pela Biblioteca**. Chicago: American Library Association, 2008. Disponível em: <http://www.ala.org/aboutala/sites/ala.org/aboutala/files/content/AdvocacyALA_Handbook_versaofina>

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

_abril.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MESQUITA, Margareth de Figueiredo Nogueira. **Avaliação do impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no Sistema de Bibliotecas Universitárias da Universidade Federal do Ceará.** 2016. 117f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15815/1/2016_dis_mfnmesquita.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

MILLER, Jonathan. A Method for Evaluating Library Liaison Activities in Small Academic Libraries. **Journal of Library Administration**, New York, v. 54, n. 6, p. 483-500, 2014. Disponível em: <http://scholarship.rollins.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1170&context=as_facpub>. Acesso em: 22 dez. 2016.

MILLER, Paul, Web 2.0: building the new library, **Ariadne**, n. 45, 2005. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue45/miller/>>. Acesso em: 19 dez. 2017

MILLER, Robin Elizabeth. Academic Libraries Should Consider Deselection of Some Electronic Books. **Evidence Based Library and Information Practice**, Edmonton, v. 10, n. 3, p. 93-95, 2015. ISSN 1715-720X. Disponível em: <<https://journals.library.ualberta.ca/eblip/index.php/EBLIP/article/view/24713/18820>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MINAYO, M. C. DE S. (ED.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. DE S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 2.ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Hucitec: Abrasco, 1993.

MINAYO, M. C. DE S.; SANCHES, O. Quantitative and qualitative methods: opposition or complementarity? **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 237–248, 1993. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12896/1/ARTIGO_AcervosLivrosBibliotecas.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MINHA BIBLIOTECA. **O que é a Minha Biblioteca.** Disponível em: <<http://minhabiblioteca.com.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MIRANDA, A. Perspectivas do programa de Comutação Bibliográfica – COMUT. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 4., Campinas, 1985. **Anais...** Campinas: Editora da UNICAMP, 1985. p. 39-57.

MIRANDA, Antonio. Acervos de livros das bibliotecas das instituições de ensino superior no Brasil: situação problemática e discussão de metodologia para seu diagnóstico permanente. 1993. **Ciência da Informação**, Brasília, 22(1): 30-40, jan. /abr. 1993. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12896/1/ARTIGO_AcervosLivrosBibliotecas.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

MIRANDA, Antonio. **Biblioteca universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática.** Texto original apresentado durante o 1º. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, Niterói, RJ, 23 a 29 julho de 1978. Editado como folheto pela CAPES no mesmo ano e distribuído às universidades brasileiras, 1978. Disponível em: <http://www.antonimiranda.com.br/ciencia_informacao/biblioteca_universitaria_.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MIRANDA, Antonio. **Biblioteca Universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática.** Brasília: MEC, 1978.

- MIRANDA, Antonio. Políticas e planejamento de sistemas de informação no Brasil: um caminho tortuoso. In: Encontro Nacional da Ciência da Informação—CINFORM, 4., 2004. Salvador. **Anais...** Salvador, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/682/1/EVENTO_PolíticasPlanejamento.pdf> Acesso em: 28 jun. 2017.
- MORONI, AE. Weeding in a digital age. **Library Journal**, New York, v.137, n.15, p. 26-28, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- MORRIS, C; SIBERT, L. Acquiring e-books. In: POLANKA, Sue (Ed.). **No shelf required: e-books in libraries**. Chicago: American Libraries Association, 2010. p. 95-124. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- MOSHER, Paul Hostetler. Collection development to collection management: toward stewardship of library resources. **Collection management**, New York, US, v. 4, n. 4, p. 41-48, 1982.
- MOSHER, Paul Hostetler. **Collection evaluation in research libraries**: The search for quality, consistency, and system in collection development. 1979. Não paginado. Disponível em <<https://ecommons.cornell.edu/bitstream/handle/1813/647/Collection%20Evaluation%20in%20Research%20Libraries%201.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 abr. 2017.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2016.
- NASCIMENTO, Aline Vieira; SANTOS, Ana Cristina Gomes. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: o caso dos repositórios institucionais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, v. 17, 2012. **Anais...** Disponível em: <<http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QQR.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION (NISO). A framework of guidance for building good digital collections. Baltimore, MD: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.niso.org/publications/rp/framework3.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- NAVES, Madalena Martins Lopes. Aspectos conceituais do browsing na recuperação da informação. **Ciência da Informação**, Brasília-DF, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a05.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2017.
- NCBI. NCBI Book Tag Set. Disponível em: <<https://dtd.nlm.nih.gov/book/>>. Acesso em: 4 jan. 2018.
- NORMAN, Don; NIELSEN, Jakob. The Definition of User Experience (UX). In: **Nielsen Norman Group**. Disponível em: <<https://www.nngroup.com/articles/definition-user-experience/>>, acesso em: 30 nov. 2017.
- NUNES, Manoela Ferraz Moysés. **Arquitetura da informação e usabilidade de portais: o estudo de caso do portal da Superintendência de Documentação (SDC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015**. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/dissertacao_manoela_ferraz_moyses_nunes.pdf>. Acesso em 11 ago. 2017.
- OOMEN, Johan; AROYO, Lora, Crowdsourcing in the cultural heritage domain: opportunities and challenge. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMMUNITIES AND TECHNOLOGIES, 5., 2011, [S.l.]. **Proceedings...** [S.l.]: ACM, 2011, p. 138–149. Disponível em: <<http://www.academia.edu/download/9580056/oomenaroyoct2011.pdf>>. Acesso 16 dez. 2017.
- OSTERGAARD, Kirsten; ROSSMANN, Doralyn. There's Work to be Done: Exploring Library–Vendor Relations. **Technical Services Quarterly**, New York, v. 34, n. 1, p. 13-33, 2017. Disponível em: <https://scholarworks.montana.edu/xmlui/bitstream/handle/1/12411/Ostergaard_Rossmann_2017_W>

orkToBeDone.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 22 fev. 2017.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 17. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. 97 p.

PANDEY, Prabhat; MISRA, Roli. Digitization of library materials in academic libraries: Issues and challenges. **Journal of Industrial and Intelligent Information**, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.jiii.org/uploadfile/2014/0113/20140113034520805.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

PASTINE, Maureen. Introduction. In. ____ (ED.). **Collection development**: Past and future. Binghamton, NY: Howort Press, 1996. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em 01 abr. 2017.

PAULA, CRISTIANA MARIA DE. **REUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a universidade federal à lógica do atual estágio de acumulação do capital, 2009**. 247 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/var/www/htdocs/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/cristiana%20de%20p aula.pdf>. Acesso em: 28 maio 2017.

PAYNE, Lizanne. **Library storage facilities and the future of print collections in North America**. Dublin, OH: OCLC Programs and Research, 2007. Disponível em: <<http://csul.net/sites/csul.fcla.edu/uploads/ss-oclc-storage-rept-11-02-07.pdf>>. Acesso em: Acesso em: 22 fev. 2017.

PEREIRA, Milena Alves Mourao; CUTRIM, Klautenys Dellene Guedes; RODRIGUES, Sannya Fernanda Nunes. Crowdfunding ou Financiamento Coletivo no Brasil: Possibilidades para o desenvolvimento de projetos na área da Educação. **Revista EducaOnline**, v. 11, n. 2, p. 108–125, 2017. Disponível em: <<http://www.latec.ufrj.br/revistas/index.php?journal=educaonline&page=article&op=download&path%5B%5D=913&path%5B%5D=803>>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

PERGAMUM. **Aquisicao**. Curitiba: Pergamum, [S.d.]. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/automacao/manuais_pergamum/Aquisicao.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2018.

PHILLIPS, Linda L.; WILLIAMS, Sara R. Collection development embraces the digital age: A review of the literature, 1997-2003. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, Ill, v. 48, n. 4, p. 273, 2004. Disponível em: <www.periodicos-capes.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2017.

PICKETT, Carmelita; TABACARU, Simona; HARRELL, Jeanne. E-approval plans in research libraries. **College & Research Libraries**, Chicago, IL, v. 75, n. 2, p. 218-231, 2014. Disponível em: <<http://crl.acrl.org/index.php/crl/article/download/16359/17805>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PINFIELD, Stephen. The changing role of subject librarians in academic libraries. **Journal of librarianship and information science**, London, v. 33, n. 1, p. 32-38, 2001. Disponível em: <<http://eprints.nottingham.ac.uk/33/2/JOLIS.txt>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

PINHEIRO, A. V. **O Livro Raro**: formação e gestão de coleções bibliográficas especiais. Rio de Janeiro, 2002.

PINHEIRO, Carlos. **Ebooks e bibliotecas**. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares, 2014. Disponível em: <<http://www.rbe.mec.pt/np4/file/1173/bibliotecarbe5.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: IBICT, 2014. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes-e-institucionais/tesouro-brasileiro-de-ciencia-da-informacao-1/copy_of_TESAUROCOMPLETOFINALCOMCAPA24102014.pdf>. Acesso em 15 fev. 2017.

PONTES, Samantha. Modelos de contratos para aquisição e/ou assinatura de publicações
PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240
Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

eletrônicas. In: REUNIÃO TÉCNICA: MODELOS DE CONTRATOS PARA AQUISIÇÃO E/OU ASSINATURA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS, 1., 2015, Rio de Janeiro. **Anais....** Disponível em: <<http://gidjrj.com.br/wp-content/uploads/2015/08/Reuni%C3%A3o-T%C3%A9cnica-2015-Modelos-de-Contratos-por-Samantha-Pontes.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

PORTAL de Periódicos Capes. Disponível em: <[http://www.periodicos-capes.gov-br.ez24.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos-capes.gov.br.ez24.periodicos.capes.gov.br)>. Acesso em: 19 jul. 2017.

PORTAL Domínio Público. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

PORTAL PERIODICOS CAPES. **Acervo**. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=200>. Acesso em: 19 jan. 2018.

PORTICO. **E-Book Preservation Service**. Disponível em: <<http://www.portico.org/digital-preservation/services/e-book-preservation-service>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo, RS: Nova Editora Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

PROJECT GUTENBERG. **Free ebooks**; Project Gutenberg. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

QUIVY, R.; VAN CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005

RADNOR, M. C.; SHRAUGER, K. J. Ebook resource sharing models: borrow, buy, or rent. **Journal of Interlibrary Loan, Document Delivery & Electronic Reserve**, Milton Park Abingdon, v. 22, n. 3–4, p. 155–161, 2012. Disponível em: <www.periodicos-capes.gov-br>. Acesso em: 17 jun. 2017.

RAFIQ, Muhammad; AMEEN, Kanwal, Digitization in university libraries of Pakistan. **OCLC Systems & Services: International digital library perspectives**, v. 29, n. 1, p. 37–46, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Muhammad_Rafiq7/publication/263185191_Digitization_in_university_libraries_of_Pakistan/links/55af5cac08aee0799220fab6/Digitization-in-university-libraries-of-Pakistan.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

RAMOS, Adilson dos; ALCÂNTARA, Andréia. Financiamento de projetos em bibliotecas universitárias: captação de recursos além dos muros da universidade. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônico...** Florianópolis: FEBAB, 2013, p. 4884–4899. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1623/1624>>. Acesso em: 1 jan. 2017.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. *The five laws of library science*. Bombay: Asia Pub. House, 1963.

RIVERA DONOSO, Miguel Angel. **Directrices para la creación de un programa de preservación digital**. Santiago, Chile: UTEM, 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/12989/1/Serie_N%C2%B043_Preservacion_digital.pdf>; <<http://eprints.rclis.org/12989/>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

RNP: Nossa história. Disponível em: <<https://www.rnp.br/institucional/nossa-historia>>. Acesso em: 17 maio. 2017.

RODRIGUES, Eloy; CARVALHO, José. **Gestão e organização da coleção digital**. Lisboa:

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Ministério da Educação e Ciência, 2013. Disponível em: <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/871/be_rbe_3.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2017.

ROMERO-OTERO, Irene-Sofía; IGLESIAS-FERNÁNDEZ, Esperanza; GIMÉNEZ-TOLEDO, Elea. Use, acceptance and expectations for the ebook in a research library. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, 2013. Disponível em: <<http://bid.ub.edu/en/31/romero3.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

RONCEVIC, Mirela. **E-book Platforms for Libraries**. [S.l.]: American Library Association, 2013. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em 10 nov. 2017.

ROSS, Seamus; SHARP, R; MCKINNEY, P; et al. The NINCH Guide to Good Practice in the Digital Representation and Management of Cultural Heritage Materials. [S.l.: S.n.], 2002. Disponível em: <<http://chnm.gmu.edu/digitalhistory/links/pdf/chapter1/1.17.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

ROTHENBERG, Jeff. **Avoiding Technological Quicksand: Finding a Viable Technical Foundation for Digital Preservation**. A Report to the Council on Library and Information Resources. Washington, DC: Council on Library and Information Resources, 1999. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/rothenberg/pub77.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2011>.

RYANS, Cynthia C.; SURESH, Raghini S.; ZHANG, Wei-Ping. Assessing an academic library liaison programme. **Library Review**, Bradford, Inglaterra, GB, v. 44, n. 1, p. 14-23, 1995. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SALES, Luana Farias Sales; SAYÃO, Luis Fernando. Há Futuro para as Bibliotecas de Pesquisa no Ambiente de eScience? **Informação & Tecnologia**, João Pessoa, PB, v. 2, n. 1, p. 30–52, 31 dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/article/viewFile/26029/14677>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SAMSON, S. Best practices for serving students with disabilities. **Reference Services Review**, Ann Arbor, Mich., US, v. 39, n. 2, p. 260–277, 2011. Disponível em: <[www-periodicos-capes-gov-br](http://www.periodicos-capes.gov.br)>. Acesso em: 29 dez. 2016.

SAN JOSÉ MONTANO, Blanca. La gestión de la colección cooperativa en las bibliotecas universitarias a comienzos del siglo XXI. 2011. Tese (Doutorado). Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, Getafe, 2011. Disponível em: <<http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/10412/TEISIS?sequence=1>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

SAN JOSÉ MONTANO, Blanca. The new paradigm of collection management in university libraries: from crisis to revolution. **Collection Building**, New York, v. 33, n. 3, p. 90–97, 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/46564014/13.Collecting_Building_2014_33390-97.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

SANTA ANNA, Jorge. Desafios para a gestão de estoques de informação frente às coleções em diferentes contextos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina, v. 20, n. 3, p. 550-566, 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5345333.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SANTOS, Ana Rosa; WEITZEL, Simone da Rocha. O livro impresso e o descarte das últimas cópias do século XX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 26., 2017, Fortaleza. **Anais ...** Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/download/1993/1994>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SANTOS, Flavio Rosendo dos. O orçamento-programa e a execução das políticas públicas. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 68, n. 1, p. 191-212. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2955>>. Acesso em: 14 maio 2018.

SANTOS, Shilton Roque; AZEVEDO, Marcio Adriano; MARCELINO, Fabiana Teixeira. AVALIAÇÃO
PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240
Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

PARTICIPATIVA DAS POLÍTICAS COMO PROPOSTA INOVADORA NO SETOR PÚBLICO: delineamentos e procedimentos. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 3, n. 9, p. 463-475, 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. DE; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, 7 jul. 2009. p.8-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000179&pid=S1413-9936201200020000600031&lng=pt>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SAYÃO, Luís Fernando. Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônicos científicos. **Ponto de Acesso**: Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA, Salvador, v. 4, n. 3, p. 68-94, dez. 2010. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4709/3565>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. Dados de pesquisa: contribuição para o estabelecimento de um modelo de curadoria digital para o país. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, PB, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/102/146>>. Acesso em: 22 fev.2016.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. Guia de Gestão de Dados de Pesquisa para Bibliotecários e Pesquisadores. – Rio de Janeiro: CNEN/IEN, 2015. Disponível em: <<http://www.cnen.gov.br/component/content/article/75-cin/material-didatico-cnen/160-guia-de-gestao-de-dados-de-pesquisa>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

SCANLON, Rachel. **An investigation of the collection management policies of scottish public libraries**.2012. Dissertação (Master Information and Library Studies) Department of Computer And Information Sciences. University of Strathclyde, Glasgow, 2012. Disponível em: <http://www.cis.strath.ac.uk/cis/research/publications/papers/strath_cis_publication_2666.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2017.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade informática**: As consequências sociais da segunda revolução industrial. 3. ed. São Paulo: UNESP: Ed. Brasiliense, c1990.

SCIELO Livros. Disponível em: <<http://books.scielo.org/scielo-livros/>>. Acesso em: 17 jul. 2017 (a).

SCIELO Livros: O que é e como participar. Disponível em: <<http://books.scielo.org/guia-scielo-livros/>>. Acesso em: 17 jul. 2017(b).

SEETHARAMA, S. Collection development/management in an information technology-based environment: current initiatives and issues. **DESIDOC Journal of Library & Information Technology**, Delhi, v. 17, n. 1, 1997. Disponível em: <<https://gndec.ac.in/~librarian/sveri/dbit1701011.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

SERRA, Liliana Giusti; SEGUNDO, José Eduardo Santarém. Modelos de negócios, bibliotecas e livros digitais. **Informação & Sociedade**, v. 27, n. 3, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/31307/pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SERRA, Liliana Giusti; SILVA, José Fernando Modesto da. Livros digitais e os modelos de negócios. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 12., 2015, Évora, **Actas...** Évora: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2015. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1252/pdf_52>. Acesso em: 9 nov. 2016.

SHEN, Lan. Improving the effectiveness of librarian-faculty collaboration on library collection development. **Collaborative Librarianship**, v. 4, n. 1, p. 3, 2012. Disponível em: <http://digitalcommons.du.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1184&context=collaborativelibrarianshi>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240
Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

SHORLEY, Deborah; YANG, Daryl; KROMP, Brigitte; MAYER, Wolfgang. Collections Earning Their Keep. *027.7 Zeitschrift für Bibliothekskultur*, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SHUMAKER, David. Who let the librarians out? Embedded librarianship and the library manager. *Reference & User Services Quarterly*, Chicago, v. 48, n. 3, p. 239-257, 2009. Disponível em: <<https://embeddedlibrarian.files.wordpress.com/2009/04/agnickeynotefinal.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. **A pesquisa e suas aplicações em ciência da informação: implicações éticas**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ÉTICA DA INFORMAÇÃO, 1., 2010, João Pessoa, Anais... João Pessoa: Ideia, 2010. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26301/2/arandomalheiropesquisa000107223.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SILVA, Edilene Maria da. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias**. João Pessoa, 2009, 103 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/14433/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_CI_-EDILENE_MARIA_DA_SILVA.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SILVA, Fabiana Vilar. **Subsídios para a elaboração de uma política de depósito mandatário em repositórios institucionais brasileiros**: uma análise de estudos de caso a partir dos elementos de desenvolvimento de coleções. 2014. Dissertação (Mestrado em Programa de pós-graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, Fabiana Vilar; WEITZEL, Simone. Subsídios para elaboração de mandatos em repositórios: uma abordagem de desenvolvimento de coleções. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2014. Disponível em: <enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt5>. Acesso em: 23 mar. 2016.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., Curitiba, **Anais...** Curitiba: PUC, 2009. p. 4554-4566. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SILVA, Luciana Mara. Aplicando as TIC'S no processo de aquisição: Estudo de caso na Biblioteca Universitária da UNISUL. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2005, Curitiba. **Anais...** Curitiba: CBBBD, 2005. Disponível: <https://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/trabs/CBBBD2005_aquisicao.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

SIQUEIRA, Luís Paulo Bogliolo Piancastelli de. Direitos Autorais e Comunicação Científica: desafios para bibliotecas. **Bibliotecas Universitárias**: pesquisas, experiências e perspectivas, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/1118>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

SNOW, R. Wasted words: the written collection development policy and the academic library. **The journal of academic librarianship**, Ann Arbor, Mich., US, v. 22, n. 3, p. 191–194, 1996. Disponível em: <<http://lib.law.washington.edu/reserves/lis593snow.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

STEINHART, Gail. Libraries as distributors of geospatial data: Data management policies as tools for managing partnerships. **Library Trends**, Champaign, Ill., US, v. 55, n. 2, p. 264-284, 2006. Disponível em: <https://ecommons.cornell.edu/bitstream/handle/1813/3562/steinhart_libtrends_2006.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 abr. 2017.

STOLLER, Michael. Building library collections: It's still about the user. **Collection Building**, New York, v. 24, n. 1, p. 4-8, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

STOREY, Colin. "Bibliobabble?: The surge towards a print? less e-library recasts academic librarians as "rare book engineers"", **Library Management**, v. 32, n. 1/2, 2011, p.73-84. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SURESH, Raghini S.; RYANS, Cynthia C.; ZHANG, Wei-Ping. The library-faculty connection: starting a liaison programme in an academic setting. **Library Review**, Bradford, Inglaterra, GB, v. 44, n. 1, p. 7-13, 1995. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SURESH, Raghini S.; RYANS, Cynthia C.; ZHANG, Wei-Ping. The library-faculty connection: starting a liaison programme in an academic setting. **Library Review**, Bradford, Inglaterra, GB, v. 44, n. 1, p. 7-13, 1995. Disponível em: < <http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/livro-verde/download>. Acesso em 11 abr. 2016.

TARAPANOFF, K. O profissional da informação e a sociedade do conhecimento: desafios e oportunidades. *Transinformação*, v. 11, n. 1, p. 27-38, 1999. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/289>>. Acesso em: 26 Fev. 2018.

TARAPANOFF, Kira. As novas tendências e o profissional da informação nas bibliotecas universitárias do século XXI. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000., Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC: 2000. Disponível em: <<http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/Kira.doc> >. Acesso em: 28 jun. 2017.

TARAPANOFF, Kira. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição sócio-econômica e estrutural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2., 1981. Brasília. **Anais**. Brasília: CAPES, 1981, p. 9-35. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001627.pdf#page=17>. Acesso em: 2 fev. 2017.

TARAPANOFF, Kira. Políticas de planejamento de sistemas de informação para o desenvolvimento: a experiência da América Latina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, apr. 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/517>>. Acesso em: 24 maio 2017.

TARAPANOFF, Kira; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CORMIER, Patricia Marie Jeanne. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a09v29n3>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

THE DIRECTORY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES (OPENDOAR). OpenDOAR, Nottingham: University of Nottingham, c2006-2014. Disponível em: <<http://www.opendoar.org>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

THOMAS, Joelle; CHILTON, Galadriel. Library e-book platforms are broken: Let's fix them. In: WARD, Suzanne M.; FREEMAN, Robert S.; NIXON, Judith M. **Academic E-books**: Publishers, Librarians, and Users. Indiana: Purdue University Press, 2017. p. 249-262, 2016. Disponível em: <<http://www.oapen.org/download?type=document&docid=626970#page=262>>. Acesso em 16 jan. 2018.

TOFFLER, Alvin. A terceira onda. 18.ed. Rio de Janeiro: Record, c1980.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. A ciência da informação no Second Life: experiências profissionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/08/pdf_4cbb5e50cf_0018611.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

TONKIN, Emma. Making the case for a wiki. **Ariadne**, n. 42, 2005. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue42/tonkin/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

TUCKER, J. C. Ebook collection analysis: subject and publisher trends. **Collection Building**, New York, v. 31, n. 2, p. 40–47, 2012. Disponível em: <http://digitalscholarship.unlv.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1430&context=lib_articles>. Acesso em 16 jan. 2017.

TUMBLESÓN, Beth E.; BURKE, John J. **Embedding librarianship in learning management systems: A how-to-do-it manual for librarians**. American Library Association, 2013.

UNESCO. **Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, 2016**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/prizes-and-celebrations/international-day-for-universal-access-to-information/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

UNESCO. **Mensagem da UNESCO para o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, 2017**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/message_from_unesco_on_the_occasion_of_the_international_day-1/>. Acesso em: 27 dez. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Sistema de Bibliotecas. **Política de Formação Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFBA**. Salvador, 2014. Disponível em: <<http://www.ims.ufba.br/wp-content/uploads/downloads/2014/06/Pol%C3%ADtica-de-Forma%C3%A7%C3%A3o-e-Desenvolvimento-de-Cole%C3%A7%C3%B5es-do-SIBI-UFBA.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADO. Coordenadoria de Serviços de Biblioteca. **Política de Formação de Desenvolvimento de Coleção da Coordenadoria de Serviços de Biblioteca**. Dourados, [S.d]. Disponível em: <[http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/BIBLIOTECA/Pol%C3%ADtica%20de%20desenvolvimento%20de%20cole%C3%A7%C3%A3o%20das%20bibliotecas%20da%20UFGD\(1\).pdf](http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/BIBLIOTECA/Pol%C3%ADtica%20de%20desenvolvimento%20de%20cole%C3%A7%C3%A3o%20das%20bibliotecas%20da%20UFGD(1).pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE. **Política de Desenvolvimento de Coleções**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.ufcspa.edu.br/biblioteca/docs/politica-de-desenvolvimento-de-colecoes.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Sistema de Bibliotecas. **Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (SIBI/UFG)**. Goiás, 2014. Disponível em: <https://www.bc.ufg.br/up/88/o/Pol%C3%ADtica_de_Desenvolvimento_de_Cole%C3%A7%C3%B5es_2014.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Cepe Nº 274, de 2 de agosto de 2016**. Disponível em: <http://www.ufla.br/documentos/arquivos/5_274_02082016.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. **Portaria Nº 002, de 06 de fevereiro de 2015**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/bu/files/2015_Politica_Desenvolvimento_do_Acervo.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. **Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFSC (SiBi/UFSC)**. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/design/PolDesColecoes_SIBIUFSC.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. DEPARTAMENTO DE AÇÃO (DEAC). **História da PPGB/CCH/UNIRIO**

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240
Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Biblioteca Comunitária da UFSCar (BCo). Portal BCo UFSCar. Disponível em: <<http://www.bco.ufscar.br/sobre-a-bco/historia-da-bco/historia-da-biblioteca-comunitaria-da-ufscar-bco>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de São Carlos. Política Formação Desenvolvimento Coleções.** São Carlos, 2016. Disponível em: <<http://www.sibi.ufscar.br/sobre>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. **Resolução 04/2015/CONEPE.** São Cristóvão (SE), 2015. Disponível em: <http://bibliotecas.ufs.br/uploads/page_attach/path/164/RESOLU__O_04-2015-CONEPE_-_Pol_tica_de_Developmento_de_Cole_es_do_Sistema_de_Bibliotecas_da_UFS.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Política de Desenvolvimento de Coleções do SISBI/UFU.** Disponível em: <http://www.bibliotecas.ufu.br/sites/bibliotecas.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Pol%C3%ADtica%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Desenv.%20Cole%C3%A7%C3%B5es%20-%20SISBI_0.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Sistema de Bibliotecas. **Política de Formação e desenvolvimento de Coleções para o SISTEBIB-UFAM.** Manaus, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ufam.edu.br/images/pdf/Poltica-de-Formacao.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. Comissão de Acervo. **Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará:** Revisada E Atualizada. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufc.br/images/arquivos/normativos/politica_colecoes_ufc.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pampa (SISBI – Unipampa).** Bagé, 2015. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2015/10/PDC>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas (SIBI) da UFPR.** Curitiba, 2013. Disponível em: <[https://www.portal.ufpr.br/PDC%20SiBi%20\[2013\].pdf](https://www.portal.ufpr.br/PDC%20SiBi%20[2013].pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE **Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do SISBI/UFRN.** 3. ed. Natal, 2016. Disponível em: <<https://sistemas.ufrn.br/shared/verArquivo?idArquivo=3570110&key=3995d348bcf5a68eabcb95ace39411a2>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Sistema Integrado de Bibliotecas da UNIVASF. **Regulamento de Utilização e Circulação do Acervo d da Política de Desenvolvimento de Acervo,** 2012. Disponível em: <<http://portais.univasf.edu.br/sibi/regulamento-sibi.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Acervo no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense.** Niterói, 2016. Disponível em: <http://www.ndc.uff.br/sites/default/files/arquivos/secoes/PDC%20_Diretrizes_%20Bibliotecas%20UF%202016.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

URBANO, Cristóbal; ZHANG, Yin; DOWNEY, Kay; KLINGLER, Thomas. Library catalog log analysis in e-book patron-driven acquisitions (PDA): A case study. **College & Research Libraries**, v. 76, n. 4, p. 412-426, 2015. Disponível em: <<http://crl.acrl.org/index.php/crl/article/viewFile/16435/17881>>; <<https://pdfs.semanticscholar.org/1ba7/5cd48ba252902006b99b3e06e2e83c9da311.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

UZWYSHYN, Ray. Risk management and disaster recovery planning for online libraries. **Journal of Emergency Management**, Weston, MA,, v. 13, n. 6, nov./dec. 2015. Disponível em: <<http://rayuzwysyn.net/TXU2015/LibraryEmergencyManagementArticleUzwysyn.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

VAIDHYANATHAN, S. **A Googlelização de tudo (e por que devemos nos preocupar)**: a ameaça do controle total da informação por meio da maior e mais bem-sucedida empresa do mundo virtual. São Paulo: Cultrix, 2011.

VALERIANO, Dalton, L. **Moderno Gerenciamento de projetos**. São Paulo: Editora Pearson; Rio de Janeiro: Prentice Hall, 2009.

VAN DORMOLEN, Hans. **Metamorfoze Preservation Imaging Guidelines, version 1.0**. [S.l.]: National Library of the Netherlands, 2012. Disponível em: <https://www.metamorfoze.nl/sites/metamorfoze.nl/files/publicatie_documenten/Metamorfoze_Preservation_Imaging_Guidelines_1.0.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2018.

VAN-ZIJL, C. The why, what, and how of collection development policies. **South African Journal of Libraries and Information Science**, Stellenbosch, v. 66, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://sajlis.journals.ac.za/pub/article/download/1438/1336>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

VASILEIOU, Magdalini; ROWLEY, Jennifer. Marketing and promotion of e-books in academic libraries. **Journal of Documentation**, v. 67, n. 4, p. 624–643, 2011. Disponível em: < [www-periodicos-capes-gov-br](http://www.periodicos-capes.gov.br)>. Acesso em: 22 jan. 2017.

VASILEIOU, Magdalini; ROWLEY, Jennifer; HARTLEY, Richard. Metadata and providing access to e-books. **British Journal of Educational Technology**, v. 44, n. 3, p. 518-528, 2013. Disponível em: < www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em: 22 jan. 2017.

VASILEIOU, Magdalini; ROWLEY, Jennifer; HARTLEY, Richard. The e-book management framework: The management of e-books in academic libraries and its challenges. **Library & information science research**, Norwood, NJ, US, v. 34, n. 4, p. 282-291, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br> >. Acesso em: 28 jun. 2017.

VASSILIOU, Magda; ROWLEY, Jennifer. Progressing the definition of “e-book”. **Library Hi Tech**, Ann Arbor, Mich., US, v. 26, n. 3, p. 355-368, 2008. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/TGI061%20Vassiliou%20definition%20of%20ebook%202008.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervescência. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 2, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/629/413>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da informação**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 13-21, jan./abr., 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf/article/viewArticle/1208>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de coleções. **Revista de biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 2, p. 193, 1987. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000002545/95479e52eeb21eade68adc54c459aaa9>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 2010.

VERMAAT, Misty E.; et al. **Enhanced Discovering Computers**. Boston: Cengage Learning, 2016.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

VIANA, Cassandra Lúcia de Maya; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Repositórios institucionais baseados em DSpace e EPrints e sua viabilidade nas instituições acadêmico-científicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 14., 2006, **Anais...** Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/8834/?mode=full>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

VIANA, José Antonio; ODDONE, Nanci Elizabeth. Autopublicação de livros acadêmicos no Brasil: um estudo exploratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador: ANCIB, 2016. **Anais eletrônicos.... Disponível em:** <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3809>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

VIEIRA, David Vernon; CUNHA, Murilo Bastos da. Código QR em bibliotecas: possibilidades de promoção do acervo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 11, n. especial, p. 654-671, 2015a. Disponível em: <<https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/download/495/459>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

VIEIRA, David Vernon; CUNHA, Murilo Bastos da. O crowdfunding em bibliotecas: tornando as bibliotecas públicas sustentáveis com a ajuda da comunidade online. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 11, n. especial, p. 81-98, 2015b. Disponível em: <<https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/viewFile/496/417>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

WALTERS, Tyler; SKINNER, Katherine. **New roles for new times**: Digital curation for preservation. Washington, DC: Association of Research Libraries, 2011. Disponível: <<https://vtechworks.lib.vt.edu/handle/10919/10183>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

WALTERS, William H. E-book in academic libraries: Challenges for acquisition and collection management. **Portal: Libraries and the Academy**, v. 13, n. 2, p. 187-211, 2013a. Disponível em: <http://staging.press.jhu.edu/journals/portal_libraries_and_the_academy/portal_pre_print/current/articles/13.2walters.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017. This mss. is peer reviewed, copy edited, and accepted for publication, portal 13.2.

WALTERS, William H. E-book in academic libraries: Challenges for discovery and access. **Serials Review**, vol. 39, no. 2, p. 97-104, 2013b. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00987913.2013.10765501>>. Acesso em: 04 maio 2014.

WAUGH, Mike; DONLIN, Michelle; BRAUNSTEIN, Stephanie. Next-Generation Collection Management: A Case Study of Quality Control and Weeding E-Books in an Academic Library. **Collection Management**, v. 40, n. 1, p. 17-26, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

WEBSTER, Frank. **Theories of the information society**. New York: Routledge, 2006. Disponível em: <<https://cryptome.org/2013/01/aaron-swartz/Information-Society-Theories.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, 24(3):179-190, set./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 7, n. 1, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414>>.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

Acesso em: 30 mar. 2018.

WEITZEL, Simone da Rocha; LEITE, Fernando César Lima; MÁRDERO ARELLANO, M. A. E-LIS: um repositório digital para a Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: CRUESP, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2781.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

WEITZEL, Simone Rocha; MESQUITA, Marco Aurelio Alencar. **Preservação digital em repositórios institucionais: práticas na região Sudeste do Brasil**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 181-196, maio 2015. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/778/536>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

WHEELER, Michael. **Ethics and Negotiation: 5 Principles of Negotiation to Boost Your Bargaining Skills in Business Situations**. On february 15th, 2018. Disponível em: <<https://www.pon.harvard.edu/daily/negotiation-training-daily/questions-of-ethics-in-negotiation/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

WHEELER, Michael. **The art of negotiation: How to improvise agreement in a chaotic world**. New York: Simon and Schuster, 2013. Disponível em: < <https://books.google.com.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

WIJAYARATNE, Anusha Lakmini; SINGH, Diljit. Developing an academic library website model, a designer's checklist, and an evaluative instrument: a Delphi method approach. **The Electronic Library**, v. 33, n. 1, p. 35-51, 2015. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez24.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 11 de jan. 2017.

WILEY, L.; CLARAGE, E. Building on success: evolving local and consortium purchase-on-demand programs. **Interlending & Document Supply**, Bradford, v. 40, n. 2, p. 105-110, 2012. Disponível em: <<http://journal-dl.com/downloadpdf/591087ed3fbb6e13743c17e5>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

WOODWARD, H. 2014. **Ebooks in education: Realising the vision**. London: Ubiquity Press. Disponível em: <[http://www.ubiquitypress.com/site/books/10.5334/bal/read/#epubcfi\(/6/2\[cover.xhtml\]!/4/1:0\)>](http://www.ubiquitypress.com/site/books/10.5334/bal/read/#epubcfi(/6/2[cover.xhtml]!/4/1:0)>)>. Disponível em: 09 jun. 2017

YU, Holly; BREIVOLD; Scott (Ed.). **Electronic resource management in libraries: Research and practice**. Hershey, New York: Information Science Reference, 2008. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Randle_Gedeon/publication/247930972_Beyond_OpenURL/link/s/54ec77cf0cf27bfd770c654.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

ZATTAR, Mariana; DOURADO, S. Desenvolvimento de coleções eletrônicas: questões de aquisição. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 1-12. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/trabalhos/index.php/sn_20_bu_14/sn_20_bu_14/paper/view/148/75>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ZATTAR, Marianna. Elaboração de termo de referência para assinaturas de bases de dados em Bibliotecas Universitárias: sugestão de parâmetros, in: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônico...** Florianópolis: FEBAB, 2013, v. 25, p. 4334-4343. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/download/1581/1582>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

ZHANG, Tao; NIU, Xi. The user experience of e-books in academic libraries: Perception, discovery, and use. In: WARD, Suzanne M.; FREEMAN. **Academic e-books: Publishers, librarians, and users**. Indiana: Purdue University Press, 2017. p. 207-222, 2016. Disponível em: <<http://www.oapen.org/download?type=document&docid=626970#page=220>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

APÊNDICE A – QUADRO COM DADOS DOS SIBIS DAS 63 UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

REGIÃO DO BRASIL	INSTITUIÇÃO ENSINO SUPERIOR (IES)	SISTEMA DE BIBLIOTECAS/ BIBLIOTECA CENTRAL (SIBI)	DOCUMENTO RELATIVO A POLITICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES (PDC)	PORTAIS DE LIVROS ELETRÔNICOS
Centro oeste	<u>Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (Ufgd) –</u>	<u>Coordenadoria de Serviços de Biblioteca – Csb/Rtr/Ufgd</u>	<u>Resolução Número 127 De 06/10/2014</u>	<u>Livros Eletrônicos</u> Formado por livros doados ou gratuitos.
Sul	<u>Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspa)</u>	<u>Biblioteca Paulo Lacerda de Azevedo</u>	<u>Política de Desenvolvimento de Coleções - 2013</u>	<u>Livros eletrônicos</u> Formados por livros pagos e gratuitos.
	<u>Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)</u>	<u>Biblioteca Central Prof. Roberto Duarte Pires</u>	Não localizado	
	<u>Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da UFABC</u>	Não localizado	
Sul	<u>Fundação Universidade Federal do Pampa - Unipampa (UNIPAMPA)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas Unipampa - SISBI Unipampa</u>	<u>Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pampa- 2015</u>	<u>Ebooks Springer</u> <u>Bases de Dados de Livre Acesso</u> Estes portais es dispostos na homepage em <i>links</i> .
Norte	<u>Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (Sisbib/UFT)</u>	<u>RESOLUÇÃO Nº 25 DE 28 DE JUNHO DE 2017</u>	<u>Bibliotecas digitais com e-books gratuitos</u> Portal de Periódicos Capes e outros gratuitos, expostos na homepage. (Esse portal não tem endereço direto, acesso via aba “Mais”)
Nordeste	<u>Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)</u>	<u>Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Vale do São Francisco</u>	<u>Regulamento de Utilização e Circulação do Acervo e da Política de Desenvolvimento de Acervo - 2012</u>	<u>Links</u> Formado por documentos eletrônicos pagos e gratuitos, e Portal de Periódicos Capes, na

REGIÃO DO BRASIL	INSTITUIÇÃO ENSINO SUPERIOR (IES)	SISTEMA DE BIBLIOTECAS/ BIBLIOTECA CENTRAL (SIBI)	DOCUMENTO RELATIVO À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES (PDC)	PORTAIS DE LIVROS ELETRÔNICOS
				homepage.
	<u>Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)</u>	Não localizado	
	<u>Universidade de Brasília (UNB)</u>	<u>Biblioteca Central da Universidade de Brasília</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal da Bahia (UFBA)</u>	<u>Sistema Universitário de Bibliotecas</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)</u>	<u>Bibliotecas UFFS</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)</u>	<u>Biblioteca Latino-Americana (BIUNILA)</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal da Paraíba (UFPB)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da UFPB</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal de Alagoas (UFAL)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas UFAL</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)</u>	<u>Bibliotecas da UNIFAL-MG</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da UFCG (SISTEMOTECA)</u>	Não localizado	
Centro oeste	<u>Universidade Federal de Goiás (UFG)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da UFG</u>	<u>Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (SIBI/UFG) - 2014</u>	Acervos virtuais Formado por livros pagos e gratuitos. Apresentado em um menu com diversas coleções eletrônicas.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

REGIÃO DO BRASIL	INSTITUIÇÃO ENSINO SUPERIOR (IES)	SISTEMA DE BIBLIOTECAS/ BIBLIOTECA CENTRAL (SIBI)	DOCUMENTO RELATIVO À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES (PDC)	PORTAIS DE LIVROS ELETRÔNICOS
	<u>Universidade Federal de Itajubá - Unifei (UNIFEI)</u>	<u>Bibliotecas</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal de Juiz De Fora (UFJF)</u>	<u>Centro de Difusão do Conhecimento (CDC)</u>	Não localizado	
Sudeste	<u>Universidade Federal de Lavras (UFLA)</u>	<u>Biblioteca da Universidade Federal de Lavras</u>	<u>Resolução CEPE nº 274, de 2 de agosto de 2016.</u>	<u>Consulta ao acervo</u> Formado por livros eletrônicos pagos e gratuitos, juntamente com o catálogo.
	<u>Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)</u>	<u>Biblioteca Central da UFMT</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)</u>	<u>Coordenadoria de Bibliotecas</u>	Não localizado	
Sudeste	<u>Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da UFMG</u>	<u>Portaria Nº 002, de 06 de fevereiro de 2015</u>	<u>Base de Dados</u> Tópico da homepage formado por documentos eletrônicos gratuitos, juntamente com o catálogo. Nesta homepage Portal de Periódicos Capes está presente
	<u>Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas e Informação - SISBIN</u>	Não localizado	
Sul	<u>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)</u>	<u>Coordenadoria de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas (CBib/UFPeI)</u>	<u>Resolução Nº 07 de 16 de março de 2017</u>	<u>Links</u> A homepage do SIBI apresenta <i>link</i> com documentos gratuitos, juntamente com o catálogo e Portal de Periódicos Capes. A aba chamada <i>Links</i> remete livros eletrônicos pagos e outras bases.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

REGIÃO DO BRASIL	INSTITUIÇÃO ENSINO SUPERIOR (IES)	SISTEMA DE BIBLIOTECAS/ BIBLIOTECA CENTRAL (SIBI)	DOCUMENTO RELATIVO À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES (PDC)	PORTAIS DE LIVROS ELETRÔNICOS
	<u>Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)</u>	<u>Sistema Integrado de Bibliotecas</u> -	Não localizado	
	<u>Universidade Federal de Roraima (UFRR)</u>	<u>Bibliotecas da UFRR</u>	Não localizado	
Sul	<u>Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)</u>	<u>Biblioteca Universitária/UFSC</u>	<u>Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Ufsc (SIBI/UFSC) -2012</u>	<u>Livros Eletrônicos</u> Formado por coleções de livros eletrônicos pagos e gratuitos. Faz parte de um portal maior <u>Consulte o acervo</u> onde são listadas diversas coleções eletrônicas.
	<u>Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)</u>	<u>Biblioteca Central da UFSM</u>	Não localizado	
Sul	<u>Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)</u>	<u>Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de São Carlos (SIBi-UFSCar)¹⁰⁶</u>	<u>Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do SIBi/UFSCar - 2016</u>	<u>E-books UFSCar</u> Formado por livros eletrônicos pagos e gratuitos, com <i>links</i> para o Catálogo e diversas coleções eletrônicas.
	<u>Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)</u>	<u>Divisão de Biblioteca da Universidade Federal de São João Del – Rei</u>	Não localizado	

¹⁰⁶ O site desse Sistema apresenta apenas objetivo, ano de criação (2014) e composição do Sistema: Diretoria, Departamentos Técnicos, um Comitê Gestor formado por representantes das bibliotecas dos 4 *campus* da UFSCar: **Biblioteca Comunitária do Campus São Carlos (BCo)**, Biblioteca do Campus Araras (BAr), Biblioteca do Campus Lagoa do Sino (BLS) e Biblioteca do Campus Sorocaba (BSO) e um Conselho Deliberativo. Para um parâmetro de análise, o portal da BCo foi escolhido por esta Biblioteca ter como origem a antiga Biblioteca Central da UFSCar (UFSCAR/DEAC, 2017), e pelas informações exposta no site da BCo se referirem ao acervo da UFSCar como um todo. A política desse SIBI não foi localizada na última coleta.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

REGIÃO DO BRASIL	INSTITUIÇÃO ENSINO SUPERIOR (IES)	SISTEMA DE BIBLIOTECAS/ BIBLIOTECA CENTRAL (SIBI)	DOCUMENTO RELATIVO À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES (PDC)	PORTAIS DE LIVROS ELETRÔNICOS
	<u>Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)</u>	<u>Coordenadoria Da Rede De Biblioteca Da UNIFESP</u>	Não localizado	
Nordeste	<u>Universidade Federal de Sergipe (UFS)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da UFS</u>	<u>Resolução 04/2015/CONEP</u>	<u>E-Books</u> Formado por livros eletrônicos pagos.
Sudeste	<u>Universidade Federal de Uberlândia (UFU)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas UFU</u>	<u>Política de Desenvolvimento de Coleções do SISBI/UFU - 2016</u>	<u>Livros Eletrônicos</u> Formado por livros eletrônicos pagos e gratuitos.
	<u>Universidade Federal de Viçosa (UFV)</u>	<u>Biblioteca Central</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal do Acre (UFAC)</u>	<u>Biblioteca Central Ruy Alberto Costa Lins</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)</u>	<u>Biblioteca Central da UNIFAP</u>	Não localizado	
Norte	<u>Universidade Federal do Amazonas (UFAM)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas</u>	<u>Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções para o SISTEBIB-UFAM-2014</u>	<u>Base de Dados</u> Formado por documentos eletrônicos pagos e gratuitos.
	<u>Universidade Federal do Cariri (UFCA)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Cariri</u>	Não localizado	
Nordeste	<u>Universidade Federal do Ceará (UFC)</u>	<u>Biblioteca Universitária</u>	<u>Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema De Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará - 2016</u>	<u>Livros eletrônicos oferecidos pela UFC</u> Formado por documentos eletrônicos pagos disponibilizado

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

REGIÃO DO BRASIL	INSTITUIÇÃO ENSINO SUPERIOR (IES)	SISTEMA DE BIBLIOTECAS/ BIBLIOTECA CENTRAL (SIBI)	DOCUMENTO RELATIVO À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES (PDC)	PORTAIS DE LIVROS ELETRÔNICOS
				através do Portal <u>Acervos Digitais</u> Formado por documentos eletrônicos pagos e gratuitos, juntamente com o catálogo.
	<u>Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)</u>	<u>Sistema Integrado de Bibliotecas</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro (UNIRIO)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da UNIRIO (UNIBIBLI)</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal do Maranhão (UFMA)</u>	<u>Núcleo Integrado de Bibliotecas</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)</u>	Não localizado	Não localizado	
	<u>Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)</u>	<u>Sistema Integrado de Bibliotecas da UFOBA (SIBI/UFOPA)</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal do Pará (Ufpa)</u>	<u>Biblioteca Central Prof.Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann</u>	Não localizado	
Sul	<u>Universidade Federal do Paraná (UFPR)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SiBi/UFPR)</u>	<u>Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da UFPR -2013</u>	<u>Livros Eletrônicos (e-books)</u> Formado por livros eletrônicos pagos e gratuitos, e <i>links</i> com Portal de Periódicos Capes e outras bases.
	<u>Universidade Federal do Piauí (Ufpi)</u>	<u>Biblioteca Comunitária Jorn. Carlos Castello Branco (BCCB)</u>	Não localizado	

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

REGIÃO DO BRASIL	INSTITUIÇÃO ENSINO SUPERIOR (IES)	SISTEMA DE BIBLIOTECAS/ BIBLIOTECA CENTRAL (SIBI)	DOCUMENTO RELATIVO À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES (PDC)	PORTAIS DE LIVROS ELETRÔNICOS
	<u>Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)</u>	<u>UFRB BIBLIOTECA</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI)</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal do Rio Grande (FURG)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)</u>	Não localizado	
Nordeste	<u>Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas (SISBI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)</u>	<u>Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Sisbi/Ufrn - 2016</u>	<u>Acervo</u> Formado por livros eletrônicos pagos, está disponibilizado através de uma aba do portal geral de Acervo formado por coleções eletrônicas pagas e gratuitas, juntamente com o catálogo e Portal de Periódicos Capes.
	<u>Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBUFRGS)</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA)</u>	Não localizado	Não localizado	
	<u>Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da Unifesspa</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)</u>	<u>Sistema de Bibliotecas da UFMG</u>	Não localizado	

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

REGIÃO DO BRASIL	INSTITUIÇÃO ENSINO SUPERIOR (IES)	SISTEMA DE BIBLIOTECAS/ BIBLIOTECA CENTRAL (SIBI)	DOCUMENTO RELATIVO À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES (PDC)	PORTAIS DE LIVROS ELETRÔNICOS
	<u>Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)</u>	<u>Biblioteca Frei Eugênio</u>	Não localizado	
Sudeste	<u>Universidade Federal Fluminense (UFF)</u>	<u>Superintendência de Documentação</u>	<u>Diretrizes para o Desenvolvimento do Acervo no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense - 2016</u>	<u>Conteúdos Digitais</u> Formado por documentos pagos e gratuitos, juntamente com o catálogo e Portal de Periódicos Capes.
	<u>Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)</u>	<u>Biblioteca Central da Universidade Federal Rural da Amazônia</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)</u>	<u>Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (SiBi/UFRPE)</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)</u>	<u>Biblioteca Central da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)</u>	<u>SISTEMAS DE BIBLIOTECAS</u>	Não localizado	
	<u>Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)</u>	<u>Sistema de Biblioteca e Produção Acadêmica</u>	Não localizado	

Fonte: A autora.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

APÊNDICE B - CHECKLIST PARA SELEÇÃO DE LIVROS ELETRÔNICOS

Nome da plataforma de livros eletrônicos analisada:		Critérios de uso/usuário	
Critérios técnicos/administrativos		Critérios de uso/usuário	
Modelo de negócios	<input type="checkbox"/> acesso perpétuo <input type="checkbox"/> assinatura <input type="checkbox"/> outro _____	Cobre quais áreas?	
Quantidade de itens no pacote?	_____	Quanto aos idiomas:	<input type="checkbox"/> português <input type="checkbox"/> inglês <input type="checkbox"/> outros _____
Como é o modelo de precificação? (por usuários, por acesso, etc.)	_____	Quanto a Interface, usabilidade:	<input type="checkbox"/> intuitividade <input type="checkbox"/> ajuda <input type="checkbox"/> tutoriais <input type="checkbox"/> outros _____
Taxas de manutenção?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quanto? _____	Quais recursos?	<input type="checkbox"/> leitura <i>off line</i> <input type="checkbox"/> Impressão <input type="checkbox"/> e-mail <input type="checkbox"/> download <input type="checkbox"/> corte e cola <input type="checkbox"/> ferramentas de citação <input type="checkbox"/> ferramentas de anotação <input type="checkbox"/> ferramentas de tradução <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> outros _____
Valor Total?	_____	Qual formato?	<input type="checkbox"/> PDF <input type="checkbox"/> E-pub <input type="checkbox"/> outros _____
Adequação à Art. 23, Decreto Lei Federal nº 2.300/86 e Art. 25 da Lei 8.666/93 (carta de exclusividade)	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quais dispositivo de leitura?	<input type="checkbox"/> desktop <input type="checkbox"/> smartphone <input type="checkbox"/> tablets <input type="checkbox"/> outros _____
Fornecimento de trial	<input type="checkbox"/> monousuário <input type="checkbox"/> multiusuário <input type="checkbox"/> senha <input type="checkbox"/>	Quanto à acessibilidade, o texto permite o uso de tecnologias assistivas, etc.?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Fornecimento de metadados? (MARC)	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Como é o acesso simultâneo?	<input type="checkbox"/> ilimitado <input type="checkbox"/> limitado
Personalização do SIBI (ex. <i>branding</i>)	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quanto ao acesso (estabilidade, disponibilidade, etc.)	<input type="checkbox"/> 24x7 <input type="checkbox"/> URLs persistentes (livro, capítulo, nível de coleção) <input type="checkbox"/> outros, quais?
Preservação de dados (LOCKSS; <i>Portico</i> , etc.)	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Como?	Qual tipo de acesso?	<input type="checkbox"/> remoto <input type="checkbox"/> limitação geográfica
Suporte técnico?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Como? _____	Quanto ao método de autenticação	<input type="checkbox"/> IP [Protocolo Internet] <input type="checkbox"/> senha
Estatística? (Counter, outros)	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não. Quais?	Treinamento, demonstração e suporte do usuário. Como?	_____

Fonte: A autora.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

ANEXO A – CHECKLIST DE SELEÇÃO PARA AQUISIÇÃO SIBI UFRJ

Fornecedor/Produto	
Descrição do objeto	
Conteúdo	() base completa () pode ser customizado
Modelo de negócio	() acesso perpétuo () assinatura () pay per view
Taxa de manutenção anual da plataforma?	() Sim () Não
Controle de GRD (DRM)	() Sim () Não
Fornece metadados	() Sim () Não
Acessos simultâneos – (?)/	() limitado () ilimitado
Fornece <i>backup</i> em	() mídia fixa (acesso perpétuo) () <i>backfile</i> (assinatura)
Cálculo de custo - critérios de precificação	
Custo final	
Forma de entrega	() <i>Download</i> () leitura
Possibilidades de <i>e-lending</i>	() Sim () Não
Parecer da comunidade de usuários	() não pertinente () pertinente () imprescindível

Fonte: Pontes, 2015. Formatação da autora.

ANEXO B – QUESTÕES PARA REVISÃO DE PLATAFORMA DE FORNECEDOR

Questões/ Experiência do Usuário (para os usuários)	Respostas	Pontos
Número de cliques do catálogo da biblioteca para chegar ao texto completo		/ 10
Como o PDF pode ser acessado (por exemplo, baixe, salve copiar e colar, imprimir)? Quais são as restrições de direitos autorais versus DRM?		/ 10
Em que medida interface é fácil de usar?		/ 10
Quão intuitivas são as telas para navegar (por exemplo, entre seções / capítulos)?		/ 10
Capacidade de pesquisa em texto		/ 10
O sistema permite que os usuários busquem níveis adequados às suas necessidades?		/ 10
A plataforma é interoperável com o software bibliográfico? Test Against, EndNote, RefWorks, Zotero, CiteULike.		/ 10
Usabilidade em dispositivos móveis?		/ 10
	Total	
Questões/Financeiras	Respostas	Pontos
Quais são as condições de licenciamento e restringem o acesso potencial (por exemplo, usuários simultâneos, créditos, etc.)?		/ 10
Existe um gasto mínimo?		/ 10
Qual é o custo médio por título por assunto?		/ 10
Como são calculados os custos (por exemplo, custo do registro do catálogo)? Há algum desconto?		/ 10
Estimativa dos custos de pessoal		/ 10
	Total	
Questões/Conteúdo	Respostas	Pontos
Como os produtos comparam o conteúdo geral dos assuntos escolhidos?		/ 10
Qual é a distribuição das datas de publicação?		/ 10
As edições mais atualizadas estão disponíveis?		/ 10
Qual é a sobreposição com assinaturas existentes (por exemplo, ebrary, Safari, Books24x7)?		/ 10
	Total	
Questões/Técnicas	Respostas	Pontos
Quanto tempo de configuração é necessário?		/ 10
Quanta flexibilidade existe na edição dos perfis uma vez configurados (por exemplo, apenas a versão atual, a capacidade de cobrir o preço, restringir por ano, limites ao assunto, editor ou série)?		/ 10
Como são tratados os títulos / deleções / duplicatas adicionais?		/ 10
Como as faturas são controladas e monitoradas?		/ 10
Quais os métodos em vigor para verificar o acesso?		/ 10
	Total	
Questões/Estatísticas	Respostas	Notas
Como é administrada a informação contábil do fundo (por exemplo, frequência de relatórios, etc.)?		/ 10
Provisão de estatísticas de uso		/ 10
Serviço e suporte		/ 10

Fonte: Emery e Stone (2013, não paginado, tradução nossa). Adaptada pela autora

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br

ANEXO C – AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

Questionário/Entrevista/Experiência do Usuário
Título do livro
Data em que você usou este ebook
De qual plataforma é esse livro eletrônico? (Opcional)
Em que curso você usou este livro eletrônico? (Opcional)
Quanto tempo você gastou com este livro hoje?
Sobre o que você lê neste livro?
Onde você usou este livro (no campus ou fora do campus)
Como você encontrou este livro? (Por exemplo: Google, Primo, Course Reserve, Purchased, Publiclibrary)
Como você usou este livro? (Por exemplo: Procurou por informações específicas; leu atentamente e sequencialmente; imprimiu o que precisava ler)
De que outra maneira você se envolveu com o livro além de simplesmente lê-lo? (Por exemplo: sublinhando o texto; tomou notas manuscritas, escreveu notas, compartilhou com outra pessoa)
Em que o livro eletrônico foi útil para sua aprendizagem / pesquisa hoje?
Como você se sentiu por usar este livro eletrônico hoje? Usaria uma edição impressa se houvesse disponível?
Por favor, forneça quaisquer outros comentários sobre a experiência ou qualquer outra coisa sobre os ebooks que você gostaria de compartilhar:
Uma vez que um participante completou seis entradas no diário, realizamos e fechamos a entrevista com ele ou ela. Cada participante recebeu um cartão de incentivo de \$ 50 após a conclusão. O cartão bônus de \$ 50 foi concedido a um participante em um sorteio final no final do estudo. As perguntas dessa entrevista foram:
Quais foram alguns dos desafios que você enfrentou ao completar este estudo?
Você já experimentou algum problema com a conexão com a Internet quando você está tentando trabalhar?
Na sua experiência, quais são as três características mais importantes dos livros eletrônicos?
Você já criou uma conta de usuário pessoal em um livro eletrônico para aproveitar os recursos extra?
Você tem opiniões ou expectativas sobre livro eletrônico? Desde que você começou este estudo? Este estudo fez você pensar de forma diferente sobre livro eletrônico?
Você acha que suas opiniões sobre livro eletrônico são parecidas com as de seus colegas?
Quais são as ideias ou percepções sobre livro eletrônico que você ouviu de outros alunos?
Como a biblioteca pode apoiar melhor o seu uso de livro eletrônico?

Fonte: Jacobs e Bergart (2014, tradução nossa). Adaptação da autora.

ANEXO D – MODELO DE TERMOS DE CONTRATO PARA UMA NEGOCIAÇÃO

TERMOS DE CONTRATO

1 Definição do site:

2 Definição de usuários autorizados a usar o recurso a ser comprado: a comunidade em geral deve ser autorizada a acessar e usar os recursos adquiridos pela instituição. Os estudiosos visitantes devem também pode acessar e usar o recurso, bem como reconhecidos estudantes afiliados que podem estar em programas conjuntos com outras instituições. Uma maneira de incorporar estes tipos de usuário é garantir que a licença permita a todos os usuários afiliados à sua instituição.

3 Acesso remoto: deve ser permitido [...] usando [...] autenticação, como um proxy ou VPN (rede privada virtual).

4 Autenticação por IP: o acesso deve ser autenticado por IP, em vez de nome de usuário / senha, devido à incapacidade de qualquer instituição administrar o controle de nome de usuário / senha para milhares de usuários equivalentes em tempo integral. Se estiver comprando e-books, então DRMs não devem impedir qualquer uso normalmente esperado via acesso biblioteca, como a cópia capítulos, impressão, download para tablets e outros dispositivos.

5 Acesso e conectividade: você deve ter a capacidade de fornecer acesso e conectividade para outros recursos usando um link de terceiros para resolver no nível, nível de capítulo ou conjunto de dados nível, e não apenas no nível do título.

6 Indenização: a indenização deve ser mútua para ambas as partes e não favorecer uma ou outra.

7 Cláusulas de privacidade: se sua instituição estiver sujeita às leis de registro aberto de um corpo maior, tais como como um estado, província ou nação, você precisa evitar cláusulas de privacidade restritivas em relação ao preço e detalhes do acordo.

8 Estatísticas de uso: as estatísticas de uso devem estar disponíveis para o recurso e deve ser relatado em formatos compatíveis com COUNTER, ou deve haver a intenção de fornecer COUNTER estatísticas no primeiro ano do acordo.

9 Transferência de conteúdo: a transferência de conteúdo deve ser dada dentro de sessenta dias após a transferência, e se o conteúdo significativo é perdido, então a instituição de compras deve ter o direito de cancelar notificação. Por exemplo, o modelo NESLi2 License for Journals declara:

A Editora reserva-se o direito, a qualquer momento, de retirar do Material Licenciado qualquer item ou parte de um item:

- pelo o editor não mais conserva o direito de publicar e para o qual o editor não conseguiu garantir as disposições estabelecidas nas cláusulas 8.7 e 8.8;

Ou

- para o qual o editor tem motivos razoáveis para acreditar que infrinja direitos autorais ou é difamatório, obsceno, ilícito ou de outra forma censurável.

Em caso de retirada, o Editor deve notificar por escrito a Instituição. Se o material retirado representar mais de dez por cento (10%) do Material Licenciado, o editor deve efetuar um reembolso *pro rata* da taxa para a Instituição. O reembolso tomará em conta a quantidade de material retirado e a duração do período de subscrição restante.

10 Ferramentas de descoberta de terceiros: você deve ter a capacidade de usar o recurso e o recurso registros com ferramentas de descoberta de terceiros e catálogos de bibliotecas de próxima geração.

11 Cláusula de perda de financiamento: se a sua instituição depender fortemente do financiamento externo, como de um governo estadual ou nacional, você deve inserir a cláusula de perda de financiamento.

12 Localização e diretrizes: o local deve ser aplicável à sua localização e em linha com as diretrizes da sua instituição.

13 Acesso perpétuo: você deve ter a capacidade de manter o acesso perpétuo ao conteúdo. Esta é uma cláusula complicada em que o conteúdo do diário muda de um provedor para outro. O acesso perpétuo às vezes não é honrado pelo editor de compras. Em relação aos e-books, o acesso perpétuo ainda está sendo elaborado pela maioria dos provedores. Você pode renunciar a esta cláusula se a demanda por conteúdo supera o desejo de manter o acesso em perpetuidade. Peça ao provedor que participe de um esquema de arquivamento como LOCKSS (4), CLOCKSS (5) ou Portico (6). Inclua a autorização para que o conteúdo de autores da instituição possa ser mantido no repositório institucional, como uma forma de pelo menos manter a criação de conteúdo local. Use o site SHERPA / RoMEO para verificar as políticas direitos autorais do editor e auto arquivamento.

14 Subsídio de limite de preço: você deseja garantir que você inclua a capacidade de cancelar se o preço aumenta acima de uma certa quantia. A maioria das bibliotecas não pode facilmente absorver o padrão de 5 a 12 taxa de inflação percentual na maioria das assinaturas, portanto, se um preço subitamente salta em 20 a 30 por cento, o recurso ou conjunto de recursos pode precisar ser cancelado. Se possível, tente negociar nesses termos, e se assinado um contrato, certifique-se de incluir esta disposição no contrato.

Fonte: Emery e Stone (2013, tradução nossa). Adaptação da autora.

PPGB/CCH/UNIRIO

Avenida Pasteur, 458, 4º andar sala 408, Urca, Rio de Janeiro, Brasil – CEP: 22290-240

Tel.: 21. 2542-8542 e-mail: ppgb_secretaria@unirio.br